

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS (MESTRADO E DOUTORADO)

DIENY GRACIELY SOUTO

**O SUJEITO POLICIAL DO PROERD E OS PROCESSOS DE OBJETIVAÇÃO EM  
PRÁTICAS DISCURSIVAS RELATIVAMENTE NÃO ESTABILIZADAS**

MARINGÁ - PR  
2024

DIENY GRACIELY SOUTO

**O SUJEITO POLICIAL DO PROERD E OS PROCESSOS DE OBJETIVAÇÃO EM PRÁTICAS DISCURSIVAS RELATIVAMENTE NÃO ESTABILIZADAS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Estadual de Maringá (UEM), como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora em Letras. Área de concentração: Estudos Linguísticos – Estudos do Texto e do Discurso.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Luis Navarro Barbosa.

MARINGÁ - PR  
2024

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)  
(Biblioteca Central - UEM, Maringá - PR, Brasil)

S728s

Souto, Dieny Graciely

O sujeito policial do PROERD e os processos de objetivação em práticas discursivas relativamente não estabilizadas / Dieny Graciely Souto. -- Maringá, PR, 2024.

194 f. : il. color., figs., tabs.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Luis Navarro Barbosa.

Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de Teorias Linguísticas e Literárias, Programa de Pós-Graduação em Letras, 2024.

1. Práticas discursivas. 2. Objetivação. 3. Policial militar. 4. Poder-saber. 5. PROERD - Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência. I. Barbosa, Pedro Luis Navarro, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de Teorias Linguísticas e Literárias. Programa de Pós-Graduação em Letras. III. Título.

CDD 23.ed. 401.41


**DIENY GRACIELY SOUTO**

***O SUJEITO POLICIAL DO PROERD E OS PROCESSOS DE  
OBJETIVAÇÃO EM PRÁTICAS DISCURSIVAS RELATIVAMENTE  
NÃO ESTABILIZADAS.***


Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras (Doutorado), da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora em Letras, área de concentração: **Estudos Linguísticos.**

Aprovada em Maringá, **25 de março de 2024.**


**BANCA EXAMINADORA**

Documento assinado digitalmente  
 **PEDRO LUIS NAVARRO BARBOSA**  
Data: 26/03/2024 06:36:30-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>


**Prof. Dr. Pedro Luis Navarro Barbosa**  
Presidente da Banca (UEM/PLE)

Documento assinado digitalmente  
 **ELIANA ALVES GRECO**  
Data: 28/03/2024 19:32:53-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>


**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Eliana Alves Greco**  
Membro Titular (UEM/ProfLetras)

Documento assinado digitalmente  
 **ROSELENE DE FATIMA COITO**  
Data: 03/04/2024 15:00:47-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Roselene de Fátima Coito**  
Membro Titular (UEM/PLE)

Documento assinado digitalmente  
 **ADELLI BORTOLON BAZZA**  
Data: 26/03/2024 20:12:58-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Adélli Bortolon Bazza**  
Membro Externo (Universidade Estadual do Paraná  
(Unespar))

Documento assinado digitalmente  
 **ISRAEL DE SA**  
Data: 26/03/2024 14:09:56-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**Prof. Dr. Israel de Sá**  
Membro Externo (Universidade Federal de  
Uberlândia (UFU))

## DEDICATÓRIA

Ao movimento – ainda que lento, agonístico – daqueles policiais militares que atuam como educadores sociais e contribuem para a produção de práticas mais humanas para a Segurança Pública.

Minha continência e respeito aos instrutores do Programa Educacional de Resistência às Drogas (PROERD).



Fonte: Arquivo Pessoal (2011)

“O sorriso do rosto está muito longe de ser feito de suor, de faíscas, de golpes de cinzel e de mármore.  
O sorriso não é da pedra, mas sim do criador. Liberta o homem, e ele criará.”  
Antoine de Saint-Exupéry

## AGRADECIMENTOS

Realizei um diagnóstico do presente como método discursivo de análise, sim! Atrelado a esse processo, o percurso vivido muito contribuiu para refletir sobre mim, sobre quem eu sou em todas as posições discursivas e sociais que eu possa (e deseje) ocupar como sujeito. Nesse tatear, minha fé em Deus me levou a compreender que acima de tudo tenho um Pai que me ama e me cuida como a menina de seus olhos. A ele sou grata porque em todas as circunstâncias que precisei ousar em fé fui sustentada por sua presença, seu amor e sua bondade. Consegui vencer mais alguns percalços e ir além do que eu podia imaginar. Fui chamada para viver da inspiração de Deus e não de cópias.

Assim, como neta, agradeço minha avó materna Dinorá (*in memoriam*). Eu sonhava poder compartilhar essa minha conquista nos momentos em que proseávamos sentadas naquele banquinho da varanda de sua casa, não foi possível, mas não anula minha gratidão. A senhora, tão querida, era muito compreensível com minha rotina árdua e doída de estudos e, apesar de não ter tido a oportunidade de frequentar a escola, sempre me defendia e incentivava a encarar os desafios da escrita. Olha só, minha vó, uma Doutora em sua geração!

Na posição de filha, agradeço minha mãe Seni e meu pai Ariovaldo. Eles sempre me incentivaram a estudar. Minha mãe não deixava de comparecer às reuniões escolares para acompanhar meu processo de ensino-aprendizagem. Sua presença foi muito importante! Gratidão por me fazerem acreditar que eu poderia vencer as dificuldades por meio dos estudos e por compreenderem minha ausência durante esse processo. Amo vocês!

Como mãe, agradeço as flores que dão cor, muita cor ao meu jardim: Mikaela e Pietra. Filhas, vocês são SENSACIONAIS! Muito obrigada por acreditarem que seria possível concluir esta pesquisa, além de me aturarem nas minhas muitas instabilidades emocionais. Passamos por muitos desafios, mas superamos, juntas! Amo muito vocês!

Agradeço meu orientador Prof. Dr. Pedro Navarro. Como orientanda desta pessoa tão humana, posso dizer que conhecer os Estudos Discursos Foucaultianos me possibilitou um leque de experiências acadêmicas, profissionais, éticas e discursivas que me fizeram conduzir o olhar para saberes que antes não compreendia. De fato, suas orientações projetaram feixes de luz tão acuradas para a problemática abordada em minha pesquisa que só um professor tão dedicado, paciente, empático e profissional poderia proporcionar. Foi uma honra, Profe Pedro!

Com um carinho especial agradeço à Claudinéia, pessoa tão dedicada e humana pela qual estendo meus agradecimentos a todos os integrantes do Grupo Interinstitucional de

Estudos Discursivos Foucaultianos (GIEF). Todas as discussões de nossas reuniões foram fundamentais para ampliar minhas perspectivas teóricas e analíticas.

Na qualidade de pesquisadora, agradeço aos professores que participaram das minhas bancas de qualificação e defesa. Vocês contribuíram cirurgicamente para que as reflexões teóricas e analíticas pudessem ser aprimoradas. Muito obrigada por fazerem parte da minha história, Profa. Dra. Roselene de Fátima Coito (UEM), Profa. Dra. Alexandra Aparecida de Araújo Figueiredo (UFGD), Profa. Dra. Adéli Bortolon Bazza (UNESPAR), Profa. Dra. Eliana Alves Greco (UEM), Prof. Dr. Israel de Sá (UFU).

Sou grata aos professores da Universidade Estadual de Maringá (UEM), os quais tive o prazer de compartilhar meu objeto de pesquisa, sempre adequando à teoria da disciplina a qual cursava, desde a disciplina que cursei como aluna não regular com a Profa. Dra. Cristiane Carneiro Capristano, em que conheci a Gramática do Português Falado sob uma perspectiva textual-interativa discursiva, até a aprovação em que pude ser discente da Profa. Dra. Ismara Tasso (uma madame em pessoa, cheia de conhecimento e zelo), do Prof. Dr. Edson Carlos Romualdo (que até hoje se lembra do Proerd, pois, quando se depara com alguma materialidade a respeito, ainda compartilha o *corpus*, obrigada! Aprendi com ele que toda vez que um lápis cai no chão, se estivermos atentos, possibilita-se um *insite* para pesquisa, rsrs) e do Prof. Dr. Renilson José Menegassi, responsável por ministrar, de forma apaixonante, a disciplina Interação e Escrita, a qual muito contribuiu para refletir acerca de minhas metodologias e práticas, na qualidade de docente, no papel social de policial, instrutora do Proerd.

Na posição de mestra, agradeço aos professores e amigos da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) o Prof. Dr. Marlon Leal Rodrigues, pessoa que me apresentou a Análise do Discurso e logo propôs uma pesquisa diagnóstica acerca dos discursos sobre o Proerd e à Prof. Dra. Aline Saddi Chaves, professora encantadora, francófona chique e exímia profissional que sempre demonstrou carinho ao ensinar, comprometimento e amizade ao compartilhar as experiências de pesquisa comigo.

Na posição de amiga, agradeço imensamente essas pessoas autênticas, companheiras e inspiradoras em suas singularidades! Gratidão pela torcida, meus amigos Tatiane Feitosa (por seu otimismo e bondade em tudo), Marcelo Eduardo (exímio pesquisador amigo), Ana (ouvinte em fé), Rosemeire Dias (exemplo de superação em fé), Rosemeire Oshiro (mulher determinada segundo o coração de Deus), Núbia (amiga fiel desde a adolescência), Regiane Ferreira (pelo compartilhar de palavra de ânimo), Geisa Alves (ousadia inspiradora), Alexsandra Fontana (por me incentivar ainda que distante), Anita (com sua terapia da beleza, rsrs), Luna (pelas palavras

cirúrgicas que me ajudaram a amadurecer), Adriane Zanandrea (por ser exemplo de que tudo é possível ao que crê) e Marília Colman (amiga tradutora do guarani).

Até o presente momento, foram mais de vinte anos na gloriosa, então, na qualidade de Policial Militar agradeço imensamente à Polícia Militar do Estado de Mato Grosso do Sul por todo o aprendizado de vida que adquiri na área de Segurança Pública.

Como instrutora PROERD, agradeço pontualmente pelo zelo e pela colaboração com a pesquisa ao Foster, Barcellos, Patrícia, Lemes, Costa, Azahaze Altair, Tessari, Márcia Breguedo e, com muita alegria, a todos os instrutores e a todas as instrutoras que, de forma resiliente, disseram sim à missão de prevenir os sujeitos em idade escolar com o intuito de ajudá-los a se manter longe das drogas e das violências. Orgulho-me muito de cada um que se dispôs a sonhar, a acreditar e a incentivar o sorriso e a bondade que são visíveis nos olhos de uma criança.

Um agradecimento muito especial aos instrutores Proerd da fronteira Ponta Porã- Pedro Juan Caballero: Paulina Ribeiro e Cristian Colman. Vocês são um orgulho para a Polícia Militar!

E do lado *Paraguayo*, agradeço à Polícia Nacional, em nome dos *Suboficiales Sergio Ortiz, Fredy Moreira y Juan Areco* por terem compartilhado as produções textuais dos alunos que participaram do Proerd em suas aulas. Vocês foram pioneiros com o Proerd em seu país, marcaram uma parte da história nesse *locus* complexo. Certamente plantaram uma semente do bem que, um dia, germinará!

Agradeço ao Adelino e ao Wander, da Secretaria do Programa de Pós-Graduação em Letras, pois sempre foram tão atenciosos, sem medir esforços para orientar da melhor maneira acerca dos procedimentos burocráticos da vida acadêmica. Vocês foram fundamentais!

À CAPES, por incentivar a pesquisa, pois esses estudos possibilitam compreender o bojo social sob perspectivas outras, de modo a contribuir para transformações da sociedade, por meio do conhecimento científico.



“Siga lutando contra as drogas, senhor policial e nos ajude  
a ser fortes e confiar em você, não nos esqueça.  
[Aluno do Proerd em escola paraguaia]” (tradução nossa).

**RESUMO:** Nosso empreendimento nesta pesquisa toma por objeto discursivo as práticas e as relações de poder que atravessam e constituem o sujeito policial militar, além daquilo que se diz sobre ele, isto é, aquilo que é discursivizado e, em suas dispersões, o insere em distintas posições no discurso. Partimos da tese de que os saberes sobre esse agente de segurança pública evocam discursos de medo sobre suas práticas, porém, em meio, às escansões históricas, sobretudo na contemporaneidade, outras emoções atravessam e passam a constituir a subjetividade desse corpo de autoridade em contexto educacional. Dada a dispersão enunciativa, característica dos discursos, quem são os sujeitos policiais que ocupam outras posições no discurso sob investigação? Tomando essa indagação como norte, realizamos um diagnóstico do presente como método discursivo de análise. Para isso, nosso referencial teórico-analítico seguiu princípios e procedimentos teóricos em desenvolvimento pelo campo dos Estudos Discursivos Foucaultianos. Além disso, pelo fato de ser característico da análise arqueogenealógica transitar por diferentes formulações conceituais, relativas a outros domínios do saber, visitamos algumas concepções da área da Educação, da Sociologia, da História e do Direito, com o propósito de auxiliar a caracterizar de onde determinados saberes sobre o sujeito policial militar provêm. Assim, a fim de atestar a hipótese de que há um movimento agonístico que produz práticas relativamente não estabilizadas com as verdades ecoadas sobre o que um policial pode fazer, ser e/ou dizer, por meio das aulas ministradas por esse sujeito pelo Programa Educacional de Resistência às Drogas (PROERD), elegemos o objetivo geral de analisar como, no discurso, a subjetividade policial militar é produzida, tendo em vista as práticas que organizam sua atuação e as condições de produção descritas nesta pesquisa. Para esse desenvolvimento levamos em conta, igualmente, os seguintes objetivos específicos que se entrecruzam durante as análises: i) compreender os saberes e os poderes que atravessam os discursos jurídico/científicos sobre os policiais militares na contemporaneidade; ii) analisar a atuação policial verificando o modo pelo qual os saberes circulam e funcionam a seu respeito e em suas relações com o poder que exerce e é exercido sobre si no discurso; iii) refletir como o pensamento da ordem policial possibilita (ou não) o governo de si mesmo, uma vez que o cuidado de si faz parte das práticas do governo dos outros. Como arquivo de análise, nosso *corpus* integra três quadros enunciativos compostos de séries enunciativas extraídas de textos jurídicos que regulamentam a atividade policial militar, de notícias veiculadas nos jornais *Crônica* e *Campo Grande News* e de textos da ordem do narrar que foram escritos por alunos que participaram do PROERD, na cidade de Campo Grande/MS e na fronteira de Ponta Porã (Brasil)-Pedro Juan Caballero (Paraguai). Do resultado de nossas reflexões, compreendemos que os efeitos de verdade produzidos em torno do que se enuncia sobre as práticas do policial, na qualidade de instrutor Proerd, apresenta um campo de escolhas: o sujeito policial do Proerd, em sua dispersão discursiva, é objetivado pelos alunos como um professor, um auxiliar, um conselheiro, alguém que, dentre tantas qualificações, após causar algumas primeiras impressões de medo, de estranhamento – em decorrência da existência de saberes estabilizados que associam esse agente a práticas de violência – tem sua subjetividade modificada, ainda que agonisticamente, para esse dado momento histórico, nesse determinado *locus* discursivo. Sua subjetividade passa por modificações na relação que estabelece com os saberes distribuídos pelas leis (saberes jurídicos), pela instituição policial (saberes policiais), pela mídia e pelo senso comum (saberes midiáticos, contemporâneos, históricos, líquidos) e os saberes dos estudantes (saberes escolares, educacionais). Processo esse que lança luz sobre as sujeições ao saber do outro, podendo ocasionar uma transformação na maneira de se dizer e ser policial.

Palavras-chave: Práticas Discursivas. Objetivação. Policial Militar. Poder-saber. PROERD.

**ABSTRACT:** Our endeavor in this research focuses on the discursive practices and power relations that permeate and constitute the military police officer subject, as well as what is said about him, that is, what is discursively articulated and, in its dispersal, inserts him into different positions in discourse. We start from the thesis that knowledge about this public security agent evokes discourses of fear regarding his practices, yet amidst historical ruptures, especially in contemporary times, other emotions intersect and come to constitute the subjectivity of this body of authority in an educational context. Given the enunciative dispersal characteristic of discourses, who are the police subjects occupying other positions in the discourse under investigation? Taking this question as a guide, we conduct a diagnosis of the present as a discursive method of analysis. To this end, our theoretical-analytical framework follows principles and theoretical procedures developed by the field of Foucauldian Discursive Studies. Furthermore, as it is characteristic of archeogenealogical analysis to traverse through different conceptual formulations related to other domains of knowledge, we visit some conceptions from the areas of Education, Sociology, History, and Law, with the purpose of assisting in characterizing where certain knowledge about the military police subject comes from. Thus, in order to verify the hypothesis that there is an agonistic movement that produces relatively unstable practices with the truths echoed about what a police officer can do, be, and/or say, through the classes taught by this subject in the Drug Resistance Educational Program (PROERD), we have chosen the general objective of analyzing how, in discourse, the military police subjectivity is produced, considering the practices that organize his performance and the production conditions described in this research. For this development, we also take into account the following specific objectives that intersect during the analyses: i) to understand the knowledge and powers that traverse the juridical/scientific discourses about military police officers in contemporary times; ii) to analyze police performance by verifying how knowledge circulates and functions regarding him and his relations with the power he exerts and is subjected to in discourse; iii) to reflect on how the thought of police order enables (or not) self-government, since self-care is part of the practices of governing others. As an analysis archive, our corpus integrates three enunciative frames composed of enunciative series extracted from legal texts regulating military police activity, news published in the newspapers *Crónica* and *Campo Grande News*, and narrative texts written by students who participated in PROERD, in the city of Campo Grande/MS and on the border of Ponta Porã (Brazil)-Pedro Juan Caballero (Paraguay). From the results of our reflections, we understand that the truth effects produced around what is enunciated about police practices, as a Proerd instructor, present a field of choices: the Proerd police subject, in his discursive dispersal, is objectified by the students as a teacher, an assistant, an advisor, someone who, among many qualifications, after causing some initial impressions of fear, of strangeness - due to the existence of stabilized knowledge associating this agent with violent practices - has his subjectivity modified, albeit agonistically, for this given historical moment, in this particular discursive locus. His subjectivity undergoes modifications in the relation he establishes with the knowledge distributed by laws (juridical knowledge), by the police institution (police knowledge), by the media and common sense (media, contemporary, historical, liquid knowledge), and the knowledge of students (school, educational knowledge). This process sheds light on the subjectivities to the knowledge of the other, which can lead to a transformation in the way of being and saying police.

**Keywords:** Discursive Practices. Objectification. Military Police. Power-knowledge. PROERD.

RESÚMEN: Nuestro emprendimiento en esta investigación toma por objeto discursivo las prácticas y las relaciones de poder que permean y constituyen al sujeto policía militar, además de lo que se dice de él, es decir, lo que se discursiviza y, en sus dispersiones, lo inserta en diferentes posiciones en el discurso. Partimos de la tesis de que los saberes sobre este agente de seguridad pública evocan discursos de miedo sobre sus prácticas, sin embargo, en medio de los escansiones históricos, especialmente en la época contemporánea, otras emociones permean y pasan a componer la subjetividad de este cuerpo de autoridad en un contexto educativo. Dada la dispersión enunciativa, característica de los discursos, ¿quiénes son los sujetos policiales que ocupan otras posiciones en el discurso a ser investigado? Tomando como guía esta pregunta, realizamos un diagnóstico del presente como método discursivo de análisis. Para eso, nuestro referencial teórico-analítico siguió principios y procedimientos teóricos en desarrollo por el campo de los Estudios Discursivos Foucaultianos. Además, siendo un factor característico del análisis arqueogenealógico transitar por diferentes formulaciones conceptuales, relativas a otros dominios del saber, visitamos algunos conceptos en las áreas de Educación, Sociología, Historia y Derecho, con el propósito de ayudar a caracterizar de donde provienen ciertos saberes sobre el sujeto policía militar. Así, para dar fe de la hipótesis de que existe un movimiento agonístico que produce prácticas relativamente no estabilizadas con las verdades que se hacen eco sobre lo que un policía puede hacer, ser y/o decir, a través de las clases impartidas por este sujeto a través del Programa Educacional de Resistencia a las Drogas (PROERD), eligiendo como objetivo general examinar cómo se produce en el discurso la subjetividad policial militar, teniendo en cuenta las prácticas que organizan su actuación y las condiciones de producción descritas en esta investigación. Para este desarrollo, también tomamos en cuenta, igualmente, los siguientes objetivos específicos que se entrelazan durante el análisis: i) comprender los saberes y los poderes que permean los discursos jurídicos/científicos sobre los policías militares en la época contemporánea; ii) analizar la actuación policial averiguando la forma como el saber circula y funciona a su respecto, en sus relaciones con el poder que ejerce y se ejerce sobre sí mismo en el discurso; iii) reflexionar sobre cómo el pensamiento del orden policial posibilita (o no) gobernarse a uno mismo, ya que cuidarse hace parte de las prácticas de gobernar a los demás. Como archivo de análisis, nuestro corpus integra tres cuadros enunciativos compuestos por series enunciativas extraídas de textos jurídicos que regulan la actividad policial militar, de noticias publicadas en los portales de prensa Crónica y Campo Grande News y de textos narrativos que fueron escritos por alumnos que participaron del PROERD, en la ciudad de Campo Grande/MS y en la frontera Ponta Porã (Brasil)-Pedro Juan Caballero (Paraguay). A partir de los resultados de nuestras reflexiones, entendemos que los efectos de verdad producidos en torno a lo dicho sobre las prácticas del policía, como instructor del Proerd, presentan un campo de opciones: el sujeto policial del Proerd, en su dispersión discursiva, es objetivado por los estudiantes como profesor, asistente, consejero, alguien que, entre muchas calificaciones, después de provocar unas primeras impresiones de miedo, de extrañeza – debido a la existencia de saberes estabilizados que asocian a este agente a las prácticas de violencia – tiene su subjetividad modificada, aunque sea agonísticamente, para este dado momento histórico, en este *locus* discursivo. Su subjetividad sufre cambios por modificaciones en la relación que se establece con los saberes repartidos por las leyes (saber jurídico), por la institución policial (saber policial), por los medios de comunicación y el sentido común (saberes mediático, contemporáneo, histórico, líquido) y el saber de los estudiantes (escuela, saber educativo). Este proceso arroja luz sobre el sometimiento al saber de los demás, lo que puede llevar a una transformación en la forma de hablar y de ser policía.

Palabras clave: Prácticas discursivas. Objetivación. Policía militar. Poder-saber. PROERD.

**RÉSUMÉ:** Cette thèse prend pour objet discursif les pratiques et les rapports de pouvoir qui traversent et constituent le sujet policier militaire dans une dimension qui dépasse ce qu'on dit de lui, c'est-à-dire ce qui est mis en discours à son égard et, dans ses dispersions, le place dans des positions distinctes dans le discours. Nous partons de la représentation selon laquelle les savoirs sur cet agent de la sécurité publique évoquent des discours de peur sur ses pratiques, alors même que les scissions historiques, notamment à l'époque contemporaine, font apparaître d'autres émotions qui traversent et vont constituer la subjectivité de ce corps d'autorité dans le contexte éducationnel. Face à la dispersion énonciative caractéristique des discours, on se pose la question de savoir qui sont les sujets policiers qui occupent d'autres positions dans le discours soumis à notre analyse. A partir de cette question, nous faisons le diagnostic du présent en tant que méthode discursive d'analyse. Pour ce faire, notre référentiel théorico-analytique se base sur les principes et les démarches des Études Discursives Foucaultiennes. Par ailleurs, étant donné le fait que l'analyse archigénéalogique se déplace vers différentes formulations conceptuelles, en rapport avec d'autres domaines du savoir, nous visitons quelques conceptions issues du domaine des sciences de l'éducation, de la sociologie, de l'histoire et du droit dans le but de caractériser l'origine de certains savoirs sur le sujet policier militaire. Pour attester l'hypothèse selon laquelle il y a un mouvement agonistique qui produit des pratiques relativement non stabilisées avec les vérités en circulation, sur ce qu'un policier peut faire, être et ou dire à travers les cours assurés par ce sujet dans le cadre du Programme Éducationnel de Résistance aux Drogues (PROERD), l'objectif principal de cette thèse est d'analyser comment se construit la subjectivité policière dans le discours, face aux pratiques qui organisent son travail et les conditions de production décrites dans la recherche. Pour atteindre cet objectif principal, nous établissons des objectifs spécifiques qui s'entrecroisent dans les analyses, à savoir : i) comprendre les savoirs et les pouvoirs qui traversent les discours juridiques/scientifiques sur les policiers militaires à l'époque contemporaine ; ii) analyser le travail policier en vérifiant la manière dont les savoirs circulent et fonctionnent à son propos et dans ses rapports avec le pouvoir qu'il exerce et qui s'exerce sur lui dans le discours ; iii) réfléchir sur comment la pensée de l'ordre policier rend possible (ou non) le gouvernement de soi, sachant que le souci de soi fait partie des pratiques du gouvernement des autres. En ce qui concerne l'archive d'analyse, notre corpus intègre trois cadres énonciatifs, composés de séries énonciatives extraites de textes juridiques qui règlementent l'activité policière militaire, des nouvelles de presse publiées dans *Crónica* et *Campo Grande News*, et enfin de récits produits par les élèves ayant participé au PROERD dans la ville de Campo Grande/MS, au Brésil, et sur la frontière de Ponta Porã (Brésil)-Pedro Juan Caballero (Paraguay). Les résultats issus des analyses et réflexions tout au long de la thèse permettent de comprendre que les effets de vérité produits autour de ce qui s'énonce à propos des pratiques du sujet policier, en la qualité d'instructeur Proerd, présentent certains choix : le sujet policier du Proerd, dans sa dispersion discursive, est objectivé par les élèves en tant que professeur, assistant, conseiller, quelqu'un qui parmi tant de qualifications, après quelques premières impressions de peur et d'éloignement – étant donné l'existence de savoirs stabilisés qui identifient cet agent à des pratiques de violence –, voit sa subjectivité se transformer, quoique de manière agnostique, à un moment historique et un *locus* discursif donnés. Sa subjectivité connaît des transformations dans le rapport établi avec les savoirs des lois (savoirs juridiques), de l'institution policière (savoirs policiers), des médias et de la doxa (savoirs médiatiques, contemporains, historiques, liquides) et les savoirs des élèves (savoirs scolaires, éducationnels). Un processus qui met la lumière sur les assujettissements au savoir de l'autre, ce qui peut engendrer une transformation dans la manière de se dire et dans la manière d'être policier.

Mots-clés : Pratiques Discursives. Objectivation. Policier Militaire. Pouvoir-savoir. PROERD.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	- Linha de fronteira Ponta Porã e Pedro Juan Caballero.....	92
Figura 2	- Comércio na linha da fronteira internacional Brasil/Paraguai.....	93
Figura 3	- Sequência Enunciativa A.....	99
Figura 4	- Sequência Enunciativa B.....	102
Figura 5	- Atividade de produção da Redação Proerd.....	109
Figura 6	- Redação Proerd 1.....	111
Figura 7	- Redação Proerd 2.....	118
Figura 8	- Redação Proerd 3.....	120
Figura 9	- Redação Proerd 4.....	126
Figura 10	- Redação Proerd 5.....	127
Figura 11	- Redação Proerd 6.....	129
Figura 12	- Redação Proerd 7.....	130
Figura 13	- Redação Proerd 8.....	132
Figura 14	- Redação Proerd 9.....	133
Figura 15	- Redação Proerd 10.....	134
Figura 16	- Redação Proerd 11.....	136
Figura 17	- Redação Proerd 12.....	136
Figura 18	- Redação Proerd 13.....	138
Figura 19	- Redação Proerd 14.....	138
Figura 20	- Redação Proerd 15.....	139
Figura 21	- Redação Proerd 16.....	142
Figura 22	- Redação Proerd 17.....	143
Figura 23	- Redação Proerd 18.....	144
Figura 24	- Redação Proerd 19.....	145
Figura 25	- Redação Proerd 20.....	147
Figura 26	- Redação Proerd 21.....	148
Figura 27	- Redação Proerd 22.....	149
Figura 28	- Redação Proerd 23.....	154
Figura 29	- Redação Proerd 24.....	156
Figura 30	- Redação Proerd 25.....	157
Figura 31	- Redação Proerd 26.....	159
Figura 32	- Redação Proerd 27.....	160
Figura 33	- Redação Proerd 28.....	162
Figura 34	- Redação Proerd 29.....	162
Figura 35	- Redação Proerd 30.....	164
Figura 36	- Redação Proerd 31.....	165
Figura 37	- Redação Proerd 32.....	167
Figura 38	- Redação Proerd 33.....	170
Figura 39	- Redação Proerd 34.....	171
Figura 40	- Redação Proerd 35.....	172
Figura 41	- Redação Proerd 36.....	174

Figura 42	- Redação Proerd 37.....	176
Figura 43	- Redação Proerd 38.....	179
Quadro 1	- Comparativo de práticas previstas pela Carta Magna (BRASIL, 1988) e pelo Decreto-lei de Reorganização das Polícias Militares (Lei Peculiar) .....	53
Quadro 2	- Conceitos e Competências Regulamentares para Polícia Militar.....	57
Quadro 3	- Manifestações essenciais do valor policial-militar.....	70
Quadro 4	- Práticas da ética policial-militar.....	72
Quadro 5	- Ética para o governo dos outros e para o governo de si.....	74
Quadro 6	- Resumo dos processos de objetivação do sujeito policial em práticas educacionais.....	181
Tabela 1	- Confiança nas instituições policiais (Brasil).....	56



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	18
<b>1 CONCEITOS DOS ESTUDOS DISCURSIVOS FOUCAULTIANOS NA/PARA A CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO</b> .....	29
1.1 A ordem discursiva no entremeio da arqueogenealogia ao cuidado de si...	30
<b>2 O SABER CIENTÍFICO/HISTÓRICO SOBRE POLICIAL MILITAR</b> .....	46
2.1 Saberes produzidos nos discursos jurídico/científico.....	46
2.2 O efeito de verdade de (uma) ordem de/para policial militar.....	52
2.3 Os efeitos de verdade afetos ao policial militar.....	64
2.4 A existência afetiva dos corpos de autoridade: verdades estatutárias.....	69
2.5 Dispositivos que regem as práticas e os modos de existir do sujeito policial.....	76
<b>3 A CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO POLICIAL EM SUAS DISPERSÕES NO DISCURSO E NO CUIDADO DE SI</b> .....	81
3.1 Posição de sujeito policial militar no contraponto com a atividade intelectual: um relato sobre mim dentre as dispersões discursivas.....	81
3.2 O policial militar em suas dispersões discursivas: entre heterotopias e infâmias.....	86
3.3 O sujeito policial militar em práticas educacionais.....	105
a) Policial na posição de sujeito auxiliar, criativo, professor.....	110
b) Policial na posição de sujeito legal, professor.....	118
c) Policial na posição de sujeito conselheiro: o bom policial.....	124
d) Policial na posição de sujeito competente e que não briga.....	132
e) Policial na posição de sujeito pai: aquele que ajuda.....	137
f) Policial na posição de sujeito amigo.....	144
3.3.1 O funcionamento dos dispositivos em rede na produção de sentimentos dos alunos em relação ao sujeito policial militar.....	151
<b>4 TATEAR DE UM TÉRMINO</b> .....	182
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	188

## INTRODUÇÃO

Esta pesquisa toma início por uma inquietação intrínseca a mim, a qual tem a ver com o fato de eu ter ingressado na corporação policial militar do estado de Mato Grosso do Sul há vinte anos. Tal experiência me permitiu vivenciar *in loco* a existência de saberes sobre o sujeito policial, os quais foram e são construídos ao longo da produção dos discursos, em contextos distintos na/da história. Assumir essa posição evoca a expressão “intelectual específico” no sentido político, como “aquele que faz uso de seu saber” (Foucault, 1979), uma vez que, havendo a aplicabilidade da teoria à prática, possibilita-se a consciência mais concreta e precisa das lutas que ocorrem no interior de uma instituição. Tal fato favorece apresentar problemas específicos acerca dos corpos regidos por essa determinada corporação, clarificando, muitas vezes, diferentes aspectos daqueles propagados pelos discursos de senso comum, em âmbito universal.

Portanto, as escavações que aqui serão feitas vislumbram ao menos trazer luz – ainda que apenas um feixe – à existência de alguns procedimentos de produção de verdades acerca dos modos de ser e fazer do sujeito policial militar. Para isso, tomo por objeto discursivo as práticas e relações de poder que atravessam e constituem o sujeito policial militar, além daquilo que se diz sobre ele, isto é, aquilo que é discursivizado e, dada a dispersão enunciativa, o insere em distintas posições no discurso. Assim, como os demais indivíduos de uma sociedade, eles são constituídos por processos de objetivação, advindos de complexas relações de poder que se engendram e resultam, portanto, na ocupação de diferentes posições de sujeito nos espaços existentes para o dizer.

Há um movimento de transição de subjetividade que faz nosso objeto de pesquisa ocupar espaços de forma concomitante: por vezes o lugar de professor e de policial no mesmo ambiente escolar; além de outras ocupações discursivas que o apresentam como um sujeito de fronteira, que tende a (re)produzir discursos ambíguos, ora (re)produtores de medo ora de confiança. Nesse viés, ao analisar a história dos diferentes modos pelos quais as pessoas tornam-se sujeitos, Michel Foucault (1995) nos conduz o olhar para as relações existentes entre os efeitos de poder.

Sob essa luz que nos direciona a compreender a linguagem, a partir da existência desse feixe de relações de poder que atua sobre os indivíduos pertencentes à instituição policial militar, de forma a atravessar as subjetividades destes corpos, há práticas conduzidas por dispositivos que pretendem tanto docilizá-los quanto os tornar produtivos.

A respeito das relações de poder que são exercidas por determinadas instituições, vale rememorar o direcionamento, provindo do texto “Por que estudar o poder: a questão do sujeito” (Foucault, 1995), pois, como ponto de partida, Foucault demarca “as formas de resistência contra as diferentes formas de poder” para serem analisadas por meio de um “antagonismo das estratégias”. Desse caminho exemplificado, ao questionar o “estatuto do indivíduo”, pretende-se, na verdade, visibilizar as lutas contemporâneas que giram em torno da clássica indagação foucaultiana: quem somos nós? Sob esse prisma, o filósofo deixa claro, no entanto, que as lutas não são especificamente contra uma instituição em si, mas, de fato, contra “uma técnica, uma forma de poder” (Foucault, 1995, p. 235). No entendimento de que há uma governamentalidade dos corpos, de modo a deixá-los dóceis, há a compreensão de que as práticas e os saberes que objetivam o policial como aquele responsável por preservar a ordem e a manutenção pública, por meio de policiamento ostensivo<sup>1</sup>, o agente que cumpre e faz cumprir as leis, os regulamentos, as instruções e as ordens das autoridades competentes são, na verdade, regidos por dispositivos como o jurídico, disciplinar, policial e securitário, por exemplo, os quais dirigem a conduta dos indivíduos.

Dessa confluência de poderes, ao interrogar sobre quem seriam esses sujeitos policiais em outras posições de sujeito, marcadas nas diversas posições que podem ocupar ou receber em um discurso, é possível encontrar discursos que (cor)respondam a momentos distintos de uma determinada emergência discursiva. Numa primeira correspondência, circulando nos veículos de comunicação, teríamos como verdade, em maior medida, o fato de esse sujeito policial militar ter sua subjetividade atravessada por enunciados que os constituem como um (re)produtor da violência, cujas práticas de uso da força são legitimadas pelos discursos jurídicos responsáveis<sup>2</sup> pelas ações policiais.

Como contraponto dessa perspectiva, importa frisar que as relações de poder compreendidas pelos aspectos teórico-metodológicos dos Estudos Discursivos Foucaultianos não consideram o poder em sua definição tradicionalista que o generaliza e o concentra no/do Estado. Para Foucault (2006b), o poder não pertence a alguém, uma

---

<sup>1</sup> “Policiamento Ostensivo”, segundo aprova o regulamento para as polícias militares e corpos de bombeiros (R-200), de acordo com o Decreto nº 88.777, de 30 de setembro de 1983 é definido como a Ação policial, exclusiva das Polícias Militares em cujo emprego o homem ou a fração de tropa engajados sejam identificados de relance, quer pela farda quer pelo equipamento, ou viatura, objetivando a manutenção da ordem pública. Tal conceito consta, igualmente, no Quadro 2, item 27, da Subseção 2.2.

<sup>2</sup> Portaria Interministerial nº 4.226, de 31 de dezembro de 2010 - Estabelece Diretrizes sobre o Uso da Força pelos Agentes de Segurança Pública.

vez que é exercido, “o poder não é nem fonte nem origem do discurso. O poder é alguma coisa que opera através do discurso, já que o próprio discurso é um elemento em um dispositivo estratégico de relações de poder.” (Foucault, 2006b, p. 253).

Logo, em suas discussões sobre a relação do sujeito e o poder, o filósofo francês demarca que “a força policial” não teria sido criada apenas para exercer o poder de luta contra um alvo, de modo a cumprir uma determinação de prerrogativa legal. Pelas palavras do autor, “a força policial não foi inventada, no século XVIII, apenas para manter a lei e a ordem, nem para assistir os governos em sua luta contra seus inimigos” (Foucault, 1995, p. 238). Concatenando as condições de emergência que resultaram na criação da polícia no século citado, o exercício de poder desta instituição também orientaria para uma produção produtiva dos corpos, no modo como dita a condução da vida dos indivíduos, de forma que “assegurar a manutenção, a higiene, a saúde e os padrões urbanos, considerados necessários para o artesanato e o comércio.” (Foucault, 1995, p. 238) elencados por Foucault como práticas que correspondiam à emergência da criação da polícia à época, sinalizam um referencial discursivo que se atualiza a partir do século XXI nos dizeres dos documentos legais de nosso arquivo de análise. Neles, o exercício de poder desta instituição orientaria para executar com exclusividade o policiamento ostensivo, com a finalidade de assegurar o cumprimento da lei, a manutenção da ordem pública e o exercício dos poderes constituídos.

Sob essa ótica, compreendemos que há uma ordem discursiva para os saberes estabilizados sobre quais deveriam ser e quais são as práticas de um policial. Assim, é possível depreender que os discursos que objetivam o indivíduo dessa instituição policial como um sujeito de violências, legitimadas por saberes provindos dos aspectos legais e jurídicos, também podem construir esse sujeito para atuar de forma produtiva, uma vez que suas ações correspondem a relações de poder pautadas em padrões que correspondem a uma economia racionalizada por dispositivos outros.

Não há que se negar que as condições de emergência e de possibilidade dos discursos seguem uma ordem, é fato. Enquanto aquelas nos permitem investigar o que envolve a irrupção de acontecimentos que circunscrevem tanto as práticas estabilizadas quanto não estabilizadas de um policial militar, estas propiciam indagar por que de determinado modo e não outro, determinados enunciados passaram a circular a respeito. Esse movimento presentifica um contraste do sujeito policial que migra em suas posições discursivas. Em um dado momento, as verdades sobre sua existência correspondem mais aos enunciados “fardado, manutenção da ordem pública, força de dissuasão, perturbação

da ordem, guerra externa, grave perturbação da ordem, adestramento e disciplina”, e em outro ao que se enuncia no âmbito escolar: o policial é aquele que “ensina, ajuda, orienta, explica, é legal, é professor”. Foucault nos alerta sobre os discursos obedecerem a uma ordem e que a tentativa de quebrá-la é arriscada, pois o controle da produção dos discursos tende a ser regido com o objetivo de “dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade” (Foucault, 2006a, p. 9). Contudo, como verificamos, “um discurso, com seu dispositivo institucional e social, só se mantém enquanto a conjuntura histórica e a liberdade humana não o substitui por um outro.” (Navarro, 2014, p. 177).

Por isso, o intuito de lançar visibilidade sobre o sujeito policial militar objetivado em discursos que circulam em espaços de menor perceptibilidade, os quais, porém, não deixam de representar locais de funcionamento de micropoderes, contribui para analisar práticas relativamente não estabilizadas com as verdades ecoadas sobre o que um policial pode fazer, ser e/ou dizer.

A título de esclarecimento, explicitamos aqui o que consideramos por práticas não estabilizadas, nos seguintes termos: constituem um conjunto de enunciados, uma prática discursiva, diríamos, que produzem para tais sujeitos outras verdades sobre sua atuação, de tal sorte que podem dar a conhecer movimentos de desobediência a uma identidade estereotipada de policial que é atravessado pela violência, pela disciplina rígida ou por uma obediência que o permita coagir e ser coagido. Como numa ordem discursiva não se pode falar de qualquer coisa sem se considerar as condições históricas que favoreçam o aparecimento de determinado objeto discursivo, as práticas não estabilizadas sobre as quais essa pesquisa pretende lançar luz são provindas de acontecimentos marcados em lugares discursivos que fazem esse sujeito policial ocupar diferentes posições no discurso. Nessa hipótese, ao ocupar, por exemplo, uma posição de instrutor, professor, amigo, conselheiro, auxiliar, pai, enfim, esse sujeito estaria tanto sendo objeto de conhecimento, ao ser objetivado, quanto também tendo sua subjetividade atravessada por discursos que poderiam (ou não) estar na ordem do verdadeiro sobre si sem, no entanto, deixar de ocupar a posição de sujeito policial militar.

Ademais, compreendemos que as práticas relativamente não estabilizadas para policial são constituídas diferentemente do que se convencionou chamar de policial, daquilo que uma sociedade atribui, seus predicativos. Há um movimento, ainda que lento, que tenta produzir outra memória, compreendida em termos de referencial discursivo, “que não é exatamente um fato, um estado de coisas, nem mesmo um objeto, mas um

princípio de diferenciação” e de domínio associativo, que não representa “o contexto real da formulação, a situação na qual foi articulada, mas um domínio de coexistência para outros enunciados” (Foucault, 2008, p. 130). Esse processo indicaria um movimento do sujeito policial, um movimento de desobediência que dá a conhecer suas práticas de liberdade, agonísticas, no caso. O que para Foucault significaria não um antagonismo, uma vez que “no centro da relação de poder ‘provocando-a’ incessantemente, encontra-se a recalcitrância do querer e a intransigência da liberdade.” (Foucault, 1995, p. 244).

Para o autor “seria melhor falar de um ‘agonismo’ - de uma relação que é, ao mesmo tempo, de incitação recíproca e de luta; trata-se, portanto, menos de uma oposição de termos que se bloqueiam mutuamente do que de uma provocação permanente.” (Foucault, 1995, p. 244-245). Portanto, a liberdade agonística significa que a liberdade não é algo para sempre conquistado e pronto. Trata-se de uma luta que se trava dia após dia, de modo que o mesmo policial que tenta se conduzir de outra forma, muitas vezes assume a posição a mais convencional e estereotipada possível. Representa-se, assim, sempre uma luta pela liberdade de viver outra experiência como sujeito.

Essa possibilidade de interpretação encontra refúgio nas reflexões foucaultianas, as quais admitem que estender as dimensões de definição de poder contribui para o estudo da objetivação do sujeito (Foucault, 1995). Logo, quando Foucault esclarece que o poder pode ser analisado em níveis de relação, podemos compreender que, nos espaços onde a circulação dos discursos sobre o sujeito policial militar ocorre em níveis menores de visibilidade, também há a produção de poder-saber a seu respeito. Portanto, não há que se duvidar do funcionamento de poder(es) em práticas não estabilizadas, as quais o objetivam em determinadas posições de sujeito, uma vez que sua subjetividade é o resultado da junção de práticas e memórias.

Somado a esse entendimento, salientamos que a memória, na qualidade de processo de subjetivação policial militar, o objetiva como reprodutor de violência. Nessa ótica, essas práticas tidas como estabilizadas muito se devem ao retorno das relações de poder-saber marcadas pelas memórias acerca do modo repressivo imposto como segurança nacional no Brasil, reflexo do acontecimento dos governos de exceção.

Esse retrato comparado à política dos restos, conceito formulado por Israel de Sá, tem seu grau de importância em nossa pesquisa por demonstrar, justamente, que há uma “continuidade autoritária” (Sá, 2022, p. 163). Portanto, há saberes historicamente constituídos por práticas estabilizadas para o policial militar. Como o policiamento da época ditatorial baseava-se pelo “regime de força, de operação e combate, de desvio do

emprego dos órgãos policiais em missão de polícia política e de operação de defesa interna” (Costa, 2005, p. 32) seus resquícios nos discursos contemporâneos “e a inscrição de suas marcas de violência sustentada por um aparato estatal sobretudo contra grupos historicamente marginalizados.” (Sá, 2022, p. 163) ainda permanecem circulando e produzindo efeitos de verdade capazes de propagar (discursos e práticas de) medo.

Com efeito, o “medo de um medo”, como um dos sentimentos possíveis de estar “profundamente enraizados na consciência ocidental” (Courtine, 2016, p. 22), circula nos locais de inscrição do discurso de maior propagação, como os midiáticos, por exemplo. Esse sentimento com movimento cíclico sobre às práticas policiais tende a (d)enunciar pouca credibilidade na atuação policial em prol da proteção ao cidadão.

Portanto, ao proceder com a análise dos registros discursivizados sobre o sujeito policial numa região de fronteira, por exemplo, podemos localizar indícios que evoquem discursos de medo sobre suas práticas. Contudo, também é possível que um local às margens de uma região central tende a ter o mesmo sentimento circulando sobre seus habitantes em outras posições de sujeito. Considerando o exposto até aqui, interrogamos: dada a dispersão enunciativa, característica dos discursos, quem são os sujeitos policiais que ocupam outras posições no discurso sob investigação?

Com o intuito de buscar possíveis respostas para essa indagação, frisamos que há um espaço para o dizer que é preenchido por diferentes indivíduos, isto é, diferentes posições de sujeito para policial. Diante disso, empreendemos uma escavação para extrair enunciados sobre as práticas capazes de iluminar outras possibilidades para esse sujeito, além do alcance das verdades pré-concebidas. Para esse intento, elegemos, aqui, a comparação das práticas do sujeito policial da fronteira Ponta Porã (Brasil) x *Pedro Juan Caballero* (Paraguai) com as demais práticas que (pouco) circulam a respeito do sujeito policial militar em outras cidades não fronteiriças sul-mato-grossenses. Nessa intenção, é de suma importância contextualizar a fronteira física que abarca os discursos sobre o sujeito pesquisado. Tendo em vista que a característica peculiar da população da cidade de Ponta Porã é ser constituída por vários grupos étnicos que convivem em constantes interações e desafios, sejam elas por meio de transações comerciais, culturais e/ou linguísticas, devido à ocorrência de fluxos intensos de pessoas, essa região é considerada como um espaço complexo de fronteira seca.

Nela situa-se o município de Ponta Porã, quinta maior cidade do estado de Mato Grosso do Sul, situado a 324 quilômetros da capital, Campo Grande, o qual faz divisa com a cidade de Pedro Juan Caballero, capital do departamento de Amambay, no

Paraguai. Segundo critérios estabelecidos pelo Ministério da Integração Nacional<sup>3</sup>, por constituir uma área de conurbação internacional, isto é, “quando uma cidade passa a absorver núcleos urbanos localizados à sua volta” (Villaça, 2001, p. 51), as cidades de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero são denominadas cidades-gêmeas.

Apesar de a cidade paraguaia ter normas políticas e administrativas próprias, na realidade, o processo de conurbação faz com que os moradores dessa região acabem (re)adaptando seus comportamentos para se integrarem à metrópole que se cria. Essa conjuntura, enquanto acontecimento, social e discursivo, inscreve-se na história dessa região e tende a produzir saberes acerca dos limites que separam esses habitantes, ao passo que também os integra em muitos aspectos, uma vez que a faixa de fronteira representa “um espaço territorial de transição, no qual convivem ainda características físicas, políticas e sociais de ambos os lados” (Scherma, 2016, p. 2).

Somado a esse prisma, como exemplo, temos o fato de muitas crianças paraguaias estudarem em escolas do ensino básico, educação infantil, fundamental e médio do lado brasileiro, enquanto muitos estudantes brasileiros cursam o nível superior do lado paraguaio (Scherma, 2016), o que demonstra, dessa forma, uma integração entre pessoas e serviços prestados/consumidos. Dessa constante transição de pessoas, comércio e cultura em ambos os lados da fronteira resulta, muitas vezes, em problemas complexos, os quais acabam afetando as duas populações, tanto pelas perspectivas políticas, sociais e econômicas, quanto culturais e linguísticas.

Nessa direção, ao compreendermos que, assim como os moradores das cidades-gêmeas procuram (ou se veem na necessidade de) se integrar, essa prática tende a ser seguida por cada sujeito em uma determinada posição. Assim, em se tratando de segurança pública, nesse contexto fronteiriço, há policiais que atuam em ambas as regiões e distinguem-se, porém, em suas práticas, além de denominações e normas que os regem.

Assim, como condições de possibilidade para os modos de existência dos policiais nessa região, há, do lado paraguaio, apenas uma polícia, *la Policía Nacional*, realizando as atividades de segurança pública. Já, do lado brasileiro, segundo a Constituição Federal Brasileira vigente (1988), somada a Emenda Constitucional nº 104/2019, existem seis instituições policiais diferentes: as federais (Polícia Federal, Rodoviária Federal, Ferroviária Federal e Penal) e as estaduais militar e civil (Polícia Militar e Polícia Civil).

---

<sup>3</sup> O conceito de cidade-gêmea provém de uma definição legal dada pela portaria nº 125, de 21 de março de 2014 do Ministério da Integração (BRASIL, 2014).



Tal organização aponta para uma complexidade de diferenças existentes no modo de se praticar segurança pública nesses países. Em se tratando, especificamente, do espaço fronteiriço, com efeito, os discursos e os saberes produzidos a respeito dos sujeitos que nele habitam e/ou convivem tendem a ser afetados por essas condições.

Enfim, para maior esclarecimento acerca do interesse sobre essa temática é necessário registrar que me encontro na posição de profissional de Segurança Pública. Somado a isso, há o fato de ter desenvolvido uma pesquisa a respeito do que é discursivizado sobre drogas, por alunos que participaram de um programa de prevenção, intitulado Proerd. Sob orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Aline Saddi Chaves, o fruto desse trabalho resultou na dissertação de mestrado, defendida em abril de 2017, na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), a qual possibilitou compreender como os discursos sobre drogas vão sendo (re)construídos e (res)significados pelos/nos sujeitos em idade escolar (Melo, 2017). Além disso, viabilizou demonstrar a existência de uma relação entre os alunos que participaram desse Programa com seus instrutores, isto é, policiais militares em uma posição análoga a de professor. Por perceber essa relação, algumas indagações foram surgindo e foram fundamentais para o interesse em prosseguir os estudos acerca da posição de sujeito policial militar, em práticas diferentes das estabilizadas.

Por isso, para nossas análises, é importante associar a instituição Policial Militar ao exemplo das crianças de Pedro Juan Caballero que estudam em escolas brasileiras da região de fronteira. Nessa situação, além das diferenças culturais e linguísticas que são vivenciadas por estes estudantes, há, ainda, entre outros, um fato capaz de afetar seus discursos: no decorrer do ano letivo, os alunos que cursam o 5º ano do Ensino Fundamental deparam-se, no 1º ou 2º semestre, com aulas sendo ministradas por um policial militar, fardado, que cultivava a língua guarani em suas aulas, acontecimento inexistente no Paraguai até a realização de um curso de capacitação<sup>4</sup> no ano de 2018.

Trata-se do Programa Educacional de Resistência às Drogas (PROERD), o qual capacita policiais militares como instrutores que vão às escolas para ministrarem aulas sobre prevenção às drogas e à violência, de acordo com um convênio assinado entre a

---

<sup>4</sup> O 1º Curso Internacional de Instrutores do Proerd, de Mato Grosso do Sul (MS), teve sua realização entre os meses de julho e agosto de 2018, sendo o pioneiro a contar com a participação de policiais da Polícia Nacional do Paraguai juntamente com Policiais Militares de várias cidades do estado brasileiro (Mato Grosso do Sul, 2018).

Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, por intermédio da Polícia Militar, e as Secretarias de Educação Pública Municipal, Estadual e Particulares.

Sob essa ótica, somado a hipótese de que haja práticas relativamente não estabilizadas, provindas de acontecimentos marcados em lugares discursivos que fazem o sujeito policial ocupar diferentes posições no discurso, esses policiais fardados tendem a ser objetivados por saberes outros, diferentemente dos estabilizados historicamente para a região de fronteira em tela, quanto das demais cidades, como a exemplo de Campo Grande, capital de Mato Grosso do Sul.

Diante dessa conjuntura, realizar uma descrição enunciativa que dê visibilidade aos efeitos de poder-saber sobre o sujeito policial, efeito esse que, ao mesmo tempo em que o qualifica como agente de segurança pública, constituído por saberes estabilizados e que o conduz a determinadas práticas, mostra também o quanto sua subjetividade é atravessada por dispositivos outros que fazem suas práticas migrarem, em obediência, a outras condutas de domínios diferentes do dispositivo policial. Isso tende a ocorrer de acordo com os efeitos dos jogos de verdade que estão entrelaçados como resultado das relações de poder imbricadas. Esses jogos de verdade para Foucault referem-se “não a descoberta das coisas verdadeiras, mas as regras segundo as quais, a respeito de certas coisas, aquilo que um sujeito pode dizer decorre da questão do verdadeiro e do falso.” (Foucault, 2004, p. 235).

Assim, a fim de atestar a hipótese levantada, como objetivo geral pretendemos analisar como, no discurso, a subjetividade policial militar é produzida, tendo em vista as práticas que organizam sua atuação e as condições de produção aqui descritas. Para esse desenvolvimento levar-se-á em conta, igualmente, os seguintes objetivos específicos, os quais se entrecruzam durante as análises: i) compreender os saberes e os poderes que atravessam os discursos jurídico/científicos sobre os policiais militares na contemporaneidade; ii) analisar a atuação policial verificando o modo pelo qual os saberes circulam e funcionam a seu respeito e em suas relações com o poder que exerce e é exercido sobre si no discurso. iii) refletir como o pensamento da ordem policial possibilita (ou não) o governo de si mesmo, uma vez que o cuidado de si faz parte das práticas do governo dos outros.

Com o propósito de analisar as questões levantadas anteriormente, como conjunto dessa materialidade de análise, nosso arquivo compõe-se de três quadros enunciativos para as análises entretecidas nas Seções de estudo. O primeiro é composto de séries enunciativas extraídas dos seguintes textos legais: Constituição da República Federativa

do Brasil (1988); Decreto-lei nº 667, de 2 de julho de 1967, Constituição Estadual do Estado de Mato Grosso do Sul (1989), Decreto nº 88.777, de 30 de setembro de 1983, que aprova o regulamento para polícias militares (R-200) somado ao Decreto nº 1260, de 2 de outubro de 1981, de Regulamento Disciplinar e, por fim, a Lei Complementar nº 053, de 30 de agosto de 1990, que regula o Estatuto da Polícia Militar de Mato Grosso do Sul. O segundo quadro comporta as análises das práticas do sujeito policial atuante na região da fronteira entre Ponta Porã (Brasil) x Pedro Juan Caballero (Paraguai) que serão analisadas a partir do recorte de duas sequências enunciativas, que foram veiculadas em mídias digitais e física, de jornais locais de Pedro Juan Caballero e Campo Grande, sucessivamente: *Crónica* e *Campo Grande News*. Ambas as matérias foram publicadas em maio de 2018 e possuem, em comum, o mesmo referente: o policial instrutor do Proerd. Incluímos na escolha dessa materialidade no intuito de analisar o que se fala sobre o policial militar nesse espaço de inscrição dos discursos, devido à compreensão de que os discursos midiáticos detêm grande parcela de divulgação dos discursos que circulam a respeito das práticas de controle, o que permite verificar, em alguma medida, que determinados efeitos de verdade são criados para o sujeito policial militar, a partir da realidade de práticas educacionais de segurança pública numa fronteira tão complexa quanto a do Brasil-Paraguai.

Para o terceiro quadro, lançamos mão de analisar produções textuais, como redações de alunos que participaram do Proerd. Para tanto, foram mobilizadas 70 redações, produzidas por estudantes brasileiros, de Mato Grosso do Sul, de duas turmas do 5º ano do ensino fundamental, de uma mesma escola pública municipal, do ano de 2015. Deste total, 30 produções textuais identificam o policial militar, instrutor do Proerd, por meio de narrativas de relatos de experiência pessoal. Somado a esse arquivo, dispomos de 44 redações, produzidas por alunos paraguaios, de Pedro Juan Caballero, de duas turmas do 5º ano do ensino fundamental, do ano de 2018. Destas, 8 produções textuais são analisadas, igualmente, por apresentarem relatos de experiência pessoal em que o policial instrutor do Proerd é identificado no discurso, em alguma medida.

Em se tratando da organização geral da pesquisa, este trabalho divide-se em três seções, nas quais as análises obtidas se entrecruzam. Na primeira seção, apresentamos os principais conceitos mobilizados para conduzir as análises da pesquisa. Na sequência, a segunda seção trata das relações de saber-poder analisadas em documentos jurídico/científicos, os quais compõem um arquivo responsável pela produção de verdades acerca do policial militar na qualidade de objeto discursivo. Ao compreender os

saberes e os poderes que atravessam os discursos sobre esses sujeitos podemos observar quais práticas são produzidas quando a ordem disciplina e dociliza esses corpos de autoridade, de acordo com as verdades produzidas contemporaneamente. Na terceira e última seção, buscamos compreender, a partir do problema que as condutas policiais podem também constituir para os próprios indivíduos de sua instituição, como o pensamento da ordem policial possibilita (ou não) as práticas de governo dos outros. Elegemos, para investigar os funcionamentos discursivos que constituem o sujeito do contexto anunciado, princípios e procedimentos teóricos, em desenvolvimento pelo campo dos Estudos Discursivos Foucaultianos (Navarro, 2020), os quais nos permitem realizar um diagnóstico do presente como método discursivo de análise. Conscientes de que a realidade de um tempo vai além de estabelecer o que o constitui, é preciso marcar as diferenças, as constituições e discontinuidades a partir dele mesmo. Dessa forma procedemos com o objeto policial militar à medida que ia sendo repensado nas suas dispersões discursivas até sua posição de sujeito intelectual. Avançando com nosso trabalho, a seguir, a primeira seção dará início ao percurso teórico/analítico sobre “os diferentes modos pelos quais, em nossa cultura, os seres humanos tornaram-se sujeitos” ao longo da história (Foucault, 1995, p. 231).

## 1 CONCEITOS DOS ESTUDOS DISCURSIVOS FOUCAULTIANOS NA/PARA A CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO

Em busca de compreender como se dá a constituição do sujeito fazemos referência, primeiramente, ao fato linguístico de que “nada pode ser compreendido – é preciso se convencer disto – que não tenha sido reduzido à língua” (Benveniste, 1989). Posterior e especialmente, o que norteia este trabalho provém de lançar o olhar para os estudos discursivos de linguagem fundamentados nas questões das relações de poder que regem os discursos, as quais o filósofo francês Michel Foucault se debruçou para apreender “os diferentes modos pelos quais, em nossa cultura, os seres humanos tornaram-se sujeitos” ao longo da história (Foucault, 1995, p. 231).

De um modo a escavar como o sujeito se constitui, não mais centraliza-se o problema em recuperar a tradição ou o rastro dos discursos na história, mas sim “o recorte e o limite; não é mais o fundamento que se perpetua, e sim as transformações que valem como fundação e renovação dos fundamentos” (Foucault, 2008, p. 6). Assim, nas descontinuidades da história, os acontecimentos marcados pelas práticas discursivas se encarregam de constituir o sujeito e determinar suas posições pelas/nas dispersões do discurso.

Sob essa ótica, ao ser o sujeito visto em suas singularidades, segundo o filósofo francês, já não mais se trata de uma coletividade responsável por sua subjetivação, isto é, não se trata de “quem somos nós enquanto sujeitos universais”, mas de quem somos como sujeitos ou *singularidades históricas*.” (Foucault, 1995, grifos do autor). A partir desse entendimento, conceitos de Michel Foucault orientam este trabalho, uma vez que seu interesse em demonstrar a existência de poder(es) funcionando para a produção de verdades de uma época, permite iluminar saberes, os quais, num jogo de relação poder-saber, são capazes de objetivar e subjetivar um sujeito, em determinadas posições do discurso.

Dessa forma, os próximos subitens têm em vista tornar o objeto de análise explícito, a partir da compreensão de concepções dos Estudos Discursivos Foucaultianos mobilizados para o estudo. Enfatizamos, para tanto, que é característico da análise arqueogenealógica transitar por diferentes formulações conceituais, relativas a outros domínios do saber. Justamente, por isso, nosso trabalho também faz menção a referências teóricas de outras áreas de estudo – da educação, da sociologia, da história e do direito, com o propósito de auxiliar a caracterizar de onde determinados saberes provém. Como Foucault não impunha uma metodologia rígida para suas análises, assim seguirá nossa

proposta. Sob esse viés, no subitem seguinte, faremos a exposição das noções foucaultianas previstas como ferramentas necessárias para escavar séries de enunciados materializados nas irrupções discursivas acerca do policial militar em suas dispersões de sujeito.

### 1.1 A ordem discursiva no entremeio da arqueogenealogia ao cuidado de si

Partir do pressuposto de que o método arqueológico inicial de Michel Foucault não previa um número determinado de procedimentos de análise ratifica nosso percurso teórico, o qual vislumbra derivar de um atributo substancial da arqueologia: “justamente a multiplicidade de suas definições, a mobilidade de uma pesquisa que, não aceitando se fixar em cânones rígidos, é sempre instruída pelos documentos pesquisados.” (Machado, 2006, p. 8). Dito de outro modo, “Pesquisar, para Foucault, é **mudar o modo de pensar do pesquisador**” (Medeiros, 2021, p. 14, grifo do autor), sob essa ótica apresentamos nossa caixa de ferramentas, alusiva aos Estudos Discursivos Foucaultianos, a partir da qual propomos realizar um diagnóstico do presente à medida que o objeto policial militar de nosso corpus será repensado por essa pesquisadora, em sua posição de sujeito intelectual.

Em sua obra *Arqueologia do Saber* (1969), Foucault apresenta uma série de considerações sobre as publicações precedentes *Histoire de la folie* (1961), *Naissance de la clinique* (1963) e *Les mots et les choses* (1966) com o propósito de estabelecer parâmetros que justificassem suas pesquisas arqueológicas a respeito do discurso. Nesse sentido, numa ruptura com o tradicionalismo linguístico, explica que a História Global (tradicional) priorizava descrever os fatos definidos por longos períodos, “épocas” ou “séculos” como se houvesse uma linearidade sem falhas e rompimentos, capaz de mostrar uma verdade sobre algo.

Nessa perspectiva, no entanto, cada fato histórico ia se entrelaçando a outro de forma contínua, como se fosse possível haver uma perfeição. Assim, apenas uma faceta de verdade constituir-se-ia historicamente, em detrimento de outras possibilidades que estariam sendo silenciadas por esse tipo de organização histórica.

Contrariando essa limitação, o filósofo apresenta o termo História Geral (serial) para uma análise mais ampla dos fatos históricos, uma vez que poderiam ser registrados em suas diferentes temporalidades, contribuindo, dessa forma, para que os silenciados pudessem ter voz na descontinuidade dos acontecimentos.

Ao compreender a história das discontinuidades para se indagar quem é esse sujeito do presente, “o passado não pode ser visto como verdade última, como se fosse possuidor de uma essência primeira. Ele deve ser tomado como o material que possibilita uma reinterpretação e um questionamento do presente.” (Navarro, 2004, p. 44).

Por essa ótica, prosseguir com uma análise que seja capaz de abarcar as diferentes temporalidades e as discontinuidades, nas quais os fatos vão se constituindo, permite identificar o sujeito policial como “um novo tipo de racionalidade e de seus efeitos múltiplos” (Foucault, 2008, p. 4). Indica-se, assim, o descentramento desse sujeito, já que não se busca um sujeito fundador, “em direção aos primeiros precursores” (Foucault, 2008, p. 4).

Sob esse ângulo, a possibilidade de se lançar luz não apenas a grandes acontecimentos sobre o objeto policial militar, mas iluminar uma série de pequenos fatos, mantém proximidade com o centro de interesse das análises de Foucault, isto é, alavanca o estudo das “ciências do homem” conforme pesquisado pelo epistemólogo Georges Canguilhem (Machado, 2006). Para Machado (2006), Canguilhem definia as rupturas históricas não como “um acontecimento único, singular, que inaugura de uma vez por todas um saber científico; nem seu efeito é global, no sentido de atingir a totalidade de uma obra científica.” (Machado, 2006, p. 22).

Com efeito, essa proposição aduz que as irrupções de acontecimentos “são sucessivas e parciais.” Não há, portanto, como se medir extensões estanques para o discurso, dessa forma privilegia-se não deixar pequenos fatos serem apagados nem adormecidos como num discurso esquecido, embotado pelos efeitos de verdade. De fato, restitui-se ao discurso seu caráter de acontecimento.

Seguindo essa premissa, nos capítulos direcionados às análises, este trabalho antefere um arquivo que traz o objeto policial militar sob outras posições de sujeito. Estas, como subjetividades, são resultantes do encontro do poder com o sujeito, provindas da junção de práticas e memórias responsáveis por produzir efeitos de verdade. Tais efeitos sustentam-se por uma vontade de verdade, a qual “assim apoiada sobre um suporte e uma distribuição institucional tende a exercer sobre os outros discursos – estou sempre falando de nossa sociedade – uma espécie de pressão e como que um poder de coerção” (Foucault, 2006a, p. 18), o que demarca na história a existência de discursos tomados como verdadeiros ou falsos, os quais atravessam e objetivam os sujeitos.

Como esse efeito procede das relações de poderes existentes, as quais produzem objetivação e subjetivação fortemente marcadas por um espaço heterotópico, é possível

observar esse processo, a partir do momento em que os discursos sobre esse sujeito policial são efetivamente enunciados, por meio de alguns principais conceitos arqueológicos que dão base às demais formulações que nos possibilitam proceder a leitura de nosso arquivo.

Nessa perspectiva, inicialmente, partimos de nossa compreensão acerca do conceito de discurso e de enunciado. A fim de delimitações para a unidade do discurso, a arqueologia foucaultiana parte de quatro direções possíveis para seu reconhecimento: a formação dos objetos, formação das modalidades enunciativas, formação das estratégias e formação dos conceitos. Dentre este caminho, há quatro características intrínsecas aos enunciados, as quais possibilitam identificar o exercício da função enunciativa. Trata-se do referencial, da posição-sujeito, do campo associado e da existência material, domínios estes que determinam a existência dos enunciados em dada materialidade.

Em se tratando do referencial é importante deixar claro que ele não está atrelado a um referente que designe sentido a uma proposição ou lhe conceda um caráter de verdade. “O referencial do enunciado forma o lugar, a condição, o campo de emergência, a instância de diferenciação dos indivíduos ou dos objetos, dos estados de coisas e das relações que são postas em jogo pelo próprio enunciado” (Foucault, 2008, p. 103). Delimitam-se, portanto, as condições de possibilidade para seu aparecimento. Sobre isso,

Foucault vai, então, procurar caracterizar essa forma original de existência própria dos signos verbais como enunciados. Com esse objetivo ele fixará, em primeiro lugar, a relação do enunciado com seu correlato, isto é, com aquilo que ele enuncia. A esse correlato ele chama de “referencial” e define como um conjunto de domínios que são “regras de existência para os objetos que aí se encontram nomeados, designados ou descritos, para as relações que aí se encontram afirmadas ou negadas.” Esse referencial é a condição de possibilidade do aparecimento, diferenciação e desaparecimento dos objetos e relações que são designados pela frase ou que podem verificá-la. (Machado, 2006, p. 108)

Já a característica da função enunciativa em relação ao seu campo associado/domínio associativo, como anunciado na introdução, não se refere ao “contexto real da formulação, a situação na qual foi articulada, mas a um domínio de coexistência para outros enunciados” (Foucault, 2008, p. 130). O enunciado é povoado por outros enunciados precedentes, que se atualizam e o ligam a enunciados ulteriores.



Nessa direção, temos a enunciação, concebida como “um acontecimento que não se repete; tem uma singularidade situada e datada” (Foucault, 2008, p. 114), responsável por possibilitar a existência material do enunciado. É necessário destacarmos que o enunciado pode se repetir em diferentes contextos e circunstâncias, a enunciação é única. Navarro e Voss explicam que, para Foucault, “a materialidade do enunciado lhe garante certo estatuto no regular. Esse estatuto não está preso às regulações da enunciação, mas às regras de formação que definem as relações entre o enunciado e essa sua materialidade” (Navarro; Voss, 2013, p. 110).

Com efeito, como materialidade da enunciação, os elementos que constituem os discursos são os enunciados. Foucault esclarece que o enunciado não é uma forma fixa; não é imutável; não é visível e não é oculto; não se requer uma construção linguística regular para formá-lo; não existe nem do mesmo modo que a língua, nem do mesmo modo que objetos quaisquer apresentados à percepção; não pode ser reduzido a um simples fato da enunciação, pois ele pode ser repetido apesar de sua materialidade e de sua raridade.

Sobre essa percepção de raridade que o constitui, compreendemos que “ao mesmo tempo em que é único, pode ser reutilizado e reaparecer em outras enunciações” (Navarro; Voss, 2013, p. 98), portanto, os enunciados “Não apenas de fato, mas de direito: eles são inseparáveis de uma lei e de um efeito de raridade” (Deleuze, 2005, p. 14). Deleuze explica, inclusive, que “uma das características que fazem com que eles se oponham às proposições e às frases” (Deleuze, 2005, p. 14) deve-se a esse seu efeito de raridade.

Dessa forma, portanto, o enunciado é concebido como uma função de existência, a qual se exerce verticalmente, uma vez que atravessa e possibilita emergências de frases, proposições ou atos de fala, na medida em que é regido por determinadas regras, presentes nas formações discursivas do objeto ao qual se fala.

Por conseguinte, é possível compreender, a partir dessa noção, que, ao atravessar uma série de signos, o enunciado é o elemento responsável para identificar se um dado enunciado faz parte de uma formação discursiva ou outra. Além disso, nesse processo vertical, as regras interiores de uma determinada formação discursiva são as que fazem emergir enunciados sobre um dado saber. Com efeito, como afirmado por Foucault, apesar de tratar sobre objetos e conceitos, estratégias e/ou conjunto de regras para caracterizar a formação discursiva, o tempo todo ele se referia ao enunciado.

Assim sendo, análogo a um átomo do discurso, o enunciado pertence a uma formação discursiva que dá origem a um arquivo, o qual representa um saber, um

conhecimento. Nesse viés, a formação discursiva se trata de um conjunto de saberes que definem determinado objeto.

Sob esse entendimento, é possível relacionar os conceitos de enunciado, discurso, formação discursiva e arquivo, na medida em que cada conceito traz elementos que se apoiam entre si e oportuniza serem descritos em seus níveis de forma distinta, uma vez que estão relacionados com um mesmo campo de objetos.

Dessa feita, é a partir do que os enunciados falam a respeito de determinado objeto que se possibilitam os discursos. Estes, portanto, são para Foucault “práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam” (Foucault, 2008, p. 55). Assim concebido, o discurso é tido como “um conjunto em que podem ser determinadas a dispersão do sujeito e sua descontinuidade em relação a si mesmo. É um espaço de exterioridade em que se desenvolve uma rede de lugares distintos” (Foucault, 2008, p. 61). Ele é caracterizado não por objetos privilegiados, mas pela maneira que forma seus objetos, na dispersão.

Nesse movimento de relações intrínsecas, chegamos ao conceito de arquivo, tido como aquele que “define um nível particular: o de uma prática que faz surgir uma multiplicidade de enunciados como tantos acontecimentos regulares, como tantas coisas oferecidas ao tratamento e à manipulação.” (Foucault, 2008, p. 147). A respeito dessas práticas, que podem ser discursivas – os enunciados efetivamente ditos – ou práticas não discursivas – da ordem da visibilidade, das ações empreendidas pelo indivíduo –, descritas a partir dos conceitos de enunciado, discurso, formação discursiva até arquivo, possibilita-se a compreensão de como o saber, o conhecimento, ao serem interpretados por um movimento em séries-enunciativas, acontece como uma forma de dominar e produzir verdades acerca do objeto a que se refere.

A partir desse ponto, como último dos quatro domínios, prosseguimos para a investigação que Foucault faz sobre a relação “que o enunciado tem com um sujeito” (Machado, 2006, p. 108), visto que é preciso distinguir posição-sujeito de subjetividade, se atentando para a construção histórica de objetos e sujeitos. No que se refere a este investimento, Foucault buscou compreender “processos de subjetivação e de objetivação que fazem com que o sujeito possa se tornar, na qualidade de sujeito, objeto de conhecimento” (Foucault, 2012, p. 236).

Sob essa direção, é possível concluir que a produção de enunciados está subordinada a uma conjuntura de séries históricas, isto é, visto que “o enunciado é uma função vazia” (Machado, 2006, p. 108) há necessidade de o sujeito ocupar uma posição, falar representando alguma instituição e inscrever-se em relações de poder com outros

sujeitos. Logo, a posição de sujeito é demarcada pelo enunciado no próprio processo discursivo, levando-se em conta que os indivíduos a ocupam. Já a subjetividade é efeito do processo discursivo, daí sua relação com a vontade de verdade – em que ela pode se manifestar ou não pelo processo discursivo – e os processos de objetivação e subjetivação.

Ao compreendermos os processos de objetivação como os meios pelos quais nos tornamos sujeitos (Foucault, 1995), temos três abordagens propostas inicialmente: o sujeito como estatuto do conhecimento científico – o sujeito produtivo, que trabalha e simplesmente está “vivo na história natural ou na biologia”; o “sujeito que é dividido no seu interior e em relação aos outros” (Foucault, 1995, p. 231), objetivado por práticas divisoras, normatizadas, a exemplo de “o louco e o são, o doente e o sadio, os criminosos e os ‘bons meninos’” (Foucault, 1995, p. 231) e o modo pelo qual “os homens aprenderam a se reconhecer como sujeitos” (Foucault, 1995, p. 232), isto é, o sujeito como objeto para si mesmo.

Destes modos investigados por Foucault é possível depreender que a partir do momento que o dispositivo policial define suas regras e suas práticas acerca do que um policial militar deve cumprir e seguir para ocupar a posição de sujeito policial militar, está ocorrendo um processo de objetivação, o qual define um contorno para a posição-sujeito policial militar. Nesse sentido, a reverberação desses discursos pode criar um efeito de subjetivação de policial. Para exemplificar o processo de subjetivação do policial podemos pensar no indivíduo aprovado em concurso público para esse cargo de agente de segurança pública. Ao ter que fazer o curso de formação e ter o conhecimento sobre as regras atribuídas à função, ele terá que obedecer ou desobedecer, de forma consciente ou inconscientemente, tendo como guia, não as práticas descritas como as elencadas para a forma sujeito ou para posição de sujeito policial, o ideal de subjetividade de policial que ele pretende alcançar e exercer. Desse modo ocorre o processo de subjetivação, que é ético, é um trabalho de si para si mesmo.

Assim, a possibilidade de analisar o discurso sobre o policial militar, cujos saberes foram registrados por uma história tradicional, em analogia com os saberes que se produziram num encadeamento de acontecimentos díspares, nos permite caminhar na seara proposta por Foucault ao querer investigar “por que e como se estabelecem relações entre os acontecimentos discursivos.” Foca-se a questão do sujeito, não como uma estrutura rígida, mas sim como o próprio filósofo afirma: “Se faço isso, é com o objetivo de saber o que somos hoje.” (Foucault, 2006b, p. 258). Esse “quem somos hoje?”, em

uma perspectiva foucaultiana, é referenciado por Machado (2006) a partir da seguinte perspectiva:

Para compreendermos a história arqueológica de Foucault podemos partir dessa constatação: todas as suas análises estão centradas no homem, isto é, formam uma grande pesquisa sobre a constituição histórica das ciências do homem na modernidade. (Machado, 2006, p. 6)

Nessa perspectiva pós-estruturalista, cujo viés era apregoado até os anos 1960, Foucault alicerça seus estudos sobre as relações de poder que constituem o sujeito, de forma a descrever acontecimentos discursivos, não mais estruturas como antes realizado pelos historiadores. Assim, a concepção foucaultiana de discurso reside no fato de o autor “considerar o discurso como uma série de acontecimentos” capaz de “nos situar automaticamente na dimensão histórica. (Foucault, 2006b, p. 256). Em entrevistas concedidas a respeito, as quais culminaram no artigo “Poder e saber / Poder e estratégias / Diálogo sobre o poder”, de *Ditos & Escritos IV* (2006), Foucault faz o seguinte posicionamento:

*As palavras e as coisas* sob seu aspecto literário, puramente especulativo é igualmente um pouco isto, o balizamento dos mecanismos de poder no interior dos próprios discursos científicos: a qual regra somos obrigados a obedecer, em uma certa época, quando se quer ter um discurso científico sobre a vida, sobre a história natural, sobre a economia política? A que se deve obedecer, a que coação estamos submetidos, como de um discurso a outro, de um modo a outro, se produzem efeitos de poder? Então, é toda essa ligação do saber e do poder, mas tomando como ponto central os mecanismos de poder, é isso, no fundo, o que constitui o essencial do que eu quis fazer, quer dizer, isto não tem nada a ver com o estruturalismo, e se trata, sem dúvida nenhuma, de uma história – bem-sucedida ou não, não me cabe julgar –, de uma história dos mecanismos de poder e da maneira como eles se engrenaram. (Foucault, 2006b, p. 226-227)

Por esse prisma, que aponta para a existência de uma coação sobre os discursos e as condutas do sujeito, Foucault se debruça em “descobrir por que e como se estabelecem relações entre os acontecimentos discursivos.” Com efeito, o objetivo maior permeia a discussão sobre o “saber o que somos hoje.” (Foucault, 2006b, p. 258).

Essa indagação filosófica não está cerceada a uma questão longínqua na história. Há, na ordem discursiva, uma emergência que conduz modos de ser, agir e/ou fazer dos indivíduos, os quais, em determinadas posições do discurso, constituem-se sujeitos.

Assim, nesse percurso teórico-reflexivo, em que os conceitos arqueológicos foucaultianos vão se amalgamando da teoria do saber a uma genealogia do poder, torna-se possível identificar a aula inaugural “A ordem do discurso”, pronunciada em 2 de dezembro de 1970, no *Collège de France*, como um acontecimento inserido no entremeio da Arqueologia e da Genealogia, responsável por demarcar a incursão da Arqueogenealogia foucaultiana.

Apesar do termo arqueogenealogia não ser encontrado em nenhum escrito original de Foucault, essa junção aparece de forma sólida como perspectiva teórica na medida em que as pesquisas acerca dos saberes e dos poderes vão se desenvolvendo, de acordo com as condições de possibilidade propiciadas pelos estudos discursivos contemporâneos. Neves e Gregolin (2020) abordam sobre esse entrelaçamento, precisando, inclusive, a data em que o termo fora utilizado na língua portuguesa:

Michel Foucault não empreendeu reflexões específicas sobre o que seria um método arqueogenealógico, nem mesmo se utilizou desta denominação. Em língua portuguesa, esta definição foi usada pela primeira vez em 1993, pelo pesquisador português da área de comunicação Antônio Fernando Cascais, com o objetivo de especificar os deslocamentos metodológicos propostos por Foucault depois de sua fase arqueológica. Pela própria complexidade de suas formulações, sempre críticas a binarismos, não podemos ver uma dicotomia entre estas duas perspectivas, e embora se estabeleçam deslocamentos, há também entre elas uma relação de complementaridade. (Neves; Gregolin, 2020, p. 10)

Diante dessa primeira prospecção rumo à compreensão de como se dá a constituição do sujeito pelo terreno dos estudos discursivos foucaultianos, somos conduzidos a compreender que a teoria arqueogenealógica pode ser tomada “como um referencial teórico, uma atitude analítica e ao mesmo tempo um método de análise.” (Neves; Gregolin, 2020, p. 12).

Sobre esse percurso, Navarro (2020) posiciona o Grupo de Trabalho dos Estudos Discursivos Foucaultianos, vinculados à Anpoll, como um lugar relevante para referenciar as análises discursivas que se esmeram em reconhecer o sujeito atravessado pelos saberes. Estes, em estando intrinsecamente relacionados ao exercício do poder sobre os corpos, não teriam vínculo com o sujeito assujeitado, segundo o viés da Análise do Discurso Francesa. A respeito, importa salientar que existe essa memória teórica-discursiva, a qual nos distanciamos, a partir do amadurecimento e robustez da perspectiva teórica arqueogenealógica procedida nos estudos de linguagem, que sustenta não haver a

necessidade de se retomar conceitos pertencentes às “três épocas”, ou AD-1 ou AAD-69, da Análise do Discurso (Pêcheux, 2014). Em uma analogia de discurso poética, pelas palavras do professor e líder do GT dos Estudos Discursivos Foucaultianos, pode-se afirmar ser possível “escolher um caminho e suportar o abandono do outro.” (Navarro, 2020, p. 3).

Escavados esses fundamentos, Neves e Gregolin (2020) apresentam, de modo didático, algumas das transformações que indicavam caminhos a serem trilhados por Foucault, ao abordar uma ordem do discurso no entremeio da arqueologia e da genealogia:

[...] as *práticas discursivas* podem ser tomadas como estratégias de *governamentalidade*, a *ordem do discurso* passa a ser compreendida também como processos de *normalização* e *dispositivos* de poder e saber, as políticas que envolvem o *corpo* ganham centralidade nas análises dos enunciados. (Neves; Gregolin, 2020, p. 4, grifos do autor)

A respeito dos processos de governamentalidade, em seu Curso do *College de France*, de 1 de fevereiro de 1978, Foucault explica que a arte de governar passa a funcionar como uma estratégia de exercício do poder. Ela aparece a partir do século XVI até o final do século XVIII, por meio do desenvolvimento de “uma série considerável de tratados que se apresentam não mais como conselhos aos príncipes, nem ainda como ciência da política, [...]” (Foucault, 1979, p. 163).

Desse trecho que rememora o deslocamento da arte de governar, faz-se importante situar seu nascimento, de acordo com a narrativa foucaultiana:

Procurarei agora lhes mostrar como essa governamentalidade nasceu, [em primeiro lugar] a partir de um modelo arcaico, o da pastoral cristã; em segundo lugar, apoiando-se num modelo, ou antes, numa técnica diplomático-militar; e, enfim, em terceiro lugar, como essa governamentalidade só pôde adquirir as dimensões que tem graças a uma série de instrumentos bem particulares, cuja formação é contemporânea precisamente da arte de governar e que chamamos, no antigo sentido do termo, o sentido dos séculos XVI e XVII, de “polícia”. A pastoral, a nova técnica diplomático-militar e, enfim, a polícia – creio que foram esses os três grandes pontos de apoio a partir dos quais pôde se produzir esse fenômeno fundamental na história do Ocidente, a governamentalização do Estado (Foucault, 2008a, p. 146)

Além de marcar as proximidades e distanciamentos ocorridos na história sobre a arte de governar, esse percurso expõe um fato, um saber relevante para a nossa pesquisa:

o da polícia funcionando como técnica de poder do Estado. Sob esse entendimento, para o exercício da governamentalidade, as formas de governar ocorrem por meio de diversas ações estratégicas firmadas e aplicadas no meio social. É o que podemos observar na Seção 2, em que o Estado administra as vidas dos corpos de autoridade (biopolítica), regidos por dispositivos jurídicos, os quais conduzem a população (biopoder), baseados na justificativa estatal que regula as suas funções de manter e preservar a ordem e a segurança da sociedade.

Tais técnicas correspondem a uma determinada ordem do Estado, denominada por Foucault (2005) de biopolítica. Já o biopoder, que funciona como um mecanismo de poder disciplinar, destina-se ao controle da vida para assegurar a existência da população. Esse funcionamento, em conjunto, objetiva a produtividade dos indivíduos numa sociedade de controle regulada por técnicas estabelecidas por dispositivos de poder. Sobre este conceito cunhado pelo filósofo francês temos a seguinte explanação:

Através deste termo tento demarcar, em primeiro lugar, um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos. Em segundo lugar, gostaria de demarcar a natureza da relação que pode existir entre estes elementos heterogêneos. Sendo assim, tal discurso pode aparecer como programa de uma instituição ou, ao contrário, como elemento que permite justificar e mascarar uma prática que permanece muda; pode ainda funcionar como reinterpretção desta prática, dando-lhe acesso a um novo campo de racionalidade. Em suma, entre estes elementos, discursivos ou não, existe um tipo de jogo, ou seja, mudanças de posição, modificações de funções, que também podem ser muito diferentes. Em terceiro lugar, entendo dispositivo como um tipo de formação que, em um determinado momento histórico, teve como função principal responder a uma urgência. O dispositivo tem, portanto, uma função estratégica dominante. Este foi o caso, por exemplo, da absorção de uma massa de população flutuante que uma economia de tipo essencialmente mercantilista achava incômoda: existe aí um imperativo estratégico funcionando como matriz de um dispositivo, que pouco a pouco tornou-se o dispositivo de controle-dominação da loucura, da doença mental, da neurose. (Foucault, 1979, p. 17-18)

Em concordância a esta formulação foucaultiana, encontramos o esclarecimento de Martins e Sousa (2021):

[...] é possível olhar para os dispositivos de poder concebidos por Foucault como práticas discursivas e não discursivas que entram em

funcionamento no seio da sociedade sob a forma de vetores de normalização que convocam a população a aderir a determinadas práticas controladas às quais se associam segurança, status social, felicidade e diferentes formas de consumo, em constante processo de atualização. (Martins; Sousa, 2021, p. 6301)

Essa perspectiva coaduna com o fato de que as práticas reguladas por dispositivos funcionam de modo a normalizar não apenas condutas, mas produzir saberes que, ao serem discursivizados no seio social, vão gravitar entre o verdadeiro e o falso numa dada ordem do discurso, na medida em que correspondam a uma dada urgência. Tal afirmação encontra respaldo, dado que Foucault (1979) define essa noção contemplando a possibilidade de os discursos e os enunciados poderem vir a funcionar como elementos regulados no interior dos dispositivos. Dessa viabilidade formulada pelo filósofo, Franceschini e Fernandes contribuem para a compreensão de que a relevância desse funcionamento “não é a coisa em si, e sim um efeito que seu funcionamento pode alcançar.” (Franceschini; Fernandes, 2014, p. 94).

Assim, sobre esse “termo técnico decisivo na estratégia do pensamento de Foucault.”, do modo como Agamben lança luz, “Não se trata de um termo particular, que se refere somente a esta ou àquela tecnologia do poder.” (Agamben, 2009, p. 33). Existem várias possibilidades de funcionamento de tecnologias de poder, as quais operam em rede, numa engrenagem de relações de força, com vistas a capturar sujeitos. Acerca desse agenciamento, ainda é relevante expormos o que Piovezani e Curcino (2014) enunciam:

Em Foucault, portanto, o dispositivo parece referir-se a uma tecnologia composta de partes organizadas e articuladas entre si e agenciadas de tal modo que condicionam um campo de ação. O dispositivo indica um aparelho e um agenciamento, em cujo efeito normativo sobre certos espaço e tempo são produzidas determinadas disposições dos sujeitos a certas práticas, ou seja, por sua ação cria-se uma propensão histórica a certas ações, no interior de um conjunto de várias possibilidades. (Piovezani; Curcino, 2014, p. 38)

A partir dessas noções de dispositivo, buscamos respaldo para proceder às análises de nosso objeto de pesquisa, pois entendemos que há um movimento cíclico em jogo: há o controle de determinadas práticas para o policial militar, as quais produzem saberes a seu respeito e, do encontro do saber sobre esse agente de segurança pública com os poderes que o conduzem e o constituem, há o funcionamento de dispositivos que se entrecruzam e permanecem atualizando as formas de gerir esses corpos de autoridade



constantemente. Desse processo regulado, a seguinte formulação de Navarro (2015) contribui para nossa compreensão:

Acolher o texto de A ordem do Discurso como um dos momentos do pensamento de Foucault (1995) em que o saber “encontra” o poder é observar uma das formas de manifestação do dispositivo, por intermédio de práticas discursivas que estabelecem divisões, por exemplo, entre verdadeiro e falso, razão e desrazão, normal e anormal ou interdições, como as que definem o que é permitido ou não falar, quem pode falar e em que circunstâncias é possível falar. (Navarro, 2015, p. 3)

Sob esse prisma, consideramos que as relações de poder, exercidas por meio de dispositivos, manifestam-se sob o domínio de uma biopolítica que conduz os corpos de autoridade, (re)produzindo discursos que ora podem estar na ordem do verdadeiro ora do falso, a partir de determinadas circunstâncias da/na contemporaneidade social.

É relevante, contudo, observarmos que há mais de uma faceta conceitual para o termo biopolítica. Para melhor compreensão da perspectiva que adotamos em nossas análises, apresentamos um resumo de cinco definições que foram produzidas conforme a noção de poder ia sendo desdobrada por Foucault.

Segundo Neto (2008), o período compreendido entre 1974 e 1979 é o que demarca as cinco formulações de Foucault sobre biopolítica. Sobre esse período, salientamos a proposição de Agamben. Segundo as investigações deste autor, a frequência usual da noção de dispositivo por Foucault está em concordância com o período cronológico citado, o qual, justamente, circunscreve a fase que o filósofo “começa a se ocupar daquilo que chamava de ‘governabilidade’ ou de ‘governo dos homens’” (Agamben, 2009, p. 28). Dessa feita, se os dispositivos “devem produzir o seu sujeito” (Agamben, 2009, p. 38), na transição da sociedade disciplinar para a sociedade de controle, o biopoder, por meio da gerência do Estado, passa a controlar não mais um indivíduo, senão todo o corpo da população.

Nessa direção, considerando cada perspectiva da noção de biopolítica relacionada a um confronto da política com outro domínio, temos as seguintes associações: “política e saúde; política e guerra; política e sexualidade; política e segurança; finalmente, política e economia. Cada um dos cinco confrontos delimita uma formulação.” (Neto, 2008, p. 48).

Na concepção de biopolítica relacionada à Política e saúde, a medicina é tida como estratégia política, sob o pressuposto de que a “saúde e a vida, desde antes do nascimento

até o último momento da morte, tornam-se objetos de uma regularização medical compulsória.” (Neto, 2008, p. 50). Nesse caso, o médico agencia o poder sobre o corpo da população, a partir de intervenções higienizadoras.

Já pelo viés da política e guerra, a biopolítica faz funcionar o poder e o direito de fazer viver, ainda que, para isso, seja necessário exercer o direito de fazer morrer. Neto explica essa possibilidade da seguinte maneira:

O poder sobre a vida, para implementar a vida, leva à guerra por dois motivos. Por um lado, a guerra interna deve purificar a raça, eliminando as causas de sua degenerescência, os anormais e as raças inferiores. Por outro, a guerra externa deve expor os elementos da própria raça ao fogo depurador da guerra. (Neto, 2008, p. 53)

Seguindo para a noção de biopolítica a partir da relação da Política com a sexualidade, o dispositivo de sexualidade, “em uma idéia cristã de poder pastoral que se encarregaria dos indivíduos, conduzindo-os em direção à salvação” (Santos, 2010, p. 14), é um dos principais mecanismos da biopolítica, que é definida pelo cuidado do corpo das populações pela apreensão de seu sexo, sendo que este “constitui a matéria que, elaborada em um regime prático-discursivo, toma a forma da sexualidade.” (Neto, 2008, p. 55).

Acerca da concepção de biopolítica formulada sob o confronto Política e segurança, a responsabilidade de cuidado com o corpo social recai ao Estado. Com base no exercício do poder pastoral, cuja metáfora religiosa do pastor e seu rebanho é utilizada para ilustrar que, assim como o pastor sabe o que é bom para suas ovelhas, por isso as guia para um objetivo, conduz-as à salvação, tal qual é governo do Estado para com os indivíduos. “A salvação eterna torna-se segurança em vida. A segurança é a promessa que o Estado faz à população, quando se põe a seu serviço.” (Neto, 2008, p. 57). Acerca deste entendimento Neto explica:

Para mostrar que cumpre o pacto, o Estado deve dar provas espetaculares de que, em caso de perigo, pode agir rapidamente e colocar a segurança acima da lei e do estado de direito. E isso não é visto pela população como uma arbitrariedade ou um abuso de poder, mas como uma disposição solícita do Estado para cumprir seu papel. (Neto, 2008, p. 56)

Com vistas a compreender o funcionamento dos dispositivos que regem os corpos de autoridade, objeto de nossa pesquisa, o conceito de biopolítica que adotamos encontra respaldo tanto nesta concepção quanto na próxima e última que iremos expor. Antes dessa

explicação, no entanto, é importante atentarmos para o fato de que o dispositivo de segurança (securitário) constitui relevante mecanismo de domínio estatal nessa conceituação de biopolítica.

Nessa ótica, o dispositivo securitário funciona de modo a evitar e/ou diminuir eventualidades que possam ameaçar a segurança da população. Para isso, os corpos são regulados por alguns aparatos, citados no exemplo a seguir:

O Estado toma para si a responsabilidade de organizar uma série de mecanismos capazes de reduzir as ocorrências danosas ocasionais e controlar seus efeitos – entre eles estão, além dos tradicionais mecanismos de segurança militar e jurídica, os mecanismos de segurança social, seguro-saúde, seguro-desemprego, fundos de solidariedade, vigilância policial, prevenção da criminalidade. Trata-se de desenvolver os mecanismos capazes de apreender e regularizar os eventos aleatórios que, de algum modo, ameaçam a segurança de uma população. (Neto, 2008, p. 56)

Sob esse viés, podemos compreender essa regulação como ações encapsuladas, análogas a remédio contra os males advindos das problemáticas contemporâneas que assolam a sociedade. Essa mudança de ótica a respeito da forma de governar, pelo dispositivo de segurança, é tratada por Augusto e Wilke (2019) como uma docilização precoce, que se manifesta em discursos que passam a circular sobre a necessidade de a segurança humana ser “universal, global e indivisível, com os considerados crimes nacionais agora passando a serem vistos como problemas globais (tais como drogas, poluição e terrorismo) [...]” (Augusto; Wilke, 2019, p. 230-231). Diante desse mecanismo, tais discursos, em função do dispositivo securitário, estariam permitindo a emergência da produção e disseminação de enunciados sobre paz, usada, com efeito, para garantir a sustentação de práticas neoliberais.

Enfim, a última formulação conceitual para biopolítica vem do confronto Política e economia. O nascimento dessa prática de governar “ocorre no sistema do Liberalismo, um exercício do governo que busca maximizar seus efeitos e reduzir seus custos.” (Baracuhy; Pereira, 2013, p. 324). Nesse viés, “é a economia política que vai passar a estabelecer o limite da intervenção governamental.” (Neto, 2008, p. 58). Sobre esse estabelecimento, Fernandes Júnior explica da seguinte forma:

O biopoder, instalado no século XVIII, desloca-se do exercício realizado sobre um indivíduo e é assumido pelo Estado, que passa a administrar o corpo da população, a partir das técnicas de

governamentalidade. Essa arte de governar está vinculada ao crescimento das cidades, das populações e à necessidade de criar políticas que propiciem melhorias de vida destinadas a esse “corpo social” (população como espécie), tais como segurança, alimentação, saúde pública etc. Do século XVIII aos dias atuais, muito tempo se passou e muitas mudanças ocorreram no cenário da biopolítica, alterando as campanhas governamentais, as expectativas dos cidadãos, o modo como a mídia e outros segmentos incorporaram os ideais de longevidade, felicidade, saúde etc. Essa lógica biológica, ou seja, a entrada da vida no campo da política, é o resultado das alterações do exercício do poder ao longo do tempo, sobretudo na atualidade, por intermédio da comunicação de massa, via propagandas, moda etc. (Fernandes Júnior, 2014, p. 55-56).

Em consonância a esse entendimento, o sujeito dessa formulação é aquele que deve ser empreendedor de si<sup>5</sup>, resiliente, buscar viver em prol da paz (como já anunciado pela regulação do dispositivo securitário), sempre em competitividade, tudo conforme dita a racionalidade neoliberal:

A racionalidade neoliberal [...] requer um Estado forte, com intervenção ativa e um sistema de direito específico. O Estado neoliberal é ‘governamentalizado’, de modo a modificar a conduta dos indivíduos, mudar sua relação com as instituições e transformá-los em consumidores e empreendedores.” (Dardot; Laval *apud* Augusto; Wilke, 2019, p. 227)

Estes aspectos citados são verificados ao longo das análises que se entrecruzam nas Seções deste trabalho.

Diante desse panorama, evocar as noções de dispositivo e as maneiras de manifestação da biopolítica nos permite compreender como o funcionamento do poder garante a validação de determinadas práticas que atuam na produção de subjetividades do sujeito policial, em meio às dispersões discursivas.

Sob essa perspectiva, que assinala o percurso de Foucault até sua terceira fase, há a prática de uma nova forma de pensar a subjetividade, com estudos sobre a ética. Assim, investigando sobretudo os modos como nos tornamos sujeitos, através do cuidado de si e

---

<sup>5</sup> A partir da formulação de empreendedor de si, como aqueles que estão inseridos numa prática de “racionalidade neoliberal centrada no ‘autogoverno’ dos indivíduos enquanto capitais humanos”, segundo Dardot e Laval, citados por Augusto e Wilke (2019), compreendemos o objeto de nossa pesquisa, o sujeito policial em práticas educacionais, como aquele que ocupa, discursiva e refletidamente, uma posição que requer práticas (refletidas) que cuidem e governem a si mesmo para dar conta de ministrar as aulas de teor preventivo com maiores chances de obter êxito. Como, por exemplo, o policial militar que leciona em língua guarani, ainda que não seja previsto para o funcionamento do Proerd.

do cuidado com o outro, as pesquisas passam a focar a produção de subjetividade além da sujeição procedente da relação saber/poder.

Esse terceiro Foucault parte de um estudo histórico, centrado nos modos de subjetivação na Grécia, Roma e Cristianismo antigos. Nesse pensamento, há uma análise histórica das técnicas de si, em que se privilegia “estudar a história das maneiras pelas quais o indivíduo se constitui como sujeito moral de suas próprias ações.” (Medeiros, 2021, p. 58). Sobre essa fase, Gregolin (2015, p. 193) ensina que a “*genealogia da ética* busca problematizar as práticas de si e os processos de governamentalidade que ligam o sujeito à verdade”, além disso instrui que:

Genealogia da ética: o sujeito deixa de ser pensado somente na imanência de práticas que o sujeitam; ao mesmo tempo em que é determinado pelo exterior, torna-se sujeito e objeto para si próprio, denotando uma subjetivação ética susceptível aos mecanismos disciplinares e às regulações do biopoder das modernas sociedades ocidentais. (Gregolin, 2015, p. 193)

A ética, para Foucault, implica liberdade, tal qual não se pode ceder às próprias vontades, como não se deve ser dominado pelo outro. Daí, o cuidado de si “assume a forma de um exercício que o indivíduo realiza sobre si mesmo. Por ele, o indivíduo procura transformar e atingir um determinado modo de ser e de agir” (Bazza, 2018, p. 72). Assim, essa terceira fase foucaultiana representaria a possibilidade de se compreender o cuidado de si e dos outros como algo ético, que constituiria sua subjetividade, além de, também, procurar entender como os sujeitos são objetivados por práticas normalizadoras (biopolíticas), a partir da governamentalidade.

Partindo desse viés, numa empreitada de (se) explorar verdades inferidas acerca das possibilidades de dispersões do sujeito policial, este trabalho, tendo em vista nossa hipótese e os objetivos anunciados anteriormente, insere-se em um conjunto de pesquisa, realizadas por integrantes do referido Grupo de trabalho, que tem por vocação realizar um diagnóstico do presente como método discursivo de análise. Assim, na próxima seção, as relações de saber-poder são analisadas em documentos que compõem um arquivo responsável pela produção de verdades acerca do policial militar na qualidade de objeto discursivo.

## **2 O SABER CIENTÍFICO/HISTÓRICO SOBRE POLICIAL MILITAR**

O cuidado com a verdade, neste espaço discursivo, não pretende fazer ou, simplesmente, relatar uma história da instituição policial militar. Ao buscar responder à pergunta norteadora desta pesquisa, os textos analisados como monumentos, escansões do que a história das relações com o pensamento mantém com a verdade, nos conduzem à compreensão de que há procedimentos de produção de verdades acerca dos modos de ser e fazer do sujeito policial militar. Ressaltamos que tais processos tendem a estar, significativamente, localizados no discurso científico e nas instituições responsáveis pela produção de saberes. Uma vez que os centros de formação, as delegacias, as viaturas, espaços aparentemente privilegiados como campo de inscrição dos discursos a respeito deixam de ser iluminados como únicos lugares de registro de enunciação acerca desse agente de segurança pública, outros lugares emergem e rememoram locais constituídos historicamente.

Ao lado destes lugares, tanto como fora deles, os discursos sobre policial militar constituíram massas documentárias institucionais, somados a outros discursos como os midiáticos e os educacionais, os quais, sobretudo, atravessam o sujeito dessa posição, de modo a objetivá-lo de acordo com as verdades produzidas em cada espaço circulante.

Partindo desse pressuposto, algumas regularidades enunciativas observáveis pela análise do funcionamento dos dispositivos jurídicos que atravessam e constituem as práticas de si do sujeito policial militar e, concomitantemente, as práticas que são atravessadas pelos dispositivos que fazem falar sobre policial militar, direcionam para saberes outros que são contra o governo desses corpos de autoridade. À vista disso, circulam em espaços discursivos predeterminados e, ainda assim, produzem práticas que regulam condutas, como será tratado na presente seção.

### **2.1 Saberes produzidos nos discursos jurídico/científico**

Com a finalidade de compreender os saberes e os poderes que atravessam os discursos científicos sobre os policiais militares na contemporaneidade, e numa tentativa de compreender como se efetiva, discursivamente, o movimento de confronto entre o controle que regula a conduta do policial e o que ele próprio detém, o quadro enunciativo desta seção reúne textos jurídicos/científicos da Constituição Federal Brasileira (1988), do Decreto-lei nº 667, de 2 de julho de 1967, da Constituição Estadual do Estado de Mato Grosso do Sul (1989), do Decreto nº 88.777, de 30 de setembro de 1983, que aprova o regulamento para polícias militares (R-200) somado ao Decreto nº 1260, de 2 de outubro

de 1981, de Regulamento Disciplinar e, por fim, a Lei Complementar nº 153, de 30 de agosto de 1990, que regula o Estatuto da Polícia Militar de Mato Grosso do Sul.

Iniciando pelo texto da Constituição Federal Brasileira (Brasil, 1988), a qual, substancialmente, sanciona os direitos e deveres do Estado e dos cidadãos (por meio de mecanismos de exercício e controle do poder), os direitos e as garantias fundamentais, a defesa da Constituição, do Estado e das Instituições Democráticas e as finalidades socioeconômicas do Estado, consideramos as seguintes normativas a respeito da Polícia Militar:

- O Art. 21, em seu inciso XIV, afirma competir à União “organizar e manter a polícia militar [...]”;
- O Art. 22, inciso XXII, declara competir privativamente à União legislar sobre normas gerais de organização, efetivos, material bélico, garantias, convocação, mobilização, inatividades e pensões das polícias militares [...];
- O Art. 32, parágrafo 4º, traz que lei federal disporá sobre a utilização, pelo Governo do Distrito Federal, da polícia militar [...];
- O Art. 42, certifica que os membros das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares, instituições organizadas com base na hierarquia e disciplina, são militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.;
- O Art. 125, parágrafo 4º, aduz que “os Estados organizarão sua Justiça, observados os princípios estabelecidos nesta Constituição.” [...] Compete à Justiça Militar estadual processar e julgar os militares dos Estados, nos crimes militares definidos em lei e as ações judiciais contra atos disciplinares militares, ressalvada a competência do júri quando a vítima for civil, cabendo ao tribunal competente decidir sobre a perda do posto e da patente dos oficiais e da graduação das praças.;
- No Art. 129, nos incisos VII e VIII, afirma-se que são funções institucionais do Ministério Público: VII - exercer o controle externo da atividade policial, na forma da lei complementar mencionada no artigo anterior; VIII - requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial, indicados os fundamentos jurídicos de suas manifestações processuais;
- O Art. 142, nos incisos IV e V, estabelece que “ao militar são proibidas a sindicalização e a greve; e o militar, enquanto em serviço ativo, não pode estar filiado a partidos políticos.”;

- Já no Capítulo III, referente à Segurança Pública, o Art. 144, no inciso V, parágrafos 5º e 6º, assevera-se que “a segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos: às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; [...]”; e ainda: “As polícias militares e os corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do Exército subordinam-se, juntamente com as polícias civis e as polícias penais estaduais e distrital, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.”

Tratando desses textos como análises documentais, como bases tradicionais da história, da continuidade, os documentos que registram normas e/ou acontecimentos sobre policial militar passariam, então, a ter outra finalidade, a partir do que se possa reconstituir sobre o que dizem estes materiais. Pela noção de diagnóstico do presente, essas normativas constitucionais, organizadas meticulosamente, nos instigam a questionar se tais temáticas não seriam apenas predileções, dando a conhecer uma evidência histórica, qual seja, a posição de sujeito policial militar construída a partir de um domínio associativo que (cor)responde às demandas do dispositivo do Estado.

No dispositivo jurídico, as formas de visibilidade e o que se enuncia desde o Artigo 21 ao Artigo 144, elencados pela disposição apresentada na CF (1988), sobre a instituição policial militar atendem a condições de existência, organização e funcionamento pautadas e mantidas por ramificações do Estado (União, Governo, Ministério Público, etc.). Logo, todo esse conjunto de práticas de organização determinadas (organizar, manter, legislar, definir como utilizar, processar, julgar, controlar, requisitar diligências, etc.) denotam em suas regularidades enunciativas atravessamentos históricos, discursos, saberes, emergências de outros dispositivos que agem sobre a vida do indivíduo, subjetivando-o e o levando a ser obediente a determinadas condutas, uma vez que tal instituição funciona em razão da biopolítica, com vistas a um bem comum, em que certos regimes atuam sobre a população em função dos dispositivos securitários.

Essa obediência a determinadas condutas não assume caráter inovador. Gros (2018) alude à temática da desobediência “*a partir da questão da obediência*” (p. 16). O autor descreve três constatações acerca das condições de possibilidade para a obediência: I) necessidade de se ter alguém para obedecer; II) imposição de um legitimador que



chancele “a verdade” e III) assim, como essencial para o funcionamento do poder, há a necessidade de ser “livre”, não escravo para obedecer.

Em analogia a essas constatações, verificamos o funcionamento do poder produzindo práticas de obediência para os sujeitos que compõem e constituem a Organização Policial Militar. Dessa comparação, notamos que não se trata de a figura policial ser ruim ou boa. Refere-se mais ao exercício de um poder, em meio a rede de micropoderes em que os indivíduos se sujeitam em obediência a alguém, tendo o Estado para legitimar e impor suas práticas como verdadeiras. Atua-se não em nome de um ser individual, mas de um coletivo – o Estado – de modo que a liberdade de ação policial responde à necessidade essencial de funcionamento do poder: ser o indivíduo livre. Dessa feita, evoca-se o poder discricionário, que não seria pertinente de ser usufruído pelo ser humano desobediente, incapaz de ser detentor de suas próprias escolhas. Resta, dessa forma, a facilidade da “desresponsabilidade” (Gros, 2018, p. 26), uma vez que a responsabilidade de seus atos recai sobre a instituição que o chancela, até às práticas punitivas serem executadas, de fato, no corpo do indivíduo de tal posição social.

Para Gros (2018), essa necessidade de ter quem represente o ordenamento, para que uma população obedeça, corresponde a uma normalização de práticas que identificam a verdade do que é ou não pertinente a nossa humanidade e condizem a estratégias de governamentalidade:

“A ‘incurrigibilidade’ provém de um fundo de animalidade rebelde. Aceitar a mediação das leis, resistir à inclinação de nosso instinto, fazer o que o *outro* exige que façamos é aceder ao patamar da humanidade ‘normal’. Desobedecer é se deixar escorregar ladeira abaixo na selvageria, ceder às facilidades do instinto anárquico. **Se é o animal em nós que nos faz desobedecer, então obedecer é afirmar nossa humanidade.**” (Gros, 2018, p. 28, grifos nossos)

Em se tratando do texto constitucional em pauta, ele estaria no ápice das normativas, dentre os saberes responsáveis por balizar e ditar a verdade sobre como manter a ordem das condutas humanas necessárias para a vida em sociedade. Não se trata de anular os valores das consultas e/ou as memórias de fatos históricos desse texto jurídico, mas de reinterpretá-los, “[...] trabalhá-lo no interior e elaborá-lo” (Foucault, 2008b, p. 7), de modo a verificar que por haver saberes constituídos historicamente há práticas estabilizadas para policial militar. Nesse prisma, trata-se de realizar o inverso do que a história tradicional se propunha fazer, pois antes os “*monumentos do passado*”

(Foucault, 2008b, p. 8) eram memorizados por meio de documentos enquanto, em uma perspectiva serial, “a história é o que transforma os *documentos* em *monumentos*”.

Assim, as unidades antes analisadas por serem apenas tratadas como contínuas, ininterruptas, expostas em longos períodos, a partir do que estava documentado e considerado único, são superadas por essa nova forma de interpretar a história. De fato, reconhecer que a Constituição vigente foi elaborada em 1987, logo após o final da ditadura militar, é uma das escansões em meio aos discursos contemporâneos a respeito do conceito de polícia. Com efeito, há acontecimentos outros que atravessam as séries enunciativas mobilizadas nesta seção.

Escavando um pouco mais, a antiguidade clássica Greco-Romana suscita os conceitos política e polícia numa representatividade de simbiose semântica (Afonso, 2018, p. 218). Assim, a aparição do Estado político seria o eixo condutor da função policial. Estar ciente desse pensamento nos permite proceder a um estudo que contemple os quadros enunciativos sem a pretensão de encontrar origem, duração ou percurso exato. Tal qual sustenta-se pelos Estudos Discursivos Foucaultianos, Jean-Jacques Courtine (2016) concorda que a produção e a circulação dos enunciados no universo dos discursos não possibilitam uma delimitação, em meio a um universo global e líquido:

[...] ao mesmo tempo extremamente concentrado e extraordinariamente disperso, em que todo enunciado pode ser instantaneamente perdido ou imediatamente inserido numa imensa massa documental, cujos contornos físicos, cuja profundidade temporal ou cuja extensão espacial tornaram-se desde então impossíveis de serem determinadas.” (Courtine, 2016, p. 16)

Portanto, o ato de descrever elementos é importante por caracterizar acontecimentos de várias tipologias, independentemente de sua temporalidade e ocorrência. Por esse motivo, e a partir dessa concepção de história, acontecimentos históricos antes tidos como verdades únicas passam a ser interrogados e permitem que outros fatos – às vezes, “pequenos fatos, que geralmente passam despercebidos pela história globalizante” (Navarro, 2011, p. 6) – deixem de ser silenciados.

É o caso, por exemplo, do que o discurso jurídico e o científico postulam a respeito do termo “ordem”. No Artigo 144 da CF (1988), afirma-se que a Segurança Pública é exercida para a preservação da ordem pública; logo, doutrina-se que o papel da Polícia Militar se pauta em preservar essa ordem, por meio de policiamento ostensivo. Não desprezando as demais práticas que constituem saberes sobre a instituição em análise,

mas lançando luz ao que se discursiviza cientificamente, a literatura contemporânea apresenta distinção com proximidades pontuais entre o conceito de ordem e segurança pública. Segundo a Secretaria Nacional de Segurança Pública (2020), uma concepção seria consequência da existência da outra:

[...] a segurança pública é causa da ordem pública, que se traduz em um estado antidelitual, livre, portanto, da violação dos bens e valores mais importantes para a coletividade (vida, integridade física, liberdade, patrimônio, etc.) e, por isso, tutelados pelas leis, que regulam o comportamento de todos.

Nesse sentido, existe ordem pública, e, conseqüentemente, segurança pública, quando, por exemplo, no dia-a-dia o cidadão tem a liberdade para ocupar espaços públicos, transitar nas ruas a qualquer hora, sem sofrer qualquer tipo de prejuízo, violação ou dano (ex.: furto, roubo, sequestro, lesão corporal, homicídio etc.). (SENASP, 2020, p. 5)

Em concordância a esse entendimento, Lazzarini (1997) compreende Ordem Pública como “a normal execução do serviço público, o regular andamento das obras públicas e o devido exercício das funções da Administração pelas autoridades constituídas” (Lazzarini, 1997, p. 13). Se perguntarmos segundo que regras foram construídos esses enunciados que caracterizam o normal como a imposição de uma ordem que regula o comportamento de todos, podemos nos deparar com a prática da normalização da obediência como imprescindível para ditar uma identidade humanitária que, portanto, é reafirmada pelo discurso científico da temática. Tal percepção coaduna com a crítica de Gros (2018), uma vez aduzir que “fazer o que o *outro* exige que façamos é aceder ao patamar da humanidade ‘normal’” (Gros, 2018, p. 28, grifo do autor).

Com efeito, o sistema de enunciabilidade (Foucault, 2008b) não prevê que a ordem enunciada em um acontecimento seja uma forma de conservar seu valor de verdade em outras épocas em que apareça. Tampouco funciona de modo a resgatar sua vitalidade. De fato, o arquivo em análise define um nível particular, onde o enunciado “ordem” (re)aparece atualizado, como “uma multiplicidade de enunciados como tantos acontecimentos regulares, como tantas coisas oferecidas ao tratamento e à manipulação” (Foucault, 2008b, p. 147). Por esse motivo, entre a tradição e o esquecimento, a Carta Magna foi elegida inicialmente para verificar como aparecem as regras de uma prática que permite aos enunciados, que regulam modos de ser do policial militar, subsistirem e, ao mesmo tempo, se modificarem regularmente. “*É o sistema geral da formação e da transformação dos enunciados*” (Foucault, 2008b, p. 147, grifos do autor).

Sob esse viés, acerca do que se diz no nível jurídico, na próxima subseção partimos para a análise de discursos dos demais documentos legais sobre essa posição policial militar, acerca da normalização de práticas responsáveis por produzir saberes estabilizados a respeito do que ela pode, deve ou não fazer/dizer. Nessa seara, outros documentos atestam qual é o papel desse agente de segurança pública, em comparação ao Artigo 144 da CF (1988), no parágrafo 5º: “às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública” (Brasil, 1988).

## **2.2 O efeito de verdade de (uma) ordem de/para policial militar**

Analisar a Legislação Peculiar<sup>6</sup> sob o entendimento de que há uma economia do poder que corresponde a uma economia da verdade permite vislumbrar o sujeito policial militar em práticas regidas por uma vontade de verdade, cujas curvas e regimes de ordem são fixados pelos próprios dispositivos que os sustentam. Sob esse prisma, as condições de emergência que envolveram e circunscreveram o Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1967, no momento de sua formulação na década de 60, tende a ter relação com o funcionamento da sexta Constituição do Brasil e quinta de sua República (1967), isto é, a segunda e última constituição republicana de caráter autoritário. Como a elaboração dessa Carta havia sido supervisionada por militares que se encontravam no governo, ela ainda soaria como uma extensão da ditadura militar iniciada em 1964.

Rememorar esse acontecimento nos permite compreender que as práticas de ordem estabelecidas no momento de formulação do Decreto-lei em tela são resultantes do atravessamento de normas hierarquicamente previstas para reorganizar as Polícias Militares dos Estados. Dessas estruturas historicamente construídas, não se ignora que as competências que lhes foram atribuídas funcionam como regras de comportamento, as quais, atuando como instrumento de controle, encadearam violências e opressões. A partir desse entendimento, apresentamos as seguintes funções elencadas, segundo ressalvas da redação atualizada pelo Decreto nº 2010, de 1983:

“a) executar com exclusividade, ressalvas as missões peculiares das Forças Armadas, o policiamento ostensivo, fardado, planejado pela autoridade competente, a fim de assegurar o cumprimento da lei, a manutenção da ordem pública e o exercício dos poderes constituídos; (Redação dada pelo Del nº 2010, de 1983);

---

<sup>6</sup> Legislação própria, pertinente à Polícia Militar (Mato Grosso do Sul, 1983).

b) atuar de maneira preventiva, como força de dissuasão, em locais ou áreas específicas, onde se presume ser possível a perturbação da ordem; (Redação dada pelo Del nº 2010, de 12.1.1983);

c) atuar de maneira repressiva, em caso de perturbação da ordem, precedendo o eventual emprego das Forças Armadas; (Redação dada pelo Del nº 2010, de 1983);

d) atender à convocação, inclusive mobilização, do Governo Federal em caso de guerra externa ou para prevenir ou reprimir grave perturbação da ordem ou ameaça de sua irrupção, subordinando-se à Força Terrestre para emprego em suas atribuições específicas de polícia militar e como participante da Defesa Interna e da Defesa Territorial; (Redação dada pelo Del nº 2010, de 1983);

e) além dos casos previstos na letra anterior, a Polícia Militar poderá ser convocada, em seu conjunto, a fim de assegurar à Corporação o nível necessário de adestramento e disciplina ou ainda para garantir o cumprimento das disposições deste Decreto-lei, na forma que dispuser o regulamento específico. (Redação dada pelo Del nº 2010, de 1983).”

Nos enunciados citados, nota-se que a função policial atrelada à existência do Estado político reclama uma ordem de proteção. Esta permeia e recria práticas que subjazem às figuras ou imagens veiculadas pela mídia, de modo a ocorrer a objetivação do sujeito, sob uma governamentalidade estatal – o que será analisado em maior medida na seção 3. Para além do que está posto ou dito, apresentamos um quadro comparativo das atribuições em vigor pela Constituição Federal (1988) e pelo Decreto-lei nº 667, de 2 de julho de 1967 (Redação dada pelo Del nº 2010, de 1983), de reorganização das polícias militares:

Quadro 1 – Comparativo de práticas previstas pela Carta Magna (Brasil, 1988) e pelo Decreto-lei de Reorganização das Polícias Militares (Lei Peculiar)

<b>Instituições</b>	<b>Constituição Federal (1988)</b>
	<b>Práticas</b>
União	Organiza, mantém, legisla sobre normas de organização, convocação, mobilização, inatividade e pensões; certifica que os integrantes da Polícia Militar são militares, logo, regidos pela disciplina e hierarquia.
Justiça Militar	Processa e julga.
Ministério Público	Controle externos da atividade policial; requisita diligências investigativas; instaura inquérito policial militar (IPM).
Polícia Militar	Proceder policiamento ostensivo; preservar a ordem pública.

<b>Decreto-lei nº 667 (1967/1983)</b>	
<b>Instituição</b>	<b>Práticas</b>
Polícia Militar	a) executar com exclusividade o policiamento ostensivo, fardado, planejado pela autoridade competente, a fim de assegurar o cumprimento da lei, a manutenção da ordem pública e o exercício dos poderes constituídos; b) atuar de maneira preventiva, como força de dissuasão, em locais ou áreas específicas, onde se presume ser possível a perturbação da ordem; c) atuar de maneira repressiva, em caso de perturbação da ordem, precedendo o eventual emprego das Forças Armadas; d) atender à convocação, inclusive mobilização, do Governo Federal em caso de guerra externa ou para prevenir ou reprimir grave perturbação da ordem ou ameaça de sua irrupção; e) poderá ser convocada, em seu conjunto, a fim de assegurar à Corporação o nível necessário de adestramento e disciplina ou ainda para garantir o cumprimento das disposições deste Decreto-lei, na forma que dispuser o regulamento específico.

Fonte: Constituição Federal (1988) e Decreto lei nº 667, de 2 de julho de 1967 (Redação dada pelo Del nº 2010, de 1983).

Ao compreendermos como enunciado reitor<sup>7</sup> o “proceder policiamento ostensivo e preservar a ordem pública” da CF (1988) podemos analisar as demais práticas esmiuçadas no Decreto-lei (1967/1983) para condições de possibilidade do exercício de poderes legitimados para reger a atividade policial militar. Com esse propósito, apresentamos o conceito de enunciado reitor a seguir:

[...] *enunciados reitores*, os que se referem à definição das estruturas observáveis e do campo de objetos possíveis, os que prescrevem as formas de descrição e os códigos perceptivos de que ele pode servir-se, os que fazem aparecer as possibilidades mais gerais de caracterização e abrem, assim, todo um domínio de conceitos a ser construídos; enfim, os que, constituindo uma escolha estratégica, dão lugar ao maior número de opções ulteriores. (Foucault, 2008b, p. 166, grifos do autor)

<sup>7</sup> Em analogia à constituição de uma árvore, Foucault (2008) utiliza-se do conceito “árvore de derivação enunciativa” para ilustrar que, assim como as raízes representam a base de sua sustentação, os enunciados reitores se dispõem à mesma função. Por sua descrição, estaria “em sua base, os enunciados que empregam as regras de formação em sua extensão mais ampla; no alto, e depois de um certo número de ramificações, os enunciados que empregam a mesma regularidade, porém mais sutilmente articulada, mais bem delimitada e localizada em sua extensão” (Foucault, 2008, p. 166).

Sob esse viés, funcionando como uma escolha estratégica relacionada às práticas de “proceder policiamento ostensivo e preservar a ordem pública”, a recuperação de termos militares, pertencentes às Forças Armadas, está presente em todos os itens normativos: fardado, manutenção da ordem pública, força de dissuasão, perturbação da ordem, guerra externa, grave perturbação da ordem, adestramento e disciplina. Tais termos soam até familiares se não se distingue as funções das Forças Armadas e da Polícia Militar, no entanto, torna-se pertinente nessa pesquisa esclarecer que ambas as esferas obedecem a níveis de atuação díspares na sociedade. As Forças Armadas, compostas pelo Exército Brasileiro, Marinha do Brasil e Força Aérea Brasileira, representam o Poder Executivo Federal, tendo como autoridade precedente e superior o Presidente da República. Elas operam na qualidade de “instrumento militar responsável pela defesa do Brasil”, constituídas instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas sob a égide da hierarquia e da disciplina (Brasil, 2023).

Em palavras um tanto quanto simplistas, arriscamos destacar que enquanto as Forças Armadas capacitam-se para atuar frente a possíveis guerras (em maior medida externas do que internas), a Polícia Militar deve capacitar-se para atuar preventivamente, lidando, portanto, diretamente com o cidadão. Logo, por esse motivo, a recuperação dos termos militares citados no Quadro 1 (d)enunciam saberes que dão visibilidade a uma regularidade enunciativa que impõe uma ordem associada a uma autoridade retrógrada. Eis aí o elemento que podemos reter desses textos para as análises dos próximos documentos legais específicos.

Sob esse prisma, podemos afirmar que as relações de poder-saber são marcadas pelos domínios associados acerca do modo repressivo imposto como segurança nacional no Brasil, reflexo do acontecimento dos governos de exceção. Devido ao policiamento dessa época basear-se pelo “regime de força, de operação e combate, de desvio do emprego dos órgãos policiais em missão de polícia política e de operação de defesa interna” (Costa, 2005, p. 32) seus resquícios nos discursos contemporâneos ainda permanecem circulando e produzindo efeitos de verdade capazes de propagar (discursos e práticas de) medo. Coadunando com essa perspectiva, indicadores sociais também apontam sobre um grau de (des)confiança nas instituições policiais em geral, como podemos observar na tabela a seguir:

Tabela 1 – Confiança nas instituições policiais (Brasil)

Instituições	Confia muito	Confia	Confia pouco	Não confia	NS/NR
Polícia Militar	6,2%	31,3%	40,6%	21,4%	0,5%
Polícia Civil	6,0%	32,6%	39,6%	20,6%	1,2%
Polícia Federal	10,5%	40,4%	31,4%	14,5%	3,2%
Polícia Rodoviária Federal	8,9%	40,6%	32,2%	15,2%	4,1%

FONTES: Pesquisa SIPS - IPEA, 2012, p. 6

Entre os discursos legais analisados e os índices de confiança expostos nessa tabela há uma anuência sobre um sentimento que flutua acerca das expectativas policiais. Dessas percentagens, as respostas parecem pairar, em maior medida, entre o “confia pouco e confia”, o que tende a indicar uma possível relação contínua e íngreme entre a confiança e a desconfiança. Esse sentimento tende a ser produzido, em maior medida, quando se compreende o poder de forma restrita, como se seu funcionamento fosse meramente opressor, o que anularia seus aspectos mais sutis e produtivos em exercício. Além disso, faz-se importante proceder a uma leitura crítica dessas estatísticas e refletir que sua utilização é capaz de construir um efeito de realidade. Portanto, elas podem e, também, são muito utilizadas como mecanismo eficaz nos mais variados contextos em que se ocorra a disputa pela verdade. Basta observar o enunciado que acompanha e direciona a leitura da tabela do IPEA (2012):

A confiança é uma das variáveis fundamentais nesta pesquisa, pois na condição de portadora de um mandato que lhe permite utilizar a força física cada instituição policial deve atuar dentro da legalidade, com a legitimidade oriunda da confiança da população nela depositada. (IPEA, 2012, p. 5)

Nessa perspectiva, esses enunciados fazem questão de apresentar números como práticas incontestáveis, como verdades íntegras, uma vez que seus dados foram produzidos para atender a demanda de avaliação da “percepção da população em relação a como cada tipo de organização policial tem desempenhado o seu papel no campo da segurança pública.” (IPEA, 2012, p. 7-8).

Na sequência, o enunciado no Decreto-lei nº 667 (1967/1983), que institui a prática “atuar de maneira repressiva” funcionaria discursivamente como uma ferramenta capaz de rememorar o acontecimento da tomada do governo pela junta militar da década de 60, fazendo subsistir a crise que permeia e justifica a produção de possíveis violências.



Em sua dissertação sobre os dispositivos da violência escolar, Tombini (2018) alude que essa “interpretação tradicional acerca do poder, como repressor por excelência, muitas vezes, leva a uma leitura limitada dos seus efeitos e confunde poder com violência ao colocar ambos os termos quase que como sinônimos” (Tombini, 2018, p. 46). Tal asseveração provém do célebre pensamento de Foucault (1979):

Ora, me parece que a noção de repressão é totalmente inadequada para dar conta do que existe justamente de produtor do poder. Quando se definem os efeitos do poder pela repressão, tem-se uma concepção puramente jurídica desse mesmo poder; identifica-se o poder como uma lei que diz não. O fundamental seria a força da proibição. Ora, creio ser essa uma noção negativa, estreita e esquelética do poder que curiosamente todo mundo aceitou. Se o poder fosse somente repressivo, se não fizesse outra coisa a não ser dizer não, você acredita que seria obedecido? O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa como uma força que diz não, mas de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir (Foucault, 1979, p. 44).

Portanto, os efeitos de verdade capazes de difundir (discursos e práticas de) medo das atuações policiais militares tende a ser reflexo dessa visão limitada acerca do funcionamento do poder. Somado a essa perspectiva, essa verdade também encontra legitimação na ordem do discurso constituído pela política de restos, dado que “as memórias da ditadura na atualidade e de formação do autoritarismo contemporâneo” (Sá, 2022, p. 173) ainda se manifestam e materializam “marcas de violência, [...] sobretudo contra grupos historicamente marginalizados” (Sá, 2022, p. 163). Por esse viés, fato é que o regime militar, na qualidade de acontecimento, atravessa os discursos jurídicos em análise produzindo as formas de se praticar o policiamento militar. Como instrumento que assume de maneira pormenorizada essa função, passaremos a examinar os elementos organizados no Quadro 2. Trata-se de conceitos pertinentes ao Regulamento para as Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares (R-200), prescrito pelo Decreto nº 88.777, de 30 de setembro de 1983. O teor enunciativo desse edito apresenta em seu Capítulo II a conceituação e a competência da Polícia Militar, como exposto a seguir:

Quadro 2 – Conceitos e Competências Regulamentares para Polícia Militar

Conceito	Definição
----------	-----------

1	À disposição	É a situação em que se encontra o policial-militar a serviço de órgão ou autoridade a que não esteja diretamente subordinado.
2	Adestramento	Atividade destinada a exercitar o policial-militar, individualmente e em equipe, desenvolvendo-lhe a habilidade para o desempenho das tarefas para as quais já recebeu a adequada instrução.
3	Agregação	Situação na qual o policial-militar da ativa deixa de ocupar vaga na escala hierárquica do seu quadro, nela permanecendo sem número.
4	Aprestamento	Conjunto de medidas, incluindo instrução, adestramento e preparo logístico, para tornar uma organização policial-militar pronta para emprego imediato.
5	Assessoramento	Ato ou efeito de estudar os assuntos pertinentes, propor soluções a cada um deles, elaborar diretrizes, normas e outros documentos.
6	Comando Operacional	Grau de autoridade que compreende atribuições para compor forças subordinadas, designar missões e objetivos e exercer a direção necessária para a condução das operações militares.
7	Controle	Ato ou efeito de acompanhar a execução das atividades das Polícias Militares, por forma a não permitir desvios dos propósitos que lhe forem estabelecidos pela União, na legislação pertinente.
8	Controle Operacional	Grau de autoridade atribuído à Chefia do órgão responsável pela Segurança Pública para acompanhar a execução das ações de manutenção da ordem pública pelas Polícias Militares, por forma a não permitir desvios do planejamento e da orientação pré-estabelecidos, possibilitando o máximo de integração dos serviços policiais das Unidades Federativas.
9	Coordenação	Ato ou efeito de harmonizar as atividades e conjugar os esforços das Polícias Militares para a consecução de suas finalidades comuns estabelecidas pela legislação, bem como de conciliar as atividades das mesmas com as do Exército, com vistas ao desempenho de suas missões.
10	Dotação	Quantidade de determinado material, cuja posse pelas Polícias Militares é autorizada pelo Ministério do Exército, visando ao perfeito cumprimento de suas missões.
11	Escala Hierárquica	Fixação ordenada dos postos e graduações existentes nas Polícias Militares (PM).
12	Fiscalização	Ato ou efeito de observar, examinar e inspecionar as Polícias Militares, com vistas ao perfeito cumprimento das disposições legais estabelecidas pela União.
13	Graduação	Grau hierárquico da praça.
14	Grave Perturbação ou Subversão da Ordem	Corresponde a todos os tipos de ação, inclusive as decorrentes de calamidade pública, que por sua natureza, origem, amplitude, potencial e vulto: a) superem a capacidade de condução das medidas preventivas e repressivas tomadas pelos Governos Estaduais; b) sejam de natureza tal que, a critério do Governo Federal, possam vir a comprometer a integridade

		nacional, o livre funcionamento de poderes constituídos, a lei, a ordem e a prática das instituições; c) impliquem na realização de operações militares.
15	Hierarquia Militar	Ordenação da autoridade, em níveis diferentes, dentro da estrutura das Forças Armadas e Forças Auxiliares.
16	Inspeção	Ato da autoridade competente, com objetivo de verificar, para fins de controle e coordenação, as atividades e os meios das Polícias Militares.
17	Legislação Específica	Legislação promulgada pela União, relativa às Polícias Militares.
18	Legislação Peculiar ou Própria	Legislação da Unidade da Federação, pertinente à Polícia Militar.
19	Manutenção da Ordem Pública	É o exercício dinâmico do poder de polícia, no campo da segurança pública, manifestado por atuações predominantemente ostensivas, visando a prevenir, dissuadir, coibir ou reprimir eventos que violem a ordem pública.
20	Material Bélico de Polícia Militar	Todo o material necessário às Polícias Militares para o desempenho de suas atribuições específicas nas ações de Defesa Interna e de Defesa Territorial.
21	Ordem Pública	Conjunto de regras formais, que emanam do ordenamento jurídico da Nação, tendo por escopo regular as relações sociais de todos os níveis, do interesse público, estabelecendo um clima de convivência harmoniosa e pacífica, fiscalizado pelo poder de polícia, e constituindo uma situação ou condição que conduza ao bem comum.
22	Operacionalidade	Capacidade de uma organização policial-militar para cumprir as missões a que se destina.
23	Orientação	Ato de estabelecer para as Polícias Militares diretrizes, normas, manuais e outros documentos, com vistas à sua destinação legal.
24	Orientação Operacional	Conjunto de diretrizes baixadas pela Chefia do órgão responsável pela Segurança Pública nas Unidades Federativas, visando a assegurar a coordenação do planejamento da manutenção da ordem pública a cargo dos órgãos integrantes do Sistema de Segurança Pública.
25	Perturbação da Ordem	Abrange todos os tipos de ação, inclusive as decorrentes de calamidade pública que, por sua natureza, origem, amplitude e potencial possam vir a comprometer, na esfera estadual, o exercício dos poderes constituídos, o cumprimento das leis e a manutenção da ordem pública, ameaçando a população e propriedades públicas e privadas. Obs.: As medidas preventivas e repressivas neste caso, estão incluídas nas medidas de Defesa Interna e são conduzidas pelos Governos Estaduais, contando ou não com o apoio do Governo Federal.
26	Planejamento	Conjunto de atividades, metodicamente desenvolvidas, para esquematizar a solução de um problema, comportando a seleção da melhor alternativa e o ordenamento contentemente avaliado e reajustado, do emprego dos meios disponíveis para atingir os objetivos estabelecidos.

27	Policciamento Ostensivo	Ação policial, exclusiva das Polícias Militares em cujo emprego o homem ou a fração de tropa engajados sejam identificados de relance, quer pela farda quer pelo equipamento, ou viatura, objetivando a manutenção da ordem pública.
28	Posto	Grau hierárquico do oficial.
29	Praças Especiais	Denominação atribuída aos policiais militares não enquadrados na escala hierárquica como oficiais ou praças.
30	Precedência	Primazia para efeito de continência e sinais de respeito.
31	Subordinação	Ato ou efeito de uma corporação policial-militar ficar, na totalidade ou em parte, diretamente sob o comando operacional dos Comandantes dos Exércitos ou Comandantes Militares de Área com jurisdição na área dos Estados, Territórios e Distrito Federal e com responsabilidade de Defesa Interna ou de Defesa Territorial.
32	Uniforme e Farda	Tem a mesma significação.
33	Vinculação	Ato ou efeito de uma Corporação Policial-Militar por intermédio do comandante Geral atender orientação e ao planejamento global de manutenção da ordem pública, emanados da Chefia do órgão responsável pela Segurança Pública nas Unidades da Federação, com vistas a obtenção de soluções integradas.
34	Visita	Ato por meio do qual a autoridade competente estabelece contatos pessoais com os Comandos de Polícias Militares, visando a obter, por troca de ideias e informações, uniformidade de conceitos e de ações que facilitem o perfeito cumprimento, pelas Polícias Militares, da legislação e das normas baixadas pela União.

Fonte: Decreto nº 88.777, de 30 de setembro de 1983.

Prosseguindo com as análises acerca das relações de poder que, em resposta ao dispositivo jurídico, delimitam o que podemos saber sobre e o que o policial militar pode fazer, os trinta e quatro enunciados elencados neste quadro, compreendidos como práticas, (re)criam efeitos de verdade que fazem falar do sujeito policial e lhe dão visibilidade. Sob essa perspectiva, os lugares de visibilidade dessa instituição, como os centros de formação, os batalhões, as companhias, os pelotões, os veículos caracterizados (viatura), etc. funcionam porque os dispositivos os regulam, já que são máquinas de fazer ver. Além disso, esses lugares de visibilidade constituem-se em espaços que lançam luz para aqueles que são regulamentados a ocupá-los: os policiais militares. Logo, os dispositivos também são máquinas de fazer falar.

A respeito do funcionamento do dispositivo nessa ordem do visível, Deleuze (2017) explica que o conceito de panóptico de Bentham<sup>8</sup> é tomado como pano de fundo para que Foucault defina os conceitos de visível e enunciável no discurso sobre a prisão em *Vigiar e Punir*. Uma característica relevante, que pode ser atribuída ao sujeito policial, é que a visibilidade dada ao sujeito que está sendo vigiado na prisão, por meio de um jogo de luz que lhe é lançada, não lhe é oculta, ele está consciente dessa existência. Apesar dele não a ver, ele tem ciência que está sendo vigiado, não sabendo determinar quem nem quando a vigilância ocorre. Tal qual, o sujeito policial militar regrado por todas as normativas apresentadas. O dispositivo institui regimes de enunciação e linhas de visibilidade em todas suas práticas ostensivas. Ora, praticar o policiamento ostensivo é policiar fardado, visto, identificado para o Estado e para todos, diferentemente, de outras forças policiais que não detém a mesma função de polícia ostensiva, estabelecida pelo Artigo 144 da CF (1988).

Tais verdades podem pulular discursivamente entre a verdade de o policial ser uma autoridade e em estar autoritário, de acordo com os locais em que se inscrevem. Em se tratando desse espaço jurídico regulamentar, os termos militares dão conta de normalizar as ações e condutas desses corpos de autoridade. Nesse lugar de fala, há, novamente, uma regularidade enunciativa dos termos militares que permanecem como repetição do que se apregoa no militarismo das Forças Armadas.

Contudo, como condições de emergência e de existência de uma polícia que atue mais aos moldes da democracia securitária, num contexto de racionalidade neoliberal, alguns conceitos podem gravitar entre o funcionamento do poder, por meio do exercício de uma autoridade em prol da cidadania e da promoção da segurança pública (poder produtivo), garantidos constitucionalmente, ou por meio de uma continuidade autoritária, constituída por restos ditatoriais (SÁ, 2022), em que as ordens de controle conceberiam sujeitos temerosos em confiar nas práticas de ordem pública, configurando um obedecer pelo medo que é adestrado através da disciplina que leva o indivíduo “à interiorização das regras de vida comum, ao estado *civilizado*” (Gros, 2018, p. 30, grifo do autor).

---

<sup>8</sup> Em *Vigiar e Punir* (1987) narra-se sobre *O Panóptico de Bentham*, a figura arquitetural de uma torre constantemente vigiada por dispositivos disciplinares que tem seu funcionamento assemelhado à composição “de todo um conjunto de técnicas de instituições que assumem como tarefa medir, controlar e corrigir os anormais” que ali estejam presos. Como mecanismos de poder, a metáfora alude ao princípio da masmorra invertido de suas três funções: “trancar, privar de luz e esconder — só se conserva a primeira e suprimem-se as outras duas. A plena luz e o olhar de um vigia captam melhor que a sombra, que finalmente protegia. A visibilidade é uma armadilha” (Foucault, 1999, p. 224).

Nesse aspecto, o entrelaçamento dos efeitos de poder e de saber nas relações que envolveram o acontecimento pós-ditadura militar, convocando ações mais democráticas para a regulamentação das ações policiais, possibilita produzir liberdade como um dos seus possíveis efeitos de verdade. Sob essa ótica, em se tratando do funcionamento de uma pedagogia militar para os corpos policiais militares, por meio do adestramento da disciplina, elencados desde o Decreto-lei analisado na segunda subseção, o Artigo 48 da Constituição Estadual (1989) determina quais práticas serão de competência da Polícia Militar, objetivada para esse momento como corporação. Elencam-se como fases de controle desses corpos: a seleção, o preparo, o aperfeiçoamento, o treinamento e a especialização de seus integrantes. Destas práticas, aproximam-se os conceitos elencados no quadro 2: “adestramento, aprestamento, controle, grave perturbação, subversão da ordem e subordinação” estariam na contramão do que se esperaria do termo liberdade devido serem correlatas às práticas de violência ocorridas em governo de exceção, em contrapartida, estas manifestações configuram um desdobramento de práticas empregues para a produção da liberdade de vida em comum na sociedade, da liberdade atrelada à concepção de civilidade. Para o sociólogo Brunetta (2006), “a luta contra a ditadura militar foi a luta pela libertação da sociedade brasileira”, mas que pode, no entanto, ter construído a imagem de que “menos autoridade significa mais liberdade” (Brunetta, 2006, p. 42). Sob esse ponto de vista, o autor reitera:

Com o fim do regime militar, as forças que buscavam eliminar as amarras autoritárias se descontrolaram, visto que as mudanças decorrentes desse novo regime político contribuíram para o surgimento de situações absolutamente novas para as instituições brasileiras, principalmente para a escola e a polícia, gerando certa insegurança nos membros que as compõem, diante da maneira, também nova, como a autoridade deve se expressar. E crise é a palavra utilizada para resumir esta nova condição, o que denota a inexperiência e fraqueza generalizada de muitos grupos para criarem novos instrumentos que contribuam para a realização da ‘autoridade democrática’, conotando a permanência de nossos vínculos com o passado autoritário. (Brunetta, 2006, p. 42)

Compreender esse saber científico, discursivizado nos textos mobilizados, conduz o olhar para as formas de liberdade que se apresentam e funcionam como tecnologia de poder, regidas pelo dispositivo jurídico. Ao mesmo tempo em que o enunciado ordem é disposto no processo jurídico com o propósito de garantir a segurança pública que proporciona liberdade do “ir e vir” (Brasil, 1988), ele é erigido para a

delimitação das condutas dos corpos que ele coage. O fato dessa proposição tramitar em certos momentos e em certas medidas de saber com mudanças bruscas na sociedade, faz com que a expectativa de segurança da população não seja, plenamente, correspondida. Com efeito, o “medo de um medo”, como um dos sentimentos possíveis de estar “profundamente enraizados na consciência ocidental (Courtine, 2016, p. 22), circula nos locais de inscrição do discurso de maior propagação, como os midiáticos, por exemplo. Esse sentimento com movimento cíclico sobre às práticas policiais tende a (d)enunciar pouca credibilidade na atuação policial em prol da proteção ao cidadão, na medida em que se associe, erroneamente, autoritarismo às práticas de autoridade, legitimando a proposição do “quanto menos autoridade mais liberdade” (Brunetta, 2006). Logo, a crise que emerge uma autoridade retrógrada e mascara o conceito de liberdade dentro dos moldes do texto público, isto é, da fala pública, é um dos possíveis mecanismos agenciados pelo dispositivo jurídico para regular as práticas policiais militares, visando docilizar os corpos de uma sociedade.

À vista disso, curvas de visibilidade e regimes de ordem são observáveis para os enunciados militares, retomados em todos os itens normativos do Decreto-lei (1967/1983), quando se objetiva tanto evitar uma crise: i) deve-se estar fardado, ou seja, recorre-se ao policiamento ostensivo preventivo, ii) há a manutenção da ordem pública, iii) há o exercício da força de dissuasão, isto é, utiliza-se de técnicas de adestramento militar visando demonstrar o poder de força militar capaz de evitar ou minimizar ameaças externas (guerra externa); quanto se utiliza de técnicas de repressão, provindas de adestramento e disciplina, geridas para controlar grave perturbação da ordem, caso a crise já tenha ocorrido. Portanto, considerar a produção de saberes jurídicos sobre o policial militar como um lugar de fala pública estatal é compreender a possibilidade de essas falas fazerem parte do fenômeno neoliberal, cuja correspondência é a racionalidade, e a segurança respalda-se como norteadora da política (Augusto; Wilke, 2019), no funcionamento do poder em meio as relações de crise da/na sociedade. Sobre esse lugar de fala pública, que não se restringe a falas/documentos políticos, dado que se trata de enunciações públicas, Courtine (2016) assevera:

[...] A história da fala pública é a genealogia dos dispositivos materiais que acolhem, recolhem e asseguram a circulação das coisas ditas; é uma história do corpo, dos gestos e da voz tanto quanto uma história das falas; é ainda a história das imagens que acompanham essas falas, que as reduplicam e que por vezes apagam-nas. (Courtine, 2016, p. 17)

Em concordância a esse respeito, a próxima subseção permanece com discursos jurídicos, nos quais a fala pública solidifica saberes estabilizados para o policial militar, à medida que suas práticas vão sendo esmiuçadas no texto da Constituição Estadual de Mato Grosso do Sul (1989) e a problemática da coação dos corpos não permeia apenas os que são coagidos pelas práticas policiais, mas, também, os dos próprios indivíduos que constituem a instituição policial militar.

### **2.3 Os efeitos de verdade afetos ao policial militar**

Começamos, esta subseção, com as palavras de Brunetta, para quem a questão do Brasil pós-ditadura militar resultou em uma espécie de crise promotora dos antagonismos sociais de autoritarismo e permissividade:

No Brasil, diante das condições gerais de uma sociedade emergente no contexto global, as ditaduras implantaram o liberalismo, a autoridade e o autoritarismo, os quais se confundem. De um lado, a autoridade foi suprimida e seu lugar foi ocupado pelo autoritarismo, sendo a violência a responsável pela promoção da obediência; de outro, tal lugar foi ocupado pela permissividade, abolindo a obediência e se “deixando-fazer”. Criaram-se, desse modo, condições favoráveis ao surgimento de “novos chefes” e substitutos profundamente antidemocráticos, dada a violência de que se utilizam os primeiros e a plena alienação promovida pelos segundos. Assim, é possível perceber que as condições da crise de autoridade do Brasil resultam de um ambiente onde termos antagônicos complementam-se a ponto de ser pertinente afirmar, mesmo que com certa precipitação, que a contrapartida do autoritarismo é a permissividade. (Brunetta, 2006, p. 48-49)

Acerca desse pensamento e em correlação aos efeitos de verdade produzidos em torno do que se enuncia sobre as práticas específicas para essa instituição Policial Militar, não perdemos de vista a finalidade descrita no subitem 2.1 de compreender os saberes e os poderes que atravessam os discursos científicos sobre os policiais militares na contemporaneidade, de modo analisar como acontece, discursivamente, o movimento de confronto entre o controle que regula a conduta do policial e o que ele próprio detém.

Para isso, analisamos o texto da Constituição Estadual de Mato Grosso do Sul (1989), a partir do Artigo 39. Nele, especifica serem servidores públicos militares os integrantes da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar e, em seu parágrafo 5º, sanciona serem vedadas ao servidor público militar algumas práticas, tais como a sindicalização, a greve e, enquanto em efetivo serviço, a filiação a partido político. Essas



práticas, reguladas pelo dispositivo jurídico, estariam funcionando como estratégias de saber-poder para classificar, formalizar, categorizar e disciplinar o sujeito policial militar.

Essa disposição disciplinar demarca uma repetição, pois o enunciado subsiste em concordância a uma prática de obediência à Carta Magna, que aduz em seu Artigo 142, nos incisos IV e V, que “ao militar são proibidas a sindicalização e a greve; e o militar, enquanto em serviço ativo, não pode estar filiado a partidos políticos.”, o texto determina uma ordem que exclui e interdita determinadas práticas de exercício de cidadania para o sujeito policial militar, o que nos remete ao fato da existência de uma ordem do discurso, na qual há processos de normalização funcionando como mecanismos de poder.

Por essa temática tratar dos direitos políticos que asseguram “a soberania popular” (Brasil, 1988), torna-se relevante citar que o texto constitucional, em seu Artigo 14, parágrafo 8º, delimita as únicas possibilidades de o militar ser alistável e elegível. Trata-se das seguintes condições:

I - se contar menos de dez anos de serviço, deverá afastar-se da atividade;

II - se contar mais de dez anos de serviço, será agregado pela autoridade superior e, se eleito, passará automaticamente, no ato da diplomação, para a inatividade.

Esta ordem discursiva proporciona brechas que dão condições de o sujeito militar ser investido em mandato eletivo, desde que se obedeçam a uma das duas proposições existentes: solicite afastamento do cargo ou, a depender do tempo de serviço prestado, que deixe de ocupar a posição ativa<sup>9</sup> do seu serviço público militar.

Pela compreensão de que esse sujeito ocupa uma posição de militar, mas também de servidor público, tornam-se razoáveis essas possibilidades ao equiparar seu *status* ativo com o dos servidores públicos civis, de quaisquer esferas. A razoabilidade a que nos referimos provém das regras dispostas no Artigo 38 da Constituição Federal (1988), a qual prevê que em caso de o servidor público ser eleito, ele deve ser afastado do seu cargo, emprego ou função, durante o período de exercício do mandato. Sobre as questões previdenciárias, esclarece-se que o tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento para o servidor militar. A este,

---

<sup>9</sup> De acordo com a Lei Complementar nº 053, de 30 de agosto de 1990 (Estatuto da Polícia Militar de Mato Grosso do Sul), define-se estar o policial militar no serviço ativo quando se encontrarem em uma das seguintes situações: I) os policiais militares de carreira; II) os incluídos na Polícia Militar, voluntariamente, durante os prazos que se obrigarem a servir; III) os convocados e os designados (redação alterada pela Lei Complementar nº 113, de 19 de dezembro de 2005) e IV) os alunos de órgãos de formação de policiais militares.

quando e se retornasse ao serviço público militar pós mandato eletivo, restaria ocupar a última posição na ordem hierárquica de seu posto ou graduação.

Em se tratando, portanto, da análise discursiva do inciso V, do Artigo 142 da Carta Magna à semelhança de tratamento e práticas estariam com proximidades pontuais entre um servidor público civil e um servidor público militar. No entanto, a respeito dos saberes que atravessam e constituem o sujeito policial militar, de modo a lhe coibir as práticas de sindicalização e de greve instituídas no inciso IV, do artigo citado, outras práticas são produzidas. De acordo com o dispositivo jurídico, atravessado pelo dispositivo militar, a ordem disciplina e tenta docilizar os corpos de autoridade.

O elemento discursivo que instaura essa diferença reside no fato de o indivíduo, na posição de cidadão civil, ter assegurada, pelo próprio discurso constitucional, nos artigos 8º e 9º, a garantia dos direitos fundamentais de todo trabalhador: ser livre para a associação profissional ou sindical, além de lhe ser atestado o direito de greve, “competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender.” (Brasil, 1988). Resta, como evidência ao que se enuncia nesse aparato legal, que ao contrastar trabalhadores civis e trabalhadores policiais militares, as práticas grevistas, previstas para aqueles, não são admitidas e/ou legalizadas para estes.

Diante desse fato, a compreensão de que o sujeito policial militar, na qualidade de corpos de autoridade, sujeita-se em obediência ao Estado - ainda que seus direitos de cidadão sejam feridos - nos leva a interrogar o funcionamento de um poder-saber responsável por produzir certa normalização da ordem de obediência. Essa normalização aparece como um efeito de verdade fundamentado pela própria doutrina constitucional federal. O texto legal do Artigo 9º, nos 1º e 2º parágrafos, prescreve que os serviços ou atividades considerados essenciais devem ter o atendimento das necessidades inadiáveis na comunidade e, caso ocorram práticas que destoem dessa imposição, as quais são denominadas de abuso, implicam-se aos responsáveis às penas previstas em lei.

Logo, como o direito à segurança pública está previsto constitucionalmente, há, na teia enunciativa dos saberes que ditam normas legais para os profissionais de segurança pública, amarras que imperam e interdita as práticas grevistas para esse grupo. Tais manifestações, consideradas arbitrárias para esses agentes de segurança pública, devem ser apuradas de acordo com o previsto no Decreto nº 1260, de 2 de outubro de 1981, o Regulamento Disciplinar da Polícia Militar de Mato Grosso do Sul, o qual tem por finalidade especificar e classificar as transgressões disciplinares. Em sendo constatado a

ocorrência de ato grevista não se configura apenas como uma transgressão disciplinar interna, mas como um ilícito penal que à luz do Código Penal Militar, classifica tais práticas como crimes de motim e insubordinação, os quais preveem sanções de prisão à exclusão do cargo público, a depender do teor das ações julgadas.

Essas previsões legais sustentam as condições de possibilidade necessárias para arregimentar as condutas dos policiais militares, garantindo corpos dóceis, aptos a manter uma ordem predeterminada pelo Estado. A tecnologia de poder atravessa esses corpos de autoridade por meio de saberes que os autorizam (man)ter determinadas condutas como, por exemplo, interceptar manifestações grevistas. Porém, quando esses próprios agentes de segurança pública militar se veem na necessidade de manifestar em prol de seus direitos trabalhistas, como garantido constitucionalmente para os cidadãos da Carta Magna, quais condutas lhes seriam legítimas e poderiam estar na ordem do verdadeiro e não do falso nas camadas discursivas em que estão inseridos?

O movimento analítico realizado até aqui dá a conhecer a existência de efeitos de verdade que correspondem ao funcionamento de estratégias de saber-poder que buscam classificar, formalizar, categorizar e disciplinar o sujeito policial militar. No tecido constituído por fios de vários saberes científicos/jurídicos, observamos diferentes e relevantes tipos de acontecimento existentes na/pela história, cientes de que não há somente um único fio histórico.

Nessa seara, há discursos científicos que visam identificar e sustentar condições de possibilidade para excluir as práticas grevistas das sanções previstas aos policiais militares. Como a rede de micropoderes comporta sujeitos livres, e onde há liberdade há resistência, tais saberes científicos apropriam-se do acontecimento democrático contemporâneo, pós-1988, data de quando a Constituição vigente foi promulgada, além de se utilizar desse próprio dispositivo jurídico que garante como princípios fundamentais a cidadania e a dignidade da pessoa humana (Brasil, 1988) para produzir um *locus* de discussões e debates acerca da legitimidade de o policial militar ter reconhecido princípios fundamentais que não lhe firam a dignidade humana.

Andrade (2021), em sua pesquisa acerca do direito à greve de policiais militares, mostra a existência de saberes que circulam como argumentos contrários “o fato de que são profissionais que atuam armados” (Andrade, 2021, p. 281). Porém, o autor propõe a alternativa de se limitar o direito, sendo possível sancionar que em havendo o direito, ele deva estar “condicionado ao não uso de armas, durante o período de manifestação” (Andrade, 2021, p. 281). Além disso, para resolver o quesito de a polícia constituir serviço

essencial para a população, aduz ser possível promover uma organização que estabeleça um número mínimo de agentes que permaneçam com os atendimentos à população (Andrade, 2021, p. 282).

Sob esse parâmetro, discutir sobre quais condutas seriam possíveis e legítimas para garantir aos corpos de autoridade o direito de manifestação em greves, deve ter como elemento reflexivo o fato de que suas práticas são direcionadas para “assegurar a eficiência de suas atividades” (Mato Grosso do Sul, 1989), como estabelecido pelos textos legais. Esta enunciação acontece com vistas a rememorar o enunciado reitor: o “proceder policiamento ostensivo e preservar a ordem pública” da CF (1988), que poderia ser compreendido como um regulador de todas as justificativas que fizessem o policial obedecer a determinado dispositivo, tendo sua subjetividade atravessada por algumas renúncias de direitos comuns aos cidadãos. Em contrapartida, para considerar legítima as práticas de manifestação para esses corpos de autoridade, Andrade (2021) salienta:

Verifica-se que, para o regular exercício do seu mandado de polícia, é imprescindível um ambiente de trabalho com condições decentes, isto é, com equipamentos adequados (como, por exemplo, armamento, munições, viaturas, coletes balísticos, carga horária de trabalho não superior a 44h semanais, acompanhamento psicológico e médico, salário digno, etc.). Igualmente, deve ter o direito e o espaço social e político, para reivindicar a melhoria de suas condições sociais. (Andrade, 2021, p. 284)

Com efeito, o discurso de Andrade (2021) caminha com os saberes que amparariam melhores condições de trabalho para o policial militar, no entanto, fato é que em consequência de os Artigos 40 e 41, da Constituição Estadual de Mato Grosso do Sul (1989), assim como demais documentos legais que regulam o objeto dessa pesquisa, constituírem teor enunciativo muito próximo do que se enuncia no Artigo 144 da CF (1988), notamos que as condições de produção da subjetividade policial militar são moldadas de acordo com as relações de poder imbricadas pelos dispositivos jurídicos que vão gravitando entre si, conforme as condições de possibilidade históricas reclamem.

Tendo em vista as práticas que organizam sua atuação girarem em torno das incumbências estabelecidas em textos legais, o discurso democrático constitucional estipula tanto as formas de se policiar, quanto as maneiras desses indivíduos, na qualidade de sujeito, viverem. A obediência sempre funciona como um mecanismo de controle e a disciplina regula suas condutas. Dessa forma, os corpos de autoridade que constituem a Polícia Militar se subordinam à legislação especial, que define “sua estrutura,

competências, direitos, garantias, deveres, prerrogativas de seus integrantes, de maneira a assegurar a eficiência de suas atividades, baseando-se nos princípios da hierarquia e da disciplina” (Mato Grosso do Sul, 1989) à autoridade estabelecida regularmente. De fato, todo esse aparato legal, apesar de parecer um produto homogêneo, na verdade não o é. Por fazerem parte de um conjunto multilinear de enunciados pertencentes a um ou mais dispositivos, eles funcionam como um regente de música, o qual orienta e dá o tom para seus músicos. Sobre a questão do funcionamento dos dispositivos que atravessam e constituem as práticas que tanto fazem falar do sujeito policial quanto o objetivam daremos maior ênfase na subseção ulterior.

Já na próxima subseção, elegemos uma abordagem teórica/analítica/discursiva que encontre nas emoções novas possibilidades de funcionamento da tecnologia de poder para coagir os corpos de autoridade. Essa empreitada, que permite continuar nossa escavação para realizar um diagnóstico do presente, lança luz a tais mecanismos já dando sinais de vitalidade anteriormente ao que se presentifica nos discursos contemporâneos.

#### **2.4 A existência afetiva dos corpos de autoridade: verdades estatutárias**

Para regular as práticas e os corpos de autoridade, os mecanismos legais têm funcionado como instrumentos de controle e poder que legitimam os discursos da oferta de segurança pública serem, essencialmente, para tratar de um interesse público. Desse enfoque, porém, importa compreender os afetos compreendidos nos corpos que expressam e reconfiguram a ordem de interesse público. Para isso, alinhamos alguns aspectos do estudo sobre a “História das Emoções<sup>10</sup>”, liderado por Courtine, no sentido que propomos analisar os enunciados elencados nesta subseção, a partir da seguinte reflexão aristotélica: “não há discurso sem *pathos*.” (Courtine, 2016, p. 19, grifo do autor).

Como o Artigo 49 da Constituição Estadual de Mato Grosso do Sul (1989) prevê que a organização, o efetivo, o equipamento, as garantias, a convocação e a mobilização da Polícia Militar serão regulados por lei complementar, eis que essas regras de emergência foram responsáveis por estabelecer o Estatuto da Polícia Militar de Mato Grosso do Sul, em 1990, como fundamento dos procedimentos legais instituídos. Para

---

<sup>10</sup> Nesta Subseção, procuramos alinhar os aspectos do estudo da História das Emoções (Courtine, 2016) para verificar de que maneira um discurso de emoção estaria relacionado e funcionando sobre uma ordem militar, a partir da análise do *corpus* jurídico/científico aqui descrito. Já na Subseção 3.3.1, ancorados à seguinte ótica de Courtine (2016, p. 20): “a ansiedade é uma zona privilegiada de produção discursiva e que o medo é um instrumento de governo na era da globalização neoliberal.”, os sentimentos identificados no arquivo analisado são tomados por outra perspectiva.

proceder a análise dos Artigos 25 e 26, do Capítulo I, da Seção I intitulada “Do valor policial-militar”, do referido Estatuto, convocamos o pensamento de Courtine (2016) sobre “como abordar o problema das emoções na perspectiva do discurso”. Sobre isso, o linguista francês aduz que “O que produz os laços entre as emoções e o discurso é o caráter coletivo de muitas dessas emoções, o caráter histórico de todas elas, as modalidades discursivas e a dimensão inconsciente que são, enfim, absolutamente constitutivas de sua existência.” (Courtine, 2016, p. 20).

A Lei Complementar nº 053, de 30 de agosto de 1990, que estabeleceu o Estatuto da Polícia Militar de Mato Grosso do Sul, enuncia em seu Artigo 25 as seguintes valorações para policial militar:

Quadro 3 – Manifestações essenciais do valor policial-militar

Seção I – Do valor policial-militar	
I	o sentimento de servir à comunidade estadual, traduzido pela vontade inabalável de cumprir o dever policial-militar e pelo devotamento à manutenção da ordem pública, mesmo com o risco da própria vida;
II	a fé na elevada missão da Polícia Militar;
III	o civismo e o culto das tradições históricas;
IV	o espírito de corpo, orgulho do policial-militar pela Organização onde serve;
V	o amor à profissão policial-militar e o entusiasmo com que é exercida;
VI	o aprimoramento técnico profissional.

Fonte: Lei Complementar nº 053, de 30 de agosto de 1990.

Assim como Courtine (2016) propõe, “podemos aventar a ordem do discurso em sua relação com a das emoções” (Courtine, 2016, p. 19). Sobre o quadro apresentado, poderíamos, portanto, indagar de que maneira um discurso de emoção poderia falar sobre uma ordem militar. Se simplesmente tomássemos esses itens elencados como princípios que devem ser obedecidos pelos corpos de autoridade, como determinações que ao passarem pela voz da enunciação que as coage, instantaneamente, passariam a ter suas emoções reguladas e transformadas, tais proposições seriam oportunas para uma fácil docilização desses corpos.

No entanto, quando Foucault pesquisa a “História da sexualidade”, ele aduz que há uma vontade de saber que faz do sexo algo que não deve ser julgado, mas administrado. Em determinada proposição a respeito, o filósofo se utiliza de analogia à polícia como possibilidade resolutiva das questões sobre o sexo no século XVIII. Dessa comparação ele alude dois sentidos para o conceito de polícia. O primeiro referindo-se “não como

repressão da desordem” e o segundo, cuja prática evocara como resposta à problemática, “como majoração ordenada das forças coletivas e individuais” (Foucault, 1988, p. 27). Ao partirmos, então, desse conceito que traduz esses corpos de autoridade por um ato de aumento das forças coletivas e individuais é possível depreender que os discursos de emoção entram em cena nessa enunciação. Uma vez que haja êxito em reunir um número consistente de agentes de segurança pública para exercer práticas coordenadas, não julgadas, mas administradas para uma mesma finalidade delegada, com efeito se está a utilizar sentimentos positivos com a finalidade de adestrar e disciplinar corpos a serem empreendedores de si, isto é, que lutem por um objetivo em comum, em prol de uma racionalidade neoliberal, ainda que seja em prol de pessoas estranhas, dispensadas de agradecer o corpo individual, uma vez que a garantia das benesses é tutelada ao Estado, responsável por ditar regras, digno de receber as honrarias.

Gravitando acerca dessa reflexão, localizamos o que produz os laços entre as emoções e o discurso: o caráter coletivo de muitas dessas emoções. Em palavras que adjetivam práticas que cultuam e normalizam o que é ser um policial militar, dos seis itens normativos no artigo 25, cinco apresentam termos que são associados às manifestações essenciais para que todo o corpo policial militar possa ter valor: I) “o sentimento” de uma “vontade inabalável”; pelo “devotamento” ainda que haja o “risco da própria vida” (risco de perder, entregar, etc.). II) “a fé”; III) “o civismo e o culto”; IV) “o espírito de corpo, o orgulho”; V) “o amor e o entusiasmo”. Logo, o porquê desses enunciados fazerem parte desse estamento legal e não outros no lugar, produzem no discurso o que estaria na ordem do verdadeiro em meio às relações de poder que se cruzam e produzem as práticas que atravessam e constituem o sujeito desses corpos de autoridade.

De uma forma diferente, curvas de visibilidade e regimes de ordem são observáveis nesse conjunto de enunciados apresentados. Dessa feita, os termos militares que eram retomados nos outros itens normativos, analisados nas subseções anteriores, detêm menor visibilidade nesse aparato legal, lançando luz maiormente ao que se refere ao enunciado reitor: “manutenção da ordem pública” (item I do quadro 3). No entanto, o que comporta sua disposição enunciativa não é o caráter imperativo do número de termos repetidos, mas a relação do discurso com uma emoção que tende a valorizar o sujeito que dele se aproprie. As estratégias desse regime de poder, sancionadas nessa Lei Complementar, têm a ver com as complexas relações que se engendram no dispositivo jurídico, atravessado por dispositivos outros. Ao observar a quais regras de urgência responderam, podemos compreender, como condições de possibilidade para uma lei que

tenta ditar normas de controle das emoções para o corpo policial, o fato de a obediência impetrada nessa enunciação considerar a existência de sujeitos livres para seu exercício. Assim, situar os saberes em relação à sua historicidade nos permite reconhecer que para qualquer elemento discursivo de um dispositivo há uma correspondência a um acontecimento particular, que coloca esse discurso na posição que o jogo próprio das relações de poder o atribui.

Sob essa ótica, o fato dessa lei conduzir a uma obediência para cumprir o “risco (de perder) a própria vida” corresponde aos discursos propagados sobre o que se esperaria de uma polícia mais democrática e cidadã no início da década de 90, ano em que esse Estatuto fora homologado. Assim, como estratégias de obediência, o despertar das emoções mais pueris de um cidadão, entra na ordem do verdadeiro da época que aduz o que é necessário fazer/dizer para ser um policial adequado, alguém devoto a não romper, a continuar a exercer as práticas inculcadas pelo dispositivo jurídico de garantir a segurança pública por meio da manutenção da ordem pública.

Passando para o diagnóstico do presente a partir do que enuncia no Artigo 26 do Estatuto da Polícia Militar de Mato Grosso do Sul, temos o Quadro 4 com as respectivas diretrizes para fundamentar a ética policial:

Quadro 4 – Práticas da ética policial-militar

Seção II – Da ética policial-militar – Art. 26 - O sentimento do dever, o pundonor policial-militar e o decoro da classe impõem, a cada um dos integrantes da Polícia Militar conduta moral e profissional irrepreensível, com observância dos seguintes preceitos da ética policial-militar:	
I	amar a verdade e a responsabilidade com fundamento da dignidade pessoal;
II	exercer com autoridade, eficiência e probidade as funções que lhe couberem em decorrência do cargo;
III	respeitar a dignidade da pessoa humana;
IV	cumprir e fazer cumprir as leis, os regulamentos, as instruções e as ordens das autoridades competentes;
V	ser justo e imparcial no julgamento dos atos e na apreciação dos méritos dos subordinados;
VI	zelar pelo preparo próprio, moral, intelectual, físico e também pelo dos subordinados tendo em vista o cumprimento da missão comum;
VII	empregar todas as suas energias em benefício do serviço;
VIII	praticar a camaradagem e desenvolver o espírito de cooperação permanente;
IX	ser discreto em suas atitudes, maneiras e em sua linguagem escrita e falada;
X	abster-se de tratar, fora do âmbito apropriado, de matéria sigilosa relativa à Segurança Nacional ou matéria interna da Corporação;
XI	respeitar os representantes dos Poderes Constituídos, acatando suas orientações sempre que tal procedimento não acarrete prejuízo para o serviço da Corporação;
XII	cumprir seus deveres de cidadão;



XIII	proceder de maneira ilibada na vida pública e particular;
XIV	observar as normas da boa educação;
XV	garantir assistência moral e material ao seu lar e conduzir-se como chefe de família modelar;
XVI	conduzir-se mesmo fora do serviço ou na atividade, de modo que não sejam prejudicados os princípios da disciplina, do respeito e do decoro policial-militar;
XVII	abster-se de fazer uso do posto ou da graduação para obter facilidades pessoais de qualquer natureza ou para encaminhar negócios particulares ou de terceiros;
XVIII	zelar pelo bom nome da Polícia Militar e de cada um dos seus integrantes, obedecendo e fazendo obedecer aos preceitos da ética policial-militar.

Fonte: Lei Complementar nº 053, de 30 de agosto de 1990.

Guiando-nos pelos passos de Foucault (2012), em especial, na sua incursão pela Antiguidade greco-romana, quando se debruça sobre textos de filósofos e de médicos, por meio dos quais constatou prescrições sobre como o sujeito podia cuidar de si, podemos observar que o Estatuto (1990) faz uma prescrição que indique, por analogia, ecos, ressonância de um cuidado. Tais elementos são indicados, por exemplo, no rol de práticas elencadas como diretrizes desse aparato legal. Para essa análise é relevante retomar a legenda que as abarca no Título II, do Capítulo I dessa Lei Complementar: “Título II – Das obrigações e dos deveres policiais militares”. Enquanto o Artigo 25 tratou sobre quais seriam os valores do policial militar, ao Artigo 26 compete delimitar quais práticas esses sujeitos devem ter para constituir uma ética policial.

Tais determinações são previstas como obrigações e deveres desses sujeitos. A perspectiva foucaultiana aduz que o poder que coage os corpos na sociedade não se reduz à opressão e dominação, pois produz saberes. Isso implica afirmar que, no interior desse dispositivo legal, há estratégias de poder funcionando. Para analisá-las, prosseguimos verificando nesses itens como os enunciados produzem os laços entre as emoções e o discurso.

Nesse intuito, propomos um novo quadro. Nele, reestruturamos as palavras de ordem para a ética policial, em uma tentativa de identificá-las, de forma análoga aos preceitos de Foucault, como elementos que ecoam um cuidado de si e dos outros. Realocamos, portanto, os enunciados que podem fazer funcionar o sentimento ético que o dever policial proporciona aos outros do que pode constituir a si mesmo:

Quadro 5 – Ética para o governo dos outros e para o governo de si

Ética para o governo dos outros	Ética para o governo de si
II) exercer com autoridade, eficiência e probidade as funções que lhe couberem em decorrência do cargo;	I) amar a verdade e a responsabilidade com fundamento da dignidade pessoal;
VI) zelar pelo preparo próprio, moral, intelectual, físico e também pelo dos subordinados tendo em vista o cumprimento da missão comum;	
VIII) praticar a camaradagem e desenvolver o espírito de cooperação permanente;	
III) respeitar a dignidade da pessoa humana;	VII) empregar todas as suas energias em benefício do serviço;
IV) cumprir e fazer cumprir as leis, os regulamentos, as instruções e as ordens das autoridades competentes;	IX) ser discreto em suas atitudes, maneiras e em sua linguagem escrita e falada;
V) ser justo e imparcial no julgamento dos atos e na apreciação dos méritos dos subordinados;	XII) cumprir seus deveres de cidadão;
X) abster-se de tratar, fora do âmbito apropriado, de matéria sigilosa relativa à Segurança Nacional ou matéria interna da Corporação;	XIII) proceder de maneira ilibada na vida pública e particular;
XI) respeitar os representantes dos Poderes Constituídos, acatando suas orientações sempre que tal procedimento não acarrete prejuízo para o serviço da Corporação;	XIV) observar as normas da boa educação;
XVI) conduzir-se mesmo fora do serviço ou na atividade, de modo que não sejam prejudicados os princípios da disciplina, do respeito e do decoro policial-militar;	XV) garantir assistência moral e material ao seu lar e conduzir-se como chefe de família modelar;
XVII) abster-se de fazer uso do posto ou da graduação para obter facilidades pessoais de qualquer natureza ou para encaminhar negócios particulares ou de terceiros;	-
XVIII) zelar pelo bom nome da Polícia Militar e de cada um dos seus integrantes, obedecendo e fazendo obedecer aos preceitos da ética policial militar.	-

Fonte: Adaptado da Lei Complementar nº 053, de 30 de agosto de 1990.

Em uma primeira instância é possível compreender que esses enunciados, que produzem saber institucional para a Polícia Militar, constituem práticas que enaltecem, que elevam as emoções do sujeito pertencente a esse *locus* de autoridade. Com efeito, correspondem aos preceitos dos dispositivos securitários, uma vez que os enunciados apresentados dão visibilidade ao funcionamento do poder para além dos corpos sociais que anseiam a proteção do Estado, mas, igualmente, sobre o próprio corpo do indivíduo policial militar, com práticas aliadas ao biopoder que envolve uma política de vigilância securitária.

Como ações previstas pelo dispositivo securitário, as práticas que permeiam o ser empreendedor de si regem o sujeito em sua vida para além da instituição. No item XVI,

por exemplo, em que se determina que o indivíduo policial militar “deve conduzir-se mesmo fora do serviço ou na atividade, de modo que não sejam prejudicados os princípios da disciplina, do respeito e do decoro policial-militar;” reflete, alusivamente, o uso de um instrumento da teoria panóptica foucaultiana. Ao situarmos esse enunciado, no Quadro 5, como ética para o governo dos outros, somos incitados a reconhecer que esse corpo de autoridade teria que (con)viver práticas regradas pela disciplina, pelo respeito e pelo decoro da instituição, ainda que fora de seu horário de serviço, em sua folga regulamentar.

Logo, pelo discurso jurídico, esse corpo é privado de viver individualmente, porque deve corresponder a uma observância constante tanto da sociedade quanto de si mesmo. Nessa consideração, os sentidos podem ser ambíguos: essa prática seria considerada produtiva ao passo que as condutas reguladas desse agente de segurança pública teriam como propósito o bom desenvolvimento de suas funções em prol da manutenção da segurança pública. Não só durante o cumprimento de suas escalas de serviço, como também em seu horário de folga. Objetiva-se, nesse corpo de autoridade, a figura do herói, daquele sempre disponível para socorrer aos necessitados. Além disso, uma pessoa vigilante de si mesma estaria na ordem do verdadeiro, cujo *modus operandi* evitaria transgredir as normas legais, evitando atos delituosos, por exemplo.

Em outra perspectiva, novamente vemos esse sujeito tendo seus direitos fundamentais constitucionais delimitados. Esse aspecto, contudo, seria validado pelas prerrogativas legais que sancionam, ao sujeito desse corpo de autoridade, práticas que não lhe autorizam gozar da liberdade da mesma forma que um cidadão civil tem como prerrogativas constitucionais garantidas. Tal constatação é possível na medida que nenhuma prescrição constitucional impõe ao cidadão civil a obrigatoriedade de conduzir sua vida pautado na disciplina e no respeito de uma força policial, como no sistema castrense.

Em se tratando dos demais enunciados organizados no Quadro 5, o qual elenca as práticas de ética para o governo dos outros e para o governo de si<sup>11</sup>, temos um nível de emoções que se desenvolve de modo contínuo, porém não regular nem rígido, mas capaz de capturar o sujeito de obediência a determinados dispositivos.

---

<sup>11</sup> A questão do pensamento sobre como a ordem policial possibilita (ou não) o governo a si mesmo, uma vez que o cuidado de si faz parte das práticas do governo dos outros, será explorada de forma mais relevante nas análises da Terceira seção desta pesquisa.

Seguindo uma breve análise etimológica, a palavra ética, do grego *ethos*, define um modo de ser. Já a palavra grega *pathos*, significa sofrimento, paixão, afeto. Numa mescla de suas significâncias, somos estimulados a compreender que os modos de ser e fazer do policial militar carregam em si e para o outro práticas que lhes foram inculcadas durante o período de suas formações policiais, nos centros de formação militares, de modo que o “amor”; “o emprego de **todas** as suas energias”; “a discrição no agir”; “a vida ilibada” e a “boa educação” acabam sendo, pedagogicamente, incrustadas em suas práticas de vida, para que, assim, reflitam nas suas condutas profissionais na sociedade, para o Estado.

Essas emoções, enlaçadas no/pelo discurso jurídico, parecem ter sido propositalmente inseridas nos enunciados para funcionarem como um motor propulsor de refrigério, cujo comando de alívio é ativado quando o sujeito policial, empreendedor de si, garantidor da ordem e da manutenção da segurança pública, não desfruta dos direitos que lhe estariam garantidos como cidadão. Sob esse olhar, o diagnóstico do presente indica que as técnicas de poder se desenvolvem de modo contínuo, mas capazes de produzir minúsculas lacunas onde poderiam se desenvolver posicionamentos de resistência ou de desobediência. Nessa continuidade, a próxima subseção apresenta os dispositivos que foram mencionados como operantes nas análises precedentes, além de identificar o atravessamento de dispositivos outros, pertinentes à construção das práticas e da constituição do sujeito policial militar.

## **2.5 Dispositivos que regem as práticas e os modos de existir do sujeito policial**

Compreender que o dispositivo opera a questão da verdade, a qual circula e está intrinsecamente “ligada à sistemas de poder, que a produzem e apoiam, além de efeitos de poder que ela induz e que a reproduzem” (Foucault, 1979, p. 14) nos possibilita visualizar saberes sobre as práticas e os modos de existir do policial militar, nas dispersões de suas posições de sujeito.

Como observado nas análises iniciais dessa segunda seção, as práticas e os saberes que constituem e conduzem esses corpos de autoridade representam mais de um dispositivo. De fato, os dispositivos funcionam em rede, formada por linhas que se unem para atender a uma situação de emergência em um dado momento histórico da sociedade. Castro afirma, inclusive, que essas redes, como linhas “seguem direções diferentes, formam processos sempre em desequilíbrio e essas linhas tanto se afastam como se aproximam umas das outras” (Castro, 2009, p. 124). Sob essa ótica, identificamos nas

análises precedentes o funcionamento dos seguintes dispositivos de poder/saber: dispositivo jurídico, dispositivo securitário (estatal, neoliberal) e dispositivo militar. Cada um deles, convocados para investigar como estão funcionando em rede de maneira a produzir práticas e modos de ser policial militar, em suas dispersões discursivas.

No entanto, além destes, há saberes científicos que dialogam com nosso trabalho e dão visibilidade para outros dispositivos que tendem a atravessar nosso objeto de estudo. Lucas Pilau (2016), em sua pesquisa de mestrado, por exemplo, aduz funcionar um dispositivo policial, o qual dita uma irrevogabilidade para a polícia “como instituição do sistema punitivo/penal que age diretamente sobre os corpos dos indivíduos dentro da sociedade – seja proibindo, disciplinando ou prevenindo comportamentos” (Pilau, 2016, p. 9). Essa proposição tende a assinalar a ação de proibir, disciplinar ou prevenir comportamentos como resposta para as demandas condicionadas a um dispositivo de Estado. Este, por funcionar em razão da biopolítica, replicaria práticas em função de dispositivos derivados, como, por exemplo, os dispositivos securitários que, por excelência, ditam modos de repressão para docilização dos corpos.

Não há que se negar que tais saberes produzidos refletem, de fato, práticas estabilizadas para uma perspectiva acerca do policial militar. Demarcam-se efeitos de poder funcionando em pontos específicos da sociedade. Porém, determinados poderes em exercício que detinham maior visibilidade nos documentos jurídicos, por exemplo, deixam de ter exclusividade para se falar a respeito do policial militar, enquanto objeto discursivo.

Na sociedade contemporânea os discursos tendem a concorrer seus espaços em acontecimentos emergentes que reclamam novas tecnologias de poder, as quais tendem a produzir novas subjetividades para policial militar. De fato, não há apagamento da biopolítica, já que ela “não é a-histórica, e tende a ser ultrapassada por outras tecnologias de poder contemporâneas” (Augusto; Wilke, 2019, p. 226). Assim, devido ao advento do fortalecimento de práticas que proponham aos sujeitos serem empreendedores de si, uma vez que a “racionalidade neoliberal centrada no ‘autogoverno’ dos indivíduos enquanto capitais humanos requer um Estado forte, com intervenção ativa e um sistema de direito específico” (Augusto; Wilke, 2019, p. 227), os dispositivos relacionados com as questões de segurança pública passam a vender uma outra imagem desses corpos de autoridade.

Sob essa ótica, quando as práticas de atuação policial estão de acordo com os moldes arregimentados pelos saberes jurídicos analisados, os quais foram construídos em resposta à emergência de acontecimentos maiores para o corpo social, compreendemos

que os modos de existir do policial militar estão estabilizados, em determinados lugares e ordens discursivas.

Entretanto, quando outras atividades destoam da atuação ostensiva de um policial na rua, em uma viatura, e estas o colocam em ação na sala de aula, outros saberes emergem, diferentemente dos estabilizados sobre esse corpo de autoridade, e uma série de pequenos fatos tende a ser iluminada. Ao lançarmos nosso olhar para os aspectos que fazem o espaço escolar ser um lugar que reúne sujeitos de diferentes realidades e culturas, podemos compreender que ele se torna propício, também, para que os problemas da sociedade se entrecruzem ali. Com efeito, isso faz com que a escola vivencie crises de diferentes demandas sociais. É o que avaliam, por exemplo, Rua e Abramoway (2001), em pesquisa acerca do desenvolvimento das ações nas escolas:

Consistentemente com a posição expressa por um membro da Coordenação Nacional de DST/Aids – *tudo desemboca na escola: trânsito é na escola, violência é na escola, gravidez é nas escolas, Aids é nas escolas* (Entrevista, Membro da Coordenação Nacional de DST/Aids) – também entre professores e diretores a escola aparece como um local privilegiado para a troca de informações sobre as temáticas da sexualidade, da saúde sexual e das drogas: [...] (Rua; Abramoway, 2001, p. 65-66)

Somado a esse ponto de vista, ainda há a questão das violências geradas nesse espaço. Para Tombini (2018), o acontecimento violência escolar reflete a emergência social que clama por outra atuação policial num dado momento histórico. Uma vez que demais atores sociais como os psicólogos, os juízes, os odontologistas, os policiais etc., são convocados a interagir com o espaço escolar, a autora apresenta a figura do policial militar como educador em sala de aula. Nesta posição, este agente de segurança pública militar estaria com práticas análogas a de um professor, porém, por estar fardado e equipado conforme os regulamentos de sua profissão especificam, outras formações lhes são necessárias para ali estar ministrando aulas. Esse acontecimento faz referência ao Programa Educacional de Resistência às Drogas (PROERD). Este segmento da Polícia Militar funciona de modo a capacitar policiais militares como instrutores que são preparados para ministrar aulas sobre prevenção às drogas e à violência nas escolas, de acordo com um convênio assinado entre a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, por intermédio da Polícia Militar, e as Secretarias de Educação Pública Municipal, Estadual e Particulares.

Pela perspectiva de Tombini (2019), essa atuação também representaria práticas regidas por um dispositivo outro, que ela denomina dispositivo Proerd, o qual pelas palavras da autora justifica-se pelos seguintes fatos:

O PROERD age no controle de comportamento dos alunos, para que estes não se aproximem das drogas, incluindo cigarro e álcool, e não sejam agressivos com colegas, amigos e familiares. Estimula os mesmos a conter-se, recusar as ofertas que possam trazer consequências negativas para sua vida. Atua, ainda, no reconhecimento de figuras de autoridade, como o policial, os pais e os professores. A intenção está em desenvolver a consciência acerca das responsabilidades diante de cada ação tomada, seja uma ação direcionada para consigo mesmo (por parte do aluno) ou para com outro. Dessa forma, atua como um Dispositivo, embasado principalmente nos saberes psicológico, do campo da biologia e do campo jurídico. (Tombini, 2018, p. 108)

Sob esse viés, compreendemos que o programa Proerd está inserido como política pública de Estado “num esforço cooperativo entre a Polícia Militar, a Escola e a Família” (PROERD, 2013, p. 2). De acordo com o material didático fornecido aos estudantes do 5º ano do Ensino Fundamental que participaram do curso, o escopo do Programa se traduz em “evitar que crianças e adolescentes em fase escolar iniciem o uso abusivo das diversas drogas existentes em nosso meio, despertando-lhes a consciência para este problema e também para a questão da violência.” (PROERD, 2013, p. 2). Logo, é nítido que as ações desenvolvidas pela polícia militar, por meio de aulas desenvolvidas por esse programa destoam das práticas estabilizadas para esse agente de segurança pública. Ora, o cerne da intervenção policial na escola centra-se na ocorrência de violência, ou seja, no delito e na quebra de uma ordem, uma vez que o propósito é a prevenção, a conscientização daquilo que causa danos a si, como as drogas. Porém, essas minúsculas lacunas produzidas não representam, em sua plenitude, práticas de resistência (diferentemente das ações de greve se praticadas por policiais militares, em prol de exercer direitos fundamentais garantidos).

Por atenderem a uma demanda contemporânea da sociedade, de modo a responder ao funcionamento de novas tecnologias de poder tais posicionamentos representam práticas de obediência, não ao mesmo dispositivo jurídico, mas a um dispositivo pedagógico atravessado pelo dispositivo escolar, que permanece sob a redoma do racionalismo neoliberal, onde agem os dispositivos de segurança.

Assim, como esse complexo engendramento das relações de poder vai funcionando, os enunciados<sup>12</sup> discursivizados sobre o programa PROERD vão constituindo o sujeito policial militar, que, em suas dispersões, acaba ocupando outras posições discursivas.

Com efeito, ao acompanharmos os discursos contemporâneos sobre educação e segurança pública, podemos compreender que, analogamente, aos desafios de contribuir para ampliação e a melhoria do processo de aprendizagem na sociedade, o que tem sido tão emergente, uma vez que os saberes têm sido produzidos e modificados de forma tão rápida e líquida (Bauman, 1997), nunca foi tão necessário aprender e, principalmente, aprender a aprender. Com tal característica, a área de segurança pública tem sido incitada a corresponder a esses acontecimentos e, somado a isso, devido à complexidade da realidade das ordens de violência que (re)criam embates contra a prezada ordem pública que o discurso jurídico tanto apregoa, o dispositivo securitário conduz os sujeitos a serem mais como profissionais empreendedores de si, capazes de produzir novas e criativas dinâmicas de intervenção frente à violência e à criminalidade.

Como achado de nossas escavações, as práticas de obediência que moldam as condutas de posições outras para o sujeito desse corpo de autoridade serão discutidas sob a reflexão das formas de obediência/desobediência estudadas por Gros (2018). Esse percurso será realizado na próxima seção, o qual, com vistas a contribuir com as análises e objetivos propostos nessa fase, apresenta uma narrativa pessoal. Nela, vislumbra-se, na posição social ocupada pelo indivíduo, o exercício do poder sobre a vida, que o leva a encontrar no desejo a verdade sobre si mesmo.

---

<sup>12</sup> O quadro enunciativo que analisará os recortes de enunciados sobre o policial militar, no contexto de ensino das aulas ministradas pelo PROERD, se dará na terceira seção deste trabalho.



### **3 A CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO POLICIAL EM SUAS DISPERSÕES NO DISCURSO E NO CUIDADO DE SI**

A respeito da subjetivação policial militar partimos do problema de que ela podia constituir em um certo contexto social e político, o problema que determinadas práticas policiais constituem para os outros. Num outro viés, as condutas elencadas e analisadas na segunda seção não são apenas relatos de uma história social da prática policial, mas lançam luz para os modos como todo o arcabouço dos dispositivos que atravessam esse sujeito exercem técnicas de governamentalidade que fazem coagir e produzem saberes estabilizados tanto para a instituição policial militar quanto para os indivíduos que dela fazem parte. No entanto, assim como esse sujeito coage em obediência a determinados dispositivos, ele também é coagido pelos mesmos, senão por outros dispositivos.

Analogamente ao que Foucault afirma ter realizado em *Vigiar e Punir* – que não foi fazer a história da instituição prisão, porém buscar respostas para os modos “como o pensamento da punição teve, no fim do século XVIII e no início do século XIX, uma certa história” (Foucault, 2004, p. 241) é que, nesta seção, buscamos compreender, a partir do problema que as condutas policiais podem também constituir para os próprios indivíduos, como o pensamento da ordem policial possibilita (ou não) o governo a si mesmo, uma vez que o cuidado de si faz parte das práticas do governo dos outros.

#### **3.1 Posição de sujeito policial militar no contraponto com a atividade intelectual: um relato sobre mim dentre as dispersões discursivas**

Como já adiantado no início da Introdução, esta pesquisa parte de uma inquietação intrínseca a mim, devido ao fato de eu ter ingressado na corporação policial militar do estado de Mato Grosso do Sul há vinte anos. Assim, por este subitem retratar uma percepção pessoal, peculiar à escavação que esse trabalho objetiva, sua construção se dará com nuances em primeira pessoa. Ao ocupar a posição de sujeito policial militar, percebo em mim um conjunto de dispersões que escapam desse lugar que, no discurso, constrói saberes sobre quem eu sou.

A prática de se produzir no discurso da pesquisa aparenta riscos, contudo, não é inédita para a pesquisa científica no âmbito das ciências humanas quanto de outras áreas. A título de exemplo, o antropólogo Malinowski (1980) expõe sobre a importância de os comportamentos cotidianos não serem apenas “registrados através de perguntas ou documentos quantitativos, mas devem ser observados em sua plena realidade” (Malinowski, 1980, p. 55). Sua concepção acerca de pesquisa de campo certifica que a

observação e o assentamento de informações de comportamentos do sujeito são esclarecedores para a compreensão de determinadas práticas. Nesse viés, enfaticamente, Malinowski (1980) afirma ser “[...] realmente tolo e limitado [...] o homem de ciência que se deparasse com toda uma série de fenômenos, prontos para serem armazenados e os deixasse escapar, mesmo que não visse no momento a que finalidade teórica poderiam servir!” (Malinowski, 1980, p. 56).

Além desse parâmetro, muitos dos próprios estudos de Foucault dedicam-se a extensas recuperações historiográficas para entender um tipo de prática específica. Em cada um deles há sempre um acontecimento que atravessa o corpo do filósofo. Assim, a presencialidade do pesquisador tende a produzir um certo deslocamento de seu próprio pensamento, o que reflete na teoria, nos Estudos Discursivos Foucaultianos, uma espécie de reorganização. Acerca da ética dessa prática, Foucault apresenta a seguinte alusão:

O que pode ser a ética do intelectual [...] a não ser isso: tornar-se permanentemente capaz de se desprender de si mesmo (o que é o contrário da atitude de conversão)? Se eu quisesse ser exclusivamente um universitário, teria, sem dúvida, sido mais sensato escolher um campo, e um, apenas um, no qual teria desenvolvido minha atividade, aceitando uma problemática dada e tentando fazê-la funcionar, ou modificando-a em certos pontos. [...] Ser ao mesmo tempo um universitário e um intelectual é tentar fazer funcionar um tipo de saber e de análise, que é ensinado e aceito na universidade, de modo a modificar não somente o pensamento dos outros, mas também o seu próprio. Esse trabalho de modificação do seu próprio pensamento e dos outros parece ser a razão de ser dos intelectuais. (Foucault, 2004, p. 248)

Ao decidir trilhar esse caminho foucaultiano, insta-me a pensar de outro modo. Com efeito, sob essa ótica é possível constatar que a hipótese discursiva não se refere apenas ao discurso sobre o policial militar, já que também concerne a um discurso sobre o cuidado de si, uma vez que sou atravessada por acontecimentos que dizem respeito à posição que ocupo e me constitui.

Dessa forma, pensar quem sou, na condição de sujeito inserido no presente, em razão de algo que escapou no passado, contribui para analisar acontecimentos que só se atualizam discursivamente e, por isso, acontecem no presente.

Pois bem, “o governo de si se integra a uma prática de governo dos outros” (Foucault, 2004, p. 242), portanto pensar na subjetividade policial militar, vivendo a prática da docilização pelo Estado de Direito, inicia-se desde a aprovação do indivíduo em concurso público ao seu encaminhamento a curso de formação específica. Lá, várias

práticas são ditadas por dispositivos relacionados a um dispositivo disciplinar em prol de uma finalidade maior: capacitar agentes de segurança pública para assegurar a ordem e a manutenção públicas, de acordo com a verdade da época.

Desde então, os acontecimentos que atravessam o corpo desses indivíduos priorizam docilizá-los como representantes do Estado, legitimados a exercer o poder – por meio da força se necessário – nas relações sociais que lhe forem incumbidas. De fato, esse corpo, como objeto de estudo, pode ser compreendido como o centro de toda relação de poder. Assim, torna-se fundamental pensar o corpo em articulação com o espaço e a subjetividade.

Portanto, a experiência de ingressar num espaço pertencente a uma Organização Policial Militar no ano de 2003 possibilita a percepção de distintos acontecimentos que atravessam, discursivamente, meu próprio corpo como sujeito. Muitos desse acontecimentos – senão todos – são responsáveis pela produção de determinadas práticas para minha atuação como agente de segurança pública, o que já me direciona, como sujeito, numa dispersão discursiva.

Os primeiros anos foram mais propensos a estar numa ordem do discurso constituída por um conjunto de enunciados, responsáveis pela produção de verdades sobre minha atuação. Estes, muitas vezes, estão ligados a uma identidade estereotipada de policial que é atravessado pela violência, pela disciplina rígida ou por uma obediência que permite coagir e ser coagido.

Ao compreender essas condutas como práticas estabilizadas, moldadas por dispositivos jurídicos (os quais foram analisados na segunda seção desta tese), foi possível reconhecer, em 2009, um acontecimento capaz de lançar luz a um possível movimento de obediência a um dispositivo escolar, logo deixando de agir somente de acordo com tais práticas estabilizadas. Ao ser capacitada instrutora do Programa Educacional de Resistência às Drogas (PROERD), as práticas de sujeito policial militar foram redirecionadas, permanecendo, no entanto, regidas por dispositivos disciplinares outros.

Esse processo, que marca lugares diferentes de atuação para um policial, tende a produzir saberes outros para compor o que esse sujeito policial pode ou não fazer. Logo, outras verdades atravessam esse sujeito e, por isso, sua subjetividade caminha numa linha tênue entre estar numa objetivação de policial que coage e é coagido por práticas regidas pelo dispositivo policial, e por uma subjetivação que o lança em busca de realinhar quais práticas sociais moverão as relações éticas num ambiente escolar.

Contudo, faz-se importante salientar que essa percepção não pretende apresentar um dualismo que implique a forma rudimentar do bom *versus* mau, ou do certo *versus* errado. Tal asseveração caminha em direção a um alvo: as rupturas nas ordens discursivas. Estas, marcadas em acontecimentos que apresentam o policial militar inserido e objetivado em complexas relações de poder que se engendram, resultam na ocupação de diferentes posições de sujeito nos espaços existentes para o dizer.

Nesse processo de produção de verdades, as condições de emergência para a produção de subjetividades outras para policial tendem a lançar luz para uma noção de diagnóstico no presente. No entanto, esse cuidado em tentar demonstrar uma faceta outra, muitas vezes pode estar aludindo mais a um desejo de encontrar a verdade sobre si mesmo, uma vez que a quebra de verdades aparentemente estáveis tende a deslocar esse sujeito de um lugar historicamente constituído para outro, geralmente, às margens das condições de possibilidade existentes em uma determinada época.

Aqui, essa inserção de si, como sujeito intelectual pertencente ao objeto de estudo, aparece como resposta aos possíveis (vários) momentos, em que meu discurso científico se inclina a se escamotear, a buscar, ansiosamente, pela tentativa de não me implicar na análise. Ora, estou produzindo ciência, de um lugar historicamente produzido, que vai se implicar apenas na construção do dispositivo teórico analítico, mas na implicação, o ponto de vista discursivo é outro. Pelas palavras de Jefferson Campos (2021), a posição de intelectual proporciona à pesquisa as seguintes relevâncias:

Desse modo, no que concerne ao trabalho do intelectual, no que ele tem de produtivo a partir da posição social que ocupa, torna-se possível o trabalho descritivo do objeto com o qual se ocupa a partir do estabelecimento de “séries enunciativas”, em suas “formas de correlação” e em seus “tipos de correlação”; também, de seu “campo de coexistência” de enunciados já produzidos, e de “concomitância”, no que se refere a uma concorrência não excludente de diferentes proposições num mesmo “domínio de memória”. [...] (Campos, 2021, p. 17)

Cientificamente e desafiador é encontrar um modo de se constituir numa posição neutra diante de um objeto que constitui aquilo que é a nossa vida. Porém, assumir a posição de intelectual específico no sentido político, como “aquele que faz uso de seu saber” (Foucault, 1979), ilumina a escavação.

Assim, a experiência de entrar em uma sala de aula, com um uniforme militar, com todos os apetrechos pertinentes à função e iniciar a aula com uma saudação

entusiasmada de “Hoje é dia de?” e obter como resposta dos alunos um uníssono “Proerd!” desloca essas dispersões para um lugar um pouco mais distante dessa tentativa de positivar esses outros lugares assumidos pelo sujeito, na posição policial militar. Continuam sendo posições análogas, do ponto de vista do funcionamento do policial que é legitimado para exercer o poder em determinadas práticas. Mas, num espaço escolar, o nível de poder que passa a ser exercido nessa outra posição social projeta outras práticas, relativamente não estabilizadas em alguma medida, e produz saberes outros para esse agente público.

Por essa experiência narrada, não poderia deixar de registrar um acontecimento ocorrido em dois momentos: reunião de apresentação e funcionamento do Proerd às autoridades do Governo Paraguai. Essa feita fora realizada, em um primeiro momento, no ano de 2018 e, recentemente, enquanto concluía as análises dessa pesquisa, em fevereiro de 2024. A urgência de inclusão dessa prática corresponde, justamente, ao fato de que a reunião, efetivamente, não consistiu apenas em exposição didática e plena aceitação das autoridades do Paraguai. Por constituir verdades discursivas que tecem sobre o objeto de pesquisa em investigação nesse trabalho, nada mais oportuno que relatar o ocorrido.

Primeiramente, é oportuno destacar que uma comissão reunindo profissionais da educação, da Polícia Nacional do Paraguai, bem como representantes da pastoral da sobriedade paraguaia se uniram com policiais militares, gestores e instrutores do Proerd da fronteira Ponta Porã-*Pedro Juan Caballero* para uma primeira reunião com as autoridades do país vizinho, em *Asunción*, capital do Paraguai.

Dessa primeira empreitada, apesar de ser algo inaugural, de pouca ou nenhuma visibilidade para as autoridades superiores presentes nesse encontro, da apresentação do Programa, juntamente com dados científicos pertinentes, resultou-se a liberação de quinze (15) policiais da Polícia Nacional paraguaia para participarem do I Curso Internacional de Formação de Instrutores do PROERD de Mato Grosso do Sul, na cidade de Ponta Porã-MS, no ano de 2018.

Após esse primeiro momento do acontecimento Proerd no Paraguai, uma nova apresentação fora convocada para os gestores advindos de novo pleito político. Algo, de fato, que não acontece em território brasileiro, uma vez ser o Proerd institucionalizado no Brasil, de modo que suas práticas independem da mudança de atores políticos e/ou partidários.

Porém, em se tratando do início do Programa em outro país, fomos atender a esse chamado. Da experiência que tive da primeira reunião, agora somavam-me os resultados empíricos dos policiais paraguaios que haviam desenvolvido o Proerd somente nas escolas da fronteira, mais especificamente, na região nordeste do Paraguai, no estado de *Amambay*. Discursivamente, como parte estatística/científica para exposição, tinha a meu favor o conhecimento sobre determinados saberes que estavam sendo construídos acerca das práticas desses agentes de segurança pública, como poderemos observar nos textos de alunos que tiveram aulas com esses policiais desbravadores do Proerd, nas análises que procedemos a partir da Subseção 3.3.

Assim, nessa missão tivemos como interlocutores a presença de determinadas autoridades, como o Ministro da Educação, a Ministra da Saúde, o Ministro do Interior (responsável pela Segurança Pública do país), a secretária de Gabinete do Presidente, o Comandante Geral da Polícia Nacional (*Comisario General Comandante*), entre outros agentes incumbidos de não apenas nos ouvir, como também indagar e se certificar da legitimidade dos motivos pelos quais convinha seu país realizar um curso de instrutores em sua capital, para o público exclusivo de integrantes da sua polícia.

Temos aí um momento factual da história que atravessa o sujeito policial no Paraguai. Entre tantas perguntas que nos foram feitas, a de maior preocupação, sobretudo para os sujeitos relacionadas à educação, era a que deseja ouvir respostas sobre as razões que justificariam um policial estar em sala de aula, ministrando aulas para crianças do 5º ano do ensino fundamental.

Situadas essas circunstâncias, as próximas subseções dão conta de verificar como determinadas práticas (re)produzem saberes no discurso de sujeitos em idade escolar, atravessam e constituem uma subjetividade policial no contexto de práticas educacionais.

### **3.2 O policial militar em suas dispersões discursivas: entre heterotopias<sup>13</sup> e infâmias**

Dada a dispersão enunciativa, característica dos discursos, onde as primeiras seções puderam trazer luz sobre o objeto de pesquisa desse trabalho, esse espaço propõe proceder a análises que identifiquem, em alguma medida, quem são os sujeitos policiais que ocupam outras posições no discurso sob investigação. Num tatear em que tomamos

---

<sup>13</sup> O conceito de heterotopia foucaultiana é mobilizado nesta seção como instrumento para as análises das seqüências enunciativas recortadas e, por não ser um instrumental que se utiliza nas demais partes de nosso arquivo, ele não é tomado como parte da primeira seção, que embasa o percurso teórico-analítico da pesquisa.

de empréstimo as palavras de Foucault sobre “o preço e a recompensa de qualquer trabalho em que as articulações teóricas são elaboradas a partir de um certo campo empírico” (Foucault, 2004, p. 242), aqui a experiência como profissional de segurança pública assume uma voz que expressa possibilidades de cuidado de si, tal qual a ética do sujeito intelectual que, apesar de tímida, é detentora de um saber que funciona nas microfísicas das redes de poderes, em espaços não muito veiculados, mas que existem e estão lá, preexistentes.

Ao dissertar a existência de lutas cotidianas como acontecimentos tecidos sobre as malhas mais finas da rede de poder, o filósofo francês já demarca o fato de o poder ser exercido em um feixe de relações. Dessa forma, ratifica-se a máxima foucaultiana de que onde há poder, e sujeitos livres, há resistência. Isto é, como o poder é exercido, essa prática nas relações mais distintas possíveis ocorre conforme as condições de emergência e de possibilidade reclamem. Logo, há possibilidade de funcionamento de micropoderes em diversos níveis de (cor)relação na sociedade.

Nessa direção, podemos compreender que a constituição de saberes sobre o policial militar pode resultar tanto do funcionamento dos mecanismos de repressão, que circulam com maior visibilidade, quanto pode advir de outras engrenagens, discursivizadas em níveis menores de perceptibilidade. Em ambas as possibilidades, há poderes sendo exercidos. Há corpos sendo atravessados e constituídos. Em se tratando desses agentes, devido a fazerem parte, tanto quanto por serem um corpo imbuído nesses saberes, é importante salientar que o corpo é uma forma simbólica de produção de subjetividades e de discursividades. Segundo Gregolin (2015), compreender os corpos a partir da caixa de instrumentos da arqueogenealogia foucaultiana possibilita pensar em quem são esses corpos no presente, não apenas nessa temporalidade. Além disso:

[...] também tem por função apontar como o que é poderia não mais ser o que é. Assim, o diagnóstico não tem o objetivo apenas de descobrir o que somos nós, no presente, mas de apontar possibilidades de recusarmos o que nos tornamos, traçando uma história crítica da subjetividade – ou dos processos de subjetivação – na qual o sujeito é pensado como fabricação dos jogos de verdade, [...] (Gregolin, 2015, p. 193)

Por esse viés teórico, proceder a uma análise de discursos sobre esses corpos nos conduz o olhar para a “construção de objetos discursivos numa tríplice tensão entre a sistematicidade da linguagem, da historicidade e da produção de subjetividades”

(Gregolin, 2015, p. 192) desse policial. Essa perspectiva nos move a buscar, portanto, um lugar um pouco mais distante nesse processo de dispersão, em que o propósito de recuperar essa dispersão estaria com vistas, sobretudo, a pensar as demandas do presente. Dessa forma, no contexto de Mato Grosso do Sul, algo escapa no linguajar da fronteira Ponta Porã (Brasil) e Pedro Juan Caballero (Paraguai): o brasiguai, um sujeito constituído pelos discursos e práticas peculiares desse espaço outro que lhe atravessa.

Como nossa proposta, no entanto, não visa investigar, exclusivamente, o sujeito brasiguai nem a língua originária dessa confluência, destacamos aqui que, de acordo com os objetivos propostos na Introdução desse trabalho, o nosso objeto de pesquisa aparece imbricado nesse território. Logo, haja vista que tais perspectivas fazem pulular a teia enunciativa de nossos enunciados, o interesse em analisar os discursos que permeiam esse sujeito brasiguai e sua língua(gem) se deve, justamente, porque essas reflexões e análises contribuem para a visibilidade da atuação policial em sua dispersão discursiva, o que nos permitem verificar o modo pelo qual os saberes circulam e funcionam a seu respeito e em suas relações com o poder que exerce e é exercido sobre si no discurso.

Sob essa ótica, esclarecer a expressão “brasiguai” faz-se pertinente. Há pesquisadores do movimento fronteiriço em tela que, embora não discordem totalmente da definição para o senso comum, creem que o termo é insuficiente para abarcar um número absoluto de sentidos.

Consoante as pesquisas realizadas pelo geógrafo Carlos Alberto Ferrari (2009), por exemplo, haveria a seguinte concordância para o termo brasiguaiois:

“[...] definem brasiguaiois como brasileiros que trabalham no Paraguai, mas não necessariamente os que retornaram ao Brasil ou, ainda, trabalhadores rurais expulsos pela modernização da agricultura paraguaia sob a égide do modelo do agronegócio, os brasiguaiois continuam no Paraguai e voltam ao Brasil apenas a passeio ou para encaminhar os filhos nos estudos.” (Ferrari, 2009, p. 109)

O referido autor argumenta que uma forma mais adequada para se compreender como as pessoas recebem essa denominação seria lançar o olhar para a questão econômica que envolve os sujeitos habitantes desse espaço, sobretudo em se tratando dos que são comprometidos com os movimentos sociais. Sob esse prisma, Ferrari (2009) afirma que, por se tratar de sujeitos brasiguaiois considerados um problema de ordem econômica-social, há uma transição de responsabilidades entre os países dessa fronteira:



São chamados de brasiguaios no Brasil quando retornam e se tornam responsabilidade do governo brasileiro, e são chamados de brasiguaios no Paraguai quando vivem e trabalham lá, sendo, portanto, responsabilidade das autoridades paraguaias. (Ferrari, 2009. p. 109)

Prosseguindo nessa seara, num movimento de escavação em busca de saberes existentes sobre a expressão “brasiguai”, encontramos, ainda, o posicionamento de outro geógrafo, João Fabrini (2010):

Portanto, o que faz do sujeito social um brasiguai não é apenas a sua organização nos movimentos sociais, mas, também, a sua precária territorialização e mobilidade no espaço de fronteira. Territorialização precária e organização nos movimentos sociais são os elementos basilares para compreensão da existência desse sujeito oprimido, expropriado e subordinado na fronteira entre Brasil e Paraguai.” (Fabrini, 2010, p. 1-2)

Sob esse viés, o discurso de sujeito oprimido, marginalizado atribuído ao “brasiguai”, nos permite traçar um paralelo que o identifique com o sujeito infame, conceito cunhado por Foucault. Em sua “A vida dos homens infames” (Foucault, 2003), o filósofo propõe analisar fragmentos de vidas reais, tendo como corpus as *letres de cachet*. Ao verificar os discursos desse tipo de dispositivo, constatou que o funcionamento do poder contribuía para tornarem visíveis esses sujeitos, iluminando pessoas desviantes dos padrões de moralidade social e, por isso, punidas, porque seu comportamento era considerado criminoso ou ofensivo para a época. Não por acaso, o autor caracteriza esse material como uma “antologia de existências”. Existências essas que representavam vidas singulares, registradas por práticas consideradas à margem daquilo que estaria na ordem do verdadeiro sobre o correto, digno e dentro dos padrões da sociedade.

A partir dessas considerações, refletiremos acerca da expressão “brasiguai” em analogia como sujeito infame desses relatos que retratavam exatamente o que fora dito sobre a “existência desses homens e dessas mulheres” (Foucault, 2003, p. 207). Como na citação anterior, o “sujeito oprimido, expropriado e subordinado na fronteira entre Brasil e Paraguai” (Fabrini, 2010, p. 2), o brasiguai acaba fazendo parte de um grupo excluído, assim como Foucault aduz terem sido objetivadas as vidas infâmias analisadas:

Vidas que são como se não tivessem existido, vidas que só sobrevivem do choque com um poder que não quis senão aniquilá-las, ou pelo menos apagá-las, vidas que só retornam pelo efeito de múltiplos acasos, eis aí as infâmias das quais eu quis, aqui, juntar alguns restos. (Foucault, 2003, p. 208)

Enfim, em comparação a essa perspectiva que apresenta o brasiguaiio provindo historicamente de trabalhadores rurais, camponeses que inicialmente foram expulsos de sua terra, estaria a definição de Santos e Cavalcanti (2008). Para as autoras, a visão reducionista da identidade “brasiguaiia” caracteriza-a “como um grupo uno e homogêneo” (Santos; Cavalcanti, 2008, p. 430).

Nessa concepção, “a construção de um estereótipo negativo, com implicações principalmente para alunos ‘brasiguaios’, no cenário escolar sociolinguisticamente complexo de fronteira” (Santos; Cavalcanti, 2008, p. 430) estaria sendo favorecida. Em seus estudos sobre as identidades híbridas e língua(gens) provisórias de alunos brasiguaios, por um viés de estudos de linguagem distinto do que nossa pesquisa se propõe, as pesquisadoras aludem ser a problemática dessa estigmatização do sujeito brasiguaiio, quanto de sua língua, um projeto um tanto quanto simplista, que desconsidera, ao menos, três pontos de vista:

“[...] primeiro porque desconsidera as questões políticas, sociais e históricas que a denominação recobre, apagando a sua construção simbólica e ideológica. Segundo, vai depender também de quem se inclui/exclui na/da denominação. E, por fim, o termo faz pressupor a homogeneização, o que conduz a uma representação unificadora de identidade, que é apresentada como inerente e constitutiva de um grupo. Rotulados de “brasiguaios” são transformados em minorias/grupos subalternos e marginalizados. (Santos; Cavalcanti, 2008, p. 430)

Assim, alinhada à concepção foucaultiana, a infâmia, que nos parece constituir parte da vida dos habitantes da região fronteira Brasil-Paraguai, recairia sobre eles, de forma a (re)produzir discursos que tenderiam a objetivá-los nesse espaço outro. Porém, apesar de os policiais militares habitantes e atuantes nessa fronteira também serem reconhecidos como “brasiguaios”, alguns desses sujeitos, dispersos em determinadas ordens do discurso, como a ordem educacional, por exemplo, acabam sendo discursivizados como responsáveis por práticas outras. Dessa feita, saberes que não constam no arquivo jurídico/legal a respeito, conforme analisado na Seção 2, tendem a ser produzidos, ainda que lentamente. Logo, práticas e saberes relativamente não estabilizados sobre os sujeitos policiais militares que atuam no campo educacional vão sendo iluminados no calor dessa região heterotópica, como mais bem será analisado nas demais séries enunciativas desta seção.

Por conseguinte, reiteramos que toda essa explanação acerca de irrupções histórico-discursivas sobre brasiguaió foi relevante para nos permitir traçar um paralelo com o conceito de sujeito infame de Foucault (2003). Além dessa analogia, é necessário considerar o fato de que nessa zona territorial, onde as relações se dão nas singularidades das práticas complexas da fronteira, a mescla de idiomas e de práticas policiais são permeadas do modo como o próprio lugar é concebido, às margens, como um lugar heterotópico.

Portanto, as reflexões foucaultianas sobre heterotopia necessitam ser abordadas, de modo que as análises das sequências enunciativas recortadas nesta seção possam ser mais bem fundamentadas. Para isso, iniciamos com as palavras do filósofo francês: “a heterotopia tem como regra justapor em um lugar real vários espaços que, normalmente, seriam ou deveriam ser incompatíveis” (Foucault, 2013, p. 24).

Sob essa ótica, o espaço outro que abarca Ponta Porã e *Pedro Juan Caballero* representa um lugar real. A esses espaços que tendem a ser incompatíveis Foucault dá o nome de heterotopias, definidas como espaços (re)produzidos a partir de relações de poder localizadas. Não podem ser consideradas utopias, senão o inverso, porque não são imaginários inalcançáveis. São, ao contrário, lugares concretos, utopias realizadas fora de todos os lugares-outros, lares constituídos à margem do que se esperaria, face a uma ordem tradicional.

Esse conceito provém de um aprimoramento feito com base em outros dois tempos. Inicialmente, devido as pesquisas que apontavam as “obsessões do espaço” foucaultianas e em resposta a um convite recebido em 1966 para o “Círculo de estudos arquiteturais de Paris”, o filósofo francês procedeu a uma análise discursiva acerca da “história da arquitetura funerária e dos cemitérios” (Foucault, 2013, p. 39-40), como uma de suas formas de heterotopia. Nessa feita, em seu pronunciamento, o termo precedente “heterotopologia” (Foucault, 2013, p. 33) aparece sob um novo olhar analítico, justamente para tecer considerações a respeito do espaço e(m) sua relação com o poder.

Somente no ano de 1986, “inaugurava-se uma carreira nova para a interpretação qualitativa dos ‘espaços outros’. Nova avaliação das heterotopias, após a tradução simultânea dos volumes II e III da História da Sexualidade.” (Foucault, 2013, p. 53-54). Somada a essas considerações, a concepção apresentada por Moura (2017) assenta-se na tese de que “as heterotopias são múltiplas e possuem um caráter relacional, já que estão em constante transformação de acordo com o tempo e a sociedade a qual pertencem.” (Moura, 2017, p. 30). Logo, por esse parâmetro, a fronteira que concentra nosso objeto

de pesquisa, o policial militar em práticas educacionais outras, pode ser igualmente concebida como um *locus* heterotópico.

Isso posto, a título de ilustração, as seguintes imagens da linha de fronteira entre Ponta Porã e *Pedro Juan Caballero* são apresentadas como uma produção heterotópica:

**Figura 1** – Linha de fronteira entre Ponta Porã e *Pedro Juan Caballero*



Fonte: BonitoWay, 2019

A linha tênue e literal, que separa essas duas cidades-gêmeas de países diferentes, passa longe de ser utópica. Como podemos observar também na próxima imagem, a vivacidade da linha, que aparenta organizar os espaços heterotópicos que lhe pertencem, aparece em sua função, sem a utilização de muros e/ou fiscalizações com postos aduaneiros visíveis. Daquilo que tenderia a ser incompatível por suas diferenças tão marcantes, provindas do resgate da memória da Guerra do Paraguai<sup>14</sup> como caso justificável, aparenta, com efeito, estar na heterotopia que organiza o que parece desorganizado, produz certa fluidez onde tenderia a estar somente truncado. Linha heterotópica, espaço outro às margens, composta por muitos sujeitos brasiguaios e suas vidas infames, materializados nos discursos (re)produzidos na imensidão de uma extensa faixa de fronteira seca.

<sup>14</sup> A Guerra do Paraguai foi um conflito bélico ocorrido entre os anos de 1864 até 1870. Foi causada, em sua essência, por questões políticas oriundas de causas primordiais, de caráter econômico. A Tríplice Aliança, formada pelo Brasil, Argentina e Uruguai, se constituía em aliados do capital inglês, que tiveram sua estrutura de expansão negada pelo Paraguai. Com isso, questões de limites de fronteiras entre os países e as reivindicações territoriais da Argentina e do Brasil só contribuíram com as justificativas para iniciar um conflito bélico, pois a guerra se configurou como instrumento de desestabilização econômica e política da região rio-pratense, a priori, para a dominação do Cone Sul, em especial, a submissão econômica paraguaia pela Inglaterra. (Chiavenato, 2011, *apud* Roesler, 2017, p. 142).

**Figura 2** – Comércio na linha da fronteira internacional Brasil/Paraguai



Fonte: G1, 2020

Por seu aspecto físico, a linha divisória dos modos de ser e viver de vários grupos étnicos que convivem em constantes interações, por meio de transações comerciais, culturais e/ou linguísticas, é detentora de sua própria dinâmica. Estabelecida política, histórica, econômica e socialmente, essa faixa heterotópica é a marca visível de regulação sobre quem está de um determinado lado da rua permanece no Brasil, e, ao deslocar-se para o sentido oposto, para o lado outro, já se está no Paraguai. É possível, por conseguinte, compreendermos essa linha internacional como heterotópica, baseados em Foucault, para quem diferentemente das heterotopias que “possuem sempre um sistema de abertura e de fechamento que as isola em relação ao espaço circundante.” (Foucault, 2013, p. 26), “Há outras heterotopias que, ao contrário, não são fechadas ao mundo exterior, mas constituem pura e simples abertura” (Foucault, 2013, p. 27), como no caso *in loco*: a fronteira entre Ponta Porã (Brasil) e *Pedro Juan Caballero* (Paraguay).

Consequentemente, por onde se passa um fluxo intenso de pessoas, nesse espaço outro, todos podem entrar, porém, ao fazê-lo, “na verdade, uma vez que se entrou, percebe-se tratar-se de uma ilusão e que entrou em parte alguma” (Foucault, 2013, p. 27). Tal analogia é proposta pelo fato de esse espaço fronteiro justapor vários espaços considerados incompatíveis, os quais, entretanto, ao estarem reunidos, compõem um complexo espaço outro de fronteira seca habitável por seus “brasiguaios”, brasileiros, paraguaios e demais pessoas de nacionalidades outras que ali se instalaram. Essa conjuntura, em sua dimensão histórica de acontecimento social e discursivo, inscreve-se na história dessa região e tende a produzir saberes acerca dos limites que separam esses habitantes, ao passo que também os integra em muitos aspectos, uma vez que a faixa de

fronteira representa “um espaço territorial de transição, no qual convivem ainda características físicas, políticas e sociais de ambos os lados” (Scherma, 2016, p. 2).

Entre os tipos de heterotopia apresentados por Foucault destacamos a heterotopia de desvio, que, a nosso ver, também significam esse lugar fronteiro. Nessa concepção, os “lugares que a sociedade dispõe em suas margens, nas paragens vazias que a rodeiam, são antes reservados aos indivíduos cujo comportamento é desviante relativamente à média ou à norma exigida” (Foucault, 2013, p. 22). Assim, estaria se assemelhando às paragens destinadas à habitação dos brasiguaios, sujeitos infames que, provindos historicamente de trabalhadores rurais, eram objetivados como camponeses que, inicialmente, foram expulsos de sua terra.

Retomando o exposto em nossa Introdução, indicamos que pretendemos entender quem são os sujeitos policiais ocupantes de outras posições no discurso sobre o policial militar, no que se refere à dispersão enunciativa. Afirmamos que existem diferentes posições de sujeito para policial. À esteira dessas observações, a seguir, analisamos como os efeitos de poder se relacionam para (re)produzir saberes sobre esses sujeitos enquanto instrutores do PROERD, mais especificamente, na fronteira Brasil-Paraguai.<sup>15</sup>

Diferentemente dos saberes historicamente estabilizados, esses policiais (fardados) são vistos de outra forma pelo público específico que atendem nessa realidade: estudantes da rede pública de ensino naquelas cidades gêmeas. Assim, precisamos ter em vista que se trata de uma prática discursiva manifestada em um ambiente de sala de aula, distinto daquele culturalmente estereotipado de um agente de segurança: como a rua, ou a prisão, por exemplo. Essa circunstância diferenciada já configura o caráter de acontecimentos de uma subjetividade, levando-nos a identificar, por meio da linguagem, posição de sujeito já diversa desses policiais militares.

Embora os discursos obedeçam a determinada ordem que, na e pela história, objetivam o policial com uma certa identidade e caráter frente a sociedade (ou seja, uma visão do que é ser um policial e o que este pode e deve fazer), na medida em que emergem práticas discursivas dispares das pré-definidas, sua subjetividade também acaba afetada. No caso das aulas do Proerd, por exemplo, os estudantes que participam tendem a assimilar e a enunciar em seus próprios discursos saberes que indicam uma mudança de posição daqueles policiais, considerando suas atuações na qualidade de instrutores desse programa.

---

<sup>15</sup> Parte das análises desta subseção tiveram seu teor adaptado para publicação, compondo artigo da Revista Interletras, Ed. 34, v. V. 9. Dourados, outubro, 2021/ março de 2022- p. 1-12.

Para as análises desta subseção, enfatizamos os conceitos de saber-poder, objetivação/subjectivação, heterotopia, dispositivo securitário/neoliberal e dispersão do sujeito (infame, humanitário e resiliente). Sendo a língua falada na região uma mistura de três (português, espanhol e guarani), também se verifica, na produção discursiva em foco, uma exclusão de enunciados que configuram essa mesma língua, como se ela fosse uma língua infame, pelo fato de não ser um idioma legitimado por efeitos de verdade discursivizados.

Foucault (2006) afirma que há dispositivos que regem o que deve ou não ser dito sobre alguma coisa ou sobre alguém. Existem delimitações sobre os lugares do discurso, que é, então, vigiado e imposto: com indicações do que seria produzido como verdade em determinada época e lugar. Sob esse horizonte, o que é enunciado sobre o policial militar instrutor do Proerd também está submetido a uma ordem do discurso: procedimentos regradados simultaneamente com aspectos de um dispositivo securitário (neoliberal) e de outro humanitário.

Esses procedimentos de controle (e também de circulação) dos discursos (re)produzem saberes a respeito do que se enuncia. No entanto, por meio de uma análise arqueogenealógica desses discursos, pela noção de história geral (Foucault, 2008b), podemos observar o funcionamento desses saberes e questionar suas verdades, de tal modo que seja possível observar outros fatos singulares que, por vezes, são distintos da verdade instituída.

Nesse ponto de vista, a verdade produzida no e pelo discurso funcionaria como um mecanismo de controle que separa os discursos da ordem do verdadeiro numa época de outros que não se enquadrariam nessa condição. Além das imposições de uma ordem, outra condição deve ser levada em conta com relação aos discursos; e ela tem a ver com a necessidade de focarmos para a situação na qual se encontram sujeitos e enunciados no que se denomina de heterotopia, conceito explicado por Foucault (2013) assim:

[...] acredito que há, um lugar que podemos situar no mapa; utopias que têm um tempo determinado, um tempo que podemos fixar e medir conforme o calendário todos os dias. É bem provável que cada grupo humano, qualquer que seja, demarque, no espaço que ocupa, onde realmente vive, onde trabalha, lugares utópicos, e, no tempo em que se agita, momentos ucrônicos. (Foucault, 2013, p. 19)

Se Foucault explana que há um lugar pré-estabelecido (onde coexistem hábitos, rotinas), devemos lembrar sua afirmação de que nenhum espaço é “neutro e branco” (Foucault, 2013, p. 19). Certos espaços são carregados de si e de outros, delimitando, assim, sentidos e aspectos distintos de outros lugares, tornando-os, assim, singulares. Por esse viés, analisar discursos produzidos nessa fronteira Brasil-Paraguai solicita considerar a circulação de tais discursos em espaços de “heterotopias de desvio”, ou seja, de “lugares que a sociedade dispõe em suas margens, nas paragens vazias que a rodeiam, são antes reservados aos indivíduos cujo comportamento é desviante relativamente à média ou à norma exigida” (Foucault, 2013, p. 22). Sendo uma extensa faixa de fronteira seca, com conturbações sociais, similaridades e contrastes sociais, étnicas, políticas e culturais, devemos ter em mente que essa região é de entendimento bastante complexo.

Passado esse preâmbulo, analisar o discurso sobre o sujeito policial militar instrutor do Proerd não pode desatentar-se das complexidades que dão significado a seu lugar de atuação, isto é, a fronteira entre as cidades gêmeas citada, que é heterotópica. Somos provocados por uma pergunta arqueogenealógica: Em meio a essa fronteira física e discursiva, quem é esse sujeito policial militar produzido no interior de práticas dominantes?

Quando elegemos um jornal paraguaio de circulação regional como *corpus* indicamos que nosso olhar se volta também para os discursos midiáticos, que deixam rastros do sujeito enunciado nesse espaço discursivo. Para Gregolin (2015), a mídia digital constitui lugares heterotópicos que possibilitam a construção de saberes a respeito de determinados objetos, que acabam tendo suas subjetividades atravessadas por vários saberes produzidos em convergência.

Assim, se entendermos esse sujeito por suas “vidas singulares” (Foucault, 2003, p. 1), destacando o modo pelo qual Foucault caracteriza os sujeitos infames, esses policiais seriam entes desviantes da ordem discursiva. Tal constatação se deve ao fato de esse policial ser habitante dessa fronteira, que é constituída por vários grupos étnicos que convivem em constantes interações, sejam elas por meio de transações comerciais, culturais e/ou linguísticas, as quais muitas vezes ocorrem de forma complexa devido à ocorrência de fluxos intensos de pessoas nessa região. Portanto, apesar de ocupar uma posição de autoridade, o sujeito policial de fronteira constitui-se (e passa por tal processo de objetivação) como um sujeito que não atende à convenção habitual, tendo em vista que faz parte dos habitantes de um lugar heterotópico e, por isso, espera-se que ele também tenha as mesmas práticas de um sujeito fronteiro (com seu amálgama cultural



possível de verificar, por exemplo, no falar de uma língua mesclada de três idiomas, ou seja, podendo ser vista com estigmas).

Na sequência, em busca de identificar o funcionamento do poder sobre esses corpos de autoridade, as análises indicam enunciados que, mesmo objetivando o sujeito previamente descrito, mobilizam um jogo de poder que tenta excluir elementos constituintes dessa língua infame nascida do cruzamento entre a portuguesa, a espanhola e a guarani. Sendo assim, lembramos que a língua funciona como elemento de separação e de segregação:

As disputas entre camponeses e plantadores de soja se transformam, muitas vezes, num confronto nacionalista. **Os sentimentos nacionalistas em relação ao território e à língua guarani e os ressentimentos do período da Guerra da Tríplice Aliança (1865-1870) afloram nos discursos dos camponeses paraguaios.** Os brasileiros são acusados de “invasores”, “novos bandeirantes”, “herança de Stroessner”, etc. Por sua vez, os imigrantes brasileiros assumem também uma postura nacionalista e destacam sua superioridade tecnológica e cultural. Eles se auto definem como “trabalhadores”, “pioneiros” e pertencentes a um país mais desenvolvido. (Albuquerque, 2009, p. 148, grifo nosso)

Nessa perspectiva, sendo uma região comercial, a fronteira supracitada é ambiente de interação não só entre seus moradores (por si sós, já heterogêneos: brasileiros, paraguaios, indígenas) mas também entre estes e visitantes de outras nacionalidades. E os discursos que ali circulam se mesclam na mesma medida em que esses sujeitos de interagem. E essa interação se manifesta na e pela linguagem. Dessa maneira, o falar nesse território, com três línguas que se misturam, tende a diluir saberes e práticas, fluindo pela linguagem aquilo que é mais cotidiano possível.

Metodologicamente, selecionamos dois textos noticiosos por comporem um conjunto maior de discursos que tratam da temática abordada. Formam uma sequência enunciativa por serem enunciados efetivamente ditos, assumidos por um sujeito discursivo em condições de produção específicas (como já detalhamos nos parágrafos anteriores).

A sequência enunciativa A (transcrita mais adiante) foi publicada em maio de 2018, no jornal *Crónica*<sup>16</sup>, e apresenta um caráter incomum: além das línguas oficiais do Paraguai (espanhola e guarani), é escrita pelo sujeito “brasiguai”, um sujeito infame que tende a (re)produzir uma língua infame, constituída pela mescla das línguas oficiais.

---

<sup>16</sup> Disponível em: <http://www.cronica.com.py/2018/05/11/miliquino-rapai-onec-guarani-los-ninos/>

Trata-se de um policial militar instrutor do Proerd ministrando aulas em guarani.<sup>17</sup> Sobre este idioma, ressaltamos ser relevante demonstrar sua visibilidade por meio das relações de poder em funcionamento pelas práticas relativamente não estabilizadas do sujeito policial militar em análise. No entanto, a discussão sobre as variações linguísticas que abarcam a língua guarani não contempla os objetivos propostos pela pesquisa.

Assim, prosseguimos com a descrição da imagem do policial militar fardado na sala de aula, a qual é reproduzida na reportagem (como pode ser vista na Figura 3). Acompanhando a imagem há uma legenda: “*VY’ÁPE. Los niños de la parcialidad guaraní kaiowa ovy’apa al escuchar la charla en guaraní. CAPTURA DE IMAGEN*”.

**Sequência Enunciativa A (Crônica): Manchete:** Miliquiño rapai oñe’ê en guaraní a los niños. **Título auxiliar:** Destacado: El uniformado es hijo de madre paraguaya y fue premiado por su gesto. **Trecho do editorial:** El cabo de Policía Militar rapai Cristian David Colmán Lima, hijo de madre paraguaya y padre brasuca, se destaca en Mato Grosso do Sul de rapailandia por dar clases en guaraní a los niños de un centro de estudios de indígenas. Un video filmado en la escuela municipal indígena Arandu Renda Guarani Kaiowa, se lo ve al cabo Colmán cuando entra al salón de clases y saluda en nuestro dulce idioma guaraní. “¿Mba’éichapa peneko’ê?”, he’i y los niños le contestan al unísono “¡¡¡iporãaaa!!!”. Después de presentarse les comenta en qué va a consistir la clase, “ñande ñaño’êta umi porquería que ndo japói mba’eve porã la ñande salúre, ñaño’êta macoñare, guaripólare umía”, he’i en perfecto guaraní. El milico es parte de un programa de prevención contra las drogas y para facilitar la comunicación con las comunidades indígenas de raíces guaránicas, desarrolla su clase en guaraní entremezclado con el portugués. La charla se desarrolló en un marco de pleno entendimiento y alegría ya que los niños se prestaban a responder con energía voi a las preguntas del miliquiño, quien nació en la ciudad de Ponta Porã, en la frontera con nuestro país.<sup>18</sup>

<sup>17</sup> Salienta-se que há variações linguísticas do idioma guarani. A respeito, importa citar explanação de Cardoso (2008): “Do ponto de vista genético, o Kaiowá é considerado dialeto da língua Guarani, pertencente ao subgrupo I da família Tupi. [...] No que se refere à língua Guarani, devemos considerar *a priori* a distinção comumente feita entre Guarani Antigo e Guarani Atual. Devido à dispersão geográfica, demográfica e lingüística do Guarani, acreditamos não ser possível estudar o Guarani Atual, senão tratando de cada “falar” especificamente: o dos Kaiowá, dos Nhandewa ou dos Mbyá. Segundo Rodrigues (1984/5a), a família Tupi-Guarani é constituído pelo Guarani Antigo e pelas línguas e/ou dialetos ‘Mbyá, Xetá, Nandéva, Kaiwá, Guarani Paraguaio, Guayabí, Tapieté, Chiriguano e Izoceño’. (Rodrigues, 1984/5, p.27)” (Cardoso, 2008, p. 16-17)

<sup>18</sup> “**Sequência Enunciativa A (Crônica): Manchete:** Militarzinho fala em guarani com as crianças. **Título auxiliar:** Destaque: O militar é filho de mãe paraguaia e foi premiado por sua atuação. **Trecho do editorial:** O cabo da Polícia Militar, o jovem brasileiro Cristian David Colmán Lima, filho de mãe paraguaia e pai brasileiro, se destaca em Mato Grosso do Sul - Brasil por ministrar aulas em guarani aos alunos de um centro de estudos de indígenas. Um vídeo filmado na escola municipal indígena Arandu Renda Guarani Kaiowa (Lugar de inteligentes), apresenta o cabo Colmán quando entra na sala de aula e cumprimenta em nosso doce idioma guarani. “Como vocês amanheceram?” ou “Bom dia!”, e os alunos o respondem em um único som: “Tudo bem!”. Depois de se apresentar ele explica sobre o que consistirá a aula em guarani: “Vamos falar em guarani um pouco sobre o tema droga, sobre maconha e também sobre o álcool, substâncias que não fazem bem para a saúde”, em perfeito guarani. O militar faz parte de um programa de prevenção contra as drogas e para facilitar a comunicação com as comunidades indígenas de raízes guaránicas, desenvolve sua aula em guarani mesclado com o português. A conversa se desenvolveu em um marco de pleno

Figura 3 – Sequência Enunciativa A

6 | ACTUALIDAD

**DESTACADO.** El uniformado es hijo de madre paraguaya y fue premiado por su gesto

## Miliquiño rapai oñe'ẽ en guaraní a los niños

**RANE ÑE'Ë**

El cabo de Policía Militar rapai Cristian David Colmán Lima, hijo de madre paraguaya y padre brasileño, se destaca en Mato Grosso do Sul de rapallandía por dar clases en guaraní a los niños de un centro de estudios de indígenas. Un video filmado en la escuela municipal indígena Arandu Renda Guarani Kaiowa, se lo ve al cabo Colmán cuando entra al salón de clases y saluda en nuestro dulce idioma guaraní. "Mba'ichapa peneko'ẽ", he'ĩ y los niños le contestan al unísono "¡¡¡poráaaa!!!". Después de presentarse les comenta en qué va a consistir la clase, "ñande ñañe'eta umi porquería que nde japói mba'eve porã ñañe'eta ma'coñare, guaripolare umiá", he'ĩ en perfecto guaraní.

**MBARETE.** Cristian enseña en el dulce idioma guaraní. El milico es parte de un programa de prevención contra las drogas y para facilitar la comunicación con las comunidades indígenas de raíces guaraníticas, desarrolla su clase en guaraní entremezclado con el portugués. La charla se desarrolló en un marco de pleno entendimiento y alegría ya que los niños se prestaban a responder con energía voi a las preguntas del miliquiño, quien nació en la ciudad de Ponta Porã, en la frontera con nuestro país \*

**VV'ÁPE.** Los niños de la parcialidad guaraní kaiowa ovy'apa al escuchar la charla en guaraní.

**MÁS DATOS**

**PREMIO**  
Colmán fue condecorado por el Poder Legislativo de Mato Grosso do Sul por presentar su proyecto de enseñanza en guaraní.

**SOLO POLIS**  
El Programa Educativo de Resistencia a las Drogas y la Violencia (Proerd) es desarrollado por policías militares.



Fonte: Jornal *Crônica*, 2018.

Como os discursos midiáticos exercem certo poder capaz de produzir verdades sobre os objetos de que trata, o enunciado apresentado deve ser compreendido como intrínseco ao discurso, o qual é “simultaneamente controlado, selecionado, organizado e redistribuído por um certo número de procedimentos que têm por papel exorcizar-lhe os poderes e os perigos” (Foucault, 2006, 2). Nos enunciados que compõem o discurso midiático analisado, o título “*Miliquiño rapai oñe'ẽ en guaraní a los niños*” é um discurso previamente controlado e selecionado para produzir determinados saberes com relação ao que esse policial instrutor do Proerd estaria significando (ou que poderia significar). O sujeito é objetivado, sob uma governamentalidade estatal fronteiriça, que regula os discursos constituintes dos saberes que ditam o que os habitantes da fronteira são.

Se retomarmos o impasse da fusão das línguas, por se tratar de um veículo informacional específico da região fronteiriça supramencionada, o discurso de valorização de uma língua em específico sobrepõe-se às portuguesa e espanhola. O falar em guarani *mesclado* com os idiomas português e espanhol não só indicam características da comunicação local, como também, por repetição de discursos estereotipados, cria o que pode ser percebido como efeito de verdade.

Nesse cenário enunciativo, o policial do Proerd, reportado como sujeito (da língua) infame, é significado por práticas discursivas regidas tanto pelo dispositivo policial estatal quanto pelo dispositivo educacional. Daí termos como resultado um efeito

---

entendimento e alegria já que as crianças se prestavam a responder com energia às perguntas do militarzinho, que nasceu na cidade de Ponta Porã, na fronteira com nosso país. (Tradução de Marília Elizabeth Colman).

de complexas relações de poder em âmbito do corpo social. Podemos verificar que a imagem discursiva desse sujeito é usada como mecanismo de poder, que projeta feixes de luz sobre falantes do guarani, ou seja, os habitantes que usam uma língua indígena (poucos em relação aos das outras línguas).

O título “*Miliquiño rapai oñe’ẽ en guaraní a los niños*”<sup>3</sup> pode ser traduzido para o português brasileiro como “Militarzinho brasileiro fala em guarani para as crianças (alunos)”. Existiria uma contradição semântica interna entre esse título e o assunto geral da matéria, pois a sequência enunciativa aborda as ações positivas do policial militar instrutor da região. Ele é tido como alguém especial, sobremaneira, por se tornar referência perante alguém que fala guarani, o idioma dos estudantes daquelas salas de aula; em contrapartida, ele teria um grau de erudição grande perante esse público por falar “*en perfecto guaraní*” (linha 14). Esse último apontamento rememora um discurso que focaliza o sujeito infame, isto é, aquele (des)qualificado como brasiguaiio, regido por saberes estabelecidos sobre como um “verdadeiro” brasiguaiio deve ser, se portar, ou falar.

Com relação aos discursos que enunciam um sentido de “verdadeiro” a respeito dos brasileiros na fronteira, Albuquerque (2009) estuda as relações sociais entre “brasiguaios” e paraguaios. De acordo com o sociólogo, os brasileiros são objetivados como “invasores”, “novos bandeirantes” (Albuquerque, 2009, p. 148) pelos paraguaios que vivem na fronteira. Conforme essa “verdade”, os brasiguaios representam sujeitos infames, malquistos nessa região.

No entanto, outra posição sujeito desse brasiguaiio emerge discursivamente: a do policial militar instrutor do Proerd. O fato de o sujeito policial estar em uma posição de autoridade e em um espaço heterotópico corrobora para esboçar sua objetivação de “Militarzinho brasileiro”: sujeito querido que, ainda pequeno, vivenciara a realidade daquela região específica. Os enunciados “*el [...] es hijo de madre paraguaya y padre brasuca*” (linhas 1-5) “*del miliquiño quien nació en la ciudad de Ponta Porã, en la frontera con nuestro país*” (linhas 20-21) reforçam essa atribuição. Essa sequência enunciativa compreende uma (re)afirmação do sujeito brasiguaiio, que o caracteriza, estabelecendo “uma lei de verdade, que devemos reconhecer e que os outros têm que reconhecer nele” (Foucault, 1995, p. 235).

A repetição da origem fronteiriça desse policial lecionando em guarani cria efeitos de destaque para esse sujeito, pois a inserção dele na produção discursiva em foco estabelece um lugar de onde obtém seu discurso e se subjetiva: trata-se de um filho da fronteira, e isso possibilita que sua singularidade escape a apreensões pejorativas,

(re)produzidas como efeitos de verdade para um sujeito brasiguaiio. Nessa perspectiva, ser filho de uma mãe fronteira, ou seja, ser um brasiguaiio, poderia configurar a irrupção de um acontecimento discursivo que estimula a emergência de saberes outros a respeito dos sujeitos que habitam aquela região e sobre esse território heterotópico.

A próxima sequência enunciativa, também publicada em maio de 2018, foi extraída do jornal online brasileiro Campo Grande News<sup>19</sup>. O referencial discursivo ainda é o policial militar instrutor do Proerd, na qualidade de sujeito da região fronteira.

**Sequência Enunciativa B (Campo Grande News):** A imagem que acompanha o texto verbal compõe-se de uma foto que ilustra uma sala de aula, onde estudantes estão com uniformes de cor laranja e mangas verdes, todos sentados e enfileirados. Muitos desses alunos estão sorrindo e fazendo sinal de positivo com suas mãos levantadas. Tal qual está um policial militar fardado, no meio do corredor da sala, olhando para frente, sorrindo e fazendo a mesma sinalização de positivo com suas mãos. A legenda da foto diz: Turma da aldeia Guasuti, no município de Aral Moreira. **Manchete:** Em sala de aula, policial faz a diferença conversando com as crianças em guarani. **Subtítulo:** “Minha mãe é paraguaia e meu pai brasileiro, sempre tivemos o guarani, espanhol e português como línguas dentro de casa, e me orgulho disso”, justifica. **Trecho do editorial:** Para o policial militar Cristian David Colman Lima, de 38 anos, ter um mundo mais fraterno começa por uma atitude. Ao entrar em escolas indígenas de Mato Grosso do Sul, apesar da turma saber o português, ele não tira o direito da meninada de falar em guarani, pelo contrário. Para valorizar a cultura, passou a falar com os alunos na língua indígena.

---

19 Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/lado-b/comportamento-23-08-2011-08/em-sala-de-aula-policial-faz-a-diferenca-conversando-com-as-criancas-em-guarani>

Figura 4 – Sequência Enunciativa B

Comportamento

### Em sala de aula, policial faz a diferença conversando com as crianças em guarani

"Minha mãe é paraguaia e meu pai brasileiro, sempre tivemos o guarani, espanhol e português como línguas dentro de casa, e me orgulho disso", justifica.

Por Thaila Torres | 14/05/2018 08:31



Turma da aldeia Guasuti, no município de Aral Moreira. (Foto: Arquivo Pessoal)

Para o policial militar Cristian David Colman Lima, de 38 anos, ter um mundo mais fraterno começa por uma atitude. Ao entrar em escolas indígenas de Mato Grosso do Sul, apesar da turma saber o português, ele não tira o direito da meninada de falar em guarani, pelo contrário. Para valorizar a cultura, passou a falar com os alunos na língua indígena.

As afinidades com a análise anterior estão no fato de o policial militar instrutor do Proerd ser apresentado como uma pessoa que “faz a diferença” (como acentua o título da matéria), por conversar com os alunos na língua materna deles. A convergência entre poder-saber a respeito de como esse sujeito policial ministra (fala em) suas aulas projeta um efeito de luz capaz de dar visibilidade ao sujeito da fronteira e à língua (também fronteira) que este fala. Policial e língua são celebrados.

Nessa sequência enunciativa, o guarani não pode ser visto como uma língua infame, tendo em vista que o próprio texto afirma que o policial “não tira o direito da meninada em falar o guarani” (linha 03). É possível identificarmos um sujeito objetivado como alguém que usufrui o direito de se expressar no idioma materno daquele local (a fronteira Brasil-Paraguai/Ponta Porã-Pedro Juan Caballero). Ao mesmo tempo, existe uma subjetivação do sujeito policial, orgulhoso de se comunicar em guarani.

Podem ser verificadas, nessa conjuntura, práticas regulamentadas por um dispositivo securitário, que, por sua vez, se insere em outro mais amplo: o neoliberal. Focalizando ainda o exercício do poder sobre os corpos, identificamos discursos atravessados pela dispersão do sujeito infame – o policial habitante de um espaço outro, heterotópico por excelência (de cujas práticas discursivas são vivenciadas nesse ambiente fronteira) –, pelo sujeito humanitário – cujas práticas são regidas por mecanismos humanitários (que o subjetivam) – e pelo sujeito resiliente – aquele que se auto-organiza

adequando suas práticas visando a superar a problemática existente nessa região heterotópica.

Em certa medida, esse sujeito fronteiriço obtém visibilidade para si e a língua e cultura maternas (guarani), na dispersão discursiva que o constitui enquanto policial militar instrutor do Proerd. Por esse viés, as práticas humanitárias por ele trabalhadas em sala de aula, ao se comunicar na língua materna (e, por isso, valorizá-la) construída pela mistura entre as culturas brasileira e paraguaia – uma região de heterotopias de desvio (Foucault, 2013) – não somente retomam uma cultura, mas instauram um procedimento da vontade de verdade, pois os saberes construídos a respeito desse sujeito policial militar são transformados de um saber que circulava com aspecto negativo para efeitos de verdade opostos, ou seja, positivos.

O fato de esse sujeito policial cultivar a língua guarani em suas aulas produz, também, uma verdade que repercute positivamente na sociedade, nesse contexto educacional. Uma vez que essa prática, estando relativamente não estabilizada para práticas policiais, corresponde às expectativas de preservação de uma língua, ela, de igual modo, contribui para o enfrentamento ao preconceito linguístico, de acordo com documentos jurídicos que legitimam determinadas orientações curriculares no Brasil. A própria Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2018) disserta a respeito dessa importância no espaço escolar:

Assim, é relevante no espaço escolar conhecer e valorizar as realidades nacionais e internacionais da diversidade linguística e analisar diferentes situações e atitudes humanas implicadas nos usos linguísticos, como o preconceito linguístico. Por outro lado, existem muitas línguas ameaçadas de extinção no país e no mundo, o que nos chama a atenção para a correlação entre repertórios culturais e linguísticos, pois o desaparecimento de uma língua impacta significativamente a cultura. (Brasil, 2018, p. 70)

Levando em consideração essas perspectivas, as práticas humanitárias e de valor (positivo) objetivam e atravessam a subjetividade desse sujeito policial, instrutor do Proerd. Enfatizam-se as qualidades existentes tanto do policial que vivencia as heterotopias de desvio dessa fronteira e as da própria região. A emergência dessa subjetividade, nos parâmetros aqui estipulados (qual seja, a de um sujeito policial fronteiriço falante de uma língua infame), e de suas práticas discursivas em tais condições de possibilidade ancoram a irrupção do acontecimento, ocasionado pela relação entre a subjetividade, a língua e o espaço de enunciação. É um acontecimento de descontinuidade

na história daquilo que seria historicamente esperado de um policial na posição de sujeito brasiguaió, habitante desse espaço heterotópico.

Seriam essas práticas de desobediência (Gros, 2018) ou obediência às condutas reguladas pelo dispositivo securitário? Por meio das análises das sequências enunciativas formuladas há pouco, seria possível respondermos que, apesar de serem díspares dos saberes existentes a respeito de um policial militar da fronteira supracitada, essas práticas representam uma obediência a outro dispositivo (mais amplo): o neoliberal. E é nesse aspecto que esse policial (instrutor do Proerd) é guiado a se constituir como *sujeito resiliente*, àquele regido pelo dispositivo securitário, atuando no interior do dispositivo neoliberal. Porque, na medida em que, ao se subjetivar na qualidade de defensor do idioma materno, esse sujeito que mantém a prática da língua em sua casa – esse sujeito resiliente, empreendedor de si (permanentemente em conflito com discursos que retomam região e língua fronteiriças de maneira pejorativa) – está visível no próprio funcionamento da linguagem. No momento em que esse sujeito é objetivado, por exemplo, como sendo aquele que “vai em busca de um mundo mais fraterno por meio de uma atitude” (linha 14), reforçam-se discursos de busca pela paz, de maneira resiliente.

Esse policial resiliente atua “como instrumento eficiente na disseminação de uma certa conduta dos indivíduos atrelada ao governo do ambiente, extrapolando uma relação apenas de contenção e gestão de riscos de desastres ambientais.” (Augusto; Wilke, 2019, p. 234). O funcionamento produtivo do poder, no acontecimento em foco, proporciona a visibilidade aos sujeitos infames, assimilados, em algum grau, na mudança de posição do sujeito policial de fronteira para a do sujeito policial militar instrutor do Proerd.

Não esgotamos as possibilidades de interpretação, menos ainda exaurimos as dúvidas sobre os motivos de tais enunciados serem usados em detrimento de tantos outros possíveis. As análises apresentadas buscaram demonstrar como o poder, funcionando para conferir visibilidade a sujeitos ditos infames, mudaria os modos de objetivação/subjetivação do sujeito policial instrutor do Proerd em território fronteiriço, espaço outro, heterotópico por suas características.

Se o poder causa um efeito sobre os corpos, as análises apresentadas podem nos auxiliar na identificação de discursos atravessados pela dispersão do sujeito resiliente e por supostas práticas humanitárias que atravessam sua subjetividade. São produzidos conceitos de verdade baseados em um dispositivo de poder, dadas as condições que possibilitam enunciar a respeito de um sujeito policial militar inserido numa dada época e



numa dada região de heterotopias de desvio. Não obstante, em meio a esse espaço (tanto territorial quanto discursivo) fronteiriço é possível observar saberes distintos que acabam por (re)criar efeitos de verdade diferentes. Assim, o sujeito (da língua) infame, o policial militar instrutor do Proerd, no discurso midiático circulante entre as cidades irmãs apresenta-se como uma das formas de objetivação desses policiais. O idioma dessa fronteira, muitas vezes silenciado por ser considerado uma língua infame, recebe visibilidade nesse campo enunciativo.

Com relação à dispersão do sujeito que determina as posições desse policial militar nessa região de fronteira, precisamos lembrar que a posição sujeito humanitário e resiliente, conforme mencionado por Zebrowski (*apud* Augusto; Wilke, 2019, p. 236) demonstra serem essas práticas (por meio dos discursos sobre resiliência) “amplamente utilizados como ferramentas favoráveis à governamentalidade neoliberal”. Entretanto, ao passo que os corpos são docilizados por esse mecanismo, a luz que reflete os sujeitos desse território faz emergirem outros saberes a respeito do que sobre eles é enunciado. Dessa forma, tira do anonimato não só o sujeito da fronteira, mas a própria língua materna (o guarani), tida por muitos saberes como um idioma infame.

### **3.3 O sujeito policial militar em práticas educacionais**

Até o presente momento, nossa escavação se aprofundou em verificar quais seriam as práticas estabilizadas para policial, num contexto atravessado pelo dispositivo jurídico-científico. Desse processo, identificamos um movimento, ainda que lento, de desestabilização das práticas e saberes para os sujeitos desse corpo de autoridade, considerando sua atuação no espaço escolar em região de fronteira. Conforme perfurávamos o tecido discursivo que compõe o que se diz sobre o policial militar, bem como a respeito de como ele próprio se vê, fomos incitados a reconhecer serem as ações produzidas pela posição sujeito policial militar, regido pelo dispositivo jurídico/científico e pelo dispositivo militar, as seguintes: assumido nessa posição, ele cuida da ordem, estabelece o direito ou dever de ir e vir, previne, impede e combate o crime.

Em decorrência dessas ações, dentro dos limites dos dispositivos legais, determinadas práticas lhes são autorizadas, como, por exemplo: prender/deter, realizar busca pessoal, algemar, atirar, dar ordem de parada, enfim, práticas que limitam direitos de outros sujeitos. Tais ações são respaldadas aos corpos de autoridade para se estar na

ordem do verdadeiro sobre preservar a ordem e a manutenção pública, por meio de um policiamento ostensivo para o qual são incumbidos de realizar.

Porém, regidos por dispositivos outros, como o dispositivo escolar e o dispositivo jurídico-securitário, esse mesmo sujeito policial, habilitado a instrutor do Proerd, assume outras posições nas dispersões discursivas. Tendo em vista que o papel do policial na escola é de uma orientação em relação às drogas, há sem dúvida uma implicação do dispositivo jurídico-securitário. O objetivo é ensinar a se cuidar, mas também a respeitar as leis, logo não incidir em crimes. Dentre essas possibilidades, inclusive, compreende o contraponto com a atividade intelectual, perspectiva que fora exposta por meio de relato desta pesquisadora na Subseção 3.1. Em uma sala de aula, agregam-se e sobressaem em suas práticas o dever de ensinar, educar e ministrar sobre prevenção, o que nos leva a constatar uma dispersão desse sujeito, desse lugar historicamente constituído.

Por corolário, rupturas discursivas sobre esse corpo de autoridade são iluminadas nas relações de poder em contexto educacional. Enquanto determinados saberes e práticas prosseguem num movimento que estabiliza a verdade produzida nos discursos que circulam sobre o que um policial militar fala, faz ou deve ser nos contextos jurídico/científico, histórico e midiático, os saberes e práticas da subjetividade docente atravessam esse corpo, de modo a também constituir sua subjetividade e (re)produzir saberes e práticas relativamente não estabilizados.

Portanto, assimilar as práticas do ambiente escolar às práticas educacionais do policial instrutor do Proerd nos possibilita visualizar semelhanças e distinções. Por esse motivo, é importante lembrar que, para Foucault (1979), a instituição escolar, como um espaço de produção de discursos de verdade e de poder, pretende disciplinar os sujeitos em idade escolar que ali convivem. Nessa ótica, as práticas de vigilância, adestramentos do corpo e da mente, por meio de normas e punições, são características intrínsecas e constituem instrumentos técnicos para garantir o funcionamento do poder nas relações existentes nesse espaço.

Em se tratando da instituição policial militar, o indivíduo que se constitui sujeito, sendo corpo de autoridade, onde se inscrevem os discursos disciplinares, é regido e rege em obediência a determinados dispositivos, como o dispositivo jurídico, analisado no arquivo da Seção dois desta pesquisa. De fato, em analogia à escola, as práticas de vigilância e de adestramento também funcionam como técnicas de poder. Para o sujeito policial militar há, em seu código de ética, determinações que passam pela voz da enunciação que o coage, não apenas para regular suas condutas, mas também para regular

suas emoções. A respeito das emoções, mais precisamente acerca da ansiedade e do medo que aparecem entre outras emoções em evidência nas análises da Subseção 3.3.1, retomamos a ótica de Courtine (2016). Para o autor,

O que produz os laços entre as emoções e o discurso é o caráter coletivo de muitas dessas emoções, o caráter histórico de todas elas, as modalidades discursivas e a dimensão inconsciente que são, enfim, absolutamente constitutivas de sua existência.” (Courtine, 2016, p. 20).

Por essa perspectiva, ao compreendermos os problemas decorrentes do uso indevido de drogas afetando o espaço escolar como um acontecimento que produz ansiedade e medo nas pessoas, deparamo-nos com o caráter coletivo dessas emoções no bojo social. Dessa forma, concordamos com a seguinte formulação de Courtine: “a ansiedade é uma zona privilegiada de produção discursiva e que o medo é um instrumento de governo na era da globalização neoliberal” (Courtine, 2016, p. 20), justamente por entender o medo na qualidade de instrumento que corresponde a uma determinada emergência responsável por produzir condições de possibilidade para o desenvolvimento das aulas de prevenção do Proerd. Para esse processo, não basta que o policial, simples e displicentemente, seja colocado em sala de aula, é necessário que suas práticas, suas condutas, enfim, seu modo de agir sejam regulados.

Uma vez efetuado com sucesso, esse processo de regulação das emoções entra como uma peça importante para a docilização desses corpos: corpos de autoridade que são coagidos e autorizados a coagir em correspondência à economia do poder estatal.

Dessa forma, espera-se que a escola, na qualidade de dispositivo de poder construído na sociedade disciplinar, docilize corpos que estarão aptos a exercerem a cidadania, de modo a contribuir com as leis do Estado. Contudo, como o decorrer do tempo e o surgimento de novas tecnologias levaram a mudanças bruscas e líquidas na contemporaneidade (Bauman, 1997), a escola, igualmente, teve suas funções modificadas e diversificadas de forma emergente.

Assim, diante das condições de emergência reclamadas pelas demandas da instituição escolar, outros segmentos sociais tiveram suas responsabilidades compartilhadas com as práticas de ensino, outrora privilegiadas com exclusividade à escola. Por esse prisma, o acontecimento pode ser compreendido como uma crise nas relações de poder exercidas pela escola, por outro, há discursos produzidos pelo próprio dispositivo legal/estatal que sustentam ser a responsabilidade da educação compartilhada

com a sociedade como um todo. Sobre isso, consideremos o que está enunciado na Constituição Federal (1988):

Art. 205 A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será **promovida e incentivada com a colaboração da sociedade**, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (Brasil, 1988, grifo nosso)

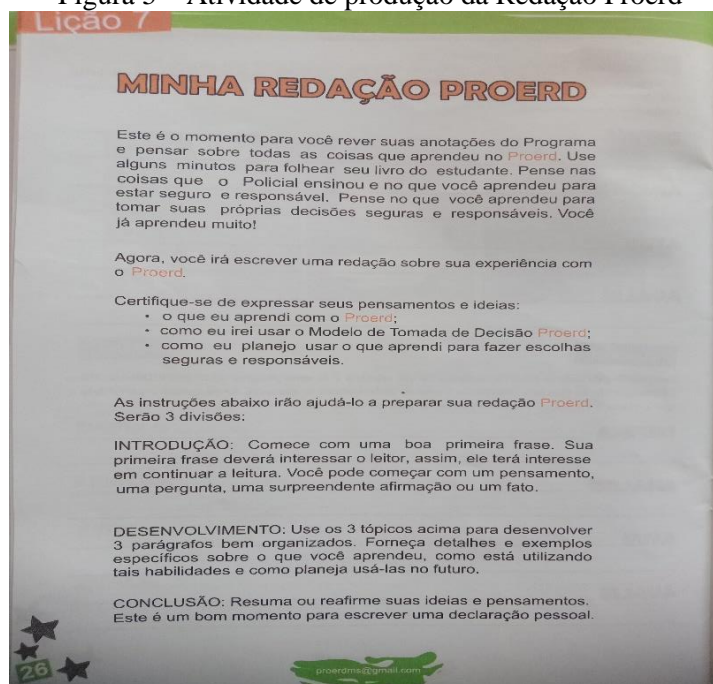
Com efeito, esse fato, como acontecimento discursivo que sofrera mutações históricas, (re)produz saberes outros que reclamam a atuação de várias esferas sociais. Nesse viés, os alunos, indivíduos cujos corpos são superfícies de inscrição de discursos em espaço escolar, tendem a reproduzir práticas impostas pelo dispositivo escolar. Dessas ações, compreende-se um espaço de ensino, em que o biopoder está em exercício.

Há uma engrenagem que relaciona o funcionamento de um dispositivo de poder que atravessa outro e, dessa coalizão, produzem-se saberes outros, de modo a posicionar, discursivamente, o policial que, na qualidade de instrutor do Proerd, ocupa a posição de professor em sala de aula, uma vez que (re)produz discursos de prevenção às drogas e às várias formas de violência em suas aulas.

Isso posto, prosseguiremos com vistas a compreender a atuação do policial militar em práticas educacionais, com o propósito de refletir como o pensamento da ordem policial possibilita (ou não) o governo de si mesmo, de modo a conduzir práticas e (re)produzir saberes nos discursos de sujeitos em idade escolar. Para tal finalidade, esta subseção analisará as produções textuais de alunos do 5º ano do Ensino Fundamental, que cursaram o PROERD.

São textos do gênero da ordem do narrar, constituídos por relatos de experiência pessoal. Denominados “Redações Proerd”, compõem parte das atividades finais para os alunos que participaram do curso. De acordo com o Livro do Estudante (PROERD, 2013), o qual é disponibilizado para cada aluno no curso, a atividade de produção textual é enunciada como descrito na Figura 5, reproduzida a seguir:

Figura 5 – Atividade de produção da Redação Proerd



Fonte: Caído na Real: livro do Estudante Proerd (PROERD, 2013).

Na página reservada para as orientações pertinentes à produção textual, verificamos ser solicitado um texto escrito em que os alunos possam relatar sua experiência com o Programa. Em se tratando do conteúdo, há indicações de como podem fazer isso, levando-se em conta três aspectos que os direcionam a expressar suas ideias e pensamentos sobre temas abordados durante as aulas.

De forma mais específica, reporta-se ao conteúdo sobre o Modelo de Tomada de Decisão Proerd<sup>20</sup> ao passo que, de maneira mais abrangente, trata-se sobre o que aprenderam com o Proerd e como planejam usar seus aprendizados. Notamos, portanto, não haver nenhuma indicação enunciativa que designe relatar e/ou mencionar aspectos sobre o policial instrutor do curso, o que, no entanto, acontece com regularidade em muitas produções, motivo pelo qual foram selecionadas para nosso arquivo de pesquisa.

Por conseguinte, esclarecemos com maiores detalhes as especificações desses textos mobilizados para nosso arquivo analítico. Essas redações foram produzidas por estudantes brasileiros e por alunos paraguaios. Do Brasil, da cidade de Campo Grande/MS, reunimos setenta (70) redações, escritas por estudantes de duas turmas do 5º ano do ensino fundamental, de uma mesma escola pública municipal, do ano de 2015.

<sup>20</sup> O Modelo de Tomada de Decisão Proerd (MTDP), consiste num modelo de ações passo-a-passo, que objetiva auxiliar os alunos a tomarem uma decisão responsável nas atividades denominadas situações problema, cujos exercícios representam histórias com algum problema peculiar à faixa etária deles. (PROERD, 2013).

Deste total, trinta (30) produções textuais são apresentadas nessa pesquisa. A escolha se deu pelo fato de tais textos identificarem o policial militar, instrutor do Proerd, em maior ou menor medida, por meio de narrativas de relatos de experiência pessoal. Em se tratando das redações feitas por estudantes de *Pedro Juan Caballero*, no Paraguai, fomos afortunados com um total de quarenta e quatro (44) textos, que foram escritos por estudantes de duas turmas do 5º ano do ensino fundamental, de uma mesma escola pública, do ano de 2018<sup>21</sup>. Similarmente, para nossas análises foram separadas oito (8) redações que continham relatos que identificassem o policial instrutor do Proerd, em alguma medida.

Sobre esse nosso arquivo de análise, ainda é importante esclarecer que as imagens das redações não possuem um tamanho e/ou cor padrão para serem aqui expostas. Tal necessidade se explica, justamente, porque todas as produções textuais recolhidas não foram feitas em folha própria para preenchimento, além de os alunos não serem obrigados a escrever apenas com caneta, podendo utilizar, portanto, material com grafite, cada qual com sua própria grafia. Assim, por não haver um papel padrão para que os estudantes realizassem a atividade, a maioria dos textos foi desenvolvida em folhas de caderno destacadas. Desse modo, os textos aqui reproduzidos tentam respeitar a originalidade da escrita e especificidade de cada estudante. Por isso, destacamos, também, que os desvios de norma culta existentes não são retificados, exatamente, em prol dessa preservação.

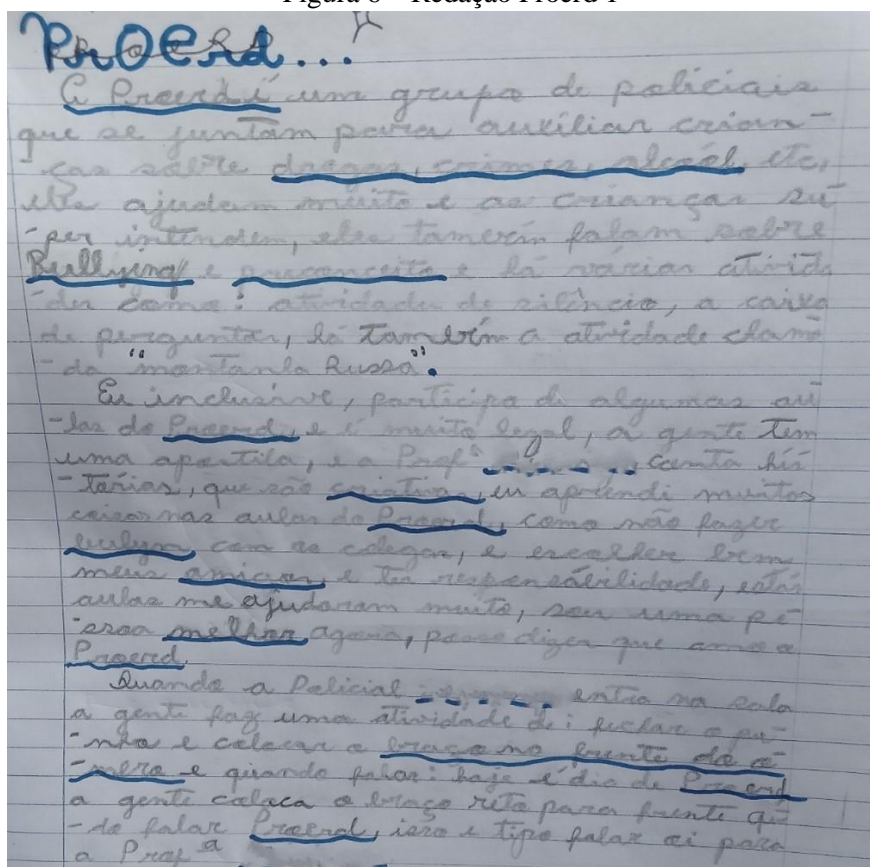
A partir desse panorama, as séries enunciativas recortadas das materialidades a seguir lançam visibilidade aos efeitos de poder-saber sobre o sujeito policial, efeito esse que, ao mesmo tempo em que o qualifica como agente de segurança pública, produz outras subjetividades que lhe atravessam.

Dessa feita, as Sequências Enunciativas (SE) analisadas serão apresentadas de acordo com a ordem das respectivas “Redações Proerd” a que pertencem. Por esse motivo, as categorias de objetivação do sujeito policial militar aparecem repetidas em sua identificação, o que otimiza, em alguma medida, visualizar a regularidade das ocorrências, de acordo com a enunciação feita pelos estudantes:

- a) Policial na posição de sujeito auxiliar, criativo, professor

---

<sup>21</sup> Importa relatar que essas redações, provindas de alunos de *Pedro Juan Caballero*, são oriundas das primeiras turmas que se formaram no Proerd, no segundo semestre de 2018. Fato este peculiar, por motivo já exposto em nota de rodapé, na página 12 deste trabalho.

Figura 6 – Redação Proerd 1<sup>22</sup>

Fonte: Arquivo pessoal (2015).

Referente ao texto expresso na Figura 5, temos os seguintes enunciados que fazem falar sobre o policial militar:

**SE<sup>23</sup> 1:** “A Proerd é um conjunto de policiais que se juntam para auxiliar crianças sobre drogas, crimes, álcool etc.”

**SE 2:** “[...] e a Profa. [nome da policial] conta histórias, que são criativa.”

**SE 3:** “quando a policial [...] entra na sala a gente faz uma atividade de: fechar o punho e colocar o braço na frente do ombro e quando falar: hoje é dia de Proerd a gente colocar o braço reto para frente quando falar Proerd, isso é tipo falar oi para a Prof.<sup>a</sup> [...]”

Courtine afirma haver uma “complexidade das mutações históricas contemporâneas” (Courtine, 2016, p. 18), por isso é emergente a necessidade de “uma compreensão global e arqueológica, ou genealógica, como preferirem, dos dispositivos

<sup>22</sup> Por questões éticas, foram apagados das imagens, que reproduzem as redações, os nomes de alunos, policiais e demais atores do ambiente escolar que venham a figurar nos textos.

<sup>23</sup> A sigla SE é utilizada para referenciar e identificar em ordem as Sequências Enunciativas extraídas das redações apresentadas para análise.

que agenciam a ordem contemporânea dos discursos” (Courtine, 2016, p. 18). Para esse autor, “os discursos não são outra coisa que os fragmentos de uma arqueologia, que os traços da história” (Courtine, 2016, p. 16). Com esse parâmetro, identificamos nas SE 1, SE 2 e SE 3 elementos discursivos correspondentes a fragmentos da história, relacionados às práticas do dispositivo escolar, as quais produzem o sujeito professor, tais como: auxiliar; contar histórias criativas; fazer atividade (lúdica<sup>24</sup>).

Por sua relevância na pesquisa, sinalizamos, de forma sucinta, o percurso desse saber educacional, uma vez que a análise arqueológica possui como característica o transitar por diferentes formulações conceituais, atinentes a outros domínios do saber, justamente com o fito de determinar de onde tais saberes provém.

Sob essa ótica, as atividades educacionais foram ressignificadas ao longo da história, mais especificamente, a partir do século XIX, pois, anteriormente, como as crianças eram vistas apenas como mini-adultos (Àries, 2006), a produção de registros sobre a infância era escassa. Com efeito, até “por volta do século XII, a arte medieval desconhecia a infância ou não tentava representá-la” (Àries, 2006, p. 50). A verdade ecoada sobre as crianças, até meados do século XIII, era de que o traço marcante que as diferenciava dos adultos era o tamanho. Portanto, quando a escola responde a uma demanda, a de representar um lugar para cuidar das crianças enquanto suas mães trabalhavam, sua função precípua ainda não era a de educar, mas a de dar assistência.

Até esse marco histórico, a educação que passara ser historicamente atribuída às mulheres (por meio das práticas de cuidar) sofre alterações. Enfim, nas escansões da história, após o século XIX, os acontecimentos “Manifesto dos Pioneiros (1932); “Manifesto dos Educadores de 1959”, mesma data da promulgação da “Declaração dos Direitos Humanos (ONU)”, pela Organização das Nações Unidas (ONU) (Haddad, 2010, p. 7), começam a produzir material regulatório para a educação. Dessa feita, indicam e legitimam a escolarização, o ensino, como responsabilidades da escola (Brasil, 1988). Daí, o ato de auxiliar na produção de conhecimento, por meio de práticas lúdicas, como contar histórias criativas, cujas práticas outrora não apareciam como saber regulado para o espaço escolar, passa a figurar como orientações pedagógicas previstas (Brasil, 2018).

---

<sup>24</sup> A palavra lúdica faz referência à sequência enunciada de “fechar o punho e colocar o braço na frente do ombro e quando falar: hoje é dia de Proerd a gente colocar o braço reto para frente quado falar Proerd, isso e tipo falar oi para a Profa.” Fazemos menção desse termo, a partir da compreensão de que “a função educativa do jogo oportuniza a aprendizagem do indivíduo: seu saber, seu conhecimento e sua compreensão de mundo” (Roloff, 2009, p. 1), assim, como o é utilizado pelo instrutor do Programa.



Essa breve descrição da complexidade das mutações históricas sobre a educação até a contemporaneidade tem sua relevância em nossa escavação arqueogenalógica, pois possibilita compreender como esses saberes moldam práticas e constituem os discursos do estudante que enuncia em SE 1, SE 2 e SE 3.

Desse movimento discursivo, é possível notar o efeito das emoções no discurso, pelo fato de o enunciado instituir uma posição de sujeito aluno que confia nos policiais instrutores que ali estão auxiliando na construção de saberes a respeito de "[...] drogas, crimes, alcól etc.", como dito em (SE 1), de modo que a subjetividade desse policial também vai sendo atravessada e constituída. Observamos que chamar o policial de professor já não representa nenhuma estranheza – de ordem discursiva ou social – para esse aluno, fato este que aparece grafado de forma abreviada em SE 2: “Profa”. Esse fenômeno acontece com determinada regularidade em outras produções analisadas posteriormente.

A respeito das práticas relativamente não estabilizadas que aparecem nessas sequências enunciativas, identificamos, com efeito, o ato de auxiliar crianças. Em analogia e em conferência com o rol de responsabilidades pertinentes às atribuições previstas para o policiamento regulado pelo dispositivo jurídico da instituição policial militar, tal prática não vem descrita. Porém, caso uma criança necessite de ajuda de um policial para auxílio de um ato tipificado como crime e/ou contravenção pelo dispositivo legal, em que ela figure como vítima, a prestação de socorro, em resposta ao dever de proteger vidas mesmo que tenha que arriscar a sua própria, é prevista e regulada pelo discurso jurídico. O que difere em SE 1 é o fato do termo “auxiliar”, enunciado pelo estudante, significar “ministrar aulas” para expor, explicar e facilitar a compreensão do conteúdo.

Na sequência, as práticas de “contar histórias criativas e fazer atividades lúdicas” (SE 2; SE 3), igualmente, não advêm das práticas reguladas pelo dispositivo jurídico/científico, muito menos pelo dispositivo policial. Convoca-se aí, novamente, o dispositivo escolar que lhe atravessa. Reproduz-se um saber diante desse panorama. Para Moreno (2009), as práticas lúdicas no processo de ensino e aprendizagem contribuem para que os alunos desenvolvam “a responsabilidade, a autoexpressão e a cognição. A criança sente-se estimulada e, sem perceber, vai se desenvolvendo e construindo seu conhecimento” (Moreno, 2009, p. 230).

Logo, o saber pedagógico que considera as práticas lúdicas como importantes para a aprendizagem da criança, uma vez que ela “vive num mundo de experiências e mutações

constantes, entre aquilo que ainda é e o que poderá vir a ser” (Roloff, 2009, p. 1) atravessa, dessa forma, as práticas desse policial. Por agir dessa forma, suas aulas acabam funcionando de modo a cativar os alunos, como se um sentimento de felicidade os conduzisse. Pedagogicamente, esse discurso coaduna com a perspectiva de que “a escola, a aula, o professor possuem caráter de imensa importância na formação deste novo mundo e, ainda, na recuperação de universos perdidos entre drogas e violências” (Roloff, 2009, p. 1).

Fernandes Júnior (2016, p. 48) assevera que “a busca e/ou conquista da felicidade é um tema que acompanha a história da humanidade [...]”. Como objeto discursivo, o autor aborda essa temática a partir da perspectiva de sua “urgência” e/ou de seu “imperativo” “produzidos na contemporaneidade” (Fernandes Júnior, 2016, p. 3). Para o autor, a “busca pela felicidade” tem sido tratada “como responsabilidade do Estado” (Fernandes Júnior, 2016, p. 30) e materializada em diversos contextos sociais da atualidade. Assim, por estabelecer diretrizes e modos de vida, os dispositivos que regulam a felicidade atribuem a essa emoção duas características de maior relevância: o rótulo de “cultura terapêutica” e como um “Estado de bem-estar” (Fernandes Júnior, 2016, p. 30). À medida que esses atributos passam a ser vistos como um padrão de verdade a respeito do que seria um bom modo de viver, mais discursos que enfatizam a necessidade de um esforço individual para alcançar a felicidade circulam e, por consequência, vão constituindo os sujeitos como empreendedores de si. Pelas palavras de Fernandes Júnior, essa “autogestão do eu” pode ser manifesta da seguinte forma:

Fica nítida a relação entre indivíduo e felicidade como algo a ser construído pelo sujeito a partir de um esforço individual, bem próximo às formulações dos discursos de autoajuda que, em tese, atuam na disciplinarização do indivíduo de modo a fornecer-lhe receitas e técnicas capazes de mudar sua relação consigo e com o mundo. (Fernandes Júnior, 2016, p. 59)

Nessa direção, quando refletimos sobre o discurso das emoções, o efeito de cativar alunos por meio das práticas pedagógicas exercidas pelo policial instrutor do Proerd, na posição de sujeito professor no discurso desse estudante, produz sujeitos dóceis. Estes, em busca da felicidade, de um bem-estar propagado pelos discursos de paz, de saúde, tendem, portanto, a ter suas condutas regidas em obediência àquilo que se ensina, ou seja, obedecem conforme aprendem no curso: a ter práticas de prevenção às drogas e às violências, cujo teor é materializado em seus enunciados.

Como é possível notar, as relações de poder em funcionamento pelo dispositivo convocado não fazem os estudantes obedecerem, serem produtivos por práticas disciplinares rígidas, como as punições ou as advertências escolares. Tampouco observamos uma docilização, efetuada por meio das práticas estabilizadas para policial como ordem de parada, por meio de determinações legais comandadas em voz e postura enérgica. De fato, a pedagogia de ensino praticada por esse policial instrutor é outra. Não significa, porém, que não haja a produção de policiamento nesse espaço escolar. Contudo, agrega-se outro tipo de policiamento, de cunho preventivo, cujas práticas ainda não são da ordem do estável no discurso que limita e impõe o que um policial pode e deve falar, fazer e ser. Nesse funcionamento, portanto, a regulagem das práticas ocorre tanto pelo dispositivo escolar quanto pelo dispositivo jurídico-securitário.

No caso das Sequências Enunciativas em análise, podemos afirmar que o policial instrutor do Proerd ocupa uma posição de sujeito auxiliar, criativo, que o constitui professor. Sob essa ótica, compreender a subjetividade desses corpos de autoridade, a partir da experiência dos sujeitos com o regime de verdades próprias de um dado momento, nos permite verificar que um jogo de regras consente que esse sujeito policial detenha determinadas práticas que sobressaem a outras.

Em sala de aula, ele pode ensinar, praticar prevenção ao uso de drogas e às práticas de violências, apropriando-se de atividades lúdicas que não lhes são incumbidas durante seu curso de formação policial, contudo são ensinadas em curso específico para instrutores do Proerd. Já, em circunstâncias outras, em se deparando com a problemática das drogas e práticas de violências tipificadas como crime, ele deve abordar, proceder busca pessoal, autuar e encaminhar para os trâmites legais, muitas vezes mais de forma repressiva em detrimento da preventiva. Desse acontecimento, somos levados a relembrar a pergunta arqueogenealógica realizada no início de nosso trabalho: quem é esse sujeito policial militar produzido no interior de práticas dominantes?

Discursivamente, esse sujeito tende a ter maior visibilidade midiática, no senso comum, pelas práticas que são divulgadas, isto é, pelas práticas repressivas em detrimento das preventivas que, praticamente, quase não são divulgadas em matérias noticiosas. Logo, a constituição desse sujeito em práticas educacionais leva em consideração a problemática das drogas que assola as escolas e é materializada no discurso de alunos que participaram do curso.

Quando o estudante da Redação 1 enuncia que o conteúdo “[...] sobre drogas, crimes, alcól etc.” (SE 1) é ensinado por um conjunto de policiais que se juntam em prol

de auxiliar nessa temática, é oportuno destacar que essa prática propicia novas modalidades de policiamento preventivo, constrói um saber em vias de se constituir a respeito do que um policial pode fazer e, estando nessa posição discursiva, ele é objetivado como um educador. Além disso, importa frisar que o tema trabalhado por esses instrutores coaduna com os discursos contemporâneos que afirmam ser a escola um espaço que abarca os mais variados problemas sociais (Rua; Abramoway, 2001; Tombini, 2018; Brunetta, 2006).

Sob essa ótica, o aluno que enuncia o que o conjunto de policiais faz em sala de aula indica, novamente, que, apesar de a escola consistir em dispositivo que regula condutas por meio da disciplina, muitas práticas de autoridade escolar não têm sido suficientes para controlar, livrar dos problemas de saúde causados por substâncias psicoativas, os corpos que ali convivem, isto é, os alunos que ali passam a maior parte do seu tempo.

Com efeito, as demandas de problemas de violências variados, com destaque para os problemas relacionados ao uso/abuso de drogas, tornam-se o acontecimento responsável por fazer emergir práticas outras no espaço escolar, criando condições de possibilidade para a atuação de diferentes instituições, como a polícia militar, por meio do Proerd. Dessa emergência, posições diversas são produzidas para o sujeito policial do Programa.

Prosseguindo com essa perspectiva, ainda em referência à Redação 1, há outro panorama identificado na seguinte sequência:

**SE 4:** “eu aprendi muitas coisas nas aulas do Proerd, como não fazer bulym com os colegas, e escolher bem meus amigos e ter responsabilidade, estás aulas me ajudaram muito, sou uma pessoa melhor agora, posso dizer que amo o Proerd.”

Levando em consideração o arcabouço teórico-metodológico adotado, podemos considerar que as emoções no discurso iluminam a análise para outras formas da tecnologia de poder funcionando com a finalidade de coagir os corpos. No fragmento da SE 4, é enunciado que “posso dizer que amo o Proerd”, o que pode ser um exemplo de como as emoções produzidas pelo discurso docente do policial Proerd tendem a conduzir práticas. Logo, essa enunciação pode ser compreendida como um dos indícios de que esses alunos mostram o cuidado que existe sobre eles, advindo desse profissional de segurança pública. Eis essa perspectiva quando o aluno afirma, como um exercício de confissão, que determinadas condutas que o “ajudaram muito”, o tornando “uma pessoa melhor agora” (SE 4), foram em decorrência de seu aprendizado no curso.

Logo, por esse motivo, esse sujeito em idade escolar se apropria da prática de “não fazer bulym (*bullying*) com os colegas, e escolher bem meus (seus) amigos e ter responsabilidade [...]” (SE 4). Essa técnica de confissão enunciada, vista por nós como uma tecnologia de si, caminha em direção ao propósito de produzir e/ou alcançar felicidade, em alguma medida e forma. À medida que esse aluno discorre sobre si, a partir do cuidado policial, denota-se um certo número de operações sobre seu corpo e sua alma que o levam à busca da felicidade, de modo a lhe conferir um poder de decisão sobre suas condutas, ainda que estas estejam, na verdade, regradas pelos ensinamentos do instrutor do Programa.

O funcionamento da tecnologia de si, ao ser verificado na enunciação do estudante do Proerd, conduz nossa descrição arqueogenológica para uma das formas de obediência teorizadas por Gros (2018). Ao enunciar ter se tornado “uma pessoa melhor agora”, justamente por afirmar que sua conduta foi moldada às formas apreendidas nas aulas do Proerd, esse sujeito em idade escolar se submete a uma conduta tida como ética, uma verdade expressa por conteúdos corretos acerca do que lhe fora ministrado.

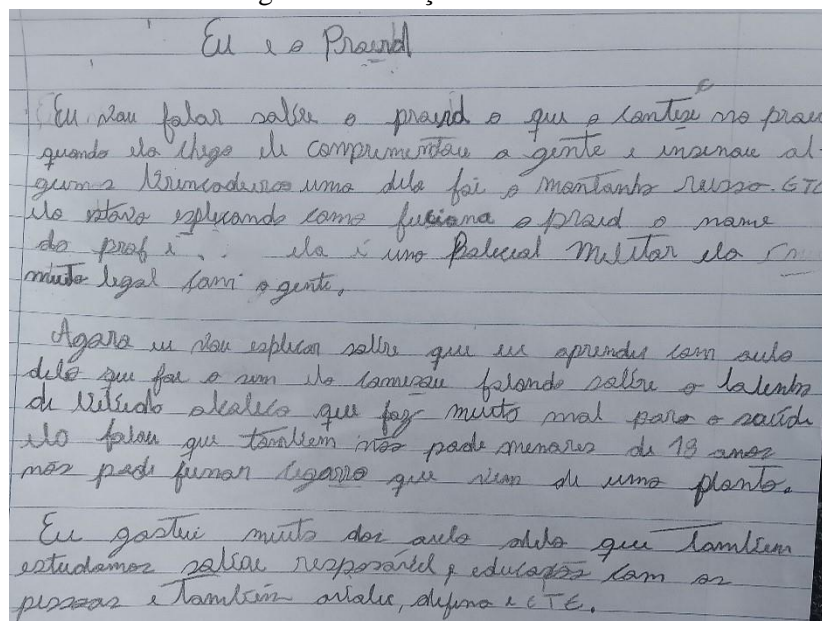
Essa perspectiva, que evoca uma das últimas formas de obediência propostas por Gros (2018), a obrigação ética, sustenta o ato de obediência na posição de “sujeitos políticos” como um fato que só acontece porque “poderíamos ser também aquele que comanda” (Gros, 2018, p. 216). Sob esse viés, somos levados à compreensão de que esses estudantes tenderiam a se tornar “pessoas melhores” (SE 4), após a obediência ao que lhes fora ensinado, uma vez que estariam comandando a si mesmos, pois, conforme proposição de Gros (2018) “Trata-se, antes, de dizer que o comando estrutura a obediência. Em outras palavras, na obediência que denominaremos ‘política’, eu *me abrigo*, isto é, obedecendo, eu comando a mim mesmo a obedecer” (Gros, 2018, p. 177). Portanto, a submissão desse estudante, moldada pelas aulas ministradas, com vistas a uma conduta de obediência ética, estaria ocorrendo “a partir de uma decisão própria” (Gros, 2018, p. 178), como um possível cuidado de si.

Ainda a respeito do fragmento da SE 4 “posso dizer que amo o Proerd”, o sujeito policial, pelo fato de ministrar aulas, têm sua subjetividade sustentada por um discurso que o faz ser amado, objetivado como professor, ao ter suas práticas reconhecidas como algo criativo, capaz não somente de auxiliar, mas de conduzir condutas de acordo com o que ensina. Como resultado de suas aulas, disciplinam-se corpos, igualmente, porém com práticas de sujeitos de autoridade policial em posição de sujeitos educadores.

Percorrendo nossa escavação em busca de elementos discursivos que produzem a subjetividade desse policial em práticas educacionais, a próxima redação também enuncia sobre atividades lúdicas, como práticas desse sujeito policial:

b) Policial na posição de sujeito legal, professor

Figura 7 – Redação Proerd 2



Fonte: Arquivo pessoal (2015).

Os enunciados que fazem falar sobre o policial militar estão expressos desde as SE 1 a SE 60. Em referência ao texto apresentado na Figura 7, temos a seguinte sequência enunciativa:

**SE 5:** “Eu vou falar sobre o proerd o que aconteceu no proerd quando ela chegou ele complementou a gente e insinou algumas brincadeiras uma delas foi a montanha russa. ETC ela estava explicando como funciona o proerd o nome da prof é [...] ela é uma Policial Militar ela é muito legal com a gente.”

Apesar de já referenciado na Seção 2, relembramos o conceito de enunciados reitores, pois identificamos a existência destes na maioria das produções textuais. Em suma, esses “enunciados fazem aparecerem as possibilidades mais gerais de caracterização e abrem, assim, todo um domínio de conceitos a ser construídos” (Foucault, 2008b, p. 166).

Sucintamente, antecipamos que a ocorrência regular nas redações se atribui a enunciar o policial como professor, um sujeito legal (SE 5). Eis as circunstâncias que objetivam esse policial: há uma associação ao ensino, nele, o conteúdo é explanado por meio de brincadeiras. Por conter um discurso de facilitação docente com práticas de ensino lúdicas, percebemos que, em SE 5, “quando ela chego ele complementou a gente e insinou algumas brincadeiras uma delas foi a montanha russa [...]” (SE 5), as práticas pedagógicas funcionariam como uma técnica de poder que coage, conduz condutas ao cativar e chamar a atenção dos alunos durante as aulas, logo, o discurso de emoção aparece funcionando como uma tecnologia de poder.

A partir dessa afirmativa, esse sujeito em idade escolar confirma ser “[...] muito legal [...]” (SE 5) o modo de agir da policial militar em tela. Notamos, contudo, que a posição discursiva de policial militar não descola de si, ainda que na mesma enunciação seja objetivado como professor: “o nome da **prof** é [...] ela é uma **Policial Militar** ela é muito legal com a gente.” (SE 5, grifo nosso).

Igualmente na seguinte produção textual, a Redação 3, o policial é enunciado como um sujeito legal. O discurso que sustenta tal característica vem relacionado às práticas docentes desse policial instrutor, como descrito na SE 6 (Figura 8):

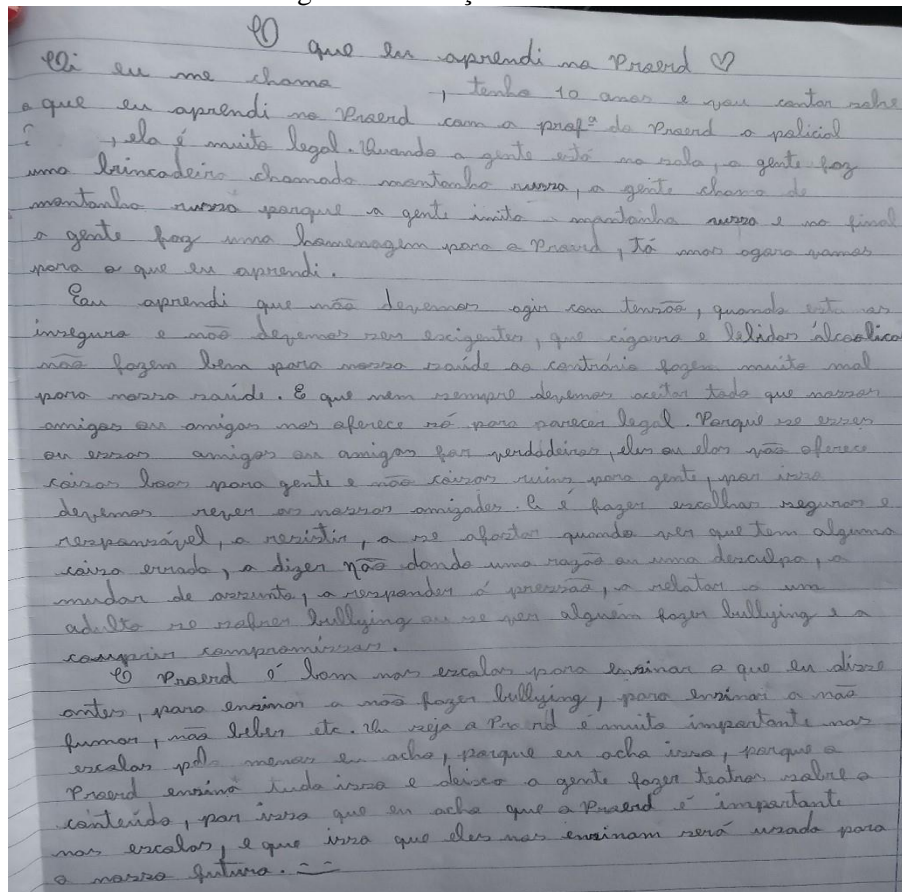
**SE 6:** “Oi eu me chamo [...], tenho 10 anos e vou contar sobre o que eu aprendi no Proerd com a profa do Proerd a policial [...], ela é muito legal. Quando a gente está na sala, a gente faz uma brincadeira chamada montanha russa, a gente chama de montanha russa porque a gente imita a montanha russa e no final a gente faz uma homenagem para o Proerd, tá mas agora vamos para o que eu aprendi.”

**SE 7:** “O Proerd é bom nas escolas para ensinar o que eu disse antes, para ensinar a não fazer bullying, para ensinar a não fumar, a não beber etc. Ou seja o Proerd é muito importante nas escolas pelo menos eu acho, porque eu acho isso, porque o Proerd ensina tudo isso e deixa a gente fazer teatro sobre o conteúdo, por isso que eu acho que o Proerd é importante nas escolas, e que isso que eles nos ensinam será usado para o nosso futuro.”

A regularidade enunciativa repousa nos elementos linguísticos que caracterizam o policial, objetivando-o como “profa” e repetindo, com advérbio de intensidade, o adjetivo da produção anterior: “muito legal” (SE 6). Observamos que as práticas que

constituem esse sujeito policial fazem referência às brincadeiras das atividades como a “montanha russa”, a qual é descrita pelo aluno como uma forma de homenagear o Proerd.

Figura 8 – Redação Proerd 3



Fonte: Arquivo pessoal (2015).

Ao que tudo indica, tanto para o estudante da Figura 6 como o da Figura 7, não bastava falar apenas sobre os ensinamentos aprendidos no Programa. Nos relatos narrados, a confissão de ambos gira em torno daquilo que mais os cativa, cujas práticas são atribuídas ao policial objetivado como professor legal pelo estudante. Percebemos a (re)produção de discursos que correspondem ao processo de ensino-aprendizagem da teoria de educação socioemocional, que sustenta o aporte teórico do Proerd. No próprio Manual do Instrutor Proerd (2013), na ementa de seu currículo, constam as seguintes definições a respeito:

O Currículo Proerd “Caindo na REAL” para o 5º ano foi projetado com base na Teoria de Aprendizagem Socioemocional (Socio-Emotional Learning Theory - SEL). A teoria SEL identifica as habilidades básicas e fundamentais e o processo de desenvolvimento do indivíduo, necessários à promoção da saúde, incluindo:



- autoconhecimento e autogerenciamento;
- tomada de decisão responsável;
- compreensão dos outros (alteridade);
- habilidades de comunicação e relacionamento interpessoal;
- habilidade de lidar com desafios e responsabilidades. (PROERD, 2013, p. 4)

Desses itens de habilidades, é possível verificarmos práticas constituintes da teoria chamada *SEL* (*Socio-Emotional Learning Theory*), Teoria de Aprendizagem Socioemocional ou Educação Socioemocional, a qual apresentamos, a seguir, um breve panorama para facilitar a compreensão de sua relação com esses discursos reproduzidos pelos alunos.

Fernandes (2020) explica que conhecer, de forma isolada, os conceitos dos termos aprendizagem e socioemocional contribui para o entendimento e aplicação dessa teoria no espaço escolar. Dessa feita, esclarece:

Sabendo que o conceito de aprendizagem é a aquisição de conhecimentos através do ensino e de experiências, considera-se a palavra socioemocional como sendo a designação geral para diversas competências que estão inter-relacionadas e que permitem ao indivíduo aprender a lidar com diferentes situações ao longo da vida. (Fernandes, 2020, p. 11)

Assim, na qualidade de modelo de ensino de origem norte-americano, o *SEL* é constituído por princípios baseados em habilidades socioemocionais, cujas competências têm seu desenvolvimento contemplado na Base Nacional Curricular (Brasil, 2018) e são reproduzidas por diferentes teorias. A de maior divulgação nacional quanto internacional provém da união de um grupo multidisciplinar denominado *Collaborative for Academic, Social, and Emotional Learning*<sup>25</sup> (CASEL). Legitimado no ano de 1994, tem sido um modelo de ensino que elaborou programas utilizados e expandidos por instituições de ensino que procuram aplicar os cinco conjuntos de competências cognitivas, afetivas e comportamentais que fundamentam a teoria: autoconsciência; autocontrole; consciência social; habilidades sociais e tomada de decisão responsável. Para Fernandes, “é possível afirmar que a aprendizagem socioemocional, ao ser desenvolvida, constitui uma referência para a promoção de competências sociais, emocionais e escolares das crianças” (Fernandes, 2020, p. 12).

---

<sup>25</sup> Colaboração pelo Aprendizado Acadêmico, Social e Emocional, tradução de acordo com as autoras Motta e Romani (2019).

Em comparação, tomamos a definição da teoria feita por Motta e Romani (2019):

A educação socioemocional (ESE) é o processo de adquirir habilidades necessárias para reconhecer e gerenciar emoções, desenvolver cuidado e preocupação com outros, estabelecer relações positivas, tomar decisões responsáveis e manejar situações desafiadoras de forma eficaz (Weissberg, Goren, Domitrovich & Dusenbury, 2013). (Motta; Romani, 2019, p. 50).

Posto esse curto quadro conceitual, é possível verificarmos que as competências propostas pela teoria *SEL* mantêm relação direta com o currículo do Proerd. Por esse motivo, os discursos reproduzidos pelos alunos tendem a ser constituídos e/ou atravessados por saberes advindos dessa técnica pedagógica.

No entanto, traços de outras correntes teóricas podem ser identificados. A título de exemplo, citamos o fato de a atividade “montanha russa” ser uma novidade colaborativa entre a turma. Ao se tratar de uma atividade exercida coletivamente, a didática apresentada seria mais atrativa e realizável pelos alunos. Sobre esse tipo de didática, Piaget (2010) considera que:

A escola ativa supõe necessariamente a colaboração no trabalho. Na escola tradicional, cada um trabalha para si: a classe escuta o professor e, em seguida, cada um deve mostrar no decorrer de seus trabalhos e de provas apropriadas o que reteve das lições ou das leituras em casa. A classe, desse modo, nada mais é que uma soma de indivíduos e não uma sociedade: a comunicação entre alunos é proibida e a colaboração quase inexistente. Ao contrário, na medida em que o trabalho suscita a iniciativa da criança, torna-se coletivo; pois, se os pequenos são egocêntricos e inaptos à cooperação, ao se desenvolverem as crianças constituem uma vida social cada vez mais forte. (Piaget, 2010, p. 53)

Elencado como método ativo da educação moral, o trabalho coletivo, visto de forma privilegiada pela teoria educacional, na verdade, corresponde à dispositivos que regulam condutas para produzir corpos obedientes. Com efeito, ainda que a regulação desses corpos corresponda a uma agenda de dispositivos securitário, escolar e policial, os quais produzem corpos dóceis a manter determinada ordem constitucional prevista como verdade, de fato, há o funcionamento do poder de modo produtivo.

Quando na SE 7 o aluno afirma ser importante o Proerd não apenas pelo conteúdo ministrado, mas ao fato de ser-lhe permitido “fazer teatro sobre o conteúdo” e ainda porque “[...] isso que **eles** nos ensinam será usado para o nosso futuro.” (grifo nosso), o discurso das emoções aparece, novamente, constituindo esse aluno como o sujeito do

cuidado de si. Como se estivesse em busca da felicidade, esse estudante adere à concepção do que lhe é ensinado e, como um bom seguidor de conselhos, (re)produz aquilo que é proferido pelo policial instrutor – como se este estivesse em uma posição de sujeito conselheiro – de modo a compreender o que “ensinam” (SE 7) como uma verdade capaz de o ajudar futuramente.

Sobre as práticas de aconselhamento, em sua “Aula de 23 de fevereiro de 1983, do curso ‘O governo de si e dos outros’”, no *Collège de France*, Foucault tece considerações analíticas a respeito de uma carta pública, em que Platão estaria prescrevendo conselhos políticos “aos diferentes siracusanos que pediram sua opinião” (Foucault, 2010, p. 236). Por seu turno, ao comparar o que enuncia Platão com o que enuncia Péricles, de fato, alude serem os aconselhamentos deste mais de “ordem diplomática e estratégica” (Foucault, 2010, p. 237), enquanto daquele seriam as orientações dadas um tanto quanto simplórias, bem distantes do que viriam a ser as artes de governar. Assim, o filósofo faz refletir se Platão não seria apenas “um conselheiro um pouco mais moralizante, logo um pouco mais ingênuo?” (Foucault, 2010, p. 237).

Semelhantemente, poderíamos, em analogia, refletir se os aprendizados ministrados pelo policial (estando este na posição de sujeito professor/instrutor do Proerd), como conselhos para esses estudantes, não seriam um tanto quanto de ordem moralista. Uma vez que as aulas de prevenção lecionadas produzem o conhecimento de que se deve evitar bebidas alcoólicas, cigarros e demais drogas ilícitas, sobretudo na fase de idade escolar, a analogia exposta poderia ser uma das verdades (re)criadas. Porém, prosseguindo com a comparação tecida por Foucault a respeito dos aconselhamentos nesse acontecimento narrado, da primeira entre outras indagações, ao situar o contexto em que Platão realiza os aconselhamentos, outras perspectivas analíticas são apresentadas:

A carta VIII é uma carta mais curta do que a carta VII, muito menos cheia de reflexões filosóficas, mais política, se vocês preferirem, que responde de modo mais imediato a uma situação dramática que se desenvolvia em Siracusa nos meses que seguiram o contexto da carta VII. Ou seja, depois do exílio de Dionísio, expulso por Dion, e da morte do próprio Dion, assassinado por sua vez em Siracusa, pois bem, a guerra civil se desenvolve na cidade. Os dois lados, o de Dionísio e o de Dion, estão se defrontando. É nesse contexto que Platão escreve essa carta VIII. E nela dá conselhos de certo modo ao vivo, no momento dessa guerra civil, para mostrar como se pode sair dessa situação. [...] (Foucault, 2010, p. 238-239)

Em suma, prosseguindo com essa explanação exposta, Foucault esclarece a idade tenra em que o príncipe se encontrava, além do contexto de guerra civil que acontecia, o que, portanto, era o acontecimento que fazia emergir determinados conselhos enunciados e não outros para esse momento. Dessa feita, ao narrar que Platão explicara que um “conselheiro na ordem política deve ser como um médico” (Foucault, 2010, p. 239) ele esclarece que é preciso conhecer os males. Para a tomada de decisões políticas, o diagnóstico deve se dar por meio do conhecimento, uma vez que um bom médico seria aquele que persuade e convence o paciente sobre suas doenças, pois, ao se ter o objetivo de “restabelecer a saúde tratando dos males”, ele precisa observar, diagnosticar, por meio de diálogo com o enfermo, para “identificar onde está o mal” (Foucault, 2010, p. 239). Não suficiente, esse médico, para ser considerado bom, deve ter o poder de convencimento capaz de deixar claro que, além dos remédios, esse paciente necessita “mudar totalmente a maneira de viver, o regime, a dieta.” (Foucault, 2010, p. 239).

De igual modo, as séries enunciativas discursivizadas dão conta de produzir um bom policial.

c) Policial na posição de sujeito conselheiro: o bom policial

No processo de produção de subjetividades desse sujeito, determinadas práticas, como ministrar aulas, contar histórias criativas, realizar atividades lúdicas para convencer os alunos sobre a importância da prevenção ao uso de drogas (lícitas e ilícitas), atravessam-lhe e o constituem professor. Correspondendo à emergência dos acontecimentos contemporâneos relacionados ao consumo cada vez mais precoce de sujeitos em idade escolar (IBGE, 2022), bem como da comercialização de drogas ilícitas e aliciamento de menores, o policial adequa seu modo de agir em sala de aula. Assim, entra em jogo o dever de produzir práticas preventivas. Desse procedimento, resultam-se saberes que tendem a ser (re)produzidos pelos estudantes, de modo a estabelecer formas de agir contra esses acontecimentos alarmantes ao público atendido pelo Proerd.

Nesse viés, as práticas lúdicas alinhadas aos ensinamentos, compreendidos também como aconselhamentos feitos pelo instrutor do Programa, tornam-se para os alunos um alvo realizável, possível de ser atingido. Uma vez que fazer teatro é algo considerado divertido, como materializado em SE 7, o discurso das emoções aparece em funcionamento como uma técnica pedagógica responsável por produzir alegria durante a

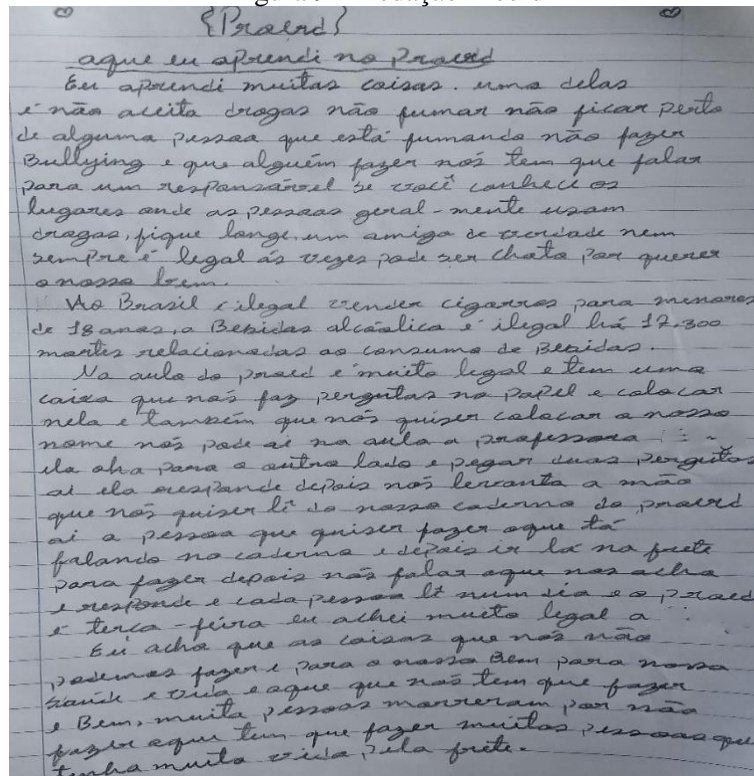
aula. Sob esse viés, podemos compreender o funcionamento de duas tecnologias de poder que produzem saberes. Esse processo aparece das seguintes maneiras:

- Pelas tecnologias de poder, o dispositivo pedagógico, identificado pelas práticas educacionais dos corpos de autoridade, atravessa e conduz os corpos discentes a terem determinadas condutas que (re)produzem saberes sobre prevenção às drogas: “O Proerd é bom nas escolas para ensinar o que eu disse antes, para ensinar a não fazer bullying, para ensinar a não fumar, a não beber etc. [...]” (SE 7);
- Pelas tecnologias de cuidado de si, esses saberes, ministrados pela ajuda dos outros (os instrutores do Proerd), realizam operações sobre o corpo e a alma dos alunos, de modo a elevar seus pensamentos a respeito do que é ou não é bom para si, dirigindo suas condutas a uma autotransformação que os levaria a alcançar a felicidade, até nas escolhas de suas amizades, o que está materializado em outra Sequência Enunciativa:

**SE 8:** “E que nem sempre devemos aceitar todo que nossos amigos ou amigas nos oferece só para parecer legal. Porque se esses ou essas amigos ou amigas for verdadeiros, eles ou elas vão oferecer coisas boas para gente e não coisas ruins para gente, por isso devemos rever as nossas amizades.”

Assim, prosseguindo com as análises, o próximo texto, da Redação 4, mantém a recorrência das estruturas observáveis do campo de objetos possíveis para as atividades de práticas lúdicas, as quais produzem o sujeito policial de que falamos, uma vez que prescrevem as formas didáticas de suas aulas, objetivando-o como alguém legal.

Figura 9 – Redação Proerd 4



Fonte: Arquivo pessoal (2015).

SE 9: “Na aula do proed é muito legal e tem uma caixa que nós faz perguntas no papel e colar nela e também que **nós quiser** colocar o nosso nome **nós pode** aí na aula a professora [...] ela olha para o outro lado e pegar duas perguntas aí ela responde depois nós levanta a mão que **nós quiser** lê do nosso caderno do proerd **a pessoa que quiser** fazer o que tá falando no caderno e depois ir lá na frente para fazer depois nos falar **o que nos acha** e responde e cada pessoa lê num dia e o proed é terça-feira eu achei muito legal a [nome do policial]” (grifo nosso).

A descrição que adjetiva o policial em sala de aula aparece, novamente, com um advérbio de intensidade: “eu achei muito legal a [nome do policial]” (SE 9). Reparamos que a subjetividade desse sujeito de autoridade policial docente é atravessada pelas práticas lúdicas de ensino. No caso em tela, não mais a atividade de montanha-russa. A descrição nessa superfície linguística elenca várias atividades que são ensinadas pelo policial e praticadas pelos alunos. Em evidência, aparecem os enunciados “nós quiser”; “nós pode”; “a pessoa que quiser” e “o que nos acha”. Dessas práticas reguladas como cuidado pelo policial do Proerd, é possível notar, em alguma medida, efeitos de voluntariedade e liberdade para esses alunos.

Dado o fato de que esse estudante enfatiza o que é feito durante as aulas de modo a não ser obrigado, mas que pode fazer se “quiser”, denotamos o estabelecimento de uma política de amizade advinda desse corpo de autoridade. Dessa prática, conduzem-se estudantes a se sentirem livres para participar das aulas, o que, de certa forma, os motiva a fazer parte como protagonistas colaborativos desse processo educacional.

Na **SE 10**: “O Proerd é muito importante nas escolas pois ensina a não usar drogas, ensina a não beber, e é muito legal o Proerd. A professora [...] é muito legal!”, referente a próxima Redação, ocorre a objetivação do policial como professor, alguém muito legal.

Essa ocorrência que repete os enunciados “professor e legal” ainda aparece nas próximas nove Redações brasileiras, das respectivas Figuras 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17 e 18. Diante dessa regularidade enunciativa, saberes outros configuram as práticas policiais. É oportuno afirmar que, se há uma regularidade, por parte dos alunos, em reconhecer os policiais instrutores do Proerd como pessoas legais, esses profissionais procuram expressar suas emoções e não as reprimir. Essa prática torna-se positiva, devido ao fato de que, quando um ser humano reprime suas emoções, isso o adocece, podendo tais emoções serem transformadas em práticas violentas. Logo, é possível conceber que as aulas do Programa tendem a ser benéficas até para a saúde desses policiais.

Figura 10 – Redação Proerd 5

O que eu aprendi sobre o proerd  
 Eu aprendi que beber e fumar são coisas ruins, que fazem muito mal para a nossa saúde.  
 Nós aprendemos que nem sempre podemos aceitar coisas dos outros (tô poro, porque somos legais) se alguma amiga (o) oferecer bebidas alcoólicas, nós devemos aceitar, "tô para ser legal", um amigo de verdade não oferece alguma coisa ruim, (isso é o minha opinião), nós aprendemos a não agir com impulso, e aprendemos muitas mais coisas.  
 O proerd é muito importante nas escolas pois ensina a não usar drogas, ensina a não fumar, ensina a não beber, e é muito legal o proerd. A professora [...] é muito legal!  
 Agora eu vou falar um pouco dos coisas que eu aprendi no proerd, coisas que eu aprendi no proerd; Paticando a modelo de tomada de decisão, falar sobre o uso da bebida alcoólica, efeitos da bebida alcoólica sobre o saúde, falar sobre o uso de cigarro, efeitos do cigarro sobre o saúde, deixo o problema; É muito mais, gente também faz a motivação reversa para encerrar a aula.  
 Luiz Camara ações drogas não!

Fonte: Arquivo pessoal (2015).

Portanto, importa considerar que, apesar de a emergência escolar contemporânea reclamar a atuação desses policiais em auxílio às práticas educacionais, pela figura de autoridade que estes representam, não se apaga o fato de determinadas práticas e saberes desses corpos de autoridade policial docente estarem em um movimento agonístico que produz subjetividades outras a esses sujeitos. Tal afirmação é possível de ser sustentada, dada a visibilidade que esse sujeito recebe nos discursos de alunos que participaram do Proerd. Notamos neles a produção de um sujeito policial mais humanizado.

Para França (2015), tenta-se produzir uma nova verdade sobre esse sujeito no bojo das relações sociais: a de que há uma nova formação humanizada para esses servidores, como advento de “uma economia política de formação” (França, 2015, p. 161). Ainda que lentamente, desse acontecimento, que alterou a grade curricular de ensino dos centros de formação policial, adaptando-os de acordo com os pressupostos previstos pela Declaração dos Direitos Humanos, apresenta-se uma formação humanizada para esses corpos de autoridade, contudo, direcionada para o processo de formação e para o policiamento na rua:

A partir desse conceito deve-se questionar como é que esses novos saberes foram disseminados discursivamente na realidade desses profissionais como a nova verdade que deve traduzir a realidade da instituição policial, que criou a afirmação de que está humanizando seus profissionais em formação tanto para as relações cotidianas durante o processo de formação como para as práticas desenvolvidas nas ruas na interação direta com a sociedade. (França, 2015, p. 161)

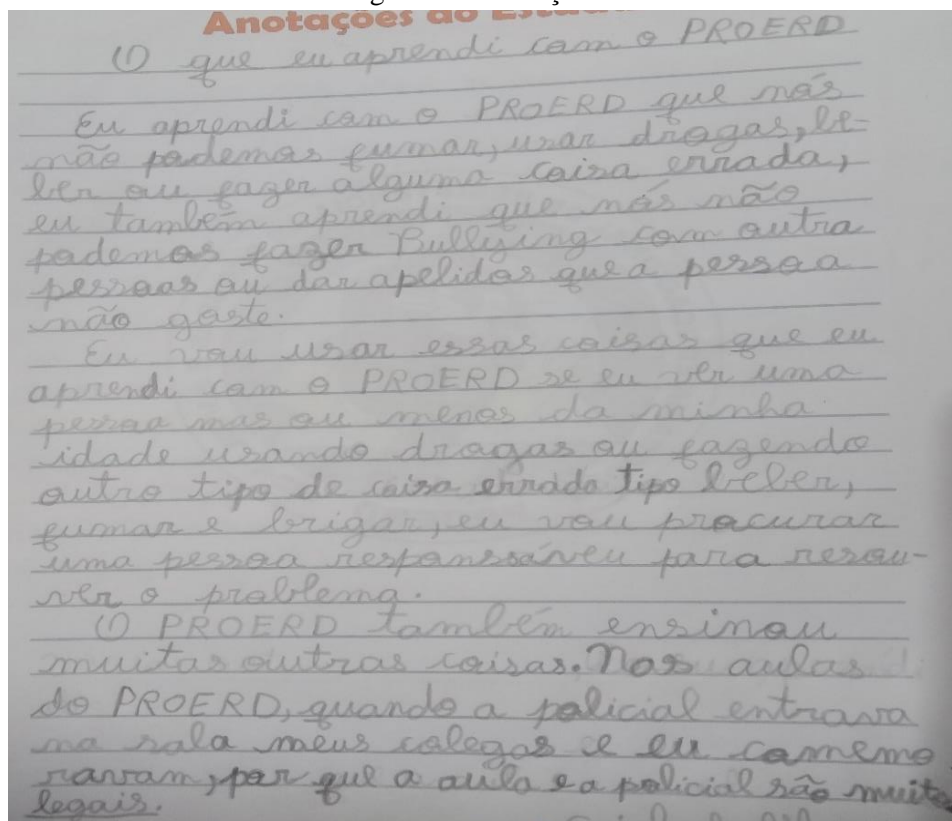
Nessa perspectiva, o saber que pretende objetivar o policial com práticas mais humanizadas não é disciplinado para o profissional que atua em outros espaços que senão a rua. No entanto, nos discursos que circulam no senso comum, essa vontade de verdade não aparece em destaque. Porém, como podemos perceber, nas produções textuais em análise, esse saber se coaduna com as evidências que saltam de forma regular em nossa escavação.

Na **SE 11**: “Nas aulas do PROERD, quando a policial entrava na sala meus colegas e eu comemoravam, por que a aula e a policial são muito legais”, referente à Redação 6, da Figura 11, por exemplo, o despertamento narrado pelo aluno pode ser associado a práticas de contentamento pela chegada da policial, que a reconheciam como alguém muito legal, assim como a aula ministrada. Dessa feita, o saber que identificaria a instituição policial como humanizada estaria funcionando com maior visibilidade pelas



práticas educacionais do sujeito policial, do que circulando nos discursos sobre as práticas de policiamento na rua.

Figura 11 – Redação Proerd 6



Fonte: Arquivo pessoal (2015).

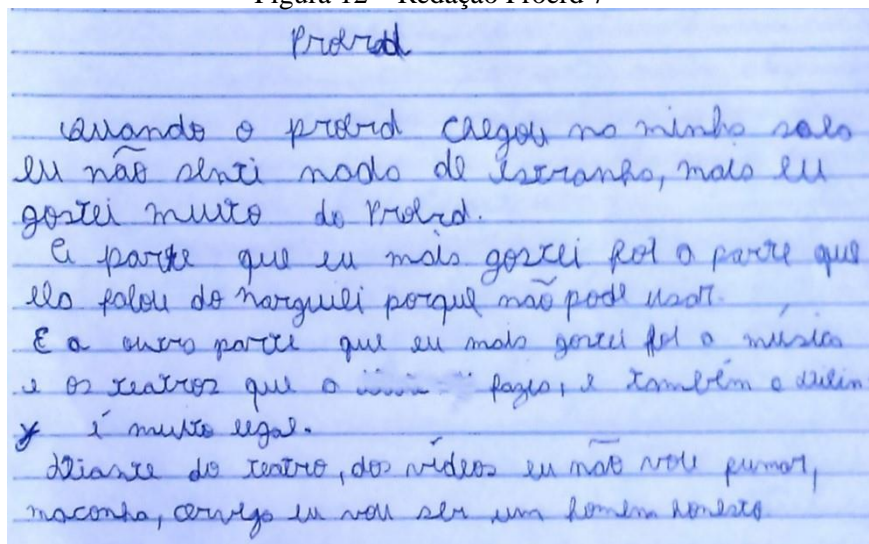
Em se tratando da produção desse saber que estaria relacionando o policial a um sujeito legal, de práticas mais humanizadas, é possível ver uma certa naturalização (visível em pequena medida durante as aulas do Proerd<sup>26</sup>) da sua presença em sala de aula sendo construída, como materializado em SE 12, da Redação 7, na Figura 12 a seguir.

**SE 12:** “Quando o Proerd chegou na minha sala eu não senti nada de estranho, mais eu gostei muito do Proerd.”

<sup>26</sup> Para compreensão e reflexão nas análises, é importante relembrar momentos históricos de criação e desenvolvimento do Proerd descritos na Seção 2 dessa pesquisa. Como Programa de prevenção primária às drogas e à violência foi criado em 1983 nos Estados Unidos, sendo readaptado no Brasil no ano de 1992, no Estado do Rio de Janeiro, em 1993 em São Paulo, sendo Mato Grosso do Sul o terceiro estado do país a desenvolver o Programa, a partir de 1997.

**SE 13:** “E a outra parte que eu mais gostei foi a música e os teatros que a [nome do policial] fazia, e também a [nome do policial] é muito legal.”

Figura 12 – Redação Proerd 7



Fonte: Arquivo pessoal (2015).

Para esse estudante que relata como foi o primeiro contato com o Proerd, isto é, com o policial em sala de aula, há a descrição de um sentimento de naturalização, já que ele não sentiu “nada de estranho” (SE 12), tendo, na verdade, gostado muito do Proerd. Como um ato de sustentação de seus sentimentos, esse aluno passa a narrar as atividades que mais gostou, de modo a relacionar as práticas lúdicas da aula desse profissional a sua caracterização. Outra vez, o policial é objetivado como alguém “muito legal” (SE 13).

Importa considerar que a política de amizade desenvolvida pelo policial instrutor e os alunos detém grande responsabilidade na produção dessa possível naturalização. Essa política pode ser compreendida como uma prática normalizadora, regida por uma biopolítica, que implica a qualidade das aulas desse policial. Comentando Foucault, Prado Filho (2006) faz a seguinte explanação sobre normalização:

A norma é tecnologia política de produção de subjetividade que diferencia, individualiza e identifica os sujeitos, construindo médias, definindo limites e fronteiras de normalidade, comparando e classificando os indivíduos entre si, constituindo-se também como dispositivo – de normalização e de identificação – colocado no núcleo dos procedimentos modernos de poder, contando com fortes suportes de saber. A normalização trata de uma valorização que obedece a uma lógica de individualização, que no entanto possibilita comparar, e esta individualização normativa se faz sem referência à uma ‘natureza’ ou ‘essência’ dos sujeitos, ela é da ordem da visibilidade, remetendo a uma

‘objetividade de superfície’, articulando observação e registro, tornando visíveis os desvios e diferenças.” (Prado Filho, 2006, p. 47)

Em razão desse sujeito de autoridade agir como um educador amistoso, dado o funcionamento de determinadas ações que configuram normas de amizade, facilita-se a socialização em sala de aula, garante-se a segurança e a reciprocidade dos estudantes para consigo, logo, se produz a normalização de suas práticas, as quais, relativamente não estabilizadas para esses agentes, tendem a individualizá-los no contexto escolar, de modo a evitar e/ou diminuir os efeitos de estranhamento ocasionados por sua presença. Para Ribeiro, Jutras e Louis (2005), a relevância da afetividade na prática de ensinar residiria no fato de que por ser a raiz da totalidade do ser humano, ela, por regra, possibilita uma relação de reciprocidade:

[...] concebe-se a afetividade como um estado. Nesse sentido, há de ser avaliada nas três dimensões de vínculo do sujeito: consigo mesmo, com o outro, com o universo. Notamos que, se o sujeito está ligado ao outro, existe uma troca. Com efeito, Toro (2002) propõe que a afetividade seja um estado de afinidade profunda entre os seres humanos, o que significa a existência de um fio, de uma conexão, de uma relação que tem por regra a reciprocidade. Assim, na interação afetiva com o outro, o indivíduo intensifica sua relação consigo mesmo, observa seus limites ao mesmo tempo em que aprende a respeitar os limites do outro. (Ribeiro; Jutras; Louis, 2005, p. 37)

Sob essa ótica, o funcionamento do poder por meio da relação de proximidade entre o policial e os alunos estabeleceria uma forma de conduzir corpos em obediência às práticas preventivas ensinadas. Nesse ínterim, em meio a um jogo de relações de poder em que as emoções devem ser recíprocas, os estudantes estariam se familiarizando com a presença do policial, disperso na posição de professor, um sujeito legal, por suas práticas docentes lúdicas.

Considerando essas condições discursivas, o policial não estaria mais sendo avaliado por si, ou em relação ao seu regulamento, ou pelo relatório que seu superior pudesse fazer dele. Nesse caso, sua subjetividade estaria sendo construída numa relação dada pelo que os alunos entendem sobre suas práticas e o objetivam como um bom policial. Dadas essas características dos modos de ser de policial em sala de aula, a próxima produção textual apresenta mais elementos discursivos capazes de identificar práticas outras para esse policial na posição análoga de professor.

d) Policial na posição de sujeito competente, que não briga

Figura 13 – Redação Proerd 8

As aulas do PROERD

Um dia quando a gente não sabia de nada, a professora chegou e disse: Alunos, não vamos ter uma aula de proerd.

Os alunos responderam:

Professora, mas o que é o PROERD?

A professora respondeu:

É um grupo de Policiais que ensinam a não usar qualquer tipo de drogas.

Um tempo depois... O PROERD já havia começado, todos nós aprendemos a não usar qualquer tipo de drogas.

A minha professora se chama [nome] ela não briga, ela é bem legal, e ela coloca vídeos para nós.

E eu tenho certeza que quando eu crescer eu não vou usar drogas. Só o nome do PROERD é que quando acaba você tem que comprar a camiseta.

Fonte: Arquivo pessoal (2015).

Considerando a **SE 14**: “A nossa professora se chama [nome do policial], ela não briga e ela é bem legal, e ela coloca vídeos para nós.”, referente à Redação 8, da Figura 13, mais uma vez o policial estaria ocupando a posição de sujeito professor, bem legal. Além disso, o fato de aluno evidenciar que a professora, policial do Proerd, não briga e utiliza recursos como apresentação de vídeos durante as aulas, nos faz indagar por que esse enunciado referente a brigar está presente e não outro narrado em seu lugar?

É relevante analisar que se é afirmado que essa professora (a policial) não briga. Muito provavelmente, para esse aluno há um parâmetro de professor que briga. Ou ainda, que existem policiais que brigam, porém, este que atua em sala de aula não o faz. Esse processo discursivo acontece, justamente, porque tais enunciados estão no campo associado e, portanto, constituem efeitos de acúmulo. Logo, se a briga, como recurso violento de disciplina, não ocorre, outra forma de condução acontece. De acordo com essa possibilidade, a exposição das emoções que objetivam esse policial como um professor bem legal, que foge da rotina tradicional de aulas ao se utilizar de textos audiovisuais, constituem práticas outras, relativamente não estabilizadas para esse profissional de segurança pública. Tal fato podemos visualizar nesse texto, como no próximo, em que o estudante cativado passa a discursivizar sobre o policial, além de tratar dos conteúdos aprendidos.

Figura 14 – Redação Proerd 9

Proerd

numa quinta-feira veio um professor policial e ele instalou o computador na mesa e falou que esse projeto se chama Proerd. Disse que esse nome é dos Estados Unidos.

no próximo quinta-feira ele falou:

- Esse é o esboço do Proerd e

o todo mundo ficou feliz com isso e também ele disse:

- Professores alguém pode fazer esse projeto?

E o professor disse:

- Quem quer fazer?

E quase todo mundo levantou a mão, e o professor disse:

o professor disse: fez

E no outro quinta-feira ele trouxe o esboço e deu para ele, e o policial gostou dele, e ele também disse:

- Aqui nesse esboço vocês não estão todos os russos deitados nem sabendo a nome

E agora, nesse momento é o momento formatura do Proerd vamos juntar os dois quintos anos. Policial é muito competente e

Fonte: Arquivo pessoal (2015).

**SE 15:** “Numa quinta-feira veio um professor policial e ele instalou o computador na mesa e falou que esse projeto se chama Proerd. Disse que esse nome é dos Estados Unidos.”

Notamos que o recurso tecnológico chama a atenção dos estudantes. Nessa sequência enunciativa, mais que isso, podemos verificar uma diluição das posições dispersas desse policial em sala de aula, uma vez que o aluno não utiliza apenas de um termo para referenciar esse sujeito, senão os dois: “professor policial” (SE 15). Ocorrência esta que também é materializada na Figura 15, da Redação 10, nas análises ulteriores.

É relevante analisar nessa produção textual que, para ocorrer a objetivação desse sujeito policial, uma série de eventos são narrados, de modo a destacar o discurso das emoções, mais uma vez, ser (re)produzido, diante das atividades desenvolvidas pelo “professor policial”.

É o que podemos ver na **SE 16:** “E todo mundo ficou feliz com isso [...] E quase todo mundo levantou a mão [...]”. Além do sentimento de felicidade despertado, há a motivação para que os alunos quisessem levantar a mão para participar. Percebemos, discursivamente, que as práticas pedagógicas desse “professor policial” denotam certa



efetividade no processo de ensino-aprendizagem, uma vez que a turma demonstra reciprocidade nesse processo de relação de amizade entre o policial e os alunos.

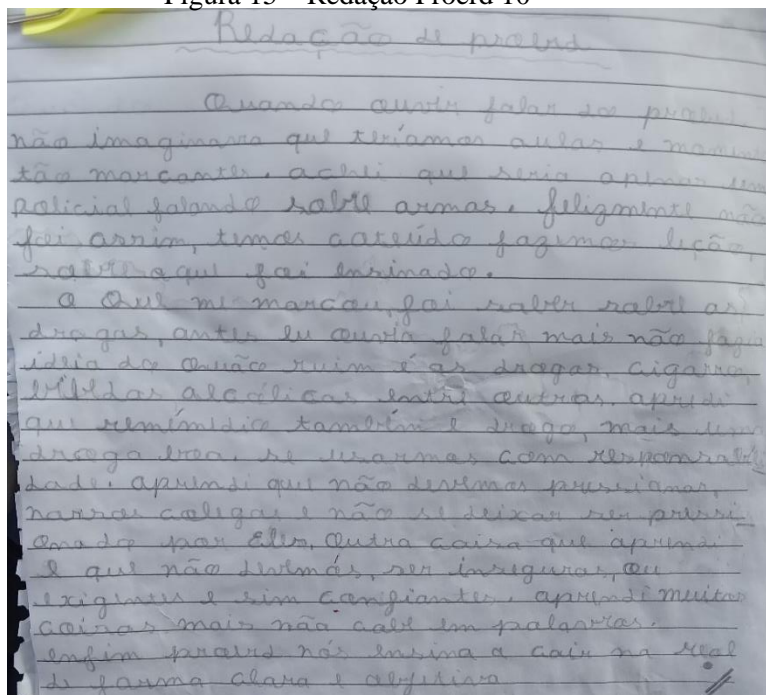
Esse sucedido demonstra, ainda, a percepção dos alunos ao notarem a expressão de aprovação nas atitudes do policial instrutor do Proerd: (SE 17): “E na outra quinta-feira ela trouxe a caixa e deu para ele, e o policial gostou dela [...]”. Dessa emoção identificada no enunciado, outra qualificação é apresentada para esse sujeito policial, como podemos ver na SE 18: “E agora nessa semana será nossa formatura do Proerd. Vamos juntar os dois quintos anos. Policial é muito competente [...]”.

Podemos notar que, de toda descrição das atividades e práticas realizadas pelo “professor policial” (SE 15), se produz a objetivação da competência desse profissional em sala de aula.

Todo esse movimento discursivo, em práticas educacionais, nos conduz o olhar para uma construção histórico-jurídico-discursiva, a qual reproduz saberes sobre o que um policial militar deve fazer, ser e falar, que vai sendo desconstruída e reformulada. É o que podemos notar, também, na próxima produção textual:

**SE 19:** “Quando ouvir falar do proerd não imaginava que teríamos aulas e momentos tão marcantes. achei que seria apenas uma policial falando sobre armas. felizmente não foi assim, temos conteúdo e fazemos lição sobre o que foi ensinado.”

Figura 15 – Redação Proerd 10



Fonte: Arquivo pessoal (2015).

Tendo em vista que, em uma ordem do discurso sobre policial, há condutas moldadas por dispositivos jurídicos (os quais estiveram em análise na Seção 2 desta tese) que circulam em discursos midiáticos e de senso comum, é possível reconhecer, materializado na SE 19, um imaginário que enuncia práticas estabilizadas para policial, o que pode justificar o fato de o aluno achar que nas aulas seria falado “sobre armas”, por serem ferramentas que constituem objeto do meio policial.

Araújo (2008), comentando Foucault, instrui que “Há sempre alguém com direito, advindo de uma tradição, direito regulamentado ou mesmo um direito adquirido, de falar acerca de algo” (Araújo, 2008, p. 65), logo, tratar sobre armas seria um direito regulamentado, na ordem do discurso, para o policial.

Nessa ótica, a presença inaugural do policial em sala de aula ainda não estaria normalizada. No entanto, no decorrer das aulas, em que esse profissional de segurança pública aborda outros assuntos, em detrimento dos estabilizados, marca-se um acontecimento no espaço escolar. Capaz de lançar luz a um possível movimento de obediência do policial a um dispositivo escolar, esse sujeito começa a ter práticas outras, relativamente não estabilizadas para esse aluno, pois, nesse ambiente, o sujeito policial docente apresenta conteúdo, passa lição e ensina.

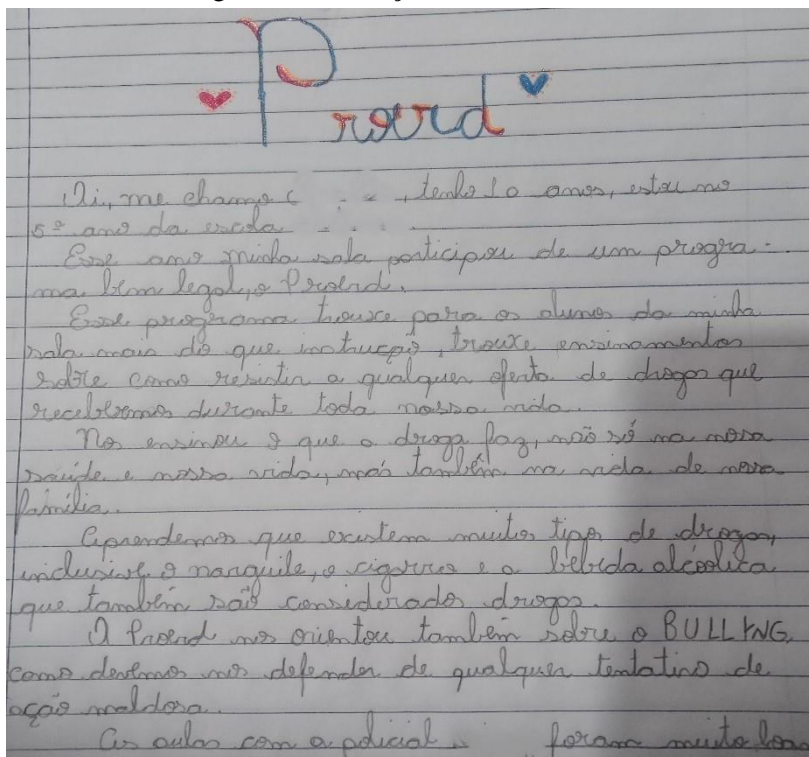
Dessa forma, demarcam-se práticas outras, as quais são enunciadas com a aprovação desse estudante: “felizmente não foi assim, temos conteúdo e fazemos lição sobre o que foi ensinado.” (SE 19).

Essa aprovação também é qualificada como uma aula boa, o que pode ser notado no excerto da Redação 11, a seguir:

**SE 20:** “As aulas com a policial [...] foram muito boas”

Nessa produção textual, o aluno narra que as aulas trouxeram ensinamentos além de suas expectativas, o que, portanto, classifica as aulas da policial como “muito boas” (SE 20).

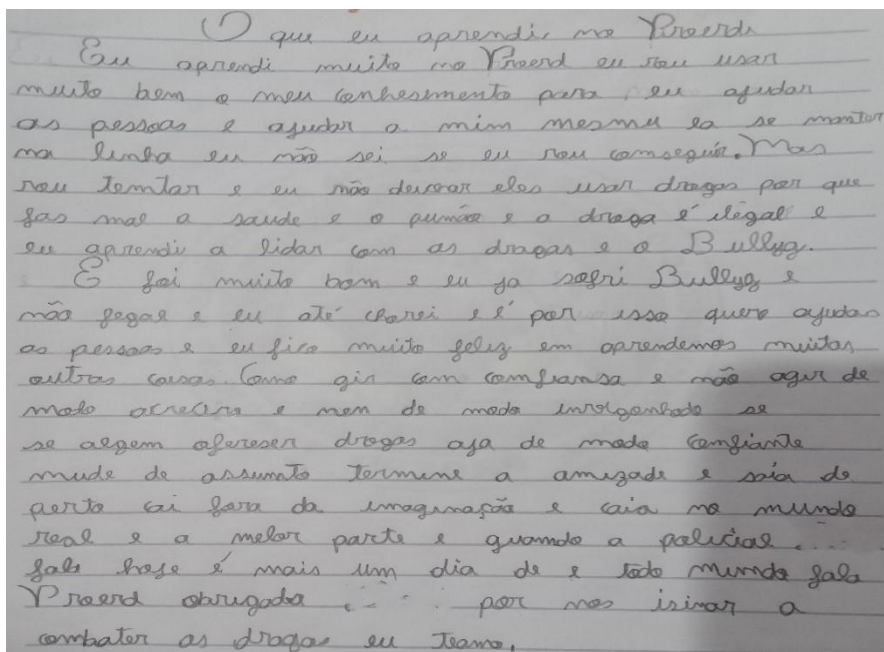
Figura 16 – Redação Proerd 11



Fonte: Arquivo pessoal (2015).

Dessa classificação feita pelos estudantes, outros elementos discursivos parecem recortar práticas que sugerem preferência de atividades realizadas, como dito na produção textual da Figura 17:

Figura 17 – Redação Proerd 12



Fonte: Arquivo pessoal (2015).



Na **SE 21**: “[...] e a melhor parte e quando a policial [...] fala hoje é mais um dia de e todo mundo fala Proerd obrigado [...] por nos ensinar a combater as drogas eu te amo.”, o estudante identifica a saudação inicial das aulas Proerd como “a melhor (melhor) parte”. Importa ressaltar que esse cumprimento é prática predeterminada para os instrutores. Como didática que constitui o Proerd, os policiais que passam pelo curso de formação do Programa aprendem e, com efeito, essa saudação de forma lúdica funciona como uma tecnologia de poder pedagógico capaz de cativar corpos discentes, os quais (re)produzem discursos do campo da emoção, tal como materializado nessa sequência em análise, em que o estudante agradece e enuncia um sentimento ao policial que o ensinou: “eu te amo (te amo)” (SE 21).

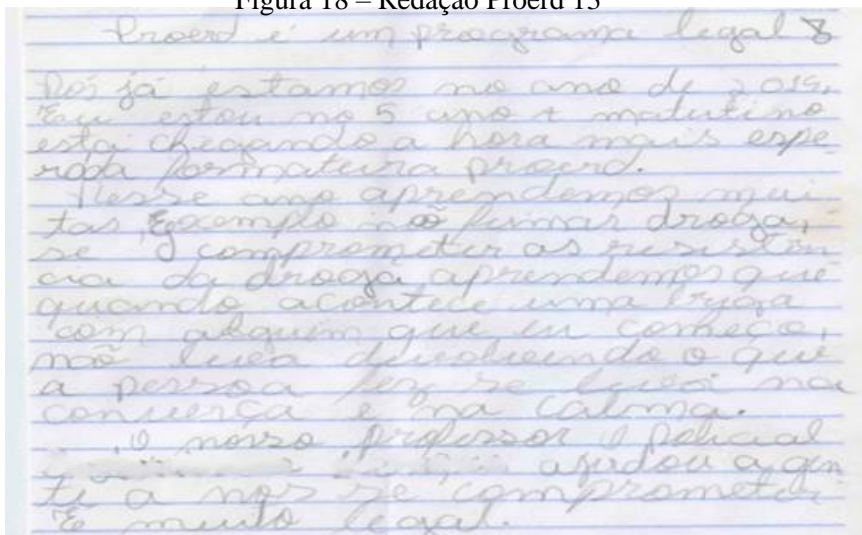
Diante de um movimento discursivo, em que as circunstâncias para que se possa falar sobre policial são providas de práticas de outros dispositivos, como o escolar, várias instâncias emergem e fazem esse policial ocupar uma posição de sujeito no discurso dos alunos, de acordo com as verdades que produzem saberes, correspondentes com as práticas que esses corpos de autoridade realizam.

e) Policial na posição de sujeito pai: aquele que ajuda

Araújo (2008) explica que “O lugar do sujeito no enunciado é vazio, podendo ser ocupado por sujeitos distintos, conforme a ordem e saber de que provieram” (Araújo, 2008, p. 62). Assim, como os enunciados estão sujeitos à repetição, a verdade produzida pelos discursos que falam ser esse sujeito policial um professor, como também ocorre na Redação 13, é responsável por ressignificar a prática de ajudar do policial. Na **SE 22**: “O nosso professor O policial [nome do policial] ajudou a gente a nos se comprometer. É muito legal”, além de objetivá-lo como professor legal, é possível verificar a afirmação do aluno sobre a ajuda do policial em fazê-lo se comprometer.

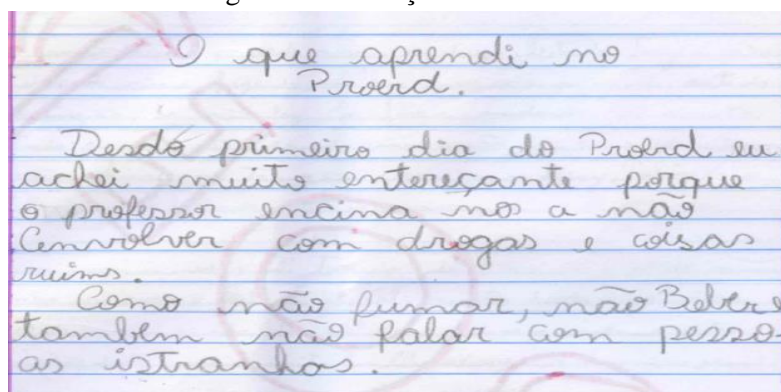
Esse compromisso ensinado como prática de prevenção pelo policial do Proerd é similar ao enunciado, dito de outra forma, na Redação 14: **SE 23**: “Desde primeiro dia do Proerd eu achei muito entereçante porque o professor encina nos a não envolver com drogas e coisas ruins.”

Figura 18 – Redação Proerd 13



Fonte: Arquivo pessoal (2015).

Figura 19 – Redação Proerd 14



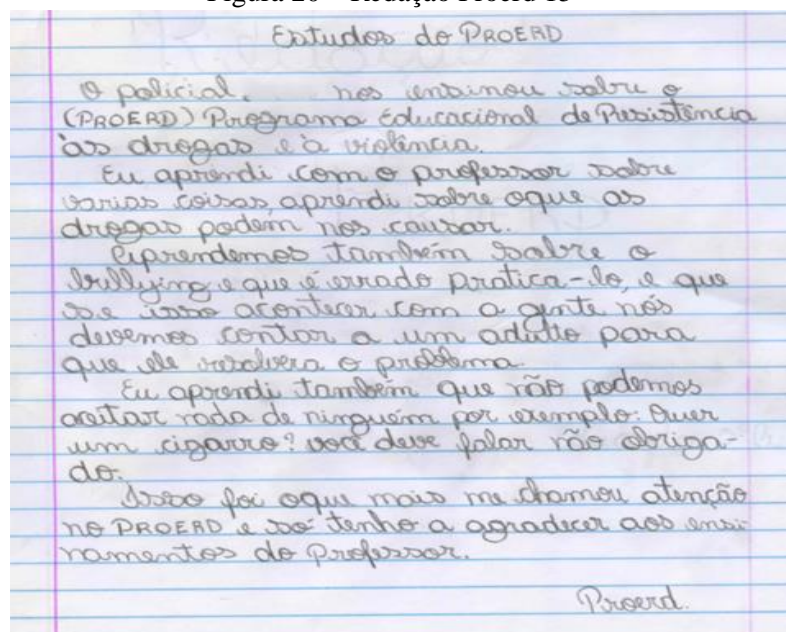
Fonte: Arquivo pessoal (2015).

Logo, em uma comparação entre essas duas produções textuais, o compromisso ensinado estaria se referindo ao não envolvimento com drogas e coisas ruins. Dessa feita, pelo fato de o policial ensinar sobre esses assuntos, ajudando a se comprometer, os enunciados responsáveis por materializar essas verdades nos discursos dos alunos estariam indicando um acontecimento discursivo em emergência na escola, capaz de promover uma ruptura: a de policiais ensinando, no campo de prevenção às drogas, ao invés de estarem atuando, de forma repressiva, aqueles que infringissem a lei sobre drogas.

Outra materialidade, expressa na Figura 20, da Redação 15, a **SE 24**: “O policial [nome do policial] nos ensinou sobre o (PROERD) Programa Educacional de Resistência às drogas e à violência. Eu aprendi com o professor sobre várias coisas aprendi sobre o que as drogas podem nos causar.” estaria indicando que a prática de ensinar sobre os

possíveis efeitos advindos do uso de drogas na contemporaneidade não seria mais prática exclusiva dos professores. Tomando a forma de responsabilidade compartilhada, servidores públicos de esferas diferentes, como a da segurança pública, representada, nessa pesquisa, como os policiais instrutores do Proerd, estariam sendo convocados a participar dessa conjuntura, em prol de soluções para a problemática do uso/abuso de drogas entre sujeitos em idade escolar.

Figura 20 – Redação Proerd 15



Fonte: Arquivo pessoal (2015).

É importante destacar que os discursos desses estudantes não apenas indicam o posicionamento desse policial instrutor como professor, mas, também, assinalam a mudança de suas práticas, o que, na verdade, apresenta modos outros de ser, os quais constituem práticas outras de governamentalidade.

Nessa perspectiva, a população discente é vista por sua positividade. Assim, as aulas do Programa, ministradas por esse profissional, devem dar conta de representar uma gestão governamental. Desse modo, a técnica pedagógica assumida pelo policial, na posição de professor, tem função estratégica para o Estado. Como, nessa dinâmica de governo, a família constitui um segmento que deve ser conduzido e cuidado pelo Estado, a prática de cuidar do outro acaba sendo manifestada pelos modos de ser e fazer desses corpos de autoridade sobre essa parcela da população educacional atendida pelo Proerd.

Sob essa ótica, ministrar aulas de prevenção, como práticas relativamente não estabilizadas para policial, passa a constituir uma tecnologia de gestão das ações da população, ainda que se trate de parte dela, como os sujeitos em idade escolar que participam do curso. Sob essa ótica, é relevante refletir sobre dois aspectos.

Primeiramente, essa arte de governar faz parte do desenvolvimento de uma racionalidade neoliberal, em que aspectos da segurança passariam a circular, com determinada frequência, como uma “gestão neoliberal” (Augusto; Wilke, 2019). Augusto e Wilke (2019) explicam que o ato de conduzir os sujeitos em busca de uma paz democrática, na verdade, estaria apenas os fazendo ser empreendedores de si para benefício do Estado. Além disso, esclarecem que o uso de determinados enunciados estaria funcionando sob a seguinte perspectiva:

“A *paz democrática* como sinônimo de um ambiente *seguro* funciona como um eficiente pacificador de resistências. No âmbito das diretrizes de organizações internacionais e da abordagem da *segurança humana*, de forma a complementar os *direitos humanos*, apresenta seus esforços para a construção de uma lógica securitária da vida individual atrelada à segurança em âmbito planetário.” (Augusto; Wilke, 2019, p. 229, grifos do autor)

Logo, para esses autores, tais práticas funcionariam com a pretensão de evitar resistências contra o Estado, o qual visa apenas gerir corpos dóceis. Porém, sem excluir essa intencionalidade, mas agregar às discussões perspectivas produtivas e positivas do funcionamento do poder, o segundo aspecto que podemos refletir trata da preservação de vidas, sobretudo de crianças e jovens escolares, contra os males produzidos pelas drogas. Dito em palavras mais simplistas, não menos importantes, seria relevante lançarmos o olhar para o acontecimento que retrata a existência de um problema de saúde pública, tanto em escala nacional quanto mundial, a respeito dos males causados pelas drogas a essa parte da população, isto é, jovens em idade escolar cada vez mais precoce (CEBRID, 2010; UNODC, 2016). Tais malefícios podem ser resumidos em envolvimento com as criminalidades associadas ao tráfico, dependências químicas, que resultam em doenças, em mazelas e em desigualdades sociais, até mortes.

Diante desse panorama, poderíamos compreender as aulas de prevenção às drogas, ministradas pelo policial instrutor, como resposta benéfica às condições históricas apresentadas. Dessa forma, vislumbrar-se-ia não apenas uma obediência ao Estado, mas a produção de espaços de liberdade no discurso de resistência às drogas para os indivíduos

que ainda se encontram em desenvolvimento. É o que defendem os próprios discursos da área da educação, ao afirmarem que os sujeitos em idade escolar ainda não possuem condições plenas para se autodefenderem de situações que os coloquem em risco. É o que expomos em Melo (2017), ao verificar o que está regulado pelo discurso do dispositivo jurídico do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA):

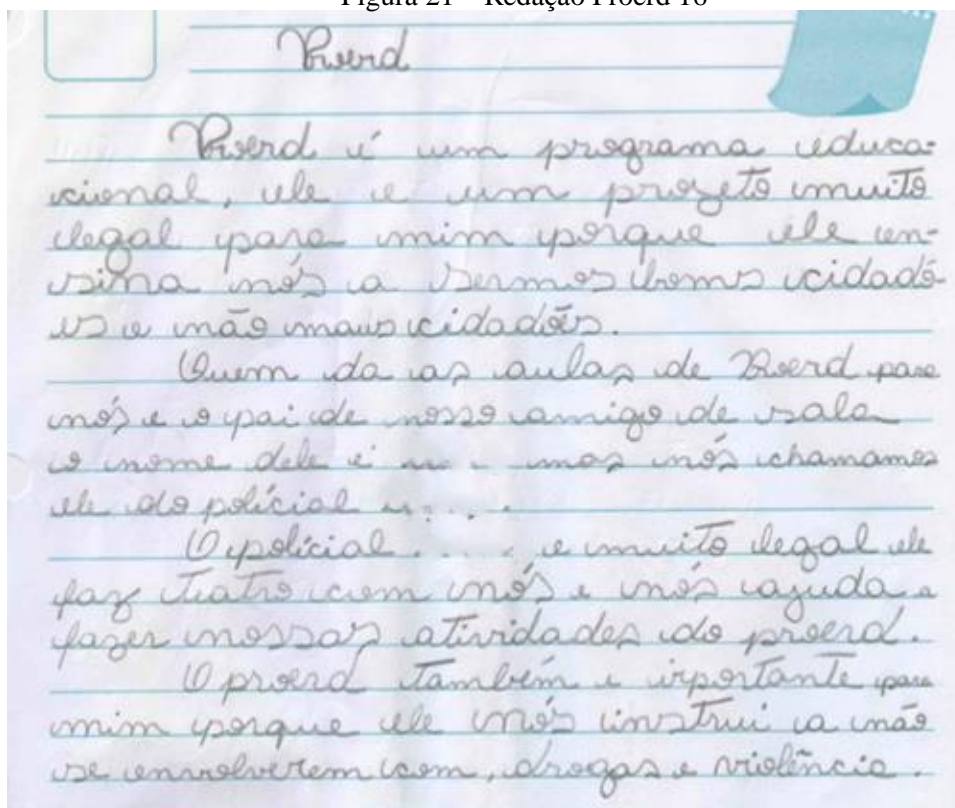
Sob esse ponto de vista, os discursos sobre prevenção às drogas têm-se mostrado incisivos quanto à necessidade de se estabelecerem mecanismos de defesa para tais indivíduos, sobretudo por serem sujeitos que possuem a precedência sobre o resguardo de seus direitos fundamentais, pois se enquadram na posição de “pessoas em desenvolvimento” (Oliveira, 2014), as quais não dispõem da plena capacidade de se autodefenderem contra situações que as coloquem em risco, necessitando, assim, de pessoas que por elas se responsabilizem “a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade” (Brasil, 1990), assegurados pelo próprio Estatuto da Criança e do Adolescente (doravante, ECA). (Melo, 2017, p. 19).

Escavar as condições históricas é um dos princípios que Foucault (1995) declara ser importante para compreender as possibilidades de constituição de um objeto, no caso de nossa pesquisa, essa reflexão é importante para compreender a constituição do policial em práticas educacionais, visto que “Temos que conhecer as condições históricas que motivam nossa conceituação. Necessitamos de uma consciência histórica da situação do presente” (Foucault, 1995, p. 232).

A partir desse foco, entender que o sujeito policial é objetivado por práticas normalizadoras, isto é, pela biopolítica, cujo poder exercido pelo Estado visa a um “cuidado com a vida da população, frente à virtualidade dos perigos que constantemente a ameaçam [...]” (Neto, 2008, p. 56), é posicionar, no campo educacional, o referido sujeito como um profissional que cuida do outro, ou seja, que cuida desses alunos, ajudando-os a se manterem seguros. Essa prática de ajudar, está materializada nos enunciados desses estudantes, como na **SE 25**: “O policial [nome do policial] e muito legal ele faz teatro com nós e nós ajuda a fazer nossas atividades do proerd.”, da Redação 16. Ao narrar seus aprendizados de prevenção às drogas e afirmar que o policial o “ajuda a fazer as (nossas) atividades”, novamente, observamos, no discurso de estudantes do Proerd, as práticas educacionais desse sujeito policial serem realizadas por meio de didáticas, com recursos lúdicos e audiovisuais no processo de ensino-aprendizagem.

Com efeito, esses corpos de autoridade vão se constituindo num emaranhado de práticas e técnicas disciplinares. Ainda que sejam práticas pedagógicas pertencentes a dispositivos distintos, como o escolar, esse sujeito, na dispersão de suas posições, é situado além da posição de professor ou relacionada a ela, como podemos perceber em **SE 26**: “Quem da as aulas de Proerd para nós e o pai de nosso amigo de sala o nome dele é [nome do policial] mas nós chamamos ele do policial [nome do policial].”

Figura 21 – Redação Proerd 16

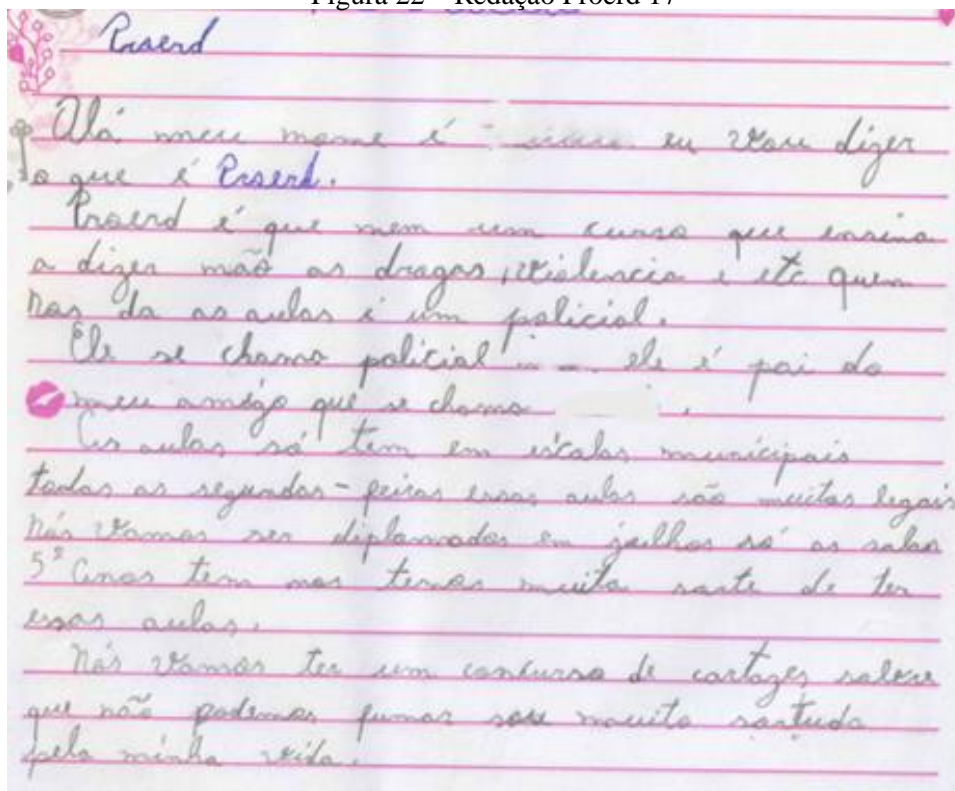


Fonte: Arquivo pessoal (2015).

O que também acontece na **SE 27**, da Figura 22: “Ele se chama policial [nome do policial] ele é pai do meu amigo que se chama [nome do aluno].”



Figura 22 – Redação Proerd 17



Fonte: Arquivo pessoal (2015).

Notamos uma particularidade de cunho pessoal acontecendo nas produções textuais. Ao que tudo indica, essa turma de alunos foi atendida por um policial que tinha filho estudando entre os colegas de classe, como explícito nas SE 26 e SE 27. Esse estudante faz questão de enunciar o nome do policial e que ele era “pai” de seu (“nosso”) amigo de sala. Contudo, após essa exposição ele adverte que o modo de tratamento para esse profissional era de “policial”.

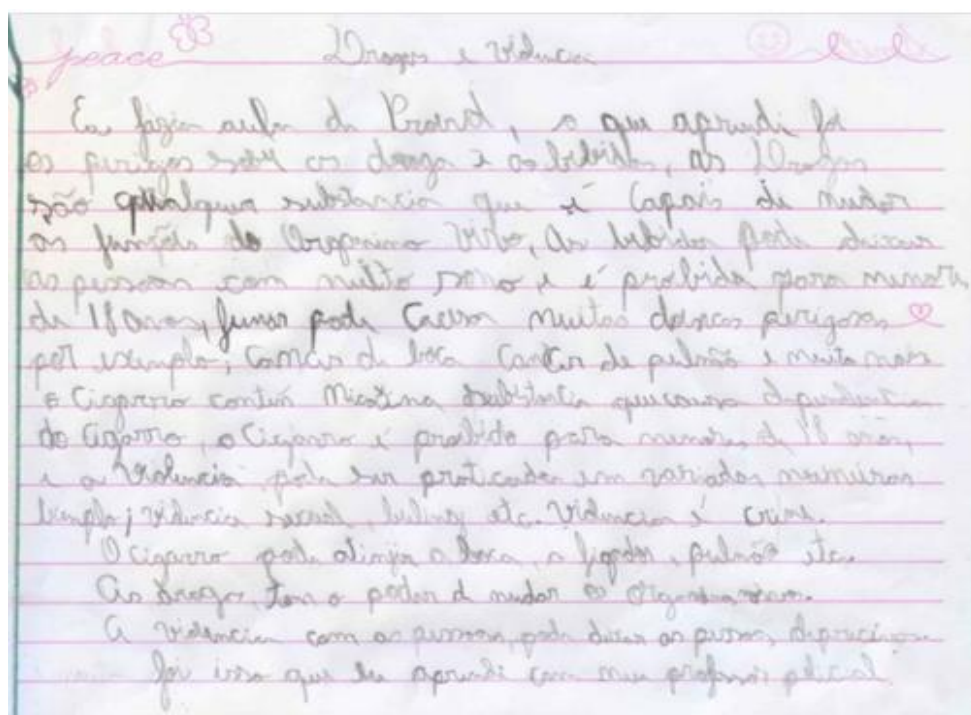
É importante refletirmos que, apesar da possível proximidade apresentada nas aulas, já que esse estudante qualifica o policial como “muito legal” (SE 25), ainda é necessário situar e chamar esse profissional de “policial”, não pelo nome, nem como pai de seu amigo.

O que é igualmente justificado, porém dito de outra forma, na **SE 28**, da Redação 17: “Proerd é que nem um curso que ensina a dizer não as drogas, violência e etc quem nos dá as aulas é um policial.” (SE 28). Portanto, apesar de esse sujeito “dar aulas”, cuja prática lhe permite ocupar a posição de professor, no discurso ele permanece na posição de autoridade de segurança pública. Por isso, com efeito, o estudante o relaciona a práticas docentes, sem, no entanto, chamá-lo de professor. Nesse caso, o sujeito permanece sendo denominado de policial.

Já na Redação 18, a seguir, o aluno já não vê óbice a chamar esse corpo de autoridade que ocupa a posição de professor policial (SE 29), uma das ocorrências mais regulares nos discursos desses alunos. O elemento linguístico que se distingue das outras passagens é o pronome possessivo “meu”, que particulariza esse profissional. Notamos que essa utilização tende a indicar, em alguma medida, proximidade, acolhimento, confiança etc:

**SE 29:** “A violência com as pessoas pode deixar as pessoas deprecivas foi isso que eu aprendi com meu professor policial [nome do policial].”

Figura 23 – Redação Proerd 18



Fonte: Arquivo pessoal (2015).

A próxima categoria que apresenta esse policial em suas dispersões no discurso faz referência a uma das práticas analisadas nas categorias anteriores. Trata-se da efetividade do estabelecimento de uma política de amizade advinda desse corpo de autoridade com os estudantes.

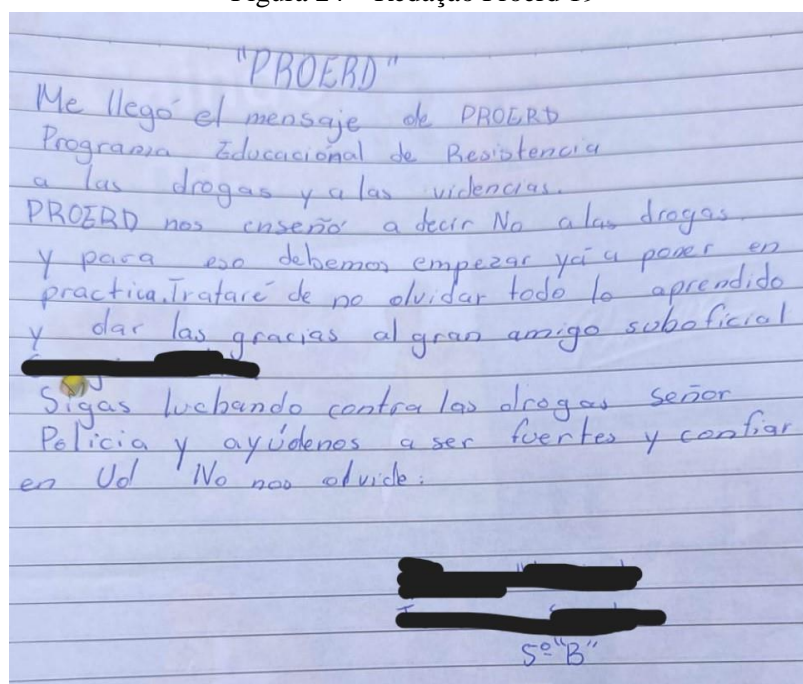
f) Policial na posição de sujeito amigo



**SE 30:** “Trataré de no olvidar todo lo aprendido y dar las gracias al gran amigo suboficial<sup>27</sup> [nome do policial].”<sup>28</sup>

Nessa sequência enunciativa, em que nos deparamos com produções textuais em espanhol, é oportuno rememorar que elas estão agrupadas nas Redações resultantes de aulas ministradas por instrutores advindos do 1º Curso Internacional de Instrutores do Proerd, de Mato Grosso do Sul (MS), o qual foi realizado no ano de 2018, na região heterotópica da fronteira Ponta Porã-Pedro Juan Caballero (BR-PY). Dessa feita, em meio aos vinte e um policiais militares brasileiros, dos quinze policiais paraguaios que concluíram a formação, apenas três lograram êxito em continuar desenvolvendo o Programa no país. Essa condição histórica permeia a constituição de nosso objeto de pesquisa: o policial em práticas educacionais.

Figura 24 – Redação Proerd 19



Fonte: Arquivo pessoal (2018).

<sup>27</sup> Para compreensão das designações que aparecem descritas nos textos dos estudantes paraguaios, é oportuno explicar a identificação da hierarquia da Polícia Nacional Paraguaia. A hierarquia superior se dá pelos oficiais superiores chamados de “Comisarios”, com suas subdivisões. Os policiais subordinados são denominados “Suboficiais”, também acrescidos com nomenclaturas para classificar suas subdivisões.

<sup>28</sup> SE 30: “Não esquecerei tudo o que foi aprendido e agradecerei o grande amigo suboficial [nome do policial]” (tradução nossa).

Pioneiros nessa empreitada no país vizinho, os integrantes de “*la Policía Nacional*” tiveram que corresponder às técnicas e aos procedimentos regulados pelo curso de instrutores do Proerd. Portanto, todas as aulas deveriam ter o mesmo conteúdo e seguir a mesma metodologia de ensino nas escolas que acolhessem o curso no Paraguai. Como acontecimento, essas práticas desestabilizam uma ordem posta e legitimamente aceita que se impunha como verdade sobre a figura de um policial nessa região fronteiriça.

Esse fato de desestabilizar elementos de um campo associativo acerca da atuação desse sujeito, em consonância com o que está sendo analisado a respeito dos policiais de Mato Grosso do Sul, permite que um saber distinto vá se constituído, o que é possível pelos discursos dos alunos que neles materializam formas que dão a conhecer experiências de subjetividade em movência, pelas quais o sujeito policial vai sendo modificado, mediante a prática discursiva do Proerd nas escolas.

Assim, essa atividade final de produção textual torna-se relevante para nosso arquivo de análise, uma vez que nelas os alunos, num ato de narrar, confessam mais do que aprenderam, pois dão pistas de como aconteceu o relacionamento deles com seus instrutores, os policiais proerdianos. No excerto da SE 30, qualificar o policial de “*gran amigo*” (SE 30) indica a efetividade da política de amizade entre policial e aluno. Mais à frente, a **SE 31** contém o seguinte teor: “*Sigas luchando contra las drogas señor policia y ayúdenos a ser fuertes y confiar en ud no nos olvide: [assinatura com nome do aluno]*”.<sup>29</sup>

Enquanto, em uma parte de sua redação, o aluno trata o policial como amigo, em outra, ele o identifica como “senhor policial”, fazendo um apelo para que este lhe ajude a ser forte, nele confiar (“nos ajude a confiar em você”), pedindo, ainda, que o policial não esqueça dele e dos demais colegas. Logo, essa emoção no discurso, assegurada, como vimos argumentando, pela amizade construída nessa relação emerge das redações, o que leva a produção da subjetividade de policial amigo, legal, circular como verdade nesse dado momento histórico.

A respeito dessa política de amizade estabelecida entre policial e aluno, tecemos maiores considerações na Subseção 3.3.1, uma vez que as demais análises lá imbricadas também consideram essa prática como um eco de cuidado de si, em analogia com o que Foucault aborda sobre a concepção epicurista da amizade (Foucault, 2006c).

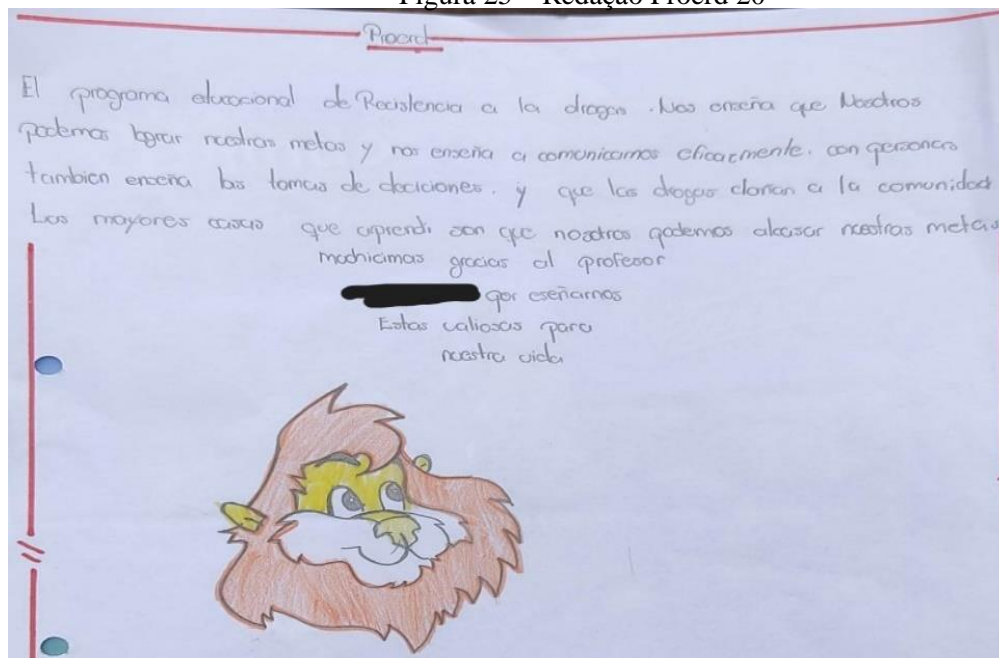
Já na Redação 20, há a mesma ocorrência das produções brasileiras:

---

<sup>29</sup> **SE 31**: “Siga lutando contra as drogas senhor policia e nos ajude a ser fortes e confiar em você não nos esqueça: [assinatura com nome do aluno]” (tradução nossa).

**SE 32:** “Muchicimas gracias al profesor [nome do policial] por enseñarnos estas valiosas para nuestra vida.”<sup>30</sup>

Figura 25 – Redação Proerd 20



Fonte: Arquivo pessoal (2018).

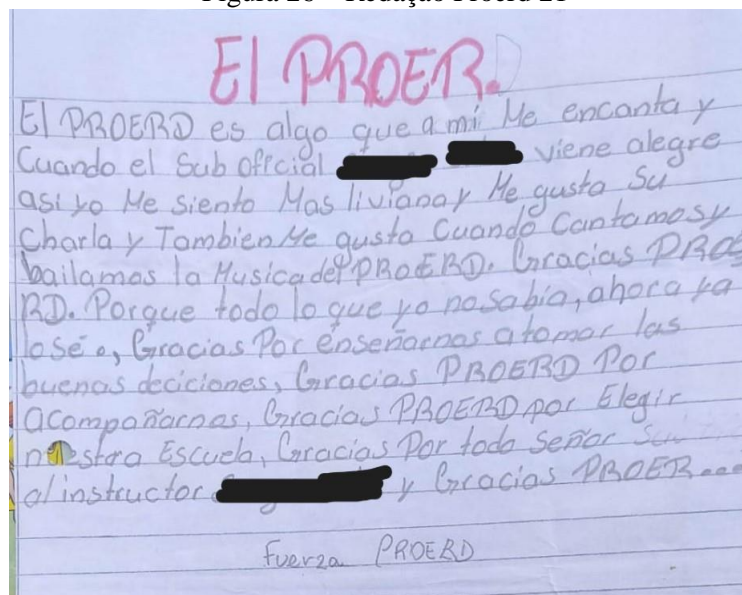
Ao fazer uma narrativa curta sobre seus aprendizados, esse estudante coloca o policial na posição de “*profesor*”. Ele o agradece e considera seu aprendizado valioso para a vida dos alunos.

Diante dessas construções discursivas, podemos compreender como esses policiais, na qualidade de indivíduos, relacionam-se com essa subjetividade docente. Pelo processo de objetivação em que se observa o sujeito policial como *prática divisória*, esse profissional, estando na posição de professor, age de forma diferente dos saberes estabilizados para os demais policiais que não estariam atuando no espaço escolar, em uma sala de aula. Há uma divisão em si mesmo e dos outros, pois, como se materializa na próxima Figura, da Redação 21, a SE 33, os modos de ser de um policial professor é vir alegre, demonstrando suas emoções no modo de falar, cantar e dançar: “*cuando el sub*

<sup>30</sup> **SE 32:** “Muitíssimo obrigado ao professor [nome do policial] por nos ensinar estas coisas tão valiosas para nossa vida.” (tradução nossa).

oficial [nome do policial] viene alegre así yo me siento mas liviana y me gusta su charla y tambien me gusta cuando cantamos y bailamos la música del PROERD.” (SE 33)<sup>31</sup>.

Figura 26 – Redação Proerd 21



Fonte: Arquivo pessoal (2018).

Assim, todo esse conjunto de práticas lúdicas, com exposição das emoções do policial, representa o funcionamento do poder, a arte de governar por meio do cuidado com o outro. Conseqüentemente, há a condução de corpos discentes, que produzem discursos de gratidão, manifestos após o aluno aderir aos discursos de prevenção ensinados pelo policial, como indicado na SE 34: “Gracias por todo señor [nome do policial] al instructor [nome do policial] y gracias PROER...”<sup>32</sup>

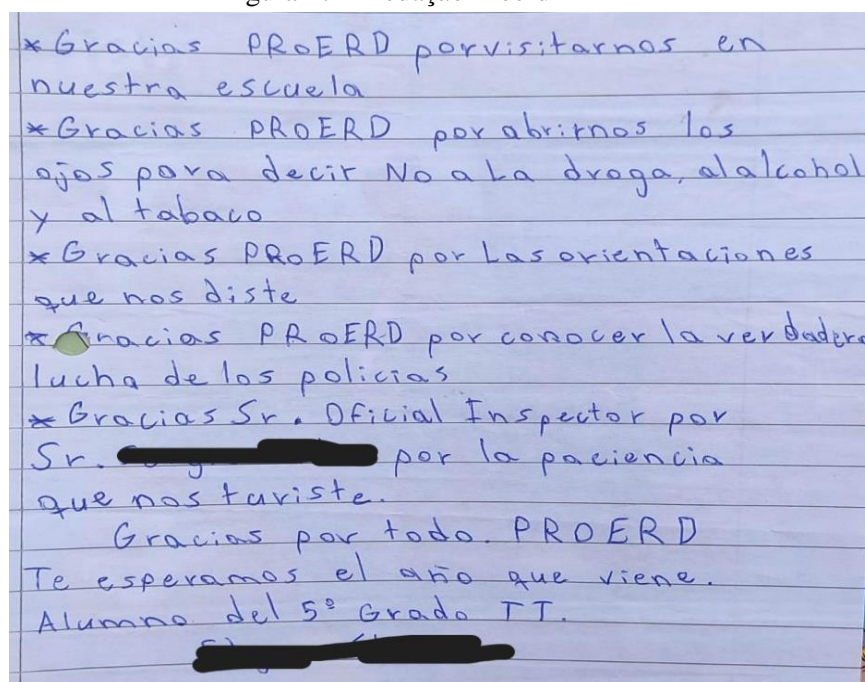
Já na análise discursiva da próxima Redação, na Figura 27, temos a SE 35:  
 “Gracias PROERD por visitarnos en nuestra escuela  
 Gracias PROERD por abrimos los ojos para decir no a la droga, al alcohol y al tabaco  
 Gracias PROERD por las orientaciones que nos diste  
 Gracias PROERD por conocer la verdadera lucha de los policías  
 Gracias Sr. Oficial Inspector por Sr. [nome do policial] por la paciência que nos tuviste.

<sup>31</sup> SE 33: “quando o suboficial [nome do policial] vem alegre assim eu me sinto mais leve e eu gosto muito do seu falar e também gosto muito quando cantamos e dançamos a canção do PROERD” (tradução nossa).

<sup>32</sup> SE 34: “Obrigado por tudo senhor [nome do policial] ao instrutor [nome do policial] e obrigado PROERD” (tradução nossa).

*Gracias por todo. PROERD te esperamos el año que viene.*<sup>33</sup>

Figura 27 – Redação Proerd 22



Fonte: Arquivo pessoal (2018).

Nessa SE 35, há uma ênfase no discurso de gratidão que se repete e há singularidades a respeito das práticas que constituem o sujeito policial professor: o policial do PROERD é aquele que visita a escola; abre os olhos dos estudantes para dizerem não às drogas, ao álcool e ao tabaco; orienta e faz os alunos conhecedores de uma determinada verdade sobre a luta dos policiais. A partir desse relato narrado por esse estudante, podemos identificar que a maioria dessas práticas pertencem aos dispositivos pedagógico/escolar, os quais, funcionando em rede, são atravessados pelos dispositivos securitário e policial, uma vez que os discursos de prevenção pretendem conduzir corpos a um bem-estar, visando sujeitos mais produtivos, que aprendam a cuidar de si mesmos.

Sob essa ótica, ao considerarmos um quadro de séries enunciativas recortadas dos textos das Redações 19, 20, 21 e 22, o policial instrutor do Proerd, estando em um espaço heterotópico, é objetivado como professor, instrutor e amigo. Diante dessas qualificações,

<sup>33</sup> SE 35: “Obrigado PROERD por nos visitar em nossa escola  
 Obrigado PROERD por nos abrir os olhos para dizer não à droga, ao álcool e ao tabaco  
 Obrigado PROERD pelas orientações que nos deu  
 Obrigado PROERD por conhecer a verdadeira luta dos policiais  
 Obrigado Sr. Oficial Inspetor pelo Sr. [nome do policial] pela paciência que teve conosco.  
 Obrigado por tudo. PROERD te esperamos o ano que vem” (tradução nossa).

podemos indagar: quais elementos das relações de poder-saber oferecem aos alunos os enunciados, mediante os quais posicionam o policial de um jeito e não de outro no discurso? Nas Sequências Enunciativas analisadas, é possível notar que as práticas desse policial constituem o saber docente, o que faz esse acontecimento, apesar de inédito no país paraguaio, também posicionar o policial por suas práticas educacionais. Narradas pelos alunos, as práticas de visitar, orientar, fazê-los conhecer uma determinada verdade sobre a luta dos policiais, ter paciência, vir alegre, cantar e dançar a música do Proerd, e ensinar modos de dizer não às drogas tendem a produzir novos saberes sobre esses policiais. Nesse sentido, enunciar agradecimento por “conhecer a verdadeira luta dos policiais” (SE 35) nos indica que outro saber circula a respeito. Como Foucault nos adverte que o importante é conduzir nosso olhar de modo a “ver historicamente como se produzem efeitos de verdade no interior de discursos que não são em si nem verdadeiros nem falsos” (Foucault, 1979, p. 7), podemos compreender que uma determinada verdade circulava a respeito desse sujeito, até a sua chegada nesse espaço escolar. Tais práticas discursivas e seus dispositivos tentam instituir outra vontade de verdade nessa relação política de amizade entre o policial e os alunos, seguida de um saber em vias de se constituir: o de que os policiais também podem atuar como professores.

Além disso, retomamos a análise da SE 33 “*cuando el sub oficial [nome do policial] viene alegre asi yo me siento mas liviana y me gusta su charla y tambien me gusta cuando cantamos y bailamos la música del PROERD.*”, sobre os modos de ser do policial, ao demonstrar alegria em seu falar, cantar e dançar, bem como ser paciente, como descrito no recorte da SE 35: “[...] *Gracias Sr. Oficial Inspector por Sr. [nome do policial] por la paciência que nos tuviste.*”. Tais enunciados, que indicam os modos de ser alegre e paciente desse sujeito, são elementos discursivos relevantes, que manifestam, na espessura material dos discursos, as emoções que constituem o sujeito policial, no que tange ao cuidado com outros (com os alunos). Como materializado nessa sequência enunciativa, em que o aluno declara sentir-se mais leve diante dessas práticas, há a produção e a circulação do discurso das emoções com sua respectiva técnica de poder em funcionamento.

Sob esse viés, é possível compreender as práticas lúdicas desse policial como táticas da arte de governar. Fazendo menção às análises sobre felicidade exploradas por Fernandes Júnior (2016), compreendemos que a felicidade constituiria um alvo mais produtivo e alcançável para esses estudantes, ao aprenderem como serem responsáveis por suas próprias escolhas em detrimento dos males que a escolha pelo uso/abuso de

drogas pode produzir. Dessa forma, ensinar, de modo alegre e paciente, aos estudantes, que eles podem e devem ser responsáveis por suas escolhas, por sua felicidade, estaria na ordem do verdadeiro para os discursos contemporâneos de um modelo neoliberal. Logo, esse policial professor, que adere a essas práticas, constitui-se e tem sua subjetividade atravessada por elas.

Por isso, nessa região fronteiriça inicia-se uma pequena descontinuidade na história: os saberes produzidos a respeito desse profissional de segurança começam a se desestabilizar, ainda que em um movimento muito ingênuo, agonístico, pois o desenvolvimento do Proerd ainda não fora institucionalizado no Paraguai. Mas, a passos lentos, caminha para essa direção, como narrado por essa pesquisadora na Subseção 3.1.

Na Subseção 3.3.1 a seguir, prosseguiremos em identificar as posições dispersas do sujeito policial no discurso, porém mais de forma a indicá-las, dando maior ênfase ao que iniciamos na última análise desta subseção: verificando os modos como o dispositivo pedagógico/escolar funciona em rede com os demais dispositivos que conduzem os corpos de autoridade a estabelecerem o direito de ser feliz como algo ao alcance de todos.

Por meio dos discursos ministrados nas aulas do Proerd, é possível compreender essa prática como um efeito do funcionamento das relações de poder, em que o sujeito policial está inserido, isto é, no espaço escolar. De fato, as produções textuais analisadas materializam nas enunciações os sentimentos e a aspiração dos estudantes em escolherem determinadas profissões para seu futuro.

### **3.3.1 O funcionamento dos dispositivos em rede na produção de sentimentos dos alunos em relação ao sujeito policial militar**

Alguns elementos discursivos, identificados nos enunciados que relataram determinadas práticas lúdicas conduzidas pelo policial do Proerd, analisados na subseção anterior, permitem que façamos uma descrição da emergência de emoções no discurso, como efeito de saber da ordem dos sentimentos produzidos pelas práticas educacionais do policial instrutor do Proerd. Em relação aos saberes existentes acerca do que o policial instrutor do Proerd pode fazer, é oportuno conhecer o que enuncia o dispositivo jurídico a respeito, no estado sul-mato-grossense, uma vez que Foucault afirma ser primordial não apenas uma interpretação dos documentos, “mas sim trabalhá-lo no interior e elaborá-lo” (Foucault, 2008b, p. 7).

Segundo a Lei Estadual nº 3.845, de 10 de fevereiro de 2010, o Programa Educacional de Resistência às Drogas (PROERD) é reconhecido como política educativa



de relevante interesse para a segurança pública. Nela, é estabelecido que o Proerd deve ser organizado e executado, exclusivamente, pela Polícia Militar do Estado de Mato Grosso do Sul, a qual deve desenvolver ações direcionadas à propagação de ensinamentos de noções de cidadania e à prevenção ao uso indevido de drogas e à prática de atos de violência, tendo por base o modelo internacional D.A.R.E. (*Drug Abuse Resistance Education*). Esse teor discursivizado está em consonância com as práticas que objetivam a cultura da paz.

Sobre a discursivização de termos que povoam o enunciado “paz”, retomamos a questão do desenvolvimento da racionalidade neoliberal, a qual, como parte do dispositivo racional/neoliberal/securitário, funciona de modo a gerir os sujeitos como empreendedores de si (Augusto; Wilke, 2019). Nesse viés, de produção econômica, os aspectos da segurança relacionados às aulas de prevenção do Programa passariam a circular por meio da pulverização do discurso das emoções. Assim, o dispositivo da felicidade estaria atravessando as práticas conduzidas pelos demais dispositivos.

Nessa seara, associando a ansiedade como uma das emoções que gravitam a contemporaneidade dos discursos, retomamos a questão do medo, segundo o exposto na subseção anterior: como um instrumento que atende à determinada emergência e produz condições de possibilidade para o desenvolvimento das aulas de prevenção do Proerd. Esse viés teórico parte da abordagem de Courtine, que investigou como “abordar o problema das emoções na perspectiva do discurso” (Courtine, 2016, p. 20). Sobre essa temática, o autor afirma:

É com base numa história das emoções que acredito ser possível reconhecer a ansiedade como um traço psicológico essencial dos indivíduos da sociedade de massa e como um dos componentes permanentes tanto dos discursos públicos quanto das inquietudes privadas na era do neoliberalismo generalizado. (Courtine, 2016, p. 20)

Para Courtine, as emoções constituem os sujeitos e são elementos que estão na emergência dos enunciados. Logo, em se tratando da relação entre o medo e a ansiedade, “pois eles são indissociáveis um do outro” (Courtine, 2016, p. 23), é válido compreendermos que o medo sempre existiu. As motivações que nos levam a senti-lo são as mais variadas, ancoradas em fatos da história passada quanto também reformulados pela liquidez dos acontecimentos da vida, ou como o próprio Courtine diz, são “metamorfoseados” na atualidade.



Por seu turno, o autor esclarece que a natureza do medo tem se modificado com o passar do tempo e, por meio de escavações a respeito, propõe uma arqueologia da ansiedade, em que observa pré-construídos, sedimentos e memórias do medo. Sob esse ângulo, ele especifica que a “ansiedade, concebida como discurso, é o pré-construído do enunciado do medo, um medo virtual e latente; trata-se, em alguma medida, de uma célula discursiva dormente, à espera de um objeto e de um agente.” (Courtine, 2016, p. 26)

Assim, a ansiedade configuraria uma emoção capaz de trazer angústia e temores invisíveis, comportando “lugares vazios de sujeito e de objeto”, isto é, estaria à espera de um sentimento constituído historicamente como o medo, sem, contudo, delimitar exclusividade a um único sujeito e a um objeto específico para se temer. Porém, esse sentimento não teria mais a solidez de outrora, justamente pela liquidez com que os fatos contemporâneos podem, em dado momento, estar na ordem do verdadeiro e, rapidamente, mesmo considerando circunstâncias análogas, pode migrar para uma ordem oposta. Dessa feita, os “grande medos depositam sedimentos discursivos nas memórias coletivas, das quais a ansiedade os recolhe” (Courtine, 2016, p. 26).

Nessa direção, compreendemos também que “na sociedade de segurança a inculcação do medo e da insegurança na mente da população a faz sentir-se desprotegida, vulnerável, indefesa: infantiliza-a” (Martins; Sousa, 2021, p. 6302), logo, podemos observar como o medo, sendo um efeito das emoções no discurso, é trabalhado na prática discursiva do Proerd. Constituindo o próprio dispositivo jurídico que reconhece a relevância do Programa como política pública (Mato Grosso do Sul, 2010), o enunciado sobre o dever de desenvolver ações direcionadas à propagação de ensinamentos de noções de cidadania e à prevenção ao uso indevido de drogas e à prática de atos de violência atende a condições de existência e de possibilidades que imputam a responsabilidade de tais práticas ao policial instrutor.

Essas condições específicas possuem estreita relação com o que Courtine discute sobre as emoções, pois nossa sociedade vive ansiosa, com medo de seus filhos se envolverem com as drogas e com a violência. Somado a esses medos, o seio social vive com a ansiedade de ser vítima de crimes que têm ligação com o uso de entorpecentes ou de seus filhos entrarem nesse mundo ilícito.

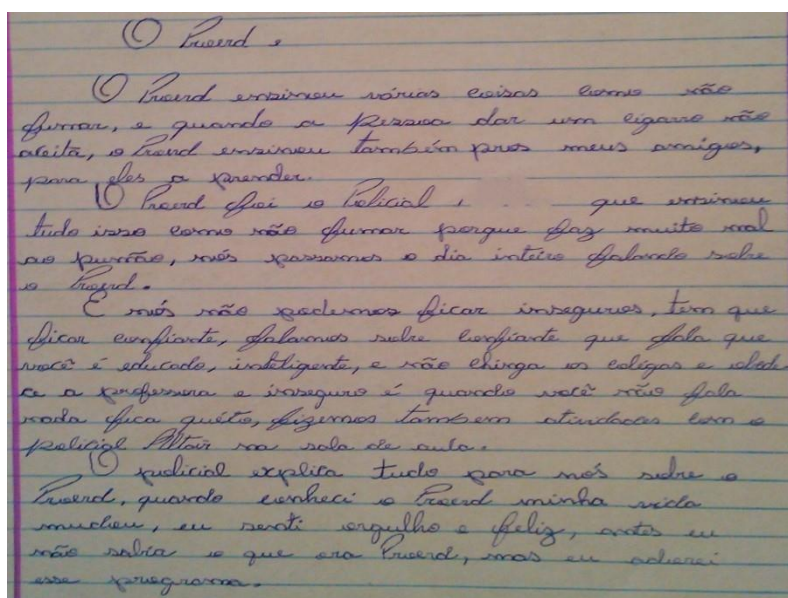
Apesar de haver acontecimentos, nas escansões da história, que produziram saberes que objetivam o policial como um sujeito de violências, diante da referida problemática há um empreendimento de aliviar a ansiedade das famílias em relação a seus filhos. Nesse viés, chega-se à conclusão de que melhor que se sujeitar a uma ansiedade

(de um futuro invisível que causa medo) de não saber se os filhos estarão seguros – se saberão resistir às ofertas de drogas caso lhes ofereçam, se não sofrerão *bullying* – é submeter-se ao medo (visível). Citando Bauman (2006), Courtine reproduz que “o medo alivia a ansiedade, quando ele finalmente se instala. Porque o medo possui objeto preciso; no medo, sabemos o que nos ameaça, enquanto a ansiedade não [...]” (Courtine, 2016, p. 24).

Essa submissão a um medo conhecido, isto é, à presença de um policial em sala de aula, se daria por conta de sua visibilidade, porém, em práticas relativamente não estabilizadas. Sua presença no espaço escolar, caminhando, atuando ostensivamente, constitui um objeto discursivo, um corpo de autoridade estranho, ao menos àqueles que se deparariam pela primeira vez com ele – como efetivamente dito nos enunciados em análise desta Seção. A escolha por esse medo conhecido se dá com vistas a evitar a ansiedade do desconhecido, da ordem do invisível, capaz de causar angústia e pânico. Essas emoções constituiriam a urgência necessária para aceitar e requerer a presença de policiais no contexto escolar.

Nesse entendimento, passemos para a análise das SE da Redação 19:

Figura 28 – Redação Proerd 23



Fonte: Arquivo pessoal (2015).

**SE 36:** “[...] fizemos também atividades com o policial [nome do policial] na sala de aula.”

**SE 37:** “O policial explica tudo para nós sobre o Proerd, quando conheci o Proerd minha vida mudou, eu senti orgulho e feliz, antes eu não sabia o que era Proerd, mas eu adorei esse programa.”

Como analisado anteriormente, o sujeito policial é objetivado por saberes constituídos por práticas educacionais, o que também ocorre nas SE 36 e SE 37, em que o estudante narra terem sido as atividades feitas com o policial em sala de aula, além de ter explicado tudo a respeito do Programa.

Somada a essa perspectiva, a afirmação de que, ao conhecer o Proerd, a vida desse aluno mudou, o que o fez se sentir orgulhoso e feliz, pode ter relação com o estabelecimento da política de amizade advinda do policial com os estudantes. Esse posicionamento discursivo de ser “adorado”, por meio do Programa, tem estreita relação com a objetivação do dispositivo de saber sobre felicidade. Na medida que o cuidado do policial com esses alunos aparece funcionando de modo a produzir sentimentos positivos para esse estudante, esse policial professor precisa manter determinadas condutas e não outras, nessa ordem policial praticada na escola.

Por isso, é relevante destacar que, ao contrário do dispositivo de saber jurídico/policial, que muitas vezes tematiza a necessidade de o policial agir por meio da força para coibir determinadas condutas, em prol da preservação e manutenção da ordem pública, esse aluno do Proerd relata que sua vida mudou após ter conhecido o programa. Ou seja, houve a produção de um sentimento de felicidade, como um efeito desse tipo de emoção sobre o aluno, após o policial ter agido como um professor que explica e faz atividades com os alunos, sem a necessidade do uso da força policial.

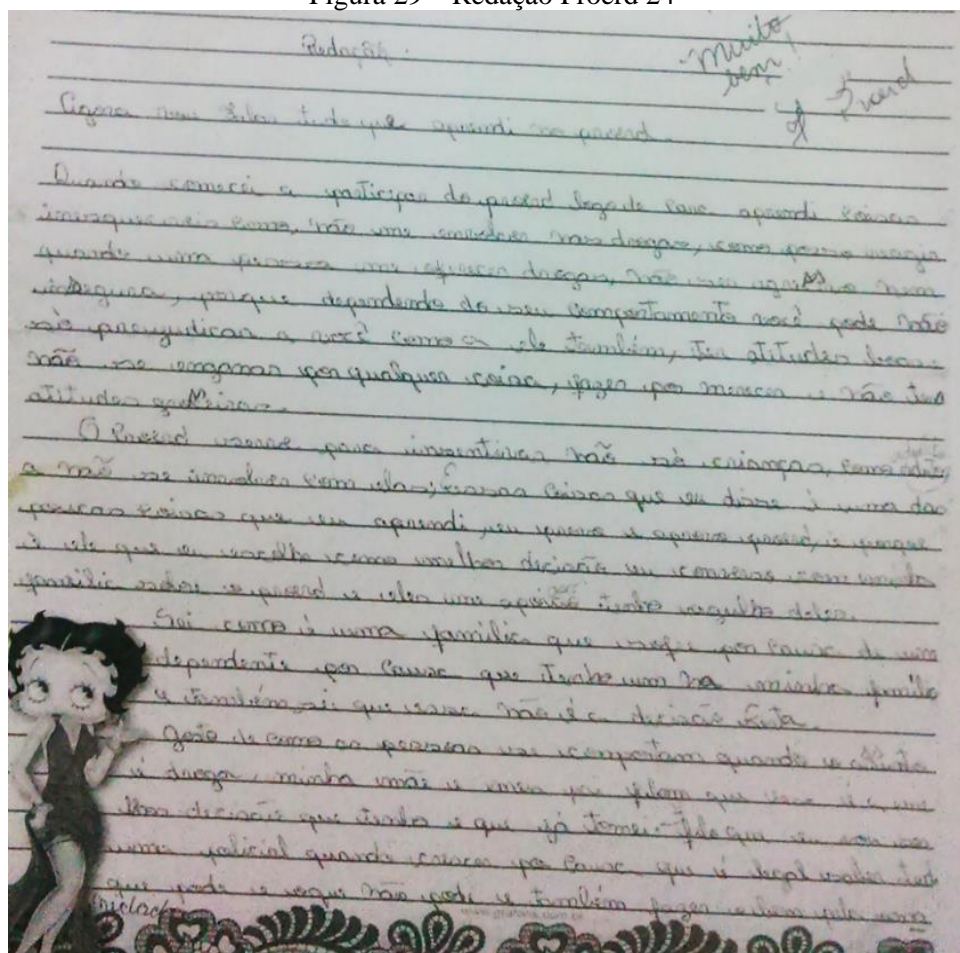
Na próxima produção textual, a Redação 24, a importância dada ao conteúdo ministrado pelo policial instrutor é ratificada por meio do conhecimento empírico acerca dos problemas do abuso de drogas:

**SE 38:** “Sei como é uma família que sofre por causa de um dependente por causa que tenho um na minha família e também sei que isso não é a decisão certa.”

Após descrever seu aprendizado com o Programa, tendo exposto uma situação pessoal familiar, esse estudante atribui sua aspiração profissional ao fato de ser “legal saber tudo o que pode e o que não pode” além de reproduzir o saber de que essas práticas significam “fazer o bem pela humanidade”:

**SE 39:** “- falo que eu vou ser uma policial quando crescer por causa que é legal saber tudo que pode e oque não pode e também fazer o bem pela humanidade.”

Figura 29 – Redação Proerd 24



Fonte: Arquivo pessoal (2015).

Diante desse argumento, o policial estaria sendo objetivado como detentor do saber, aquele que sabe o que deve ou não ser feito, por isso, suas práticas estariam, do ponto de vista do Proerd, fazendo o bem à humanidade. Dessa feita, evocar-se-ia novamente o que é ser um bom policial, aquele que inspira pessoas a quererem ser e fazer como ele, tal qual essa estudante, que afirma sua vontade de “ser uma policial quando crescer”.

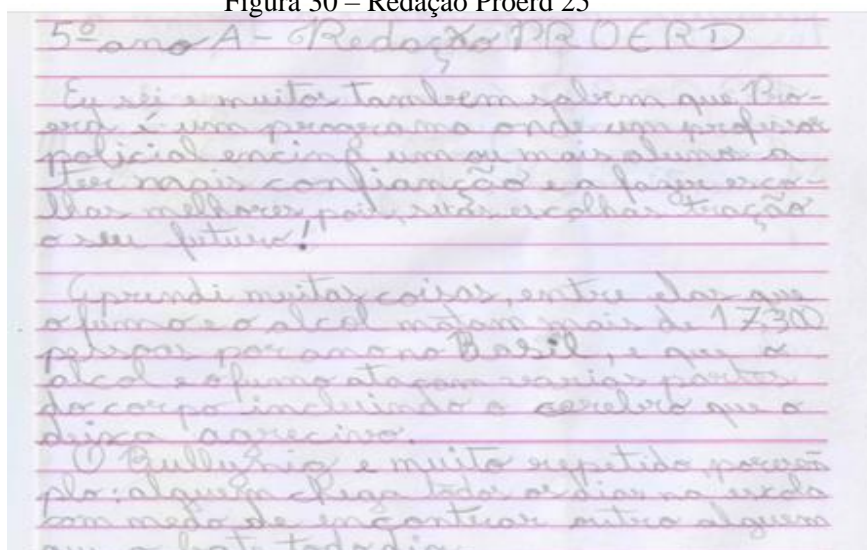
Sobre as práticas que produzem o saber do dispositivo pedagógico, vindo, simultaneamente, a atravessar o sujeito policial instrutor, é relevante situarmos o posicionamento de Foster (2019), que relata uma possibilidade de aula do Proerd:

[...] se, por exemplo, a aula do dia prevê discorrer sobre “valorização da autoestima e formas de comunicação” e, no entanto, algum aluno relata que conhece alguém ou que ele próprio sofre violência, a tendência é de que haja uma boa acolhida do depoimento desse estudante, que se entrecruzar com o discurso do instrutor, que abandonará por ora, o assunto que estava explanando e focará na dúvida exposta pelo seu aluno, passando a temática violência a imperar naquele momento, desprendendo, assim, o educador da fidelidade de seu planejamento de aula. Não há nesse processo de ensino alguém que somente ensine e tão pouco alguém que só aprenda, trocas de saberes e vivências são imprescindíveis e valorosas. (Foster, 2019, p. 160)

Em seu relato, o referido autor argumenta que o discurso docente é diluído no discurso do policial instrutor. Nessa citação, é possível compreender que esses corpos de autoridade necessitam aderir a mais de uma possibilidade de planejamento de aula, focando, contudo, na necessidade de intervenções outras para garantir a segurança dos alunos atendidos, bem como fazer relevante o momento de aula como importante instrumento de produção de saberes sobre prevenção.

Sob essa ótica, o “fazer o bem pela humanidade”, excerto da SE 39, estaria de acordo com a perspectiva de aula explanada por Foster (2019). Assim, também, a SE 40, referente à Redação 25, estaria materializando a posição discursiva de professor para o sujeito policial, além de afirmar que seus ensinamentos fazem os alunos terem mais confiança para fazer escolhas que traçarão seu futuro: “Eu sei e muitos também sabem que Proerd é um programa onde um professor policial ensina um ou mais alunos a ter mais confiança e a fazer escolhas melhores pois, suas escolhas tração o seu futuro!” (SE 40).

Figura 30 – Redação Proerd 25



Fonte: Arquivo pessoal (2015).

Nesse tatear as possibilidades de leituras das sequências enunciativas recortadas, vamos compreendendo que o funcionamento dos acontecimentos discursivos, dos jogos de poder imbricados no saber que constitui as práticas docentes e as práticas policiais, vão transformando e produzindo saberes e práticas outras para nosso objeto de pesquisa: o policial militar em práticas educacionais. Conforme escavamos, importa relembrar que não encontraremos uma verdade absoluta, justamente, porque não há verdade absoluta nesse caminho científico. Fazer ciência, sob essa ótica, é transitar por análises que verifiquem a ocorrência de regularidades nos enunciados, em determinadas situações discursivas, buscando verificar como e por que determinado enunciado e não outro ocupou (ocupa) o lugar nos discursos analisados.

Amparados por esse fato, mantemos em vista que há pontos de contato entre concepções passadas e presentes, as quais nos possibilitam afirmar que a recorrência enunciada sobre as aulas do Proerd tende a produzir sujeitos mais confiantes, supostamente, mais aptos a fazer escolhas que “tração o seu futuro!” (SE 40). Essa proposição, que provém de um efeito das emoções no discurso desses estudantes, está na ordem do verdadeiro, de acordo com o que rege o dispositivo da felicidade.

Ao compreender o medo como instrumento de governo neoliberal, associado às emoções de ansiedade e de insegurança, podemos observar que esse aluno, assim como outros que discursivizam as boas escolhas como fórmulas que “tração o seu futuro!” (SE 40), acolhem o Programa, confiam em seus professores instrutores, criam laços afetivos que passam pelo sentimento da proteção, justamente pelo exercício dessas técnicas de poder.

Nesse sentido, como todo esse saber é ensinado por um “professor policial”, segundo afirmado por esse estudante, entre outros analisados, é possível concluir que os laços entre as emoções e o discurso firmam as práticas lúdicas desenvolvidas por esse sujeito policial durante as aulas. Estas estariam funcionando em rede como táticas do dispositivo pedagógico que atravessam o dispositivo policial, gerido pelo dispositivo neoliberal/securitário.

Nessa proposição, o saber regulado pelo dispositivo pedagógico afirma que o “brincar pode ser visto como um recurso mediador no processo de ensino-aprendizagem, tornando-o mais fácil. O brincar enriquece a dinâmica das relações sociais na sala de aula” (Roloff, 2009, p. 4).

Logo, esse agente de segurança pública teria suas ações pautadas no lúdico como uma justificativa para que as relações sociais entre policial, estudantes e corpo docente



escolar pudessem ser fortalecidas e voltadas a atingir um bem comum: o bem-estar de todos, com a felicidade reinando longe dos riscos que as drogas causam. É o que estaria materializado na SE 41, da próxima Redação (26):

**SE 41:** “Mas o Policial [nome do policial] já falou para a gente os riscos de saúde que eles trazem, então eu tenho certeza de que nem um de nós usa-rá drogas ou bebe bebidas alcólicas.”

Pelo relato desse estudante, os alunos foram alertados sobre os riscos de saúde causados pelas drogas, fato esse que os conduziriam a tomar a decisão de não fazer uso de substâncias dessa natureza.

Figura 31 – Redação Proerd 26

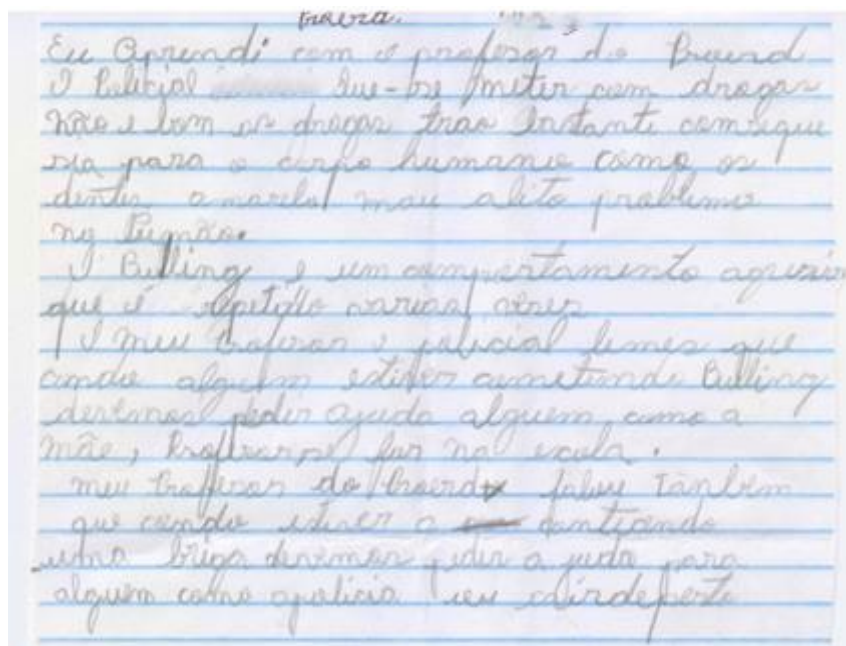


Fonte: Arquivo pessoal (2015).

Além dessa passagem, a **SE 42**, da Figura 32, Redação 27, apresenta o seguinte relato: “Eu Aprendi com o professor do Proerd o policial [nome do policial] que-se meter com drogas não é bom as drogas tras bastante consequencia para o corpo humano como os dentes amarelo mau alito problema no pumao.” (SE 42).

E ainda, na **SE 43**: “Meu Profesor do Proerd falou também que condo estiver a contecendo uma briga devemos pedir a juda para alguém como apolicia ou sairdeperto.”

Figura 32 – Redação Proerd 27



Fonte: Arquivo pessoal (2015).

Nesse quadro enunciativo, a posição de professor para o sujeito policial do Proerd aparece como regularidade primeira dessa pesquisa. Esse fato, respaldado por uma análise arqueogenealógica, pode também ser traduzido como a formação de uma estratégia de poder, dado que, no espaço escolar, o poder se exerce e, em dada ordem discursiva, não é qualquer pessoa que detém o direito de falar e ser reconhecida como autoridade nesse *locus*. Para que esse policial tenha seus ensinamentos apreendidos pelos estudantes, eis um espaço onde ele não deve exercer as mesmas práticas estabilizadas pelo dispositivo jurídico/policial, ou discursivizadas pelo saber de senso comum, acerca do que um policial que atua na rua pode fazer, falar ou ser. Esse profissional, para ter seu discurso legitimado necessita inscrever-se nessa outra ordem de discursos, da qual o referido programa faz parte.

Dessa forma, os efeitos de poder que essas relações reclamam necessitam ser atualizados e, por isso, dispositivos outros são acionados para funcionar. Eis uma estratégia de poder sendo transformada para que as aulas do Programa possam ser exitosas. E, nesse trâmite todo, os estudantes passam a se apropriar tanto dos saberes que constituem o policial em práticas educacionais quanto das verdades que distinguem esse corpo de autoridade dos que atuam na rua. Esse fato pode ser compreendido pelo que é materializado na SE 43 (grifo nosso): “**Meu Professor do Proerd** falou também que **condo estiver a contecendo uma briga** devemos **pedir a juda** para alguém como



**apolicia** ou sairdeperto.”. Visto que o aluno não coloca o policial do Proerd como referência de quem pode ajudar diante de uma briga, ele demarca uma separação entre o policial que detém práticas estabilizadas para agir no controle de violências e o policial que ensina, informa, ou seja, atua como seu professor em sala de aula.

Diante dessa materialidade analisada, retomamos nossa pergunta de pesquisa: Quem seriam esses sujeitos policiais em outras posições de sujeito, marcadas nas diversas posições que podem ocupar ou receber em um discurso? Como indicamos em nossa Introdução, é possível encontrar discursos que (cor)respondam a momentos distintos de uma determinada emergência discursiva. Então, quem é esse policial em práticas educacionais na contemporaneidade?

Quando nos referimos ao termo contemporaneidade, não é com a pretensão de indicar uma continuidade, muito pelo contrário, como já exposto, pela perspectiva dos Estudos Discursivos Foucaultianos buscamos analisar os discursos em um movimento marcado por continuidades e descontinuidades que construíram e constroem a subjetividade desse policial na história, ou “Refletir sobre essa temporalidade histórica implica pensá-la na diversidade que lhe é característica, uma vez que nem todos vivemos ou nos compreendemos nessa mesma condição” (Fernandes Júnior, 2016, p. 51)

Portanto, na ocasião em que nos deparamos com essas produções textuais, locais de inscrição de discursos de estudantes do 5º ano do Ensino Fundamental, percebemos que estes enunciam o policial de forma tão distinta da que circula pelos veículos de comunicação. Por isso, somos incitados a conduzir nosso olhar para uma luz projetada a esse sujeito policial militar, com sua subjetividade educacional sobressaindo àquela atravessada por enunciados que os constituem como um (re)produtor de violência.

Como regra de formação do objeto policial, na posição de professor, existe uma obediência regida por dois dispositivos maiores que atravessam os demais em funcionamento: o dispositivo da felicidade (Fernandes Júnior, 2016) e o securitário. Fatos observáveis, igualmente, nas próximas sequências enunciativas, referentes às Redações 27 e 28:

**SE 44:** “Em uma quarta-feira chegou à nossa escola um policial chamado [nome do policial] e ele explicou sobre um Programa Educacional de Resistência as Drogas, PRO.E.R.D.”

**SE 45:** “E quando eu crescer eu vou lembrar o que o policial [nome do policial] falou para todos nós.”

**SE 46:** “Eu gostei muito de participar do PRO.E.R.D e de conhecer o policial [nome do policial] espro que outras crianças também possam aprender como eu para nós vivermos num mundo sem drogas e sem violência.”

**SE 47:** “No proerd o Policial falou que se alguém oferese droga ou cigarro agente sempre tem que dizer não[...].”

**SE 48:** “[...] e o Policial também falou que o Bullying não é legal por que o Bullying pode magoar as pessoas, a nunca beba cerveja que pode fazer mal a saúde.”

Figura 33 – Redação Proerd 28

O que aprendi com o PRO.E.R.D.

Em um quarto-feira chegou à minha escola um policial chamado [nome] e ele explicou sobre um Programa Educacional de Resistência às Drogas, o PRO.E.R.D. Ele nos ensinou as consequências das drogas, cigarro e bebida alcoólica etc. Ele nos ensinou que essas substâncias fazem mal à saúde da ser humano, e que podem levar à morte.

Ele também nos ensinou a tomar as decisões corretas, sempre sempre ouvir pelas nossas decisões, ajudar as outras pessoas.

É quando eu crescer eu vou lembrar o que o policial [nome] falou para nós.

Eu gostei muito de participar do PRO.E.R.D e de conhecer o policial [nome]. Espero que outras crianças também possam aprender como eu para nós vivermos num mundo sem drogas e sem violência.

Fonte: Arquivo pessoal (2015).

Figura 34 – Redação Proerd 29

Minha Redação Proerd

No proerd o Policial falou que se alguém oferese droga ou cigarro agente sempre tem que dizer não, e o Policial também falou que o Bullying não é legal por que o Bullying pode magoar as pessoas, e nunca beba cerveja que pode fazer mal a saúde.

Se um dia alguém oferese bebida com álcool ou cigarro sempre diga não e não vá para casa porque o Bullying não é legal e ele também me ensinou a dizer não para o Bullying e para as drogas.

Eu espero que outras crianças também possam aprender como eu para nós vivermos num mundo sem drogas e sem violência.

Obrigada, essa é a minha redação.

Fonte: Arquivo pessoal (2015).

Ao descrevermos a função enunciativa dessas sequências enunciativas, podemos compreender um modo singular da existência de, ao menos, três relações de poder sendo exercidas, advindas dos dispositivos citados: o poder pedagógico, o poder racional/securitário e o poder afetivo. Para compreendê-los, partimos do domínio associativo dos enunciados “ensinar”, “fazer o bem pela humanidade” e “gostei de participar”, tendo em vista que “um enunciado tem sempre as margens povoadas de outros enunciados” (Foucault, 2008b, p. 118). Assim, esses enunciados das análises anteriores funcionam como um “domínio de coexistência para outros enunciados” (Foucault, 2008b, p. 130).

No caso, o enunciado “ensinar” manteria relação com a prática do policial “explicar”; falar modos de “dizer não”, de “resistir às drogas” (SE 44; SE 45; SE 47), correspondendo aos saberes produzidos pelas práticas regidas pelo dispositivo pedagógico.

Por sua vez, o enunciado “fazer o bem pela humanidade” estaria associado aos discursos em busca do bem-estar, da cultura da paz, isto é, ligados ao discurso das emoções, regidos pelo dispositivo racional/securitário, atravessado pelo dispositivo da felicidade. Assim, tais práticas constituiriam um policial de cuja ação o aluno pretende se lembrar; um policial que discursiviza modos de se viver “num mundo sem drogas e sem violência.”; e um policial que ensina que a prática do bullying não é legal, pois pode “magoar as pessoas” (SE 45; SE 46; SE 48).

Sobre felicidade, retomando Fernandes Júnior (2016), é possível compreender, na contemporaneidade, que “a felicidade é indicada como uma ‘ordem a ser seguida’ e/ou conquistada” (Fernandes Júnior, 2016, p. 51). Nesse viés, as artes de governar atribuídas às práticas desenvolvidas pelo policial do Proerd teriam forte vínculo com essa emoção, já que a regularidade enunciativa nos relatos dos alunos corresponde às inquietações contemporâneas advindas dos problemas relacionados ao uso indevido de drogas, pois para manter a saúde, evitar a morte e viver seguros, os ensinamentos dos corpos de autoridade constituíram saberes importantes na prática da prevenção dos sujeitos em idade escolar.

Assim, o discurso das emoções, relacionado ao bem-estar, condiz com o funcionamento de uma economia de poder. Para Fernandes Júnior (2016),

O bem-estar aparece geralmente ligado ao mercado de consumo e, uma vez fabricado como objeto a ser consumido, tais produtos surgem como mercadorias que oferecem dicas e/ou técnicas a serem seguidas em busca de uma ‘vida mais tranquila’. As ofertas são inúmeras e se ligam

a produtos a serem consumidos (seja pela via farmacêutica ou por estilos de vida a serem seguidos) ou, também, por campanhas públicas de saúde, projetos educacionais/empresariais, peças publicitárias etc. (Fernandes Júnior, 2016, p. 55)

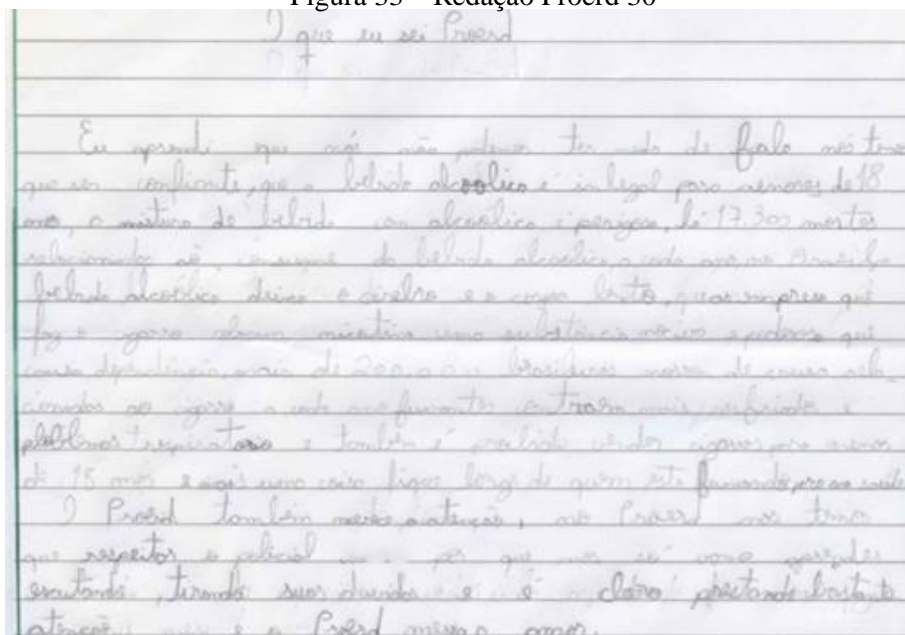
Isso posto, o Proerd, como programa de prevenção educacional, estaria, de fato, enquadrado na práticas que produzem os saberes regidos pelos dispositivos neoliberal/securitário e pelo dispositivo da felicidade.

Seguindo nessa direção argumentativa, analisamos mais uma sequência enunciativa, extraída da Redação 29, em que o estudante demonstra a produção de um sentimento para o Proerd.

**SE 49:** “O Proerd também merece a atenção, no Proerd nos temos que respeitar o policial [nome do policial] por que nos só vamo aprender escutando, tirando suas duvidas e é claro prestando bastante atenção e o Proerd merece o amor.”

A irrupção do tema prevenção às drogas como uma urgência de nossa contemporaneidade, alinhada ao estabelecimento de uma política de amizade advinda do policial instrutor com os alunos, somado ao exercício das práticas pedagógicas lúdicas por ele exercidas, produzem um campo favorável para chamar e prender a atenção dos alunos que participam do curso.

Figura 33 – Redação Proerd 30



Fonte: Arquivo pessoal (2015).

É possível notar, contudo, mais que isso. Os discursos desses estudantes parecem evocar uma determinada ordem de atenção para as aulas, de modo coletivo, e, como

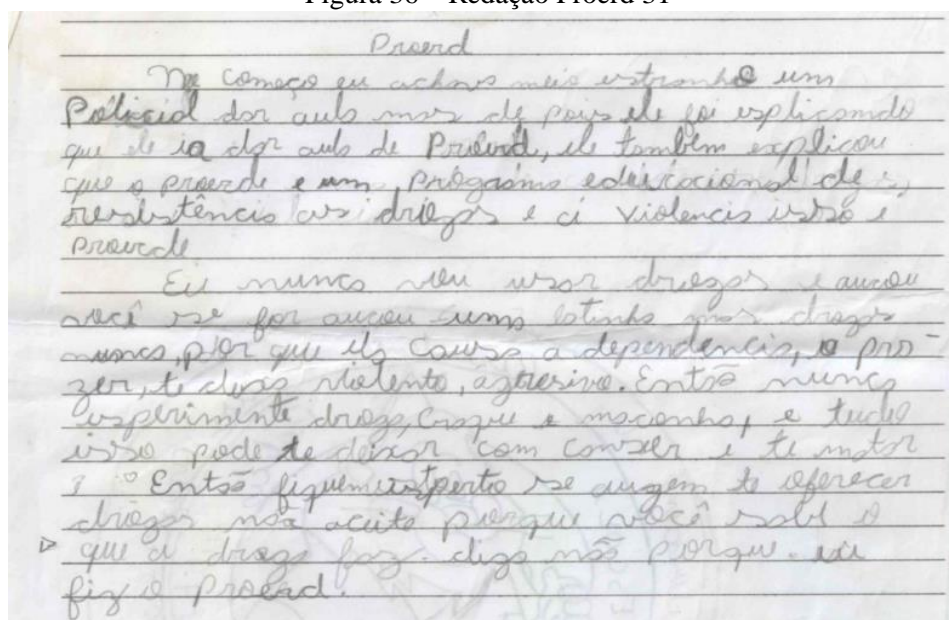
argumento do campo das emoções, vem a afirmação de que “o Proerd merece o amor.” Logo, o policial, que é constituído pelas práticas do Proerd, merece o amor.

Diante dessa possibilidade de leitura, deparamo-nos com um saber de uma dada época na atualidade, o qual proporciona novas formas de conceber as coisas relacionadas ao policial em determinadas práticas. Desse modo, como os discursos exercem certo poder capaz de produzir verdades sobre os objetos de que trata, as séries enunciativas seguintes apresentam uma descontinuidade da história, com efeitos de verdade outros sendo produzidos pelos discursos dos alunos do Proerd.

Assim, referente à Redação 31, na SE 50: “No começo eu achava meio estranho um policial dar aula mas de pois ele foi explicando que ele ia dar aula de Proerd, ele também explicou que o proerd e um programa educacional de resistência as drogas e a violência isso é proerd.” encontramos uma forma de emoção materializada: a estranheza.

Em consulta ao dicionário *online* do provedor *Google*, a palavra estranheza vem conceituada da seguinte maneira: *substantivo feminino*; 1. caráter diferente, singular, incomum de alguém ou de algo; bizarria, singularidade. 2. impressão, sensação mais ou menos desconfortável de uma pessoa diante desta diferença, desta singularidade. "causou-lhe e. aquela gravura".

Figura 36 – Redação Proerd 31



Fonte: Arquivo pessoal (2015).

O relato desse aluno assemelha-se muito com o significado de estar com a “sensação mais ou menos desconfortável de uma pessoa diante desta diferença”, cujo fato

nos faz perceber que, inicialmente, sua perspectiva diante do policial ainda não era natural, o que se materializa na afirmação “No começo eu achava meio estranho um policial dar aula [...]”. Não focamos uma origem para os enunciados, já que “Não é preciso remeter o discurso à longínqua presença da origem; é preciso tratá-lo no jogo de sua instância” (Foucault, 2008b, p. 31), contudo, podemos perguntar: por que esse enunciado (que descreve esse sentimento estranho) foi utilizado e não outro (sentimento) em seu lugar?

Para uma possibilidade de leitura, devemos compreender que consultar a história, em suas escansões, nos possibilita verificar quais regras permitem a construção dos enunciados, lembrando de que “uma língua constitui sempre um sistema para enunciados possíveis – um conjunto **finito** de regras que autoriza um número **infinito** de desempenhos” (Foucault, 2008b, p. 32, grifo nosso). Sob essa ótica, vários enunciados são possíveis de ser construídos, por mesmas regras estabelecidas, em diferentes contextos de enunciação.

Portanto, em um contexto em que o estudante é orientado a relatar sobre seu aprendizado com o Proerd – assim como em todas as produções textuais em análise –, ele demonstra a importância de descrever seu relacionamento com aquele que lhe ensinou. Nesse jogo de regras que estabelecem práticas e determinam ordens sobre e para os sujeitos, o fato de saber sobre quem deve ensinar é um professor e não um policial produz certa estranheza em seu discurso. Além disso, uma verdade histórica resguarda quais seriam as práticas que constituem os saberes sobre policial. Desse panorama, ilustram-se as determinadas condições de existência para a produção desse enunciado de sentimento estranho e não outro.

Na sequência de sua afirmação, esse aluno faz a seguinte advertência: “mas de pois ele foi explicando que ele ia dar aula de Proerd [...]” (SE 50). Portanto, o primeiro impacto que causa estranheza, parece ser pacificado pelo fato de o policial explicar que, na verdade, ele ia “dar aula de Proerd” e não de outra matéria/disciplina. O que, numa ordem do discurso, pareceria mais justificável para desse estudante, uma vez que não está materializado, em seu texto, o conhecimento sobre outros momentos em que um policial tivera dado aula de outras matérias.

Seguindo esse fio do discurso, esses exemplos ampliados em nossas análises lançam visibilidade a mais processos de objetivação do sujeito policial em práticas educacionais. Neles, fica nítida a ocorrência de uma relativa (des)estabilização das práticas que constituem o policial, responsáveis por produzir determinados sentimentos

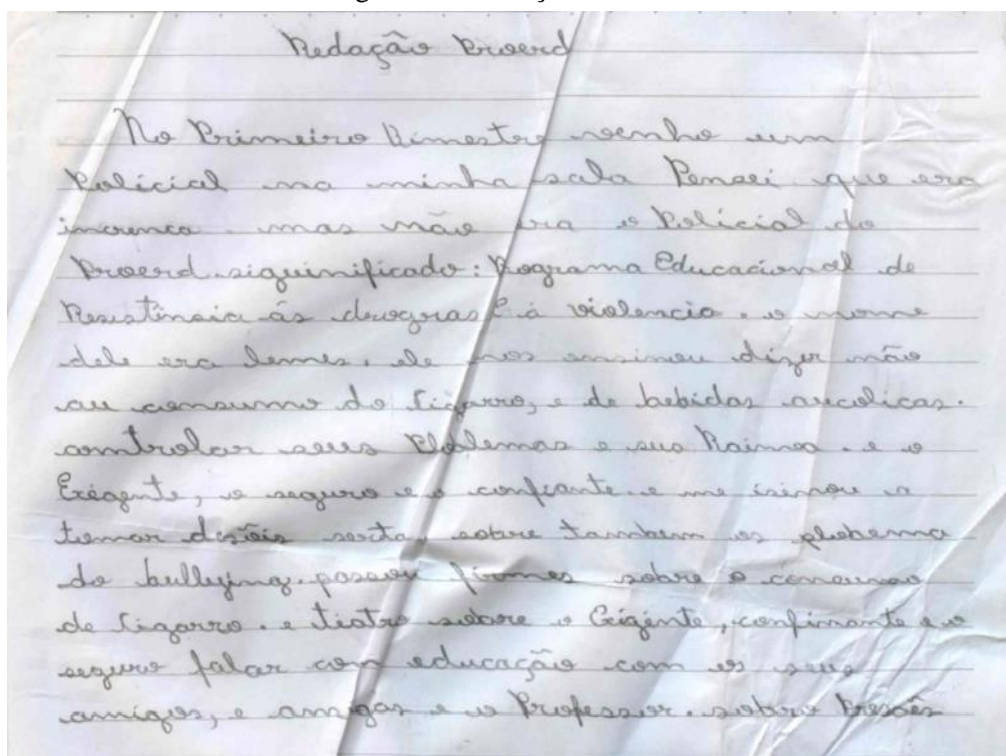


nos indivíduos por eles atendidos. Nessa profundidade escavada, consideremos a próxima sequência enunciativa, na Figura 37, da Redação 32:

**SE 51:** “No Primeiro Bimestre venho um policial na minha sala Pensei que era incrensa mas não era o Policial do Proerd significado: Programa Educacional de Resistência às drogas e à violência. O nome dele era [nome do policial].”

Nessa passagem de um referencial a outro, ou seja, da segurança pública ao domínio da educação, o objeto “policial” muda, pois suas regras de formação são distintas, visto, que para Foucault, é o referencial que delimita os objetos de que “fala” o enunciado. Notamos, portanto, que em SE 51 o domínio associativo gira em torno do sentimento de estranheza produzido pela presença desse profissional em sala de aula. Utilizando o termo encrenca, esse aluno também esboça estranheza: “[...] Pensei que era incrensa [...]”, o que logo adverte não ser um problema, já que se trata de um policial específico, “[...] era o Policial do Proerd [...]”.

Figura 37 – Redação Proerd 32



Fonte: Arquivo pessoal (2015).

Como condições de possibilidade para que esse enunciado ocupe esse lugar no discurso do aluno, é importante compreender que saberes sobre práticas estabilizadas para policial circulam no bojo das relações sociais e, dessas práticas, muitas têm relação com força, violências – ainda que legitimadas pelo Estado, como também algumas

transgressoras da própria ordem policial, passíveis de punição. São esses saberes que delimitam o referencial enunciativo e, portanto, concebem os objetos de discurso. Além desse saber, relacionado ao dispositivo jurídico, por exemplo, há os saberes que relacionam os policiais àqueles que devem preservar e impor a ordem estatal, logo, eles devem resolver problemas, agir de determinadas maneiras diante de infratores da lei, isto é, praticar o policiamento ostensivo repressivo.

Nessa direção, torna-se compreensível o fato de o aluno, ao se deparar com a presença policial, dizer que achou se tratar de encrenca na escola, perspectiva esta que muda apenas ao reconhecer que se tratava do policial do Proerd. Portanto, práticas relativamente não estabilizadas para o policial no contexto educacional emergem.

Em linhas gerais, pela história das relações entre sujeito e verdade, a partir do funcionamento do poder, nesses enunciados o policial vai sendo constituído como professor a partir de uma sequência de práticas que desenvolvidas em suas aulas. De forma recorrente, situá-lo nessa posição docente, como uma pessoa legal, é o resultado de uma estratégia de poder que, de acordo com as análises realizadas até aqui, pode aparecer categorizada da seguinte forma:

- i) pelas práticas pedagógicas lúdicas;
- ii) pelo modo como demonstra suas emoções e;
- iii) pelo estabelecimento de uma amizade.

Deveras, essas práticas surtem efeitos positivos para a produção de novos saberes a respeito desse corpo de autoridade policial. A partir de uma reflexão arqueogenealógica, podemos compreender que a unidade do objeto “policial militar” não nos permite individualizar um conjunto dos enunciados que abarquem todos os saberes que os definem. Quando passamos a considerar a existência de vários níveis de atuação, por meio das práticas da instituição policial militar, as urgências das problemáticas contemporâneas reclamam por práticas outras desses corpos de autoridade. Assim, como já mencionamos pela perspectiva de França (2015), há uma tentativa de produzir uma vontade de verdade sobre o sujeito policial no bojo das relações sociais: a de que há uma nova formação humanizada.

Porém, apesar de estarmos estabelecendo uma relação descritível entre esses enunciados que fazem falar sobre o policial em práticas educacionais, não há como tais relações se manterem constantes. Justificamos esse posicionamento, por algumas razões.

Caso nosso arquivo tivesse um conjunto de relatos dos próprios policiais militares, isto é, se perguntássemos a um indivíduo policial militar acerca do que entende por “ser



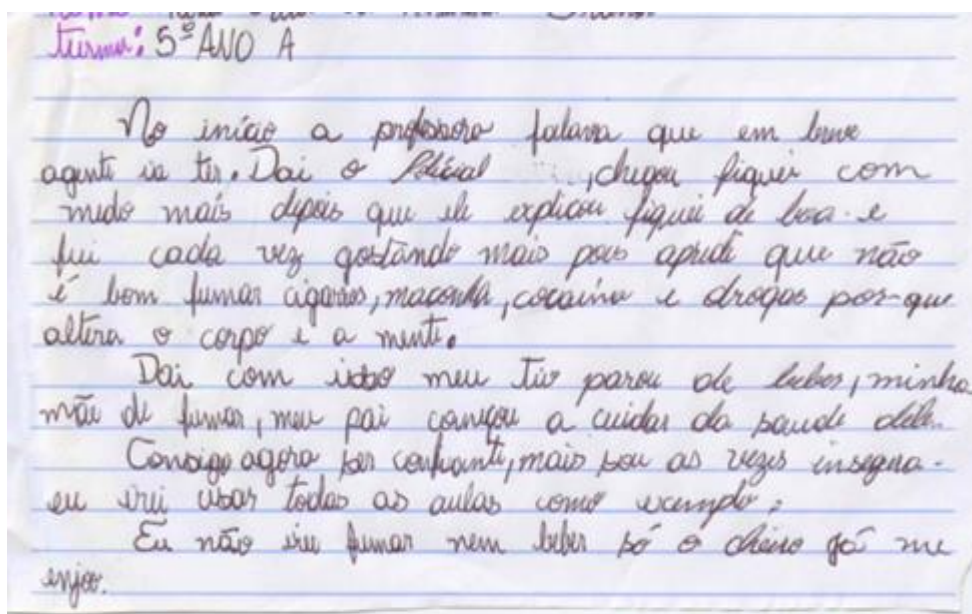
policial”, teríamos, certamente, um conjunto de enunciados que definiriam um nível maior, amplamente divulgado como verdade, tanto pela circulação dos discursos midiáticos quanto pelos discursos histórico, jurídico, institucional. No entanto, os demais níveis somente apareceriam nas escansões da própria história, nas rupturas advindas das especificações intrínsecas a cada prática policial militar existente.

Tal proposição encontra respaldo, ainda, pelo fato de que o policial militar, como integrante pertencente à instituição policial militar, ter se constituído no bojo dos dizeres que agruparam todos os enunciados que faziam menção e categorizavam essa instituição marcada historicamente. Assim, esse conjunto de enunciados sobre o policial militar está longe de se relacionar exclusivamente com um único objeto. Ora, o objeto policial militar, que atua no policiamento ostensivo na rua, e é colocado como seu correlato pelos enunciados midiáticos que produzem repetibilidade acerca de suas práticas violentas, por exemplo, não é idêntico ao objeto policial militar que vemos sendo delineado através das escolas em que atua o Proerd, pelos discursos dos alunos que vivenciaram o Programa.

Dessa forma, as práticas de determinado grupo de policiais, no caso *in loco*, dos que atuam no espaço escolar, delineiam-se por outras atividades, comportamentos e outras denominações que tentam caracterizar um novo formato de atuação policial, mais humanizado (França, 2015), mais cidadão, idealizado pelos discursos da filosofia de polícia comunitária. Diante dessa reflexão, nossa pergunta sobre quem é esse sujeito do presente tende a encontrar respostas imbricadas em todo esse jogo das relações de poder-saber-verdade que indicam uma mudança, de forma a objetivar esse policial como um bom policial.

A ocorrência dessa mudança, da estranheza para o acolhimento, ainda aparece em nosso arquivo, como veremos nas análises das sequências enunciativas referentes às Redações 33, 34 e 35.

Figura 38 – Redação Proerd 33



Fonte: Arquivo pessoal (2015).

**SE 52:** “Dai o Polícial [nome do policial], chegou fiquei com medo mais depois que ele explicou fiquei de boa e fui cada vez gostando mais pois aprendi que não é bom fumar cigarros, maconha, cocaína e drogas por-que altera o corpo e a mente.”

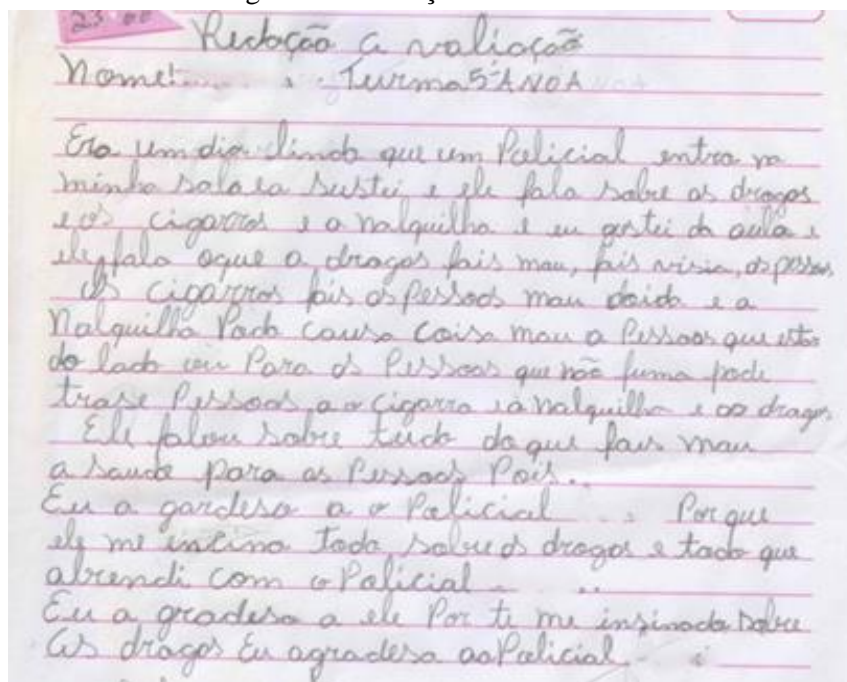
Nessa ocorrência, o primeiro impacto do estudante é sentir medo, ao se deparar com o policial em sala de aula. A mudança é retratada como algo que ocorreu aos poucos, pois ele afirma que ao ouvir a explicação ficou “de boa” (SE 52), mas que o gostar foi a “cada vez mais” conforme ia aprendendo o conteúdo ministrado.

Já na Redação 33, o campo associado ao enunciado que exprime estranheza à presença do policial no espaço escolar ocorre da seguinte forma:

**SE 53:** “Era um dia lindo que um Policial entra na minha sala e a sustei e ele fala sobre as drogas e os cigarros e a nalquilha e eu gostei da aula e ele ala oque a drogas fais mau, fais visia, as pessoas”

**SE 54:** “Eu a gardeso a o Policial [nome do policial] por que ele me encina toda sobre as drogas e todo que abrendi com o Policial [nome do policial]. Eu a gradeso a ele por te me insinado sobre As drogas eu agradeo ao Policial [nome do policial]”

Figura 39 – Redação Proerd 34

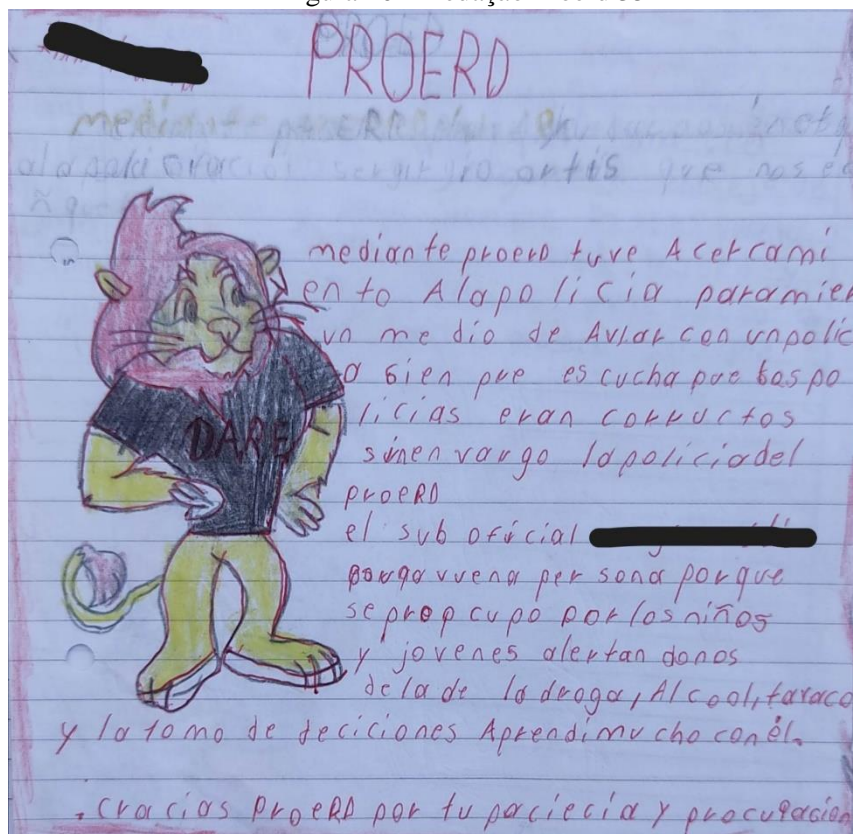


Fonte: Arquivo pessoal (2015).

Notamos que o começo da narrativa descreve ser um “lindo dia”, porém, com a chegada do policial, essa contemplação parece ser interrompida, uma vez que o aluno atesta ter se assustado: “a sustei” (SE 53). Ao que parece, o sentimento estranho vai se dissipando, à medida que o policial ministrava suas aulas, fato que pode ser constatado quando o aluno diz ter gostado da aula (“eu gostei da aula”, SE 53) e por enunciar gratidão de forma repetível na SE 54.

Na compreensão dos mecanismos de progressão da verdade em textos de alunos do Proerd, a próxima Redação (35) contribui com uma materialidade advinda do acontecimento Proerd no Paraguai. Em comparação às produções textuais analisadas anteriormente, nessa, o estudante utiliza um termo de forma singular para expressar o estranhamento em relação à presença policial na escola, em sala de aula.

Figura 40 – Redação Proerd 35



Fonte: Arquivo pessoal (2018).

**SE 55:** “Mediante Proerd tuve acercamiento la policia para mi era un medio de avlar (hablar) con un policia siempre escucha que las policias eran corruptos sin embargo (sin embargo) la policia del proerd el sub oficial [nome do policial] es una buena (buena) persona porque se preocupa por los niños y jóvenes alertan danos de la de la droga, alcohol, tabaco y la toma de decisiones aprendi mucho con él.”<sup>34</sup>

**SE 56:** “Gracias Proerd por tu paciencia y preocupacion”

Consonante ao que propõe Foucault (2015), nossas análises fazem referência à etapa em que se encontram essas práticas discursivas, neste ponto exato do acontecimento em que o dispositivo de saber-poder forma o sujeito policial em torno do Programa. Essas sequências enunciativas analisadas figuram como um recorte, uma parte dessas práticas, que dão visibilidade às condições de emergência dos discursos neste momento e neste lugar da história do Proerd no Paraguai.

<sup>34</sup> **SE 55:** “A través del Proerd tuve a la policía cerca de mí. Para mí era un medio de hablar con un policía. Siempre escuché que los policiares eran corruptos, pero el policia del Proerd, el suboficial [nome do policial] es una buena persona porque se preocupa por los niños y jóvenes. Alertan los daños de la droga, alcohol, tabaco y la toma de decisiones. Aprendí mucho con él.” (traducción nuestra).

**SE 56:** “Obrigado Proerd por sua paciência e preocupação.” (tradução nossa).

Sob essa ótica, a singularidade materializada no discurso desse aluno provém do fato de ele afirmar que sempre escuta que os policiais são corruptos (“*siempre escucha que las policias eran corruptos*” SE 55). Tentamos na descrição, a seguir, nos aproximar ao máximo do modo como ele narra: Ele inicia seu relato dizendo que, por meio do Proerd, teve perto de si um policial, e sentia medo em falar com esse agente. Prossegue enunciando que sempre escutou sobre os policiais serem corruptos. Portanto, essa era a verdade que objetivava o sujeito policial para esse estudante. Nesse caso, o estranhamento em relação à presença policial na escola, em sala de aula, advém do acionamento de um saber recente para esse aluno. Um saber que lhe causava medo.

Para a compreensão da produção desse sentimento, a partir do que enuncia esse estudante, é importante rememorarmos, como já situado em nossa Introdução, que o contexto fronteiro entre Ponta Porã (BR) e *Pedro Juan Caballero* (PY) constitui “um espaço territorial de transição, no qual convivem ainda características físicas, políticas e sociais de ambos os lados” (Scherma, 2016, p. 2).

Diante de uma constante transição de pessoas, comércio e cultura em ambos os lados da fronteira, os discursos e os saberes produzidos a respeito dos sujeitos que nele habitam e/ou convivem tendem a ser constituídos por essas condições, as quais, muitas vezes, giram em torno de problemas complexos, que afetam as populações dessa região heterotópica. Como efeito, o policial dessa região tem sua subjetividade atravessada por esses efeitos de poder-saber, tanto pelas perspectivas políticas, sociais e econômicas, quanto culturais e linguísticas.

É relevante observarmos, para nossa pesquisa, o modo como ocorre a modificação e/ou produção desse saber a respeito do policial em práticas educacionais. Em semelhança ao corpo de autoridade do estado vizinho, em Mato Grosso do Sul, que vem desenvolvendo as aulas do Proerd há vinte e sete (27) anos e, ainda, vem sofrendo uma mudança agonística de suas práticas e da produção de saberes a seu respeito, o policial do Paraguai está a se deparar com uma tentativa inaugural de produção de outra verdade a respeito das práticas policiais.

A respeito da produção de verdades no percorrer da história, Foucault (2006a) ensina que “[...] um século mais tarde, a maior das verdades já não estava naquilo que o discurso era ou naquilo que fazia, mas sim naquilo que o discurso dizia” (Foucault, 2006a, p. 5). Nessa perspectiva, de acordo com o enunciado em SE 55, a vontade de verdade que marca a subjetividade do policial paraguaio para esse aluno é a do discurso que circula e diz que os policiais são corruptos. A mudança de opinião ocorre ao relacionar esse policial

como instrutor do Proerd, fato enunciado na seguinte afirmação: “Porém o policial do proerd o suboficial [nome do policial] é uma boa pessoa [...]” (SE 55, tradução livre).

A objetivação de boa pessoa para esse sujeito policial é validada pelo aluno, ao menos, por três motivos:

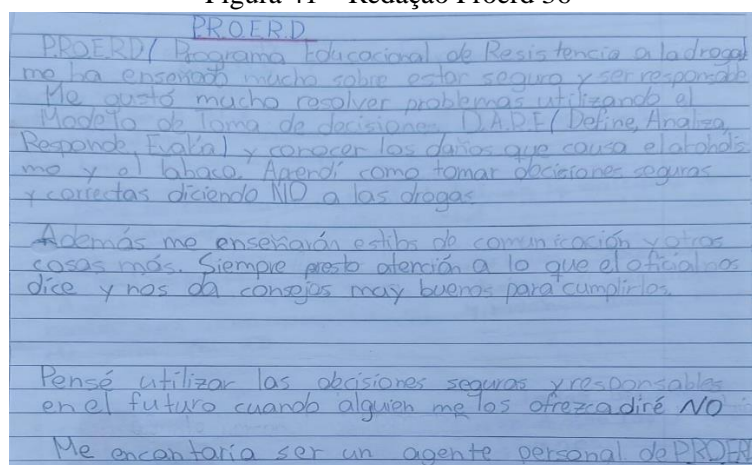
- i) o policial se preocupa com as crianças e os jovens;
- ii) o policial alerta sobre os danos que as drogas causam;
- iii) o policial demonstra ser paciente e preocupado com os alunos (SE 56: “*Gracias Proerd por tu paciencia y preocupacion*”).

Ao que é possível notar, as análises apresentam repetições e, até o momento, uma particularidade diferente ao que se refere às práticas de constituição do sujeito policial das escolas selecionadas, a partir do que é efetivamente dito nas produções textuais. Esse diagnóstico permite-nos compreender como o policial vem sendo produzido e moldado pelo Proerd.

Sob tal perspectiva, diante desse movimento do sujeito na história, começam a surgir discursos outros sobre o policial, o que, em certa medida, desloca esse sujeito para uma posição admirável, que até desperta nos alunos o desejo de ser um policial do Proerd. É o que veremos exposto nas referências das Redações 36, 37 e 38, as quais apresentam o discurso da felicidade, compatível com o que aparece na Redação 20, analisada anteriormente, nesta mesma Subseção.

**SE 57:** “*Me encantaria ser un agente personal de PROERD.*”<sup>35</sup>

Figura 41 – Redação Proerd 36



Fonte: Arquivo pessoal (2018).

<sup>35</sup> **SE 57:** “Gostaria muito de ser um instrutor do Proerd” (tradução nossa).



Como podemos observar nessa produção textual, antes da SE 57 ser dita, há o relato do aluno dizendo ter gostado dos ensinamentos que teve, além de afirmar que sempre presta atenção ao que o policial diz: “*Siempre presto atención a lo que el oficial os dice y nos da consejos muy buenos para cumplirlos.*” (SE 58)<sup>36</sup>.

Diante dessa perspectiva que acolhe os ensinamentos do policial como se fossem conselhos, cujo teor apresenta benefícios que compensariam o cumprimento das orientações, este estudante demonstra, de forma animada, que gostaria muito de ser um agente pessoal do Proerd (SE 57), ou, em outras palavras, um policial do Proerd. De acordo com essa proposição, é oportuno fazer menção à célebre afirmação foucaultiana de que “o novo não está naquilo que é dito, mas no acontecimento do seu retorno” (Foucault, 2006a, p. 26). Logo, essas sequências enunciativas em análise visibilizam o retorno de uma vontade de verdade que inspira os estudantes a discursivizarem o policial de outra forma. Por corolário, esse profissional é objetivado de forma mais amistosa do que conheciam.

Ainda nessa direção, quando retomamos o excerto enunciado na SE 35, da Redação 22: “*Gracias PROERD por conocer la verdadera lucha de los policías*”, podemos observar uma escala de valores sendo produzida, de modo a determinar uma ordem discursiva a respeito do que seria um bom policial. Até agora, os sentimentos que estabelecem uma relação gradativa entre o policial militar e os alunos são, em um primeiro momento, o orgulho, a felicidade, a inspiração e a confiança.

Essa proposição, que tende a definir o que é um bom policial, permanece sendo enunciada na próxima redação:

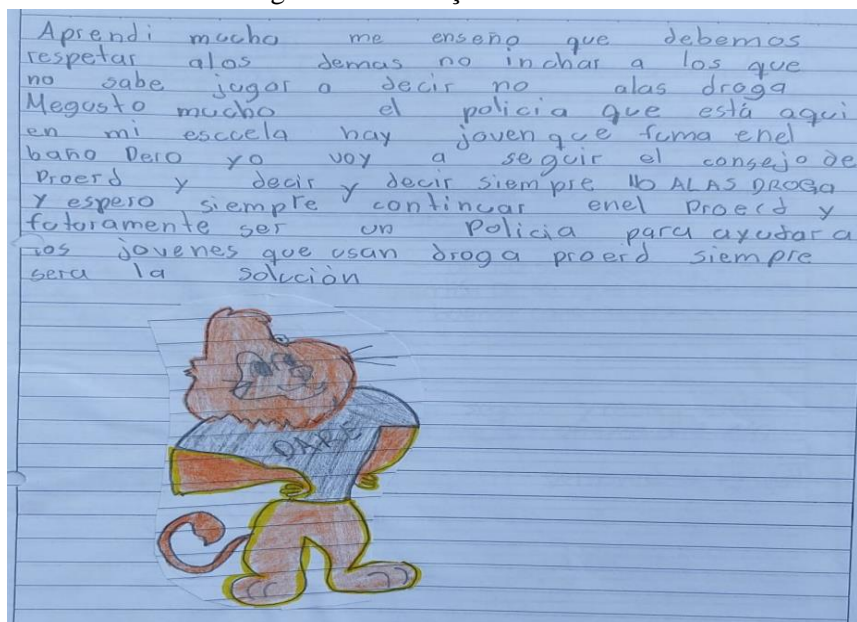
**SE 59:** “*y espero siempre continuar enel Proerd y futuramente ser un Policía para ayudar a los jóvenes que usan droga proerd siempre será la solución.*”<sup>37</sup>

---

<sup>36</sup> **SE 58:** “Sempre presto atenção ao que o oficial nos diz e nos dá conselhos muito bons para cumprirmos” (tradução nossa).

<sup>37</sup> **SE 59:** “e espero sempre continuar com o Proerd e futuramente ser um policial para ajudar os jovens que usam droga. Proerd sempre será a solução. (tradução nossa).

Figura 42 – Redação Proerd 37



Fonte: Arquivo pessoal (2018).

Ao afirmar que, futuramente, será um policial, esse estudante expõe sua motivação conforme parafraseado: para ajudar os jovens que usam drogas, porque o Proerd sempre será a solução. Em se tratando dessa justificativa revelada, afirma-se ser o Proerd uma solução para a problemática das drogas, como se o Programa focasse ajudar os jovens que usam drogas. Porém, a verdade que passaria a circular sobre o funcionamento do Programa, a partir desse discurso, estaria equivocada, pois o objetivo do Proerd consiste em “evitar que o uso de drogas se inicie ou pelo menos se tenta adiar o seu início” (Melo, 2019, p. 312), conforme doutrina produzida pelo saber científico delimitado por uma política de prevenção primária, ou também chamada de intervenção universal.

Em meio a esses saberes emaranhados pelo funcionamento de poderes que regem as práticas desses policiais nesse espaço escolar, eis um discurso salvacionista ativado: o de que o Proerd é a solução dos problemas causados pelas drogas. Percebemos no dizer desse aluno que há uma apropriação do discurso sobre prevenção às drogas que detém seus poderes e (re)produz saberes acerca do viria a ser um bom policial, posicionado como policial do Programa.

Sobre esse prisma, em sua pesquisa sobre o Proerd, em relação ao projeto político pedagógico e as implicações na dinâmica da escola, Silva (2012) indica o predomínio do discurso salvacionista e da legitimação da violência e da indisciplina como casos de polícia. Tais fatores são indicados pelo pesquisador como condições de possibilidade para sustentar a atuação da polícia militar em sala de aula.



Desse saber relacionado ao enunciado efetivamente dito na SE 59, é possível depreender que o sistema de ensino de segurança está em funcionamento. Por meio da ritualização dos discursos de prevenção, pelas lições ministradas pelo policial também entendemos que sua posição docente pode sujeitar os estudantes, haja vista que, a partir de sua posição de autoridade, determinadas regras são apresentadas aos alunos como conhecimento que deve ser repetido e exercido entre eles ou onde estiverem, ao passarem, sobretudo, por alguma situação de pressão à oferta de drogas.

Além da possibilidade de agir em resistência às drogas, como um dos possíveis efeitos de sujeição produzido pelos discursos de prevenção ensinados, essa sequência enunciativa implica reproduzir as práticas policiais do instrutor Proerd com seu próprio corpo, uma vez que esse estudante enuncia o desejo de “futuramente ser um policial” (SE 59). Logo, por essa vontade de ser um bom policial, por associação, o estudante também anseia ser uma boa pessoa, exercendo a salvação de si e dos outros em analogia como o que é efetivamente dito na Redação 35, da SE 55 analisada anteriormente.

Foucault (2006, p. 236) ensina que “o modo como a noção de salvação se organiza no pensamento helenístico e romano” visa uma busca pela completude. Reorganizado pelo viés platônico de que “a salvação da cidade que envolvia, a título de consequência, a salvação do indivíduo” (Foucault, 2006c, p. 236), o conceito de salvação passa pelas mutações históricas da sociedade. Em consequência dessa alteração, formula-se “A concepção epicurista da amizade” (Foucault, 2006c), a qual traz uma percepção diferente para abordar os cuidados necessários para atingir-se a salvação.

Nessa perspectiva, o estabelecimento de uma política de amizade teria a proposição de cuidado conosco primeiramente, e não mais de cuidar do outro em primeira instância, já que isso seria “uma recompensa suplementar à operação e à atividade de salvação que obstinadamente exercemos sobre nós mesmos” (Foucault, 2006c, p. 237). Evocando essas noções, podemos observar que tanto nas produções textuais de alunos quanto no Art. 26 do Estatuto que regulamenta a Polícia Militar de Mato Grosso do Sul (1990), há elementos capazes de ecoar, fazer ressonância, em analogia a um cuidado de si e do outro para o policial militar.

No caso dessas redações, pelo fato de o policial ser colocado na posição de salvador, de quem auxilia na construção de um futuro melhor e de amigo, é possível reconhecer uma relação entre esse discurso e o estabelecimento de uma política de amizade, funcionando, conforme expõe Foucault (2006c), analogamente, guardadas as devidas diferenças temporais, à concepção epicurista da amizade. Nessa analogia, da

amizade com vistas a uma troca de relações por interesse, o cuidado de si acontece de forma privilegiada, já que a relação com outro se dá de forma desejável, sem excluir a função primeira de sua utilidade. A esse respeito, Foucault esclarece (2006c):

A utilidade é a *ophéleia*, isto é, alguma coisa que designa a relação externa entre o que se faz e por que se o faz. A amizade é útil. É útil porque pode me ajudar, por exemplo, se tenho dúvidas e quero ser ajudado financeiramente. Pode ser útil na carreira política, etc. É bem assim, diz Epicuro, que a amizade começa. Ou seja, ela de fato se inscreve no regime das trocas sociais e dos serviços que vinculam os homens. Mas, se de fato ela tem seu começo assim, em contrapartida – e é aí que está a oposição – ela é ‘*hairètè di’heautén*’, isto é, por ela mesma é que deve ser escolhida.” (Foucault, 2006c, p. 238)

Nessa perspectiva, Foucault discorre não ser possível dissociar a utilidade da ordem do desejável da amizade, isto é, “a amizade se tornará *hairètè* (desejável) em si mesma” (Foucault, 2006c, p. 238), sem a necessidade de se excluir a utilidade, pois haverá um equilíbrio nesse processo. Com efeito, esse sistema de troca de relações compreende o cuidado de si que traz, em consequência, o cuidado com os outros. Nessa direção, o filósofo ainda alude à “Sentença Vaticana 34” (Foucault, 2006c) para afirmar que desse cuidado, da ajuda que decorre de um amigo ao outro produz-se uma confiança. Nessa concepção, a amizade é útil para ajudar em determinadas áreas da vida em busca da felicidade. Isso significaria, então, que “a amizade é desejável porque faz parte da felicidade”, isto é, da *makariótes*. (Foucault, 2006c, p. 239).

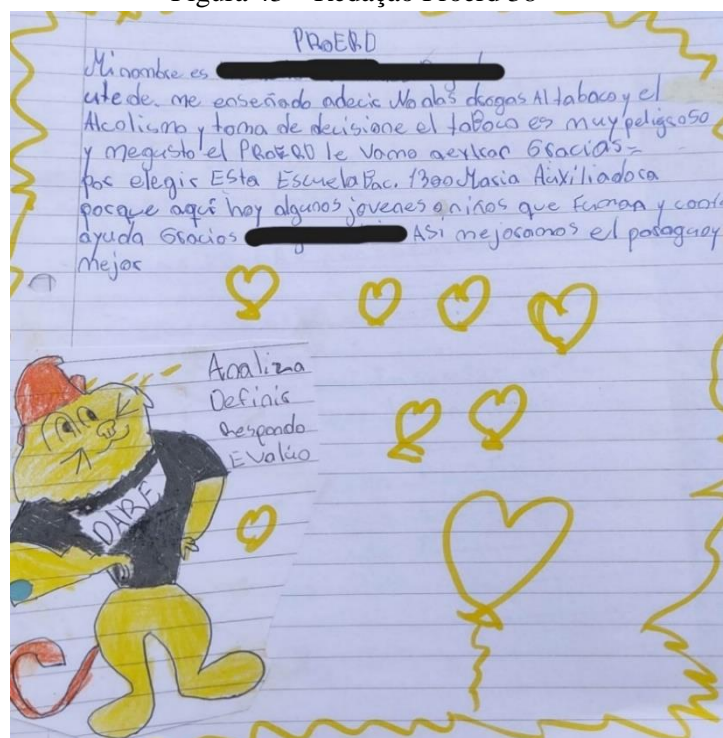
Enfim, toda essa explanação sobre a noção epicurista da amizade faz-se pertinente para identificar esse paralelo entre a política de amizade estabelecida pelo policial do Proerd com os estudantes do Programa, como uma prática de cuidado de si. Nessa analogia, há ressonância, ecos do cuidado de si do Policial que é amigo, faz-se confiável pelo que faz e pelo que fala, por meio de suas aulas, tendo por consequência o cuidado com o outro, com os alunos que (re)produzem os discursos de resistência às drogas.

Notamos, portanto, uma condução dos modos de ser do policial, regida pelo dispositivo Proerd, atravessado pelo dispositivo da felicidade, atuante nesse espaço escolar. Desse processo de subjetivação policial emerge, também, outra experiência de ser aluno, a saber: alguém em busca da felicidade e que consegue estabelecer uma relação de amizade com a autoridade competente, como pudemos verificar nos discursos analisados, em semelhança ao que está materializado na sequência enunciativa dessa última produção textual:

**SE 60:** “*porque aqui hay algunos jovenes q fuman y con la ayuda gracias [nome do policial] asi mejoramos el Paraguay mejor*”<sup>38</sup>

Nessa passagem, em que o aluno enuncia que a ajuda do policial pode melhorar o Paraguai, pode fazer com que se tenha um Paraguai melhor, constituem, de fato, estratégias de saber-poder capazes de moldar a perspectiva dos alunos em relação ao futuro, ao que seria melhor para o seu bem-estar e o do próprio país.

Figura 43 – Redação Proerd 38



Fonte: Arquivo pessoal (2018).

Desse modo, entendemos que esse policial, sujeito docente em práticas relativamente não estabilizadas para sua função, ao ser atravessado e constituído por discursos emocionados dos alunos, é direcionado a lecionar como um bom professor. Isso estaria a contribuir, em certa medida, para a produção de outra vontade de verdade sobre a polícia militar: a de que ela advém de uma formação mais humanizada. Esses empenhos reforçam e tentam legitimar outras verdades também, no contexto da produção discursiva sobre a busca pela felicidade, por meio da produção de corpos dóceis e de sujeitos resilientes.

<sup>38</sup> **SE 60:** “*porque aquí há alguns jovens que fumam e com a ajuda, graças ao [nome do policial] assim melhoraremos o Paraguai melhor*” (tradução nossa).

Dessa vontade de verdade, evoca-se a figura do herói, como se tudo que esse sujeito policial tivesse desenvolvido em sala de aula fosse em obediência ao que rege o dispositivo neoliberal/securitário, atravessado pelo dispositivo da felicidade. Visto em práticas educacionais como bom policial, quiçá, estaria objetivado pelos alunos como alguém capaz de salvar sujeitos em idade escolar dos problemas decorrentes dos efeitos nocivos do uso indevido de drogas.

Como fechamento dessas duas últimas Subseções e com a finalidade de apresentar resumidamente os processos de objetivação do policial, segue o Quadro 6:

Quadro 6 - Resumo dos processos de objetivação do sujeito policial em práticas educacionais

Objetivação policial	Enunciado	Dispositivo	Práticas/Modos de ser
Professor Auxiliar Criativo	O Proerd é um conjunto de policiais professores.	Escola Estatuto, Regulamento da PMMS Pedagogia	Ensinar, Explicar, Auxiliar Contar histórias criativas Cumprimentar com brincadeiras Responder perguntas Cantar músicas Fazer teatros Utilizar recursos tecnológicos Passar lição
Legal Divertido	O/A professor(a) policial do Proerd é muito legal com a gente.	Ludicismo Pedagogia Felicidade Proerd	Ser (muito) legal Ter sua entrada na sala comemorada Ministrar aula legal Mostrar que gostou das atividades feitas Vir alegre
Conselheiro	O que o policial do Proerd ensina é importante para o nosso futuro.	Pedagogia Segurança	Ensinar assuntos importantes Mostrar o que é certo e o que é errado Abrir os olhos dos alunos para dizer não às drogas Dar boas orientações/bons conselhos para serem seguidos
Bom policial Competente	O policial tem conteúdo marcante e finaliza suas aulas com formatura.	Proerd Pedagogia Felicidade Segurança	Promover formatura Juntar as duas turmas Não falar sobre armas, mas de conteúdo marcante Ensinar a combater/a não se envolver com as drogas
Pai Ajudador	O policial, que é pai do nosso colega de sala, ajudou a gente a se comprometer.	Família Pedagogia Felicidade Segurança	Ajudar a (man)ter compromisso Ser pai Ajudar os alunos a serem fortes
Amigo Amável	O policial recebe nosso agradecimento, porque amamos o Proerd.	Pedagogia Felicidade Proerd	Ser amigo Não deve se esquecer dos seus alunos Estabelecer uma relação de confiança Visitar a escola Ser paciente com os alunos Fazer os alunos se sentirem orgulhosos e felizes
Herói	O policial faz o bem pela humanidade, então, quero ser policial quando crescer.	Pedagogia Felicidade Segurança	Inspirar os alunos Ser exemplo

FONTE: A autora (2024)

#### 4 TATEAR DE UM TÉRMINO

Iniciamos estas considerações finais como o tatear de um término de pesquisa, parafraseando citação foucaultiana já mencionada na Subseção 3.1. Ser ao mesmo tempo uma policial, uma professora e uma pesquisadora (sujeito intelectual) “é tentar fazer funcionar um tipo de saber e de análise, que é ensinado e aceito na universidade, de modo a modificar não somente o pensamento dos outros, mas também o seu próprio” (Foucault, 2004, p. 248). Esse trabalho de modificação do seu próprio pensamento e dos outros conduziu, praticamente, todo meu percurso investigativo debruçando-me nessa pesquisa.

Assumir que ocupamos a posição de um sujeito historicamente constituído por práticas violentas, sob o uso da força – legitimada pelo Estado ou transgressora de direitos – torna-se uma tarefa árdua e que exige responsabilidade pessoal e científica. No campo pessoal, porque agir e conviver numa instituição que produz, pelo soar de seu próprio nome, sentimentos de medo, de estranheza, como foi possível verificar materializado na produção textual de alunos que se deparavam com o policial do Proerd pela primeira vez em sala de aula, exige um cuidado de si.

Por meio do dispositivo jurídico analisado compreendemos que os corpos de autoridade são conduzidos a agir de determinada maneira, em que o uso da força pode estar presente. Vimos que essas práticas, reguladas em prol da preservação e da manutenção de determinada ordem Estatal, discursivizadas pela mídia ou pelo senso comum, tendem a atravessar a subjetividade policial.

Portanto, transitar numa verdade, criada no bojo das relações sociais, sem subjetivar-se por essas violências, por essas estranhezas, sem, contudo, deixar de agir como regula a lei, como o dispositivo jurídico prescreve é, de fato, dar a conhecer movimentos, agonísticos, de desobediência a uma identidade estereotipada de policial violento, como proposto em nossa hipótese.

Expostos os motivos da responsabilidade pessoal evocada, nossa responsabilidade científica pauta-se no fato de que o intelectual não deve fazer de suas análises um campo exclusivo para a exposição de suas ideias e pensamentos. Com efeito, de posse de uma pergunta científica de relevância social, sua investigação analítica deve dirimir modos que identifiquem o porquê de determinados fenômenos ocorrerem e estarem a acontecer, independentemente, de seu posicionamento social.

Essa relação verdade-sujeito-poder, amplamente discutida por Foucault, nos mostra que não existe uma verdade única no campo das ciências, existem verdades produzidas em determinado momento, numa dada época, correspondendo a determinadas

relações entre os jogos de poderes envolvidos. Assim como discursivizado e encontrado em toda a filosofia antiga, por certo “não podemos ter acesso à verdade se não mudamos nosso modo de ser” (Foucault, 2006c, p. 234).

Dessa forma, pensar quem sou, na condição de sujeito inserido no presente, lança visibilidade aos objetivos propostos nesse percurso arqueogenealógico de investigação dos discursos sobre o policial militar em práticas educacionais. Em razão de algo que possa ter escapado no passado, as análises que aqui propusemos podem contribuir, em alguma medida, para identificar e compreender acontecimentos acerca desse corpo de autoridade, já que tais acontecimentos só se atualizam discursivamente e, por isso, acontecem no presente.

Eis, então, que movidos por um cuidado com a verdade e fundamentados pelos Estudos Discursivos Foucaultianos, escavamos possíveis respostas para a nossa pergunta de pesquisa: dada a dispersão enunciativa, característica dos discursos, quem são os sujeitos policiais que ocupam outras posições no discurso sob investigação?

Como ponto de partida, sem a pretensão de fazer deste espaço discursivo um simples relatar de um ponto de vista histórico da instituição policial militar, fomos guiados por nosso objetivo geral de analisar como, no discurso, a subjetividade policial militar é produzida. Em relação aos objetivos específicos, primeiro, empenhamo-nos em compreender algumas perspectivas acerca dos saberes e dos poderes que atravessam os discursos jurídico/científicos sobre os policiais militares na contemporaneidade.

Das escansões da história que regulam os modos de ser e de fazer desses profissionais de segurança pública, tendo em vista as práticas que organizam sua atuação e as condições de produção que foram descritas, compreendemos que os efeitos de verdade produzidos em torno do que se enuncia sobre as práticas específicas para essa instituição Policial Militar são oriundos de um poder-saber jurídico/científico, que produz certa normalização da ordem de obediência.

Essa normalização aparece como um efeito de verdade fundamentado pelo que é efetivamente dito pela doutrina constitucional federal, sendo discursivizado e estabelecido nas demais esferas legais. Em nossas análises, na Seção 2 demos visibilidade à interdição de determinadas práticas de direitos civis, como o direito à greve, à sindicalização e à filiação a partido político. O regime de verdade que ampara a exclusão dessas prerrogativas constitucionais ao policial militar advém, em sua maioria, do discurso legal de que as atividades policiais são serviços essenciais que não devem/podem ser interrompidos.

Pelas reflexões foucaultianas, podemos notar que a premissa de que “não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância” (Foucault, 2006a, p. 9), é estabelecida para o corpo policial tanto na ordem do dizível quanto do visível. Uma vez que o dispositivo jurídico/científico estabelece essa conjugação da formação histórica da Polícia Militar, há uma ordem do discurso que é estabelecida entre as relações de poder no tecido social. Desse processo, notamos o funcionamento da biopolítica, de modo a garantir a atuação policial para a prestação dos serviços públicos de segurança para a população, ainda que a individualidade do sujeito policial possa ser ferida, em alguma medida.

Das técnicas de poder utilizadas nesse regime de verdade, foi possível verificar o discurso das emoções funcionando tanto para estabilizar e manter as práticas policiais, quanto para produzir práticas outras, relativamente não estabilizadas. A respeito da primeira perspectiva, analisada na Seção 2 desta pesquisa, podemos compreender o dispositivo legal estabelecendo normas da ordem de controle das emoções para o corpo policial. Em analogia ao que Foucault dispôs sobre como os textos de filósofos, dos gregos, prescreviam como o sujeito podia cuidar de si, de maneira semelhante, o Estatuto da Polícia Militar de Mato Grosso do Sul (1990) prescreve, sobretudo no capítulo que estabelece a ética policial militar, modos do sujeito policial governar a si mesmo, conduzindo, por consequência, o governo dos outros.

Acerca da segunda probabilidade, foi possível verificarmos, nas produções textuais de estudantes que participaram do Proerd, o discurso das emoções funcionando como estratégias de poder que, além de moldar práticas outras, práticas relativamente não estabilizadas para esse sujeito policial, ainda produzem modificações em sua subjetividade. Para esse diagnóstico, verificamos o modo pelo qual os saberes circulam e funcionam a respeito do policial em suas relações com o poder que exerce e é exercido sobre si no discurso, nosso segundo objetivo específico. Além disso, conseguimos refletir sobre como o pensamento da ordem policial possibilita o governo de si mesmo, uma vez que o cuidado de si faz parte das práticas do governo dos outros, nosso terceiro e último objetivo específico. A compreensão efetiva dessa segunda proposição materializou-se no entrecruzamento das análises realizadas nas Seções 2 e 3 desta pesquisa.

Diante desse panorama, identificamos que os saberes que circulam a respeito da ação policial em práticas educacionais são similares, em alguma medida, ao espaço outro, que abarca Ponta Porã e *Pedro Juan Caballero*, a fronteira heterotópica Brasil-Paraguai e em Campo Grande, a capital de Mato Grosso do Sul. Dos recortes das matérias



noticiosas sobre as aulas desse policial em região heterotópica, sobressaíram práticas funcionando nas microfísicas das redes de poderes, as quais (re)produzem e enfatizam discursos em busca pela paz, de maneira resiliente.

Sob essa ótica, compreendemos que a produção de uma subjetividade resiliente para esse corpo policial advém do modo como ele leciona suas aulas tanto na capital, quanto na região fronteira, uma vez que sua maneira de conduzir a aula corresponde às técnicas de poder do Proerd, na qualidade de dispositivo que funciona em rede com outras relações de poder-saber. Em se tratando do espaço heterotópico, as práticas docentes desse sujeito dão visibilidade ao funcionamento produtivo do poder, aos sujeitos infames, assimilados, em alguma medida, na mudança de posição do sujeito policial de fronteira para a do sujeito policial militar instrutor do Proerd.

Diante desse panorama, reiteramos nossa pergunta de pesquisa com outra construção lexical: Quem é esse policial do Proerd em sala de aula? Tanto na capital, quanto em região fronteira?

Como iluminado em nossas análises, apresenta-se um campo de escolhas: o sujeito policial do Proerd, em sua dispersão discursiva, pode ser considerado pelos alunos um professor, um auxiliar, um conselheiro, alguém que, dentre tantas qualificações, após causar algumas primeiras impressões de medo, de estranhamento, tem sua subjetividade modificada, ainda que agonisticamente, para esse dado momento histórico, nesse determinado *locus* discursivo. Sua subjetividade passa por modificações na relação que estabelece com os saberes distribuídos pelas leis (saberes jurídicos), pela instituição policial (saberes policiais), pela mídia e pelo senso comum (saberes midiáticos, contemporâneos, históricos, líquidos) e os saberes dos estudantes (saberes escolares, educacionais). Processo esse que lança luz sobre as sujeições ao saber do outro, podendo ocasionar uma transformação na maneira de se dizer e ser policial.

Por estar ensinando como resistir às drogas, os estudantes discursivizam ser esse policial como alguém capaz de ajudar a ter um futuro melhor. Porém, como as análises indicam que tais práticas que objetivam esse sujeito são advindas do estabelecimento de regras constituídas por determinados dispositivos, seria contraditório transformar essas boas ações como saber absoluto a respeito da conduta desses profissionais. Até porque a contemporaneidade não permite a estabilização de ações, os saberes têm sido produzidos e modificados de forma rápida e líquida (Bauman, 1997), conforme a urgência das demandas sociais.

Consideramos importante mencionar que os saberes que circulam através das práticas educacionais do policial do Proerd são marcados por uma complexidade e não se limitam apenas à integração escola-polícia militar; alcançam a família, bem como outras esferas de conhecimento. No entanto, a legitimidade da polícia para tratar sobre drogas em outra perspectiva que não a de policiamento ostensivo repressivo, atuando na rua, mas também na escola, por meio da prevenção, segue em construção. Esse fato também reforça a legitimidade da escola como espaço responsável por produzir conhecimento a respeito da temática “prevenção às drogas e às violências” e conceber autoridade para o sujeito que estiver na posição de professor numa sala de aula.

Diante desse tatear de considerações escavadas, encerramos esta pesquisa, sem, contudo, esgotar possibilidades outras de reflexões mais profundas. Nesse percurso arqueogenealógico, problematizamos o funcionamento das aulas do policial do Proerd em resposta à emergência dos acontecimentos contemporâneos, relacionados aos problemas advindos do consumo de drogas, cada vez mais precoce, por sujeitos em idade escolar (IBGE, 2022), bem como da comercialização de drogas ilícitas e o consequente aliciamento de menores. Desses acontecimentos, foi possível verificarmos o movimento de uma vontade de saber capaz de produzir práticas outras para o profissional de segurança pública. Esse deslocamento, analisado no espaço sul-mato-grossense, contribuiu para sua aceitação na região paraguaia. Enquanto no Brasil, o policial do Proerd já tem suas práticas educacionais amparadas como política pública de relevante interesse para a sociedade, o país vizinho ainda está caminhando na fase inicial do processo de implantação.

Por esse motivo, parece-nos instigante pensar nas possíveis formas de resistência das práticas docentes desse sujeito policial em relação às políticas públicas já instituídas com outros projeto sociais, ou pelo fato de o Proerd estar a irromper barreiras (linguísticas, sociais, econômicas, políticas) primeiramente na região de fronteira, com vistas a contribuir com os trabalhos de prevenção no país todo (como efetivamente dito até por estudantes que participaram do Programa, nas primeiras escolas que foram atendidas na fronteira *Ponta Porã-Pedro Juan Caballero*). Além disso, nosso arquivo de pesquisa somente abarcou o que os alunos, a mídia e o discurso jurídico falam do policial nessa posição, mas e o posicionamento do próprio policial, tanto o capacitado instrutor do Proerd, quanto de seus pares, seus superiores hierárquicos? Essas possibilidades poderiam constituir pesquisas futuras, em que poderiam ser verificadas quais verdades

regulariam a subjetividade policial, quais processos de subjetivação envolveriam esse policial instrutor.

Por fim, concluímos que a pesquisa também lança luz à presença de um conflito: entre o desejo dos estudantes de se ter um futuro melhor, longe das drogas, e sua realização efetiva. Contudo, apesar de identificarmos que o policial do Proerd estabelece uma política de amizade para com os alunos, de modo a favorecer suas práticas docentes, as interpretações que giram em torno desse fato não devem ser reducionistas. Sob esse viés, podemos compreender essa amizade como uma importante ferramenta de aproximação, cuja utilidade tende a contribuir para o fortalecimento dos fatores de proteção de sujeitos em idade escolar. Pois, fato é que eles ainda se encontram numa fase de desenvolvimento e, por isso mesmo, ainda não estão plenamente aptos a responder assertivamente a todas as circunstâncias que os possam colocar em perigo. Daí que o papel de educador social soma, na posição desse policial professor, de forma produtiva, contra os efeitos negativos do uso indevido de drogas. Porém, atores sociais outros, como a família, com sua importante orientação e presença são extremamente relevantes para ampliar as chances de diminuir o conflito identificado.

## REFERÊNCIAS

AFONSO, João José Rodrigues. *Polícia: Etimologia e Evolução do Conceito*. Polícia de Segurança Pública Portugal. Revista Brasileira de Ciências Policiais - Brasília, 9, n. 1. p. 213-260, jan/jun 2018 – pp. 213-260

AGAMBEN, Giorgio. **O que é contemporâneo?** e outros ensaios. Tradutor Vinícius Nicastro Honesko. Chapecó, SC: Argos, 2009.

ALBUQUERQUE, José Lindomar C. A dinâmica das fronteiras: deslocamento e circulação dos "brasiguaios" entre os limites nacionais. In.: **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, ano 15, n. 31, p. 137-166, jan./jun. 2009. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-71832009000100006](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832009000100006)  
Acesso em: 25 jul. 2019.

ANDRADE, Rodrigo dos Santos. GREVE NO TRABALHO DO POLICIAL MILITAR: legitimidade versus legalidade à luz dos direitos da personalidade. **Revista Brasileira de Ciências Policiais**, Brasília, Brasil, v. 12, n. 5, p. 275–300, 2021. DOI: 10.31412/rbcp.v12i5.724. Disponível em: <https://periodicos.pf.gov.br/index.php/RBCP/article/view/724>. Acesso em: 3 set. 2023.

ARAÚJO, Inês Lacerda. **Foucault e a crítica do sujeito**. 2 ed. Curitiba: Ed. da UFPR, 2008.

AUGUSTO, Acácio; WILKE, Helena. Racionalidade neoliberal e segurança: embates entre *democracia securitária* e anarquia. In: RAGO, Margareth; PELEGRINI, Mauricio (Orgs.). **Neoliberalismo, feminismos e contracondutas: perspectivas foucaultianas**. São Paulo: Intermeios, 2019, p. 225-245.

BARACUHY, Regina; PEREIRA, Tânia Augusto. “A biopolítica dos corpos na sociedade de controle”. In: **Revista Gragoatá**, n. 34, p. 317-330, 1 sem. 2013.

BAUMAN, Z. **Ética pós-moderna/ Zygmunt Bauman; tradução de Rezende Costa**. São Paulo: Paulus, 1997.

BAZZA, Adélli Bortolon. **Ser idoso na atualidade: subjetividade e discurso**. Guarapuava, PR: Editora Unicentro, 2018.

BENVENISTE, Emile. **Problemas de linguística geral II**. Trad. Eduardo Guimarães *et al.* Campinas, SP: Pontes, 1989, p. 99 e 104.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)  
Acesso em: 15 fev. 2019.

BRASIL. O Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS). Instituto de Pesquisa Econômica – IPEA. Brasília, 2010. Disponível em: [https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/SIPS/120705\\_sips\\_seguranca publica.pdf](https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/SIPS/120705_sips_seguranca publica.pdf) Acesso em: 04 set. 2023.

BRASIL. Ministério da Defesa. Atuação do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas. Brasília, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/estado-maior-conjunto-das-forcas-armadas> Acesso em: 20 ago. 2023.

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente**: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm) Acesso em: 05 fev. 2024.

BRUNETTA, A. A. **Autoridade policial na escola**. Araraquara: Junqueira & Marin, 2006.

CARDOSO, Valéria Faria. **Aspectos morfossintáticos da língua Kaiowá (Guarani)**. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault**: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

CASEL. (n.d.a). Nossa história. CASEL website. Disponível em: <https://casel.org/about-us/our-history/> Acesso em: 24 fev. 2024.

CAMPOS, Jefferson Gustavo dos Santos. **A emergência do intelectual específico em práticas discursivas de transgressão**: relatar a si mesmo como aleturgia no documentário resgates. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2021.

Centro Brasileiro de informações sobre Drogas Psicotrópicas – CEBRID. **VI Levantamento Nacional sobre o Consumo de Drogas Psicotrópicas entre Estudantes do Ensino Fundamental e Médio das Redes Pública e Privada de Ensino nas 27 Capitais Brasileiras – 2010**/ E. A. Carlini (supervisão) [et. al.], -- São Paulo: UNIFESP - Universidade Federal de São Paulo, 2010. SENAD - Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, Brasília – SENAD, 2010a. 503 p.

COSTA, Ivone Freire. **Polícia e sociedade**. Gestão de segurança pública, violência e controle social. Salvador: EDUFBA, 2005. 244 p.

COURTINE, Jean-Jacques. A era da ansiedade: discurso, história e emoções. In: **(In)Subordinações contemporâneas**: consensos e resistência nos discursos. Org.: CURCINO, Luzmara; SARGENTINI, Vanice; PIOVEZANI, Carlos. São Carlos: EduFSCar, 2016. 262 p.

CRUZ, Mariana de Moura. **Vazio-heterotopia**: entre a especulação e a produção do senso comum. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

DELEUZE, Gilles. **Michel Foucault: as formações históricas**. Trad. Claudio Medeiros e Mario A. Marino. São Paulo: Edições e Editora Filosófica Politeia, 2017, 304 p.

FABRINI, João Edmilson. Os brasiguaios e conflitos na fronteira. **Revista Geografares**, n. 8, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/geografares/issue/view/122> Acesso em: 20 ago. 2023.

FERRARI, Carlos Alberto. **Dinâmica territorial na(s) fronteira(s)**: Um estudo sobre a expansão do agronegócio e a exploração dos brasiguaios no norte do Departamento de Alto Paraná – Paraguai. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciências Humanas, da Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2009.

FERNANDES, Rita Alexandra Ribeiro. **Práticas de ensino e aprendizagem socioemocional**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto Superior de Educação e Ciências, Lisboa, 2020.

FERNANDES JÚNIOR, Antônio. Felicidade, dispositivo de poder e produção de subjetividade. In: **(In)Subordinações contemporâneas: consensos e resistência nos discursos**. Org.: CURCINO, Luzmara; SARGENTINI, Vanice; PIOVEZANI, Carlos. São Carlos: EduFSCar, 2016. 262 p.

FERNANDES JÚNIOR, Antônio. Dispositivos de poder e construção do sujeito na sociedade de controle: singularidade e poesia. In: **Dispositivos de poder em Foucault: práticas e discursos da atualidade**. Org.: Antônio Fernandes Júnior; Kátia Menezes de Sousa. Goiânia: Gráfica UFG, 2014. p. 53-67.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 13 ed., São Paulo: Edições Loyola, 2006a.

FOUCAULT, Michel. Verdade e Poder. In: **Microfísica do Poder**. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. p. 1-14.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert. & RABINOW, Paul. **Michel Foucault**. Uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p. 231-249.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Trad. Raquel Ramallete. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

FOUCAULT, Michel. “**A vida dos homens infames**”. *Ditos & Escritos IV*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003, p. 203-222.

FOUCAULT, Michel. 1984: O cuidado com a Verdade. In.: **Ética, sexualidade, política**. Organização e seleção de textos Manoel Barros da Motta; tradução Elisa Monteiro, Inês Autran Dourado Barbosa. Ditos & Escritos V. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade** - curso no Collège de France (1975-1976). Aula de: 17/03/1976; São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FOUCAULT, Michel. “Poder e saber/ Poderes e estratégias/ Diálogo sobre o poder”. **Ditos & Escritos IV**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006b, p. 223-266.

FOUCAULT, Michel. Aula de 3 de fevereiro de 1982: Segunda hora. In: FOUCAULT, Michel. **A hermenêutica do sujeito**. edição estabelecida sob a direção de François Ewald Fontana, por Frédéric Gros; tradução Márcio Alves da Fonseca, Salma Tannus Muchail. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006c. p. 231-251.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Trad.: Luiz Felipe Baeta Neves. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008b.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**: curso dado no *Collège de France* (1977-1978) / Michel Foucault. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

FOUCAULT, Michel. **O governo de si e dos outros**: curso no *Collège de France* (1982-1983) / Michel Foucault; tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, Michel. A ética do cuidado de si como prática da liberdade. In: FOUCAULT, Michel. **Ética, sexualidade, política**. 3. ed. Ditos & Escritos V. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012. p. 258-280.

FOUCAULT, Michel. **O corpo utópico, as heterotopias**. Trad. Selma Tannus Muchail. São Paulo: Edições N-1, 2013.

FOSTER, Anderson Ribeiro. O relato discursivo do aluno do Proerd quanto ao instrutor policial militar Proerd. In: Melo, D.G.S.S.; RODRIGUES, M.L. **Diagnóstico Proerd**: uma introdução ao estudo dos discursos de alunos e professores que vivenciaram o Programa Educacional de Resistência às Drogas. Campinas, SP: Pontes Editores, 2019. p. 147-180.

FRANCESCHINI, Bruno; FERNANDES, Cleudemar Alves. Discurso, dispositivo de poder e subjetivação do aluno hiperativo. In: **Dispositivos de poder em Foucault**: práticas e discursos da atualidade. Org.: Antônio Fernandes Júnior; Kátia Menezes de Sousa. Goiânia: Gráfica UFG, 2014. p. 87-108.

GREGOLIN, Maria do Rosário. **Foucault e Pêcheux na análise do discurso**: diálogos e duelos. São Carlos, SP: Claraluz, 2004.

GREGOLIN, Maria do Rosário. **Discursos e imagens do corpo**: heterotopias da (in)visibilidade na Web. In: FLORES, G.; NECKEL, N.; GALLO, S. (Org.). *Análise de discurso em rede: cultura e mídia*. 1ed. Campinas: Pontes, 2015, v. 1, p. 213-232. Disponível em: <<https://geadaararaquara.blogspot.com/2016/06/discursos-e-imagens-do-corpo.html>> Acesso em: 12 mai. 2023

GROS, Frédéric. **Desobedecer/Título original: Désobéir**. Trad. Célia Euvaldo; São Paulo: Ubu Editora, 2018.

HADDAD, Fernando. Apresentação. In: **MANIFESTOS dos pioneiros da Educação Nova (1932) e dos educadores (1959)**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010, p. 7-9.

LAZZARINI, Álvaro. O Direito Administrativo da Ordem Pública. *In.: O alferes*, Belo Horizonte, n. 13 (47), p. 13-35, outubro/dezembro 1997.

MACHADO, Roberto. **Foucault, a ciência e o saber**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

MALINOWSKI, Bronislaw. “Objetivo, método e alcance desta pesquisa”. In: GUIMARÃES, A.Z. (org.). **Desvendando máscaras sociais**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980, p. 39-61.

MARTINS, Maria Marta; Sousa, Kátia Menezes. O dispositivo de menoridade e o governo das condutas. In: **Fórum Linguístico**. Florianópolis, v. 18, n. 2, p. 6299-6311, abr./jun. 2021.

MATO GROSSO DO SUL. **Estatuto da Polícia Militar do Estado do Mato Grosso do Sul**. Lei Complementar nº 053, de 30 de agosto de 1990. Disponível em: <http://aacpdappls.net.ms.gov.br/appls/legislacao/secoge/govato.nsf/66ecc3cfb53d53ff04256b140049444b/ff6e653dca4d5a630425729e006f48e7?OpenDocument> Acesso em: 10 ago. 2023.

MEDEIROS, Nathássia Matia de. **Guia primeiros passos na obra de Michel Foucault**. 1. ed. Fortaleza-CE: Ed. da autora, 2021. 85 p.

MELO, D. G. S. S. Os sentidos de resistência às drogas no discurso de sujeitos em idade escolar: o Modelo de Tomada de Decisão Proerd. In: Melo, D.G.S.S.; RODRIGUES, M.L. **Diagnóstico Proerd**: uma introdução ao estudo dos discursos de alunos e professores que vivenciaram o Programa Educacional de Resistência às Drogas. Campinas, SP: Pontes Editores, 2019. p. 235-258.

Miliquiño rapai oñe’ẽ en guaraní a los niños. *Jornal Crónica*. 11 May 2018. Paraguay. (versão impressa).



MOTTA, Pierre Cerveira; ROMANI, Patrícia Fasolo. A educação socioemocional e suas implicações no contexto escolar: uma revisão de literatura. In: **Psicologia da Educação**. São Paulo, 49, 2º sem. de 2019, p. 49-56.

NAVARRO, Pedro. **Navegar foi preciso?** O discurso jornalístico impresso sobre os 500 anos do Brasil. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Universidade Estadual Paulista. Araraquara, 2004.

NAVARRO, Pedro. O funcionamento da história e da memória no discurso fílmico. In: **Revista Linguagem**. 16 ed. UFSCar, 2011.

NAVARRO, Pedro; VOSS, Jefferson. A noção de enunciado reitor de Michel Foucault e análise de objetos discursivos midiáticos. In: **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, SC, v. 13, n. 1, p. 95-116, jan./abr. 2013.

NAVARRO, Pedro. Dispositivo e governo da velhice no discurso da web. **Revista da ABRALIN**. v. 14, n. 2, 2015.

NAVARRO, Pedro. Estudos discursivos foucaultianos: questões de método para análise de discursos. **MOARA: Revista Eletrônica do Programa de Pós-graduação em Letras**. v. 1, n. 57, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18542/moara.v1i57.9682> Acesso em: 13 set. 2020.

NEVES, Ivânia dos Santos; GREGOLIN, Maria do Rosário. A Arqueogeneologia Foucaultiana como lente para a análise do Governo da Língua Portuguesa no Brasil: continuidades e disrupções. **MOARA: Revista Eletrônica do Programa de Pós-graduação em Letras**. v. 2, n. 57, 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18542/moara.v2i57.9898> Acesso em: 13 dez. 2022.

NETO, Leon Farhi. Biopolítica como tecnologia de poder. *Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis*. Florianópolis, v. 5, p. 47-65, jan./jul. 2008.

PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, F. e HAK, T. (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Trad. Bethania S. Mariani... [et. al.]. 5. Ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014, p. 61-161.

PILAU, Lucas e Silva Batista. **O dispositivo policial: crítica à violência-crítica do poder**. Dissertação (Mestrado em Ciências Criminais) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2016.

PIOVEZANI, Carlos; CURCINO; Luzmara. Fazer, pensar, dizer e olhar: dispositivos de fala pública e de leitura da mídia. In: **Dispositivos de poder em Foucault: práticas e discursos da atualidade**. Org.: Antônio Fernandes Júnior; Kátia Menezes de Sousa. Goiânia: Gráfica UFG, 2014. p. 36-52.

PRADO FILHO, Kleber. O nascimento do biopoder. In: **Michel Foucault: Uma História da Governamentalidade**. Rio de Janeiro: Editora Insular, 2006, p. 43-50.

PROERD. **Caindo na Real/D.A.R.E.** 5º. Ano. Livro do Estudante. Belo Horizonte: PMMG, 2013.

PROERD. **Uma Escola de Cidadania para a Vida.** 5º. Ano. Livro do Estudante. Secretaria de Segurança Pública. [201-?].

RATEKE, Denise. O pluralismo das drogas. In: **A Escola Pública e o PROERD: Tramas do Agir Policial na Prevenção às Drogas e às Violências**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2006.

RIBEIRO, Marinalva Lopes; JUTRAS, France; LOUIS, Roland. Análise das representações sociais de afetividade na relação educativa. **Psicologia da educação**. São Paulo, n. 20, p. 31-54, jun. 2005. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-69752005000100003&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-69752005000100003&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 10 fev. 2024.

ROESLER, Patrícia Simone. A educação paraguaia: quatro marcos históricos decisivos. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 9, n. 3, p. 136-150, dez. 2017

ROLOFF, Eleana Margarete. A importância do lúdico em sala de aula. In: **X Semana de Letras da PUCRS**, Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.

SÁ, Israel de. As comissões de verdade e a ‘política dos restos’: entre a produção de memórias e a formação do autoritarismo contemporâneo. **Revista da Anpoll**, Florianópolis, v. 53, n. 2, p. 160-175, mai-ago., 2022, p. 160-175.

SANTOS, Rone Eleandro. **Genealogia da governamentalidade em Michel Foucault**. Dissertação (Mestrado em Filosofia). Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2010.

SANTOS, Maria Elena Pires; CAVALCANTI, Marilda do Couto. Identidades híbridas, língua(gens) provisórias: alunos “brasiguaios” em foco. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, Campinas, v. 47, n. 2, p. 429-446, Jul./Dez. 2008.

SARGENTINI, Vanice. Dispositivo: um aporte metodológico para o estudo do discurso. In: SOUZA, M. K; PAIXÃO, H. P. (Orgs,). **Dispositivos de poder/saber em Michel Foucault: biopolítica, corpo e subjetividade**. São Paulo: Entremeios; Goiânia: UFG, 2015, p. 17-27.

SCHERMA, Márcio Augusto. Cidades-gêmeas e integração: o caso de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero. **Anais do II Simpósio Internacional Pensar e Repensar a América Latina**. São Paulo: ECA/USP, 2016. Disponível em: [http://sites.usp.br/prolam/ii-simposio-internacional-pensar-e-repensar-america-latina\\_anais/](http://sites.usp.br/prolam/ii-simposio-internacional-pensar-e-repensar-america-latina_anais/). Acesso em: 06 mar. 2020.

TOMBINI, Leila. **Os dispositivos da violência escolar**: o caso da Escola Municipal Higino Antunes Pires Neto. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Francisco Beltrão, 2018.

TORRES, Thaila. Em sala de aula, policial faz a diferença conversando com as crianças em guarani. **Campo Grande News**. 14 mai. 2018. (versão online).

UNODC. Drogas: marco legal. **United Nations Office on Drugs and Crime** (UNODC). Disponível em: <http://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/drogas/marco-legal.html> Acesso em: 03 fev. 2016.